



Cadernos De Gênero e Diversidade

Vol 9, N. 4 - Out. - Dez. 2023



ARTIGO

Arquivo Lésbico Brasileiro**(ALB):**

O “levante da memória” e a construção de uma rede dissidente

Paula Silveira-Barbosa, *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

Augusta Silveira de Oliveira, *Brown University*

RESUMO. O presente artigo busca contextualizar a criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) inserindo-o num processo mais amplo de iniciativas coletivas de preservação da memória de comunidades e sujeitos dissidentes da norma, buscando visibilizar histórias antes marginalizadas. Por meio do reconhecimento da particularidade da existência lésbica no Brasil, destacamos o processo de constituição de acervos LGBTQIA+ ao longo das últimas décadas, na medida em que também discutimos as condições que permitiram que a memória desses grupos fosse acionada. Por último, debatemos sobre o processo de constituição do Arquivo Lésbico Brasileiro como rede e iniciativa coletiva, sinalizando a sua particularidade e relevância para a história lésbica.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos. História Lésbica. Memória LGBTQIA+.



“[...] E a memória não é só um espelho de fatos,
mas um fato histórico: a própria memória
é um fato histórico em si”
(Alessandro Portelli, 2010).

Introdução

Ao longo deste artigo, buscamos constituir um percurso histórico de ações de resistência lesbiana, sublinhando os aspectos que permitiram a construção de um presente, no qual a lesbianidade e o silêncio já não são mais sinônimos. Se antes, disputávamos espaços, hoje temos os nossos próprios, incluindo um arquivo para chamar de nosso. Enquanto a humanidade insiste em criar e hierarquizar categorias monolíticas para capturar a existência e limitar a subjetividade, apostamos na memória da dissidência para entrever futuros outros.

Neste texto, investimos na dissidência sexual e de gênero, por meio de reflexões sobre a memória lésbica e seus usos no presente, bem como na preocupação com sua preservação e difusão. Com isso, pretendemos ilustrar como a constituição de um arquivo lesbiano, mais especificamente, o Arquivo Lésbico Brasileiro, está inserida numa rede de ações que vêm se consolidando ao longo dos anos, em prol da liberdade plena para todas as lesbianas.

A criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) é fruto de um processo coletivo de prática de memória e de constituição de laços que se materializou em 2020. Neste artigo, destacamos a constituição de acervos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais e afins (LGBTQIA+), com destaque para as iniciativas lésbicas, desde a década de 1970 até a atualidade. Em seguida, refletimos sobre o processo de organização política atual e as condições que permitiram o que chamamos de “boom da memória” nos últimos anos.

Finalmente, discorreremos sobre a constituição do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) e as ações e atividades futuras da organização. Ao colocarmos o ALB em diálogo com iniciativas de memória LGBTQIA+, bem como com episódios de resistência como a tomada do Ferro’s Bar após a repressão por conta da distribuição do boletim ChanaComChana, estabelecemos um *continuum* na produção e preservação da memória lésbica, ao mesmo tempo em que destacamos sua particularidade dentro dos estudos de gênero e sexualidade. Além do valor político, o ALB emerge



como um “arquivo de sentimentos”, nos termos de Ann Cvetkovich (2003), que articula passado, presente e projetos de futuro.

Em *Olhares Negros* (2019), bell hooks afirma que a falta de referências positivas pode não apenas dificultar a constituição de identidades e comunidades¹, mas também atravancar a construção do futuro, de uma realidade na qual os estigmas do presente não tenham mais lugar. Como pesquisadoras provenientes de um território forjado na exploração colonial, racista e homofóbica, nossas escolhas teóricas e metodológicas refletem essas marcas e, mais ainda, o anseio pela superação dessa ordem. Por isso, apresentamos nosso trabalho rejeitando os modos de pensar hegemônicos – que apartam teoria e subjetividade; que universalizam sistemas de raciocínio e ferramentas metodológicas, como já problematizou a pesquisadora Yuderkys Espinosa-Miñoso (2019).

Memória e Arquivos LGBTQIA+

Mais do que um repositório de objetos ou textos, o arquivo é o próprio processo de seleção, ordenação e preservação do passado e de fazer história, na definição de Tirza True Latimer (2013). A construção da memória de determinado grupo não é um processo neutro, mas suscita questões sobre como os arquivos reforçam ou remodelam estruturas de poder. A existência de acervos LGBTQIA+ no Brasil e no mundo sinaliza a importância do trabalho de memória a respeito de sujeitos dissidentes da norma, e aponta para como as práticas arquivísticas podem visibilizar e articular grupos marginalizados.

De acordo com Jack Halberstam (2005), para culturas *queer*², os arquivos têm funcionado como uma teoria de relevância cultural, uma construção de memória coletiva e um registro complexo da atividade da

¹ Adotaremos as definições de identidade e comunidade como articuladas por Gloria Anzaldúa (2021). Para a autora, a identidade é relacional, pois depende de como interagimos com nossa subjetividade e com quem está ao nosso redor. A comunidade, por sua vez, decorre da união de indivíduos com identidades comuns, similares. No entanto, é importante ressaltar que a teórica não enxerga tais definições como estanques ou mesmo naturais. Pelo contrário, compreende ambas como conceitos políticos e multidimensionais, em constante transformação, exatamente por seu caráter relacional.

² A concepção de *queer* aqui adotada acompanha os termos da *Queer of Color Critique*, cujos fundamentos residem nas produções de mulheres lésbicas e não-brancas, como descreve Caterina Rea (2018).



comunidade LGBTQIA+. A memória aparece como dispositivo na criação de laços, de um senso de hereditariedade, e assume feição de resistência às tentativas de apagamento, reiterando sua força política – como já apontou Renan Quinalha (2022).

No mundo, arquivos LGBTQIA+ se constituíram em conexão com a luta política dos movimentos sociais por direitos e cidadania, representando um movimento em prol da história desses grupos. E, segundo Rebecka Taves-Sheffield (2020), o reconhecimento por parte dos participantes do movimento do valor da cultura material produzida como resultado de ações coletivas para mudança social foi fundamental nesse processo. Acervos como *ONE Archives*, nos Estados Unidos, e *IHLIA LGBT Heritage*, na Holanda, tiveram início a partir da documentação de organizações e da imprensa voltadas para a população LGBTQIA+, principalmente de homens gays, preocupados com a preservação da memória coletiva da comunidade.

No Brasil, o movimento de criação de acervos especializados foi mais recente. A concentração de material sobre o movimento LGBTQIA+ misturado a acervos pessoais de ativistas, muitas vezes sem o correto tratamento ou com dificuldades de acesso, prejudicou a preservação de fontes históricas sobre o período. Nesses casos, pesquisadores precisam contar com a memória institucional de grupos e ONGs. O processo de “onguização” do movimento LGBTQIA+, nos termos de Regina Facchini (2005), de certa forma contribuiu para a preservação da memória institucional de grupos mais longevos, dada a documentação necessária para a participação em editais, relatórios produzidos e material de divulgação de ações financiadas pelo poder público.

Grupos longevos como Dignidade (PR), Grupo Gay da Bahia (BA) e Igualdade (RS) são exemplos de organizações que passaram por esse processo e possuem um extenso acervo que detalha suas atividades ao longo dos anos. Se, por um lado, discute-se a autonomia de um movimento nacional parcialmente financiado pelo Ministério da Saúde, como no caso dos programas de prevenção ao HIV/Aids ligados à promoção de cidadania, por outro, isso possibilita a preservação de material institucional e contribui para o fortalecimento de uma memória coletiva do movimento LGBTQIA+.

As limitadas iniciativas voltadas para o público enfrentaram dificuldades principalmente por conta do financiamento inconsistente para políticas culturais e do desmonte dos arquivos públicos no Brasil,



situação agravada nos anos recentes. Muitos acervos acabam guardados pelos próprios produtores da documentação ou material em questão, já que houve pouco interesse de instituições públicas na custódia dessas possíveis coleções (QUINALHA, 2022). A exceção são acervos ligados ao Estado, como Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com uma vasta coleção sobre o que ficou conhecido como a primeira geração do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), incluindo um extenso acervo sobre o ativismo lésbico.

Nesse contexto, há também centros de pesquisa como o CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul, que resultou de esforços regionais de historiadores da comunidade ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dedicados à preservação da memória de grupos locais. Iniciativas como essa se somam a núcleos de pesquisa em história do gênero e da sexualidade em outras instituições de ensino superior.

Em 2023, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul lançou um catálogo de fontes para pesquisa sobre História LGBTQIA+ no seu acervo, mas a iniciativa pioneira ainda é isolada no contexto nacional³. Na falta de respaldo dentro dos arquivos públicos, a sociedade civil se organizou para preservar a história LGBTQIA+ e memória dos movimentos sociais, com destaque para o Acervo Bajubá, em São Paulo, e o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott-CEDOC LGBTI+, em Curitiba.

Esses acervos independentes suprem a demanda por coleções LGBTQIA+ nas instituições de salvaguarda de documentos, facilitando o acesso de pesquisadores a possíveis fontes, mas dependem de financiamento externo e da ação de voluntários. O Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB), que discutiremos nas seções seguintes, emerge dessa realidade complexa relacionada à preservação da memória LGBTQIA+.

Uma iniciativa que congrega esses grupos e acervos em constituição é a Rede de Arquivos, Museus, Acervos e Investigadores LGBTQIA+ da América Latina (AMAI LGBTQIA+), fundada por pesquisadores em 2019. Cientes das hostilidades políticas e sociais às quais a população LGBTQIA+ foi submetida, o que certamente influenciou a falta de recursos e iniciativas de proteção à história e memória desses grupos, a AMAI surgiu como tentativa de articulação de acervos e pesquisadores, e

³ Saiba mais sobre a ação em: <https://planejamento.rs.gov.br/arquivo-publico-apresenta-catalogo-de-materiais-sobre-populacao-lgbtqiapn>. Acesso em 4 jul. 23.



tem buscado vencer os desafios de interação e troca de saberes impostos pela pandemia de covid-19.

Nesse aspecto, destacamos que a presença preponderante da Igreja Católica na América Latina desde a invasão colonial, materializada no Tribunal do Santo Ofício, a constituição de ideais nacionais baseados na honra da família cisheteronormativa, bem como os regimes autoritários ao longo do século XX, perpetuaram a violência contra dissidentes sexuais e de gênero – processo que foi agravado pelo conservadorismo durante a epidemia de HIV/Aids⁴.

Por isso, como nos lembram Benito Schmidt e Rubens Mascarenhas Neto (2021), iniciativas que partem da América Latina demonstram o quanto há um esforço para que organizações se conectem, um ponto de referência que denota o desejo de memória e preservação por parte de ativistas e pesquisadores.

Além de registrar essas ações em prol da memória, ressaltamos alguns marcos históricos que antecederam esses eventos, promovendo uma espécie de “pavimentação do terreno” para que grupos de memória LGBTQIA+ pudessem surgir e se manter posteriormente. Em primeiro lugar, está a criação do Museu da Diversidade Sexual em São Paulo (MDS), no ano de 2012. Trata-se do primeiro espaço do tipo dedicado ao tema no Brasil. A instituição é vinculada ao governo do estado, por meio da Secretaria de Cultura⁵.

O MDS fica situado na República, bairro paulistano e popular que é historicamente reconhecido como ponto de encontro e sociabilidade de pessoas dissidentes sexuais e de gênero – como já demonstraram as pesquisas de James Green (2000) e Néstor Perlongher (2008), por exemplo. De fácil acesso e em localização central, o museu tem entrada gratuita. Esses atributos, aliados ao fato de o espaço estar sediado na cidade que promove a maior Parada do Orgulho do mundo favorecem a continuidade do projeto, a despeito do conservadorismo dos governos e da sociedade brasileira. Além disso, por promover ações dentro e fora de suas instalações, inclusive em ambiente virtual, o MDS tem fomentado o

⁴ Sobre processos de inquisição na América Latina e colonialidade do gênero ver, Lígia Bellini (1989) e María Lugones, 2020, respectivamente. Já a respeito da relação entre políticas de Estado brasileiro a partir do século XX e sujeitos dissidentes, ver Carlos Figari, (2007) e Renan Quinalha (2022).

⁵ Saiba mais sobre o museu aqui: <https://museudadiversidadesexual.org.br/sobre>. Acesso em 30 nov. 2022.



debate sobre a memória LGBTQIA+ para além dos limites do estado de São Paulo.

Já em 2014, também em São Paulo, instaurou-se a Comissão da Verdade. Pela primeira vez, o Estado brasileiro revisitou e procurou reparar as vítimas da ditadura civil-militar que teve início com o golpe de 1964. Também foi a primeira vez que as discussões sobre esse período levaram em consideração a perseguição sofrida por minorias sexuais e de gênero (GREEN, QUINALHA, 2015), fomentadas por esforço de ativistas e movimentos sociais.

O valor da Comissão se acentua ao examinarmos a História LGBTQIA+ durante o período. Apesar de não haver nenhuma norma abertamente discriminatória contra a comunidade LGBTQIA+ durante o regime militar, o arsenal jurídico de então escamoteou o direito à liberdade de expressão e opinião, o direito de defesa e ao contraditório. Isso deu salvo conduto a autoridades públicas para exercer o controle dos corpos e dos territórios com base no conservadorismo moral e político. Como exemplo, citamos as operações policiais comandadas pelo delegado Wilson Richetti, que reprimiram lésbicas, gays, travestis e prostitutas. Com o argumento de “limpar” a cidade, os policiais prendiam e extorquiam aquelas pessoas que consideravam “desviadas” – como detalham Rafael Freitas Ocanha (2014) e Renan Quinalha (2017).

Ainda nesse sentido, convém citar que a escritora mais censurada da ditadura foi uma lésbica: Cassandra Rios. A autora foi também a primeira mulher a alcançar a marca de um milhão de exemplares vendidos. Porém, sendo ela uma dissidente da norma sexual vigente, importante figura cultural e escritora de temas considerados agressivos à “moral e aos bons costumes”, que retratavam a vida privada e guetos frequentados pelas chamada “minorais sociais”, ela não passou despercebida às autoridades. E, como rememora Marisa Fernandes (2015), Cassandra foi presa, agredida, além de ter tido sua editora fechada e seus livros recolhidos.

Outro marco importante para desenvolvermos nosso argumento é o ano de 2018. Na época, por ocasião da celebração dos “40 anos do movimento LGBT”⁶, foram realizados eventos e publicadas coletâneas de livros, além de dossiês acadêmicos. Uma das publicações mais difundidas

⁶ Apesar de termos usado o termo LGBTQIA+ ao longo de todo o artigo, optamos pela grafia abreviada neste trecho por se tratar da maneira como os eventos foram celebrados e descritos na época.



foi, talvez, a coletânea de James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes (2018): *História do Movimento LGBT no Brasil*. O livro teve lançamentos em pelo menos três estados e teve boa divulgação nos jornais de maior circulação do país.

Apesar de a celebração deste marco muitas vezes invisibilizar iniciativas que surgiram antes de 1978 e fora do estado de São Paulo⁷, não é possível negar que os eventos promovidos em memória da data ampliaram de modo significativo o debate, o conhecimento e as pesquisas sobre memória LGBTQIA+. O tema, muitas vezes escanteado até por ativistas e pesquisadores da área, parece viver desde então seu auge produtivo.

Hugo Menezes Neto e Thiago Barcelos Soliva (2023) indicam compreensão similar ao apontar que a expressão mais impressionante da dimensão programática da “Museologia LGBT+” se apresenta:

[...] na criação de novos museus, especialmente museus virtuais que por sua natureza tem alto alcance de público, grande poder de mobilização e autonomia para uma gestão desvinculada das estruturas limitantes e conservadoras dos museus físicos convencionais/normativos (MENEZES NETO; SOLIVA, 2023, p. 44-45).

Mas entre acervos LGBTQIA+, quais dedicam-se exclusivamente à preservação da memória lésbica? Num contexto de emergência de acervos que buscavam preservar registros de diferentes expressões de gênero e sexualidade, veremos que as iniciativas que focam na história lésbica se destacam pelo compromisso político com a luta feminista e o entendimento da particularidade da lesbianidade⁸.

Diante do apagamento da lesbianidade dos arquivos, sugeriram iniciativas com o objetivo de contradizer o discurso da patologização das identidades não-normativas, percebidas como desvio. Nesse sentido, Jean Bessette (2017), indica que acervos constituídos por comunidades lésbicas

⁷ Sobre ações desse tipo, ver, por exemplo, Luiz Morando (2018). No que se refere especificamente às lésbicas, a tese de Nádia Nogueira (2005) apresenta um bom panorama sobre a década de 1950 no Rio de Janeiro.

⁸ Ações como essa estão em consonância com a trajetória do movimento de lésbicas no Brasil e no exterior, que, em sua maioria, buscava independência em relação a organizações de caráter mais reformista e institucional. É o que mostram, por exemplo, os estudos de Carlos Figari (2007), Norma Mogrovejo (2000) e Jules Falquet (2001, 2006). Some-se a isso o fato de a militância lésbica articular a sua identidade para além das práticas sexuais, construindo organizações que evidenciam essa perspectiva.



estavam preocupados com a preservação da memória, mas também com a mudança social no contexto em que surgiram.

O *Lesbian Herstory Archives (LHA)* é um desses acervos, criado na década de 1970 e dedicado não só a ser só um repositório de material sobre as vivências lésbicas, mas com uma função dinâmica de relevância cultural, memória coletiva e atividades voltadas para a comunidade. Originalmente uma coleção pessoal colaborativa, abrigada num apartamento, a iniciativa cresceu até ganhar sua própria sede no Brooklyn, em Nova Iorque. O LHA buscou inovar não só na temática do acervo, mas também nas práticas arquivísticas, ao catalogar o material tendo como referência o primeiro nome de quem o produziu, ao invés do sobrenome, o que muitas vezes invisibiliza a produção das mulheres.

Além disso, outras identidades estão representadas no acervo, como *butches*, mulheres bissexuais, mulheres e homens trans, ultrapassando as barreiras entre categorias arquivísticas para estabelecer relações dentro da diversidade (BESSETTE, 2017). O LHA permanece um espaço comunitário engajado, apesar do declínio no movimento lésbicas-feminista e o desaparecimento de muitos espaços culturais voltados para lésbicas, abundantes nos anos 1980.

O *June L. Mazer Lesbian Archives* também partiu de uma organização coletiva na década de 1970, motivada pela ausência de lésbicas nos arquivos e registros históricos. Assim como o LHA, o arquivo *June L. Mazer* subsiste pelo voluntariado, além de se beneficiar de parcerias com universidades da costa oeste dos Estados Unidos, onde está localizado. Arquivos comunitários como esse emergem de uma consciência coletiva de que a documentação limitada ou tendenciosa a respeito da lesbianidade dificulta o ativismo político. Ou seja, registros arquivísticos podem ajudar determinados grupos e a sociedade em geral a entenderem seu significado.

Assim, a guarda e administração dos documentos e outros recursos culturais garantem a preservação da memória e construção de uma história compartilhada não só da repressão sexual, mas também da luta por cidadania e direitos. Esta documentação, por sua vez, definida e coletada pela comunidade, serve para moldar e promover uma identidade lesbiana compartilhada que contrabalança seu *status* social marginalizado – como observado por Elizabeth Joffrion (2014).

Outras iniciativas, como o *Archives of Lesbian Oral Testimony*, no Canadá, também se destacam por sua ligação com instituições de ensino,



bem como a preocupação com a democratização do acesso às fontes a respeito das vivências lésbicas. O contato frequente com a comunidade parece ser chave para um envolvimento mais significativo, o que determina o sucesso desses projetos.

Há uma implicação política e afetiva na criação de acervos e coleções exclusivamente lésbicas. Comunidades marginalizadas se interessam na preservação de registros de existências lesbianas de períodos anteriores ao atual e se envolvem na construção coletiva de espaços e bancos de dados acessíveis para outras pessoas. Um arquivo útil possui poder afetivo, capaz de produzir não apenas conhecimento, mas emoções, nos termos de Ann Cvetkovich (2003). Diz a autora:

A história lésbica e gay exige um arquivo de emoção radical para documentar intimidade, sexualidade, amor e ativismo — todas as áreas de experiência que são difíceis de relatar por meio dos materiais de um arquivo tradicional. Além disso, os arquivos gays e lésbicos abordam a perda traumática da história que acompanhou a vida sexual e a formação de públicos sexuais, e afirmam o papel da memória e do afeto para compensar a negligência institucional (CVETKOVICH, 2003, p. 241, tradução nossa)⁹.

O fato de grande parte das instituições voltadas para a memória LGBTQIA+ terem sido fundadas e serem compostas por equipes que se identificam com alguma(s) das identidades representadas na sigla é indicativo do investimento político e pessoal de ativistas e pesquisadores. O poder afetivo desses acervos, nesse sentido, concretiza-se na sua capacidade de representar a ligação entre vivências LGBTQIA+ no passado e no presente. No caso das iniciativas de memória lésbicas, a preocupação com a preservação de registros da vida íntima, de materiais relativos à contracultura, ou outras evidências efêmeras ainda se relaciona com o fato de que as vivências lesbianas aparecem com menos frequência nas fontes documentais.

Além disso, as possibilidades de salvaguarda se multiplicam: itens pessoais como diários, cartas, indumentária e fotografias adquirem maior importância na documentação de experiências anteriores à emergência de

⁹ No original: “Lesbian and gay history demands a radical archive of emotion in order to document intimacy, sexuality, love, and activism — all areas of experience that are difficult to chronicle through the materials of a traditional archive. Furthermore, gay and lesbian archives address the traumatic loss of history that has accompanied sexual life and the formation of sexual publics, and they assert the role of memory and affect in compensating for institutional neglect.”



uma subcultura lésbica, principalmente quando arquivos tradicionais falharam em compreender a particularidade das sexualidades não-normativas. Insistindo no valor de materiais aparentemente marginais ou efêmeros, arquivos gays e lésbicos propõem que afetos - e sua associação com a memória pessoal, fantasia e trauma - se tornem um documento significativo (CVETKOVICH, 2003).

O arquivo de sentimentos, assim, se faz essencial para a preservação desses registros. Essa proposta rompe com a divisão entre subjetividade e objetividade, reiterando que a própria produção do acervo é mediada por sentimentos, e não somente pela salvaguarda de documentos a serem “desvendados”. A relação de identificação é fundamental, pois a própria existência de arquivos LGBTQIA+ já é uma ação de reparação da perda de memória coletiva. Na história lésbica brasileira, arquivar sentimentos parece ser, então, peça chave para a relação entre memória e ativismo.

Memória Lésbica no Brasil

A ditadura militar marcou um período de inflexão à perseguição de dissidentes da norma de sexo e gênero. Embora a normatividade e expectativas sociais tenham, ao longo do século XX, fomentado a criação de uma subcultura que hoje chamamos de LGBTQIA+ com espaços de sociabilização distintos e redes privadas de relacionamento, a ideologia conservadora do regime e a associação entre subversão política e perversão moral contribuíram para maior repressão da comunidade.

Mesmo durante o período da abertura, o aparato de repressão, ocioso após a derrota da luta armada, direcionou esforços para o que se entendia como pauta dos costumes, atacando espaços da vida urbana noturna LGBTQIA+ com operações policiais de “limpeza”. Durante a década de 1980, as lésbicas e outras minorias sexuais e de gênero foram alvo de discriminação de forma ainda mais explícita. Esses atos de violação ocorriam não apenas na forma de operações policiais, como as que mencionamos brevemente acima, mas também por iniciativa de civis que, sentindo-se autorizados pelas concepções dominantes sobre gênero e sexualidade, investiam contra grupos minoritários¹⁰.

¹⁰ O documentário *Temporada de Caça*, da cineasta lésbica Rita Moreira, é fonte para compreender a naturalização do preconceito e da discriminação homofóbica no Brasil durante a década de 1980. Gravado após uma série de assassinatos de gays e lésbicas em São Paulo e no Rio de Janeiro, o filme revela o desdém e, em muitos casos, a validação da violência contra essas pessoas, tidas como ameaça moral.



No que se refere à discriminação especificamente contra lésbicas, temos o emblemático protesto no Ferro's Bar – estabelecimento de frequência lesbiana na capital paulista – palco de um ato de preconceito contra aquela que era a principal clientela do local. Integrantes do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) distribuía o boletim da organização, o *ChanaComChana*, no bar: essa era a forma desse coletivo contribuir para a politização das lésbicas, além de ampliar a rede de contato e manutenção do grupo. Em julho de 1983, no entanto, um dos proprietários impediu a venda do periódico no local.

Como resposta, o GALF, junto a parlamentares de esquerda e ativistas dos movimentos feminista e homossexual organizaram um protesto em 19 de agosto do mesmo ano, quando reforçaram o papel das liberdades sexuais e democráticas e realizaram a retomada simbólica do espaço. A ação se tornou um marco para o movimento de lésbicas, aludindo até a um possível “Stonewall brasileiro”, em referência à rebelião espontânea de Nova Iorque, iniciada em 28 de junho 1969, quando frequentadores de um bar do *Greenwich Village* reagiram à violência policial. No Brasil, a importância do protesto no Ferro's Bar levou o dia 19 de agosto a ser escolhido para a celebração do Dia do Orgulho Lésbico (GREEN; QUINALHA, 2015).

A respeito da rede de ações lesbianas desde o século XX até o presente, convém salientar que qualquer história lésbica é uma “história de descontinuidades”, marcada por rupturas, interrupções e ausências (BESSETTE, 2017). Essas interrupções e descontinuidades são também características da história das mulheres visto que elas foram removidas do cânone da historiografia tradicional que privilegiou o sujeito masculino, branco, heterossexual e cisgênero.

Tais ausências se conectam com a diferente sociabilização das mulheres, sua menor presença no espaço público, diferenças de classe e raça que contribuíram para a menor prevalência de registro que detalham a dissidência sexual feminina. Como podemos superar os limites que a pesquisa histórica nos apresenta para reconstruir um passado lésbico que foi largamente relegado às margens da historiografia?

Quando colocamos em perspectiva as ações de resistência lésbica ao longo dos anos e a emergência de iniciativas como o Arquivo Lésbico Brasileiro, contribuimos para preencher lacunas na história do ativismo lésbico e, ao mesmo tempo, ressignificar e centralizar eventos chave como o protesto no Ferro's Bar, em 1983. Preservar a memória é contribuir para



um “arquivo de sentimentos” do ativismo lésbico, e produzir novos significados sobre gênero, sexualidade e memória, conectando passado e presente através da proposta de preservação de registros. Esse mesmo movimento também cria conexões, mobiliza pesquisas e fortalece uma rede de relações contemporânea, que precisa se adaptar às distâncias físicas por meio da tecnologia e de outras estratégias de comunicação.

O ALB preenche uma lacuna na preservação da memória lésbica no Brasil, ao mesmo tempo em que se conecta com uma tradição de resistência lésbica, simbolizada nas ações ocorridas no Ferro’s Bar, mas também anterior, de criação de uma subcultura e de uma rede de relações que existiu e prosperou apesar da repressão. Sobre esse tópico, vale destacar que o surgimento do Arquivo e de outras iniciativas similares se deu durante a vigência de um governo abertamente contrário a iniciativas de proteção e garantia de direitos para a comunidade LGBTQIA+ e avesso à preservação da memória e da cultura do país – como demonstram os escritos de Caio Matos (2022) e de André Fontan Köhler, Renato Eliseu Costa e Bárbara Rodarte de Paula (2021).

Apontamos que o ALB é também produto e materialização de viradas e mudanças (in)disciplinares que possibilitaram sua emergência. A ideia de que haveria uma especificidade a respeito da lesbianidade foi contestada não só dentro do movimento homossexual brasileiro na sua gênese, no final da década de 1970, com episódios de misoginia que culminaram na proposta autônoma de iniciativas como o GALF, mas também no movimento feminista, que inicialmente foi avesso à discussão da sexualidade não-normativa.

O “não-lugar” do movimento lésbico tanto dentro do movimento feminista como do movimento homossexual, mobilizou ativistas de maneira combativa e colaborativa, dada a necessidade de forjar alianças para avançar demandas de constituição de uma comunidade lésbica. O movimento lésbico brasileiro, já na década de 1980, estava ciente de autoras e discursos contestatórios a respeito da categoria lésbica e do seu lugar no sistema sexo-gênero.

Leituras como Monique Wittig e Adrienne Rich já faziam parte da formação de lésbicas ativistas no período, e certamente influenciaram a construção de uma agenda política (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016). É o que mostram, por exemplo, os relatos sobre ativismo presentes na Imprensa Lésbica já nas décadas de 1980 e 1990 (SILVEIRA-BARBOSA, 2019).



Nesse sentido, também mencionamos as pesquisas que precederam e fomentaram novos trabalhos sobre o tema, como o clássico *O que é Lesbianismo?*, de Tania Navarro-Swain, (2000), além da tese de Patrícia Lessa (2007). Tais estudos se somam aos esforços de setores do próprio movimento em estabelecer balanços e avaliações do ativismo, além de poderem ser interpretados como um arquivo das lesbianidades como campo de pesquisas (KUMPERA, 2021; MAIA, 2017).

Ressaltamos tais iniciativas não apenas pelo pioneirismo e pela qualidade teórica que apresentam, mas também por romperem com uma tradição de silêncio e apagamento imposta às vivências lesbianas - fato que ocorre pelos mais variados motivos e pode acarretar consequências negativas, como já apontou Paula Silveira-Barbosa (2021).

[...] A falta de preservação adequada das memórias lésbicas faz com que as pesquisas se apoiem quase sempre nos mesmos referenciais, algo que pode limitar a pluralidade de narrativas. Outro elemento negativo se refere à própria manutenção dos arquivos, já que muitas vezes os materiais são guardados de maneira inadequada, sem a sistematização requerida e nem condições necessárias para evitar a deterioração das fontes. Essa questão contribui para a invisibilidade de iniciativas e experiências importantes do segmento lésbico.

O fato de boa parte dos materiais sobre o passado das lésbicas brasileiras estar restrita a arquivos particulares também dificulta o acesso às fontes e, conseqüentemente, a produção de pesquisas sobre a temática. Afinal, se a pesquisadora interessada não conta com alguém que possa conectá-la às pessoas que possuem material de estudo ou mesmo condições financeiras para se deslocar até o lugar de guarda desses itens, as pesquisas ficam prejudicadas já no princípio. (SILVEIRA-BARBOSA, 2021, p. 40).

A história do movimento que culmina na fundação do ALB não se separa dos caminhos tomados pelo debate a respeito de gênero e sexualidade. Ao criarmos um arquivo lésbico, precisamos pensar no que consiste uma lésbica, até que ponto essa identidade pode ser transposta para o passado e de que forma mulheres que não conformam com a norma heterossexual e cisgênera se relacionaram com esse termo. Nesse ponto, assim como as ativistas da década de 1980, o ALB está atento às discussões sobre o tema.

Embora utilizar “lésbica” possa parecer datado num contexto em que os debates sobre gênero e sexualidade parecem terem se expandido além das identidades fixas, “lésbica” pode ser um atalho produtivo e um termo guarda-chuva para descrever relações amorosas e sexuais fora da



norma. Não só um termo de autoidentificação, mas discursos oficiais, médicos e midiáticos também produziram essa categoria que, em diferentes contextos, interseccionou com ideias a respeito da transgeneridade, como demonstra Augusta da Silveira de Oliveira (2023). Ao invés de somente buscar identificar lésbicas no passado, partimos do princípio de que a história lésbica é a história de uma ideia, mais do que de um grupo de pessoas, nos termos de Nan Alamilla Boyd (2013).

Historicizar a existência do ALB, portanto, é fundamental para entendermos em que contexto ele se insere, e como chega ao presente sem pretensões memorialistas em relação a um passado idealizado, mas em diálogo com iniciativas contemporâneas e parte de uma rede mais ampla de iniciativas da sociedade civil que valorizam a História e Memória LGBTQIA+.

Histórico do ALB

Em 2017, quando é publicada a dissertação “*Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*”, de autoria de Caio C. Maia, abre-se um novo caminho de investigação. Em sua pesquisa, o autor enumerou arquivos, grupos e ativistas que lhes serviram de fonte – facilitando a exploração da imprensa lesbiana e temas correlatos, de maneira generosa e pouco usual na academia.

Com esse mesmo espírito de partilha, o autor, à época identificado como mulher lésbica, toma a iniciativa de criar um grupo de *WhatsApp* chamado “Pesq Imprensa Lésbica”. O feito ocorreu no início de 2019, depois de um ano de intensas trocas com a historiadora Larissa Martins e a jornalista Paula Silveira-Barbosa, que também pesquisavam o assunto em seus estudos de mestrado. A partir daí, criou-se uma pequena rede de compartilhamento de referências pessoais e acadêmicas para facilitar as investigações. Como extensão desse grupo, também havia uma pasta virtual colaborativa de bibliografia.

Posteriormente, outras lésbicas entraram no grupo. Nesse sentido, dois eventos merecem destaque: o primeiro é o 30º Simpósio Nacional de História, que ocorreu em julho de 2019, em Recife. Na ocasião, houve o primeiro simpósio temático dedicado exclusivamente às homossexualidades, além de mesas sobre pesquisas em lesbianidades. Foi nesse contexto que o pequeno grupo de *WhatsApp* se expandiu de maneira mais significativa.



A segunda ampliação dessa rede ocorreu durante os preparativos para o 12º Fazendo Gênero, que também contou com simpósios e debates sobre lésbicas. Embora tenha ocorrido apenas em julho de 2021, as pesquisadoras já estavam se articulando para submeter trabalhos e atividades muito antes – o que fortaleceu sua interlocução acadêmica e mesmo os laços pessoais que posteriormente resultaram na criação do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB).

Tendo em vista a numerosidade e o ineditismo de muitos dos estudos que estavam sendo desenvolvidos, passamos a articular ações públicas. Um exemplo foi o *A(gosto) das lésbicas*, organizado em parceria com o coletivo Cine Sapatão. No evento, foram realizados debates virtuais sobre lésbicas no audiovisual, na literatura, na ditadura, na universidade e na imprensa.

Em seguida, com a proximidade dos 40 anos da Imprensa Lésbica brasileira, discutiu-se um evento para marcar a data. Na época, parte das pesquisadoras já havia encerrado ou estava prestes a finalizar suas dissertações e teses. De modo que o destino das fontes coletadas para a pesquisa – via doações ou compras – já preocupava o grupo.

A partir de então, passou-se a discutir a criação de uma instituição de memória dedicada à preservação e à difusão da memória lesbiana. A ideia era democratizar o acesso às fontes para pesquisas e para a comunidade em geral. Além disso, discutiu-se a necessidade de garantir proteção legal aos itens – daí a necessidade de formalizar a instituição, registrando-a nos órgãos competentes. Afinal, acreditávamos que o projeto deveria permanecer e adquirir características próprias, além de ser adotado pela comunidade lésbica e não se restringir a um segmento particular.

Durante cerca de três meses, as integrantes se encontraram semanalmente para debater os termos do estatuto, estudar os processos burocráticos para registrar e manter o arquivo, além de delinear projetos e custos futuros. Toda a articulação foi acompanhada pelas advogadas Hanna Iwamoto de Thuin e Hanna Maryam Korich, que viriam a ser as secretárias jurídicas da instituição.

Estando as integrantes de acordo com a formatação final da proposta, aconteceu em 19 de dezembro de 2020, a assembleia de fundação do Arquivo Lésbico Brasileiro, assim como a posse de sua primeira diretoria. O artigo 6º do estatuto, que versa sobre os objetivos da instituição, estabelece que ela visa:



- I – Preservar registros históricos relativos às lesbianidades, oriundos do Brasil ou do exterior;
- II – Democratizar o acesso a registros históricos sobre lesbianidades, tais como materiais escritos, imagéticos, audiovisuais, testemunhos orais e em quaisquer outros formatos compatíveis com a capacidade de armazenamento da entidade;
- III – Ser um centro de referência de pesquisa e documentação lésbica;
- IV – Contribuir para o exercício da cidadania de lésbicas com ações voltadas para educação, cultura, memória, saúde e direitos humanos (ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO, 2020).

Após a fundação, ocorreu em 15 de janeiro de 2021 a comemoração dos 40 anos da Imprensa Lésbica brasileira. O evento contou com a participação da escritora Natalia Borges Polesso e da professora Patrícia Lessa. No encontro, transmitido pelo *Facebook* do ALB, foi lembrada a publicação do boletim *Iamuricumá*, no Rio de Janeiro, e do jornal tablóide *ChanaComChana*, em São Paulo, que ocorreu em janeiro de 1981 – marcando o início da imprensa lesbiana no Brasil (MAIA, 2017; SILVEIRA-BARBOSA, 2019). Essa ação representou não apenas a lembrança de um fato histórico, mas a instituição de um marco político-afetivo, já que a primeira atividade pública do grupo retomou o tema que uniu as pesquisadoras responsáveis por fundar o ALB.

Durante o evento, foi anunciada a abertura de inscrições de um curso sobre Imprensa Lésbica, cuja verba arrecadada permitiu o pagamento da programadora Mariana Assis para desenvolver o site do Arquivo¹¹. O curso foi realizado em parceria com o coletivo Redes em Movimento e o Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar Lélia Gonzalez, da Universidade Federal do Rio Grande (FURB). Essa parceria permitiu a certificação de todas as pessoas inscritas.

A partir da rede ali constituída e de novos apoios de coletivos, grupos universitários e instituições de memória, além de divulgação na imprensa, o ALB realiza uma campanha de financiamento coletivo. Lançada em junho de 2021, a campanha “Firmando as raízes do Arquivo Lésbico Brasileiro” ultrapassou a meta de arrecadação.

Com isso, foi possível equipar a instituição para promover a devida acomodação, digitalização e disponibilização dos itens do acervo por meio do site. Para acessá-lo, basta se cadastrar gratuitamente pela internet. Após o cadastro ser aprovado, a pessoa usuária pode navegar livremente

¹¹ <https://www.arquivolesbicobrasileiro.org.br/>. Acesso em 14 dez. 2022.



pela área restrita do site onde já estão a coleção de Imprensa Lésbica, o acervo fotográfico de carnaval, além de livros do Clube de Leitura do ALB.

Atualmente, os itens estão sob a guarda das diretoras em suas residências, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se encontram também os equipamentos já adquiridos para a manutenção do acervo. Nesse aspecto, devemos lembrar que tratamentos de itens mais delicados como livros e documentos em estágio avançado de deterioração devem ser realizados em instituições parceiras, a exemplo do AEL.

No que se refere à difusão de memória de maneira mais ampla, há as mídias sociais, onde voluntárias e integrantes do ALB divulgam e rememoram figuras, acontecimentos e marcos importantes para a comunidade lesbiana. O Arquivo conta, ainda, com uma *newsletter* mensal enviada às filiadas, voluntárias e colaboradoras eventuais. O objetivo é informar essas apoiadoras sobre as atividades do ALB, além de fomentar o desenvolvimento de uma rede dispersa de lésbicas, comunicando a respeito de metas estratégicas, interesses comuns e recuperando a história lésbica para imaginar um futuro compartilhado (TAVES-SHEFFIELD, 2020).

Além disso, esse tipo de comunicação informa a respeito dos recursos e materiais recebidos pelo arquivo, o que contribui para o cumprimento de sua função social, bem como a publicidade e a transparência de sua gestão.

Talvez o mais importante a se considerar no contexto da emergência de diferentes iniciativas voltadas para a preservação da memória LGBTQIA+ seja o acesso a esses acervos. Nessa perspectiva, sinalizamos o papel das humanidades digitais (*digital humanities*) e das ferramentas de acesso aberto que permitem que pesquisadores interessados consultem os acervos independentemente de sua localização. Iniciativas digitais facilitam a construção colaborativa de conhecimento, uma plataforma democrática que desestabiliza a hierarquia na produção dos saberes (CHENIER, 2016), indicando novos caminhos da historiografia.

O envolvimento da comunidade reforça a conexão entre usuários e arquivos, o que contribui para a construção do arquivo em si e enriquece as práticas de preservação da memória, visto que horizontaliza a relação entre fontes historiográficas e quem usa material.

Atualmente, os maiores desafios que se colocam são a ampliação das formas de manutenção do Arquivo, alicerçada principalmente nas anuidades e doações de suas filiadas, e a melhoria do sistema usado para



o acervo digital. Desde o lançamento do site até o momento da redação deste artigo, em dezembro de 2022, o ALB tem utilizado o *Tainacan*, plugin de acesso aberto desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília (UnB) e amplamente adotado em acervos digitais. Apesar da facilidade de sua incorporação, há entraves no que tange à usabilidade. Como salientou a cofundadora do ALB Julia Kumpera, responsável pela comissão que implantou o nosso acervo digital:

[...] O Tainacan só costuma exibir os itens das coleções após clicarmos em “ordenar por”. Sem isso, quem acessa o acervo se depara com um aviso de “erro de sintaxe”. Apesar de o ALB ter passado o último ano buscando soluções dentro e fora da wiki do *plugin*, ainda não conseguiu resolver esse impasse. Tal limitação não impede a busca, mas acrescenta uma etapa desnecessária ao processo que pode desestimular as pessoas interessadas. Nesse sentido, a Comissão de Acervo e Patrimônio, liderada pela museóloga, especialista em divulgação científica e voluntária do ALB, Júlia Botelho Pereira, estuda a migração dos itens para um outro sistema, nos moldes da *BibliON*, inaugurada em junho de 2022 pelo Governo do Estado de São Paulo (KUMPERA, 2023, p. 178).

O acesso democrático favorece que mais estudos sobre vivências LGBTQIA+ sejam desenvolvidas a partir contato com fontes primárias. O ALB está conectado a esses debates, cientes do papel das ferramentas digitais como ponte para o acesso à informação, interagindo com a experiência do usuário.

Os desafios enfrentados conectam-se com outras questões similares que tensionam iniciativas de memória LGBTQIA+. O *Lesbian Herstory Archives*, em Nova Iorque, armazenou seu material por décadas na casa de uma de suas fundadoras antes de comprar uma casa numa região historicamente habitada por lésbicas. Além disso, a manutenção do acervo e engajamento de pessoas voluntárias também parecem ser questões comuns por acervos LGBTQIA+ que se constituem de maneira comunitária. Olhar para o passado, nesse sentido, pode contribuir para avaliarmos possíveis caminhos do ALB. Nesse ínterim, as redes colaborativas constituídas provam-se fundamentais para a continuidade do trabalho de memória e preservação.

Considerações Finais



Relembrar iniciativas de memória lesbiana é uma forma de dar continuidade aos esforços de constituir a categoria “lésbica” como ato de recusa ao patriarcado, como ato de resistência, para usar as expressões da pioneira Adrienne Rich (2010). Por isso, mais do que lembrar as contribuições de quem nos antecedeu, é necessário encarar a memória como algo criativo e com efeitos no presente. No disruptivo ensaio sobre heterossexualidade compulsória, a autora afirma:

[...] a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor (RICH, 2010, p. 36).

E numa elaboração mais recente e focada na América Latina, Yuderkys Espinosa-Miñoso é categórica:

A verdade é que a historicização do ideário lésbico na América Latina, e mesmo do ideário feminista, tem sido uma árdua tarefa realizada apenas por umas poucas. Talvez pela falta de fontes relevantes o suficiente para marcar uma geração. A legitimidade dos conhecimentos e pensamentos produzidos pelo feminismo da América Latina não foi levada a sério até muito recentemente.

[...] É grande o desafio de tentar divulgar e valorizar suas contribuições, assim como a árdua tarefa dos autores de elaborar um texto capaz de dar conta do contexto de produção a partir de um compromisso com a construção de suas próprias perspectivas interpretativas (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016, p. 253-254, tradução nossa)¹².

Assim, ressaltamos que arquivos não só acumulam memórias imóveis no tempo. O Arquivo Lésbico Brasileiro, ao destacar a

¹² No original: “Lo cierto es que la historización de las ideas lesbianas en América Latina, pero aun de las ideas feministas ha sido una tarea ardua a penas emprendida por unas pocas. Quizás por la falta de fuentes lo suficientemente relevantes como para marcar una generación. Por lo regular no ha sido muy tomada en serio, sino hasta muy recientemente la legitimidad de los conocimientos y pensamientos producidos por el feminismo desde Latinoamérica. [...] El reto es grande por intentar difundir y valorizar sus aportes, así como ardua la tarea de las autoras de confección de un texto capaz dar cuenta del contexto de producción a partir de un compromiso con la construcción de miradas interpretativas propias”.



importância da existência lésbica e da preservação de seus registros, toma momentos do passado para reimaginar o futuro (MUÑOZ, 2009) e propor novos temas para o estudo do gênero e da sexualidade. O papel da resistência à repressão, como articulado em grupos como o GALF, ecoa em iniciativas contemporâneas e inspira ativistas do presente. É no esforço de materializar um futuro no qual a lesbianidade não é invisibilizada e marginalizada, como imaginaram as mulheres que tomaram o Ferro's Bar em 1983, que o ALB se constitui como projeto e rede de colaboração, apontando a História Lésbica como um caminho frutífero de investigação.

Nesse aspecto, destacamos organizações semelhantes ao ALB que emergiram no Brasil e no mundo, parte de um debate maior sobre preservação da memória LGBTQIA+. O destaque para instituições dedicadas à memória lésbica ressalta a importância desses acervos não só pela documentação que abrigam, mas pelo papel social que possuem ao articular a comunidade lésbica. Se o arquivo de sentimentos é o que subverte a ideia de um arquivo monolítico, o ALB só se constitui por meio do investimento político e pessoal das pessoas que dele fazem parte e o compromisso com a memória lésbica. Conjugado isso com o papel social de articulação e mobilização da comunidade é a chave para a permanência da iniciativa.

A maior visibilidade de acervos como o ALB dentro e além das comunidades às quais se destinam sugere que eles possuem a capacidade de manter-se para além de suas atuais lideranças, longevidade exigida para guarda e preservação dos documentos. Além disso, sua inserção num debate mais amplo sobre memória, fomentado por iniciativas similares no Brasil e no mundo, aponta que há espaço de discussão para o lugar da existência lésbica na história dos movimentos sociais, do período ditatorial e da redemocratização no Brasil, bem como para a complexificação do entendimento a respeito das categorias identitárias contemporâneas.

A existência de um acervo como o ALB e de uma rede que se constitui a partir de sua fundação aponta, ainda, para a necessidade de preencher a lacuna historiográfica a respeito da lesbianidade no Brasil e para a reiteração do discurso que questiona a norma do sexo e gênero em favor de uma perspectiva que entende a multiplicidade da palavra “lésbica”. Com um arquivo lésbico, colocam-se no horizonte novas possibilidades para indagar as fontes históricas (ESPINOSA-MIÑOSO, 2016), e, inclusive contribuir para o movimento de ruptura com os



“silêncios de Clio” – que é como tem sido chamada a invisibilidade ou marginalização das homossexualidades na História (VERAS; PEDRO, 2014, p. 92).

Consciente dos esforços de organização de grupos de lésbicas que a partir do final da década de 1970, que resultaram em produções independentes, na criação de uma imprensa própria e de uma rede de sociabilidades, o ALB se posiciona como questionador da norma que invisibiliza as identidades lésbicas, e se soma à resistência histórica das dissidentes sexuais e de gênero, buscando viabilizar um campo de pesquisa centrada nas memórias lésbicas.



Referências

ANZALDÚA, Gloria. Geografías de identidades profundas Nos/Otras, las neplanteras y el nuevo tribalismo. In: ANZALDÚA, Gloria. **Luz en lo oscuro**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Hecht, 2021, p. 107-150.

ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO. **Estatuto social do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB)**, 2020. Cartório do 5º Ofício de Notas, Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos de Brasília (DF).

BELLINI, Lígia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BESSETTE, Jean. **Retroactivism in the Lesbian Archives**: Composing Pasts and Futures. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2017.

BOYD, Nan Alamilla. “The History of the Idea of the Lesbian as a Kind of Person.” **Feminist Studies**, v. 39, n. 2, p. 362–65, 2013.

CVETKOVICH, Ann. “In the Archive of Lesbian Feelings.” **An Archive of Feelings**. New York: Duke University Press, 2003, p. 239–271.

CHENIER, Elise. Reclaiming the Lesbian Archives, **The Oral History Review**, v. 43 n. 1, p. 170-182, 2016.

CHENIER, Elise. “Hidden from Historians: Preserving Lesbian Oral History in Canada”. **Archivaria**, v. 68, p. 247-69, 2010.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. O Espantoso Casamento de Caxias: lesbianidade e transmasculinidade nos anos 1960. In: Renan Quinalha; Paulo Souto Maior. (Org.). **Novas fronteiras das histórias LBGTI+ no Brasil**. São Paulo: Editora Elefante, 2023, p. 219-240.



ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Historizar las disputas, indagar las fuentes: hipótesis para pensar el movimiento de lesbianas en América Latina. **Atlánticas**, v. 1, n. 1, p. 240-259, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Superando el Análisis Fragmentado de la Dominación: Una Revisión Feminista Descolonial de la Perspectiva de la Interseccionalidad. In: **En Tiempos de Muerte: Cuerpos, Rebeldías, Resistencias**. Buenos Aires: Clacso, Retos, 2019. p. 273-293.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle:** perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Ediciones Antropos, 2006.

FALQUET, Jules. Lesbianisme noir au Brésil. Entretien avec Neusa das Dores Pereira, Elizabeth Calvet. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 21, n 1, p. 110-124, 2001.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 125-148.

FIGARI, Carlos. **@s “outr@s” cariocas – interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX.** Belo Horizonte: Editora UFMG: Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

GREEN, James. **Além do Carnaval:** A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.



GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

GREEN, James N. et al. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

HALBERSTAM, Jack. **In a Queer Time and Place**: Transgender Bodies, Subcultural Lives. New York: New York University Press, 2005.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JOFFRION, Elizabeth. The Will to Collaborate. In: MCHUGH, Kathleen Anne; JOHNSON-GRAU, Brenda; SHER, Ben Raphael. **Making Invisible Histories Visible**: a Resource Guide to the Collections. Los Angeles: UCLA Center for the Study of Women, 2014, p. 29-33.

KÖHLEN, André Fontan; COSTA, Renato Eliseu; DE PAULA, Bárbara Rodarte. E o patrimônio histórico e artístico nacional? Política. **O Estado de S. Paulo (Estadão)**. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/e-o-patrimonio-historico-e-artistico-nacional/>. Acesso em 14 dez. 2022.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. A constituição do acervo digital do ALB: procedimentos técnicos e memórias políticas. **Acervos e referências de memória LGBTQIAP+**. In: VIEIRA, Leonardo. São Paulo: Museu da Diversidade Sexual, 2023, p. 166-179.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. **“O lesbianismo é um barato”**: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). 2021. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.



LATIMER, Tirza True. “[Introduction].” **Art Journal**, vol. 72, n. 2, p. 34–37, 2013.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. 2007. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: DE HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MAIA, Caio C. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MATOS, Caio. Os homossexuais na visão de Bolsonaro. Governo. Congresso em Foco. 25 set. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/os-homossexuais-na-visao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MENEZES NETO, Hugo; SOLIVA, Thiago Barcelos. Musealizando a diferença: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+. **Iluminuras**, v. 24, n. 65, p. 34-65, 2023.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina**. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

MORANDO, Luiz. Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 4, p. 62-76, 2018.



TEMPORADA DE CAÇA. Direção: Rita Moreira. Produção: Rita Moreira. Brasil: produção independente, 1988. VHS.

MUÑOZ, José Esteban. **Cruising Utopia, 10th Anniversary Edition: The Then and There of Queer Futurity**, New York, USA: New York University Press, 2009.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

NOGUEIRA, Nadia. **Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960**. 2005. 305 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OCANHA, Rafael Freitas. **“Amor, feijão, abaixo camburão”:** Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do Michê:** A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.



REA, Caterina A. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso; NETO, Rubens Mascarenhas. “History and Memory of Dissident Sexualities from Latin America: An Analysis of the Foundation, Current Activities, and Projects of AMAI LGBTQIA+.” **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, v. 5, n. 4, p. 69–89, 2021.

SILVEIRA-BARBOSA, PAULA. Os desafios de historiar a Imprensa Lésbica brasileira. In: Rita de Cássia Colaço Rodrigues; Elias Ferreira Veras; Benito Bisso Schmidt. (Orgs.). **Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+**. 1 ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021, v. 1, p. 33-45.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. **Trajetória da imprensa lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 281 f. 2019.

TAVES-SHEFFIELD, Rebecka. **Documenting Rebellions: A Study of Four Lesbian and Gay Archives in Queer Times.** Sacramento, CA: Library Juice Press, 2020.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.



Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB): El “giro de la memoria” y la construcción de una red disidente

RESUMEN: Este artículo busca contextualizar la creación del Archivo Lésbico Brasileño (ALB) insertándolo en un proceso más amplio de iniciativas colectivas para preservar la memoria de comunidades y sujetos disidentes de la norma, buscando traer visibilidad a historias antes marginadas. A través del reconocimiento de la particularidad de la existencia lesbiana en Brasil, destacamos el proceso de constitución de las colecciones LGBTQIA+ en las últimas décadas, en la medida en que también discutimos las condiciones que permitieron que se desencadenara la memoria de estos grupos. Finalmente, debatimos el proceso de constitución del Archivo Lésbico Brasileño como red e iniciativa colectiva, señalando su particularidad y relevancia para la historia lesbiana.

PALABRAS CLAVE: Archivos. Historia Lesbiana. Memoria LGBTQIA+.

Paula SILVEIRA-BARBOSA

Jornalista e pesquisadora. Cofundadora e Diretora-Geral do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB). Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Brasília e discente do bacharelado em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sua dissertação, intitulada "Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo", recebeu menção honrosa no Prêmio de Teses e Dissertações da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura em 2020.

E-mail: paulaevelyn.b@gmail.com

Augusta da Silveira de OLIVEIRA

Doutoranda em História na Brown University com bolsa CAPES/Comissão Fulbright, onde desenvolve pesquisa a respeito da lesbianidade no Brasil durante o século XX. Licenciada, bacharel e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com período de estudo na Universidad de Buenos Aires (UBA) com bolsa ESCALA da Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Possui experiência nas temáticas de História LGBTQIA+ e História das Relações de Gênero. Integrante do Arquivo Lésbico Brasileiro e do CLOSE - Centro de Referência da História da LGBTQI+ do RS.

Email: augustaslvr@gmail.com



Recebido em: 07/07/2023

Aprovado em: 29/05/2024



ARTIGO

Experiências docentes em atos de currículo antissexistas e antirracistas na educação básica

Lara Lage de Andrade, *Rede Municipal da Prefeitura de Petrópolis*

Felipe Carvalho, *Universidade Estácio de Sá*

Dilton Ribeiro Couto Junior, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

RESUMO. Nesta pesquisa-com a experiência, buscamos compreender como as/os docentes criam atos de currículo antissexistas e antirracistas na Educação Básica. Mobilizamos os estudos pós-estruturalistas e o feminismo negro interseccional para pensar-fazer esta pesquisa. Por conta da pandemia da Covid-19, ficamos impossibilitados de fazer pesquisa de campo presencial, o que nos levou a produzir um questionário aberto *online* (via Google Form) como ferramenta de pesquisa, compartilhado em grupos de docentes no WhatsApp em 2021. Nesta pesquisa, contamos com a participação de 31 docentes mulheres que atuam em escolas localizadas em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Embora metade das docentes tenha dito que não sofreu ou presenciou casos de racismo e sexismo na escola, o que pode ser questionado, todas reconhecem a importância de colocar em ação práticas antirracistas e antissexistas cotidianas por meio de livros, vídeos e histórias voltadas para o empoderamento feminino e racial. Dessa forma, consideramos urgente o investimento de políticas públicas de formação para que docentes direcionem seus esforços no planejamento de ações antirracistas e antissexistas, enfrentando os desafios e dilemas de aprender-ensinar em parceria com crianças e jovens em uma sociedade estruturalmente racista e cisheteropatriarcal como a nossa.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Gênero. Sexualidade. Docência. Educação Básica.



Teorizações: a produção da diferença no cotidiano escolar

“A gente combinamos de não morrer.”

(Conceição Evaristo, 2016)

Pensamos-fazemos esta pesquisa com a experiência docente com base nos estudos pós-estruturalistas e no feminismo negro interseccional para refletir-problematizar a produção da diferença de raça, gênero e sexualidade no cotidiano escolar. A interseccionalidade, enquanto instrumento analítico-crítico, é uma forma de compreender a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2016), possibilitando uma reflexão acerca das relações de poder e dominação entre raça, gênero, sexualidade, classe, entre outros marcadores das diferenças no processo formativo. Partimos da compreensão de que a interseccionalidade “visa a dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2018, p. 16); é uma “expresión utilizada para designar la perspectiva teórica y metodológica que busca dar cuenta de la percepción cruzada o imbricada de las relaciones de poder” (VIGOYA, 2016, p. 2).

Movimentamo-nos a partir de aportes pós-estruturalistas, reconhecendo a necessidade de duvidar do instituído, relativizando o que se apresenta como verdadeiro; buscando renunciar às relações de causa-efeito ao analisar os fenômenos sociais do nosso tempo; privilegiando uma postura investigativa que entende as práticas culturais não como “dadas”, mas como fruto de um contexto singular (MEYER, 2014). Dessa forma, pesquisar articulando os marcadores sociais de raça-gênero-sexualidade com base em aportes pós-estruturalistas implica assumirmos que eles funcionam como organizadores sociais “(o que inclui políticas e programas sociais) e, assim, engloba[m] todos os processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos” (MEYER, 2014, p. 53).

A partir desses estudos, buscamos compreender como as docentes criam atos de currículo antissexistas e antirracistas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Atos de currículo são práticas pedagógicas contextualizadas, pensadas, criadas e praticadas por docentes e



estudantes em cenários curriculares. Um dos princípios que compõem os atos de currículo é a possibilidade de desconstruir a noção colonizadora de que os currículos seriam “artefatos pedagógicos feitos tão somente por especialistas e legitimados apenas por autoridades culturais e educacionais, asseguradas por aparelhos ideológicos institucionalizados” (MACEDO, 2013, p. 428). Os atos de currículo, enquanto movimentos político-pedagógicos propositivos, visam à (co)autoria e ao protagonismo de docentes e estudantes na criação curricular, se interessam em compreender como essas/es sujeitas/os forjam, inventam e reinventam currículos nas práticas pedagógicas.

A ideia desta pesquisa é analisar e visibilizar experiências docentes vivenciadas em atos de currículo a partir da desconstrução e desnaturalização de práticas sexistas e racistas no processo formativo. A importância de pesquisar a intersecção raça-gênero-sexualidade com a docência se inscreve, primeiramente, pela relevância teórica e prática para o campo da educação atualmente, e pelas políticas educacionais que impulsionam os debates dessas temáticas na formação inicial e continuada como discussões transversais, além de fomentarem alterações significativas nas estruturas curriculares da formação docente.

Partimos do entendimento de que interseccionar práticas antissexistas e antirracistas em atos de currículo abre espaços “para assumimos um compromisso ético que pressupõe o alargamento das margens de liberdade nos cotidianos educacionais (no dentro-fora da escola) capazes de promover a proliferação da diferença como devir, não como representação passível de tutela, controle e morte” (COUTO JUNIOR; POCAHY; OSWALD, 2018, p. 71). Interseccionar essas práticas significa também reconhecer os múltiplos marcadores de identidade e diferença que constituem as/os sujeitas/os, convidando a um olhar sobre o modo como a intersecção raça-gênero-sexualidade organiza as relações sociais no cotidiano escolar.

Compreendemos que, dentro-fora de sala de aula, docentes e estudantes produzem-reproduzem múltiplos “enquadramentos normativos” (BUTLER, 2015) de raça, gênero, sexualidade, classe, território, religião, geração, entre outros. Um dos objetivos dos enquadramentos é a fabricação/produção de um/a determinado/a sujeito/a ideal em nossa sociedade, estruturada pelo capitalismo, racismo, sexismo e cisheteropatriarcado (CARNEIRO, 2011; AKOTERENE, 2019). Esse processo de fabricação dos corpos, gêneros e sexualidades é sutil, sendo produzido e reiterado cotidianamente (LOURO, 2014). Os



enquadramentos são postos em funcionamento modelando, materializando e reconhecendo os corpos nas práticas pedagógicas, por meio de disciplina, controle, identificação, diferenciação, classificação, ordenação.

Os quadramentos operam no cotidiano escolar fazendo com que algumas vidas (brancas, cisheterossexuais, cristãs, não periféricas) sejam inteligíveis no interior de uma dada prática sociocultural; já outras vidas desviantes desses quadramentos (negras/os, indígenas, LGBTQIA+, deficientes, mulheres) sofrem com a exclusão e precarização e, em casos extremos, são letalizadas (POCAHY, 2018). Esses quadramentos, entretanto, não conseguem capturar tudo o que se é desejado, pois sempre há desvios, rupturas e insurgências que possibilitam a produção de outros modos de vida.

Compartilhamos da ideia de que, no cotidiano escolar, os corpos de docentes e estudantes são hierarquizados “através do enxadrezamento¹ cênico da vida social que nos dispõe em valores e vão estar submetidos ao conjunto de marcas que imprimem sobre eles ficções políticas que frequentemente pensamos ser naturais” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 7). Alguns desses conjuntos de marcas subjetivam os corpos, ensinando-os e fazendo com que acreditem que o racismo e o sexismo não existem no cotidiano escolar e em nossa sociedade, aspecto que acaba naturalizando tais práticas dentro-fora da sala de aula; é preciso tratar dessas práticas como fruto de uma relação de poder e dominação que ceifou/vem ceifando muitas vidas e contribuindo para a promoção da exclusão escolar.

Cavalleiro (2005) argumenta que há de se considerar que docentes apresentam modos de ver o mundo ainda muito influenciadas/os por uma estrutura racial que, ao negar o racismo e os efeitos do racismo nos corpos negros, não há um reconhecimento dos aspectos negativos do racismo também para as pessoas brancas. Dessa forma, isso impede a criação-mobilização de estratégias para a participação positiva da criança negra, mesmo que se saiba da existência da discriminação racista dentro-fora da escola. Cavalleiro (2005) destaca ainda que grande parte das relações raciais no cotidiano escolar “está alicerçada no mito da democracia racial, que defende que a sociedade brasileira não tem práticas racistas e que pessoas negras ou brancas têm as mesmas possibilidades de ascensão e sucesso sociais” (p. 98).

¹Enxadrezamento é um neologismo “que invoca o jogo de xadrez como forma condensada, estratégias de vida e sobrevivência e de luta dos corpos” (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 7).



Cavalleiro (2001) pontua que há de pensar-praticar uma educação antirracista, em que seja reconhecido o racismo em nosso contexto; repudiando e combatendo toda conduta preconceituosa e discriminatória; promovendo reflexões contínuas sobre o racismo e seus derivados; cuidando das relações interpessoais; mobilizando ações, em parceria com as/os estudantes, que potencializem os múltiplos modos de ser/estar no mundo; articulando conteúdos e materiais que visem a eliminar o currículo eurocentrado, contemplando a diversidade racial, com temáticas negras; e pensando em meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

Além das estratégias acima mencionadas sobre a promoção de uma educação antirracista, consideramos fundamental desenvolver na formação inicial e continuada de docentes ações de combate e prevenção ao racismo e sexismo, uma vez que a formação abre espaço a outros modos de pensar, aspecto que consideramos importante na diminuição das desigualdades (SISS; FERNANDES, 2014). Para a promoção dessa educação concordamos que seja necessário, acima de tudo, diálogo e respeito em sala de aula, encorajando uma postura de alteridade que leve em conta a pluralidade de ideias e das diferenças, além da existência das tensões e dos conflitos (CARVALHO; PIMENTEL, 2022a).

Pensar-praticar uma educação antissexista e antirracista ainda é um desafio complexo para todas/os. Guacira Louro (2014) ensina que o cotidiano escolar é o espaço-tempo em que se produz e reproduz a diferença; ela frisa que a própria escola é produtora dessa diferença. Nas palavras da autora: “servindo-se de símbolos e códigos, ela [a escola] afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e instituí. Informa o ‘lugar’ [...] dos meninos e das meninas” (LOURO, 2014, p. 63), dos brancos e dos negros, dos bons e dos ruins. Perpetuam-se ideias-práticas sexistas, como as de que meninas se identificam mais com a área de humanas e meninos com a área de exatas; meninas podem demonstrar afeto a outras meninas, enquanto os meninos não podem; meninas agitadas são consideradas malvistas, diferentemente dos meninos: é um “comportamento normal e natural”. Muitas dessas ideias-práticas binárias e dicotômicas do que é visto como sendo próprio dos corpos femininos/masculinos são tratadas como naturais, imutáveis e inatas, o que contribui para potencializar ainda mais o sexismo no cotidiano escolar. Obviamente há insurgências contra essas ideias-práticas, até porque os corpos aprendem com outros corpos a escapar/desviar desses enquadramentos normativos.



Discutimos, a seguir, os movimentos epistêmico-metodológicos que realizamos para produzir esta pesquisa.

Movimentações epistêmico-metodológicas

Nesta pesquisa, analisamos as experiências compartilhadas por docentes que atuam na educação infantil e/ou no ensino fundamental (1º ano ao 5º ano) em diferentes instituições de ensino localizadas no estado do Rio de Janeiro. Pensamos-fazemos a pesquisa com base nas epistemologias das práticas docentes e da pesquisa-com a experiência para refletirmos os atos de currículo antirracistas e antissexistas promovidos pelas docentes em sala de aula. Quando nos referimos às epistemologias das práticas docentes, não estamos falando de qualquer prática, mas de uma prática crítica, reflexiva e propositiva, que tem intencionalidades pedagógicas, objetivando uma determinada formação e produção de sujeitas/os. É uma prática singular, situada culturalmente, não passível de reprodutibilidade, conectada a um ideário pedagógico e a dimensões teórico-metodológicas, da vida cotidiana e da própria experiência. Nessas epistemologias, “a prática aparece como espaço não somente de construção de sujeitos coletivos, como também de construção de novas compreensões do mundo da vida e de saberes situados” (THERRIEN, 2006, p. 72). Por meio dessas epistemologias, buscamos caminhos/indícios/rastros para compreender as inventividades docentes, suas experiências vivenciadas e processos subjetivos em atos de currículo antissexistas e antirracistas.

Optamos por “pesquisar-com a experiência” (MACEDO, 2015) docente porque esse modo de fazer a pesquisa nos apoia a analisar as experiências que marcam as/os docentes, seus saberes, implicações, processos formativos, atos de currículo, proposições didático-pedagógicas, concepções de mundo. Pesquisar-com a experiência é reconhecer a pesquisa como acontecimento, ou seja, é pesquisar no contexto da imprevisibilidade e da singularidade (MACEDO, 2015). A experiência, conforme Bondía (2002, p. 21), “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Nessa linha de pensamento, nossa pesquisa-com a experiência é única e irrepetível, na qual o percurso é construído no decorrer da caminhada e não pavimentado *a priori*, o que significa que estamos abertos para o desconhecido (BONDÍA, 2002).



Esta pesquisa-com a experiência foi produzida durante a pandemia da Covid-19, o que nos fez repensar-reconfigurar a ideia inicial de pesquisa, que era conversar presencialmente com as docentes e analisar as experiências compartilhadas por elas durante nossos momentos de interação. Não podemos negar que a pandemia ensejou que experienciássemos outros modos de interagir com o outro, tanto na docência quando na pesquisa, possibilitando que (re)inventássemos diferentes estratégias para conduzir o trabalho docente-investigativo (COUTO JUNIOR; TEIXEIRA; MADDALENA, 2023).

Dessa forma, nossa estratégia metodológica nesta pesquisa foi criar um questionário aberto *online* (instrumento de pesquisa), pelo Google Forms, buscando capturar rastros de experiências compartilhadas pelas docentes em atos de currículo. Nesse questionário havia um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, em que solicitamos a autorização do uso dos relatos docentes para a pesquisa científica. Deixamos explícito que a autorização era voluntária, que não haveria qualquer constrangimento ou prejuízo se elas não autorizassem, e ressaltamos que, se autorizassem, estariam contribuindo para o avanço científico da área. Criamos um espaço para que cada participante informasse como gostaria de ser identificada.

O questionário *online* é composto por perguntas abertas com o objetivo de disparar as experiências docentes: se já presenciou ou sofreu algum caso de racismo ou sexismo em sala de aula? Caso a resposta fosse “sim”, a pergunta era se a participante poderia compartilhar um relato sobre o ocorrido e que ações e práticas de prevenção e combate foram adotadas em sala de aula. Questionamos também se as docentes já promoveram alguma prática ou atividade pedagógica antirracista ou antissexista com as/os estudantes, a resposta sendo “sim”, solicitamos o compartilhamento dessa prática ou atividade; e se elas participaram de algum curso de formação continuada sobre gênero, sexualidade e raça, o que achou do curso e se contribuiu para a ressignificação da própria prática pedagógica. O formulário ficou disponível do período de 15 de setembro a 15 de outubro de 2021, sendo compartilhado pelo WhatsApp em diversos grupos de docentes.

Consideramos que questionário online permite conhecer fragmentos do cotidiano escolar de cada professora, oportunizando novas entradas de problematização a partir das respostas compartilhadas. No processo de produção desta pesquisa, não tínhamos como intenção tecer reflexões conclusivas a partir das respostas das docentes, mas trazer



considerações que fornecessem pistas sobre a importância de atos de currículo voltados ao enfrentamento de práticas racistas e sexistas dentro e fora da escola. Movimentamo-nos epistêmico-metodologicamente refutando as metanarrativas e os generalismos, reconhecendo ainda que nossos achados são provisórios (MEYER, 2014; PARAÍSO, 2014). Pesquisar-com a experiência é, portanto, da ordem da imprevisibilidade e do acontecimento.

Nossa opção pelo WhatsApp se deu porque é incontestável sua popularidade hoje, permitindo que, dinamicamente e colaborativamente, sejamos capazes de produzir e compartilhar, com outras pessoas geograficamente dispersas, mensagens de texto, voz, vídeos, imagens e até mesmo documentos de diferentes formatos. O WhatsApp conecta sujeitas/os, é gratuito e tem proporcionado o engajamento de pessoas de todos os cantos do mundo a intercambiarem experiências distintas a partir da participação em processos comunicacionais digitais (PORTO; OLIVEIRA; CHAGAS, 2017). Nesse contexto, o WhatsApp pode ser mais uma estratégia metodológica a ser adotada na pesquisa com o objetivo de promover o contato com as/os sujeitas/os, incentivando a partilha e o aprendizado com a/o outra/o.

A partir das experiências compartilhadas pelas docentes no questionário aberto *online*, produzimos sentidos provisórios nesta pesquisa, conforme discutidos a seguir. Esses sentidos encontram-se organizados em quatro subseções, sendo a primeira voltada para problematizar os relatos das docentes participantes que, na percepção delas, nunca presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula; na segunda subseção analisamos os relatos daquelas docentes que presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula; já na terceira subseção discutimos os atos de currículo criados pelas docentes como estratégia para colocar em ação práticas antirracistas e antissexistas; por fim, na quarta subseção tensionamos a importância de uma formação docente que discuta as interseccionalidades de raça-gênero-sexualidade, visando a combater práticas preconceituosas e discriminatórias dentro e fora do cotidiano escolar.

Experiências docentes antirracistas e antissexistas

Nesta pesquisa, contamos com a participação de 31 docentes mulheres: 23 trabalham na rede pública de ensino, 6 na rede particular e



2 não informaram. Desse total, 20 atuam somente na educação infantil, 8 no ensino fundamental (1º ano ao 5º ano), 2 na educação infantil-ensino fundamental (1º ano ao 5º ano) e 1 não informou em que seguimento atua. Essas docentes trabalham em escolas localizadas em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, o que permitiu compreender de quais contextos elas compartilham as suas experiências em atos de currículo, a saber: Rio de Janeiro (17 docentes), Magé (6 docentes), Petrópolis (1 docente), Rio das Flores (1 docente), São Gonçalo (1 docente), Teresópolis (1 docente), Guapimirim (1 docente), Belford Roxo (1 docente), Nilópolis (1 docente) e São Pedro da Aldeia (1 docente).

Docentes que nunca presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula

No processo de produção das análises desta pesquisa, identificamos que 15 docentes disseram nunca ter presenciado/sofrido algum caso de racismo ou sexismo em sala de aula, mesmo em uma sociedade estruturalmente racista (BERNARDO; MACIEL, 2015) e cisheteropatriarcal como a nossa (AKOTERENE, 2019). Perceber as nuances do racismo e do sexismo dentro-fora da escola significa reconhecer que nossa sociedade é estruturalmente racista e cisheteropatriarcal, na qual nem todas as vidas são dignas de luto (BUTLER, 2015). Estranhar aquilo que é aceito como normal é problematizar as próprias estruturas sociais, convidando-nos a uma melhor compreensão sobre como, em que contextos e “em quais condições as coisas se tornam isto que elas são neste momento” (MEYER, 2014, p. 59). Questionamo-nos sobre os possíveis motivos que levam as docentes participantes da pesquisa a não identificarem práticas racistas ou sexistas na escola. Esse dado pode ser analisado a partir de quatro pontos a seguir.

1. Muitas vezes, a violência racial, sexista e de gênero, praticada entre estudantes-estudantes ou docentes-estudantes, é sutil, vista como algo menor, sem gravidade, somente uma “brincadeira”, não sendo qualificada com um crime, um problema; 2. outra discussão que trazemos é a de que essas docentes tenham poucos letramentos para identificar as violências raciais, sexistas e de gênero em suas práticas cotidianas, o que dificulta a intervenção quando elas acontecem; 3. há o pacto entre sujeitas/os brancas/os cisheterossexuais que negam o racismo e o sexismo em nossa sociedade, o que invisibiliza/mascara/camufla as violências ocorridas, impossibilita uma discussão mais aprofundada com o coletivo



e deixa marcas profundas nos corpos de quem as sofrem. Há, também, aquelas pessoas que compactuam indiretamente com o racismo e o sexismo ao silenciar diante de casos que presenciam; e 4. uma última discussão é que ensinamos-aprendemos desde muito cedo a odiar as diferenças (CARVALHO; POCAHY, 2020), inclusive (re)produzimos esse ódio em múltiplos espaços-tempos, até mesmo na escola, potencializando a sua banalização, a naturalização da violência em sala de aula, não sendo vista como algo produzido socioeconômica e culturalmente e, também, como um crime cometido.

No contexto acima exposto, cabe lembrar a importância da mediação docente, com docentes formados para atuar com essas temáticas (raça, gênero, sexualidade), intervindo, colaborando, questionando, trazendo outros pontos de vista, contrapondo as ideias, convidando outras/os estudantes a participar manifestando suas ideias. Debater-conversar sobre as intersecções do racismo e do sexismo é imprescindível para colocar em movimento reflexões que auxiliem na construção de práticas pedagógicas antirracistas e antissexistas. Não podemos esquecer a importância da conversa na mediação docente, pois a conversa possibilita o intercâmbio de experiências entre duas ou mais pessoas, fornecendo a cada participante modos diferentes de ver o mundo (CARVALHO; PIMENTEL, 2022a).

Docentes que presenciaram/sofreram racismo ou sexismo em sala de aula

Dezesseis docentes afirmaram já ter presenciado ou sofrido algum caso de racismo ou sexismo em sala de aula, conforme exposto a seguir:

Atos racistas relacionados ao cabelo crespo e associar determinada cor ao gênero (azul para meninos e rosa para meninas) (Tereza).

Apesar de serem pequenos e seus princípios morais estarem em formação, em algumas situações, já presenciei crianças que não queriam brincar com outro coleguinha, por conta da cor e do cabelo (Carol).

Aluno branco chamando colegas negros de macaco (C).

No primeiro dia de aula, um aluno do 3º ano, virou para mim e disse que não gostava nem de preto nem de gordo (Ana Paula).



Na escola privada, a mãe demonstrou verbalmente insatisfação pela filha ter uma professora negra e moradora de uma comunidade (Luciana).

Já presenciei alunos discriminando colegas negros, e meninos desvalorizando o trabalho das mães, que são donas de casa (Luciana).

Peguei duas bonecas para brincar, uma preta e a outra loira. Quando dei a boneca preta na mão da criança, ela escondeu o rosto e, por fim, a colocou no chão, embaixo da mesa. Percebi seu olhar sobre a boneca 'branca' e perguntei se queria aquela, o que prontamente ela aceitou (Jane).

Pais reclamando após ver um menino com uma boneca (Suelen).

Nessas experiências compartilhadas e vivenciadas pelas docentes, é evidente como racismo, sexismo, classismo e gordofobia são manifestados/materializados em atos de currículo de diversas formas, inclusive organizando as relações sociais dentro-fora do cotidiano escolar, como, por exemplo, na impossibilidade de as/os estudantes constituírem laços de amizade com as/os outras/os estudantes e com as próprias docentes. Essas manifestações/materializações produzem monstruosidades em nossa sociedade, potencializam crimes de ódio contra as diferenças, podendo, em caso extremos, ser letal (POCAHY, 2018). Não somente a aparência física, mas até mesmo brinquedos e brincadeiras tornam-se disparadores para a reiteração de práticas preconceituosas e discriminatórias, exigindo um olhar atento e sensível para lidar com as inúmeras situações cotidianas que emergem em sala de aula.

As experiências compartilhadas pelas docentes mostram que precisamos questionar os enquadramentos normativos de raça, gênero e sexualidade que se baseiam na perspectiva biologicista, a qual coloca em funcionamento a naturalização de “classificações identitárias essencialistas que valorizam determinadas condutas entendidas social e culturalmente como sendo masculinas [e femininas, brancas e negras]” (FREITAS; COUTO JUNIOR; CARVALHO, 2023, p. 42). Nos relatos das participantes da pesquisa, é perceptível a preocupação delas com discursos e práticas que buscam classificar/enquadrar o outro a partir de atributos físicos, que consideramos como uma tentativa de definir qualitativamente o lugar social daquele corpo/sujeito em nossa sociedade. Esses relatos nos remetem à ideia de que é inegável que grupos “em situação de vulnerabilidade social [...] sofrem por conta de redes



insuficientes de apoio social, por estarem enquadradas em condições invisíveis em que parte das minorias recorrentemente se encontra” (COUTO JUNIOR et. al., 2019, p. 1212).

Compreendemos que é necessário retirar a “camisa de força” dos enquadramentos normativos de raça, gênero e sexualidade dos corpos de docentes e estudantes, assim como de todos/as nós. Esse é um desafio para a formação em nosso tempo, que requer cada vez mais esforços para criar ações pedagógicas antissexistas e antirracistas, tanto em nível macro quanto em micro no cotidiano escolar, possibilitando o intercâmbio de experiências de práticas de si e com os outros. Através dessas práticas, poderemos desnaturalizar ideias biologicistas baseadas em raça, gênero e sexualidade e, assim, construir novas formas de compreensão e de interação social mais igualitárias e respeitadas dentro-fora de sala de aula. Além disso, tais ações pedagógicas podem contribuir para a formação de sujeitos/as ainda mais críticos, podendo vir a se desdobrar na construção de uma sociedade que favoreça a constituição de novos modos de ser/viver.

Atos de currículo criados pelas docentes

Entendemos que o trabalho de prevenção e de combate ao racismo e ao sexismo é diário, complexo, como pudemos observar nos atos de currículo criados pelas docentes:

Sempre intervimos usando livros educativos, vídeos, e principalmente a rodinha de conversa. O diálogo funciona muito nesses momentos, ainda que pequenos surte um efeito muito grande, propiciando uma socialização harmônica na sala de aula (Carol).

Rodas de conversas sobre os temas, mesmo tendo alunos bem pequenos, essas conversas sempre dão bons resultados! (Luciana).

Muita conversa [...] com histórias falando do respeito e diversidades, além de atividades lúdicas (Cláudia).

Fiz um projeto para a turma onde trabalhamos etnias e personalidades diversas (Ana Paula).

Como os alunos são muito pequenos, estímulo a amizade, brincar todos juntos e com todos os brinquedos. Sem distinguir cor ou gênero (Eluzier).



Consideramos esses atos de currículo criados pelas docentes fundamentais, pois além da prevenção e do combate ao racismo e ao sexismo, visam a conduzir uma melhor convivência entre todas/os em sala de aula e a produção de sujeitas/os mais atentas/os a questões envolvendo essas temáticas em seus cotidianos. Acreditamos que atos de currículo como esses oportunizam às/aos estudantes vivências de aprendizagem que não reforçam as desigualdades de gênero, sexo e raça que perpetuam o sexismo e o racismo (CARNEIRO, 2011; SOUZA, 2013). Criar atos de currículo implicados na luta contra todas as formas de preconceito e discriminação é imprescindível, dado que muitas pessoas “ousam resistir e escapam desse ideal de sujeito forjado no imaginário heteronormativo, que ainda permanece reconhecendo o homem-branco-cisgênero-heterossexual como referência para outras identidades sexuais e de gênero” (FREITAS; COUTO JUNIOR; CARVALHO, 2023, p. 53).

A sala de aula é um espaço-tempo de criação, inventividades e resistências, conforme mostram as experiências compartilhadas pelas docentes, sobretudo no que diz respeito a atos de currículo antirracistas e antissexistas:

Trabalhei com o berçário a diferença de raça, cor, sexo através de fantoches e do livro “Cabelo de mola” (Lanna).

Procuro levar histórias e atividades indígenas e/ou africanas (Camila).

Rodas de histórias com ênfase em literatura negra, projetos envolvendo a temática indígena e afro-brasileira (Nice).

Projetos para empoderamento feminino e empoderamento racial (Tereza).

O trabalho desenvolvido com nossas crianças sobre as profissões ditas masculinas, mas que mulheres desempenham tão bem quanto o homem (Veronica).

Em geral, aproveito conteúdos que já estão sendo trabalhados ou mesmo assuntos que surgem no decorrer das aulas para falar com as crianças, de forma a desconstruir preconceitos sexistas (Sônia).

Sempre busco histórias com proposta de promover respeito mútuo, valores importantes a serem trabalhados em classe, pois muitas vezes isso não é trabalhado no seio familiar (Aquila).

Trabalhei com turmas de alunos maiores onde fizemos dinâmicas, filmes, conversas e debates sobre o assunto e ao final fizemos uma grande oficina (Eluzier).



Entendemos essas múltiplas criações docentes importantes para os processos formativos no presente, permitindo que questões sobre as diferenças raciais, sexuais e de gênero sejam discutidas, trabalhadas e problematizadas com a turma (LOURO, 2014; CAVALLEIRO, 2001), abrindo espaço para que cada estudante traga a sua compreensão de mundo e escute as de outras/os colegas. Outro ponto que destacamos é que essas criações docentes possibilitam, também, que as/os estudantes tenham experiências antirracistas e antissexistas. Isso não quer dizer que, após essas experiências, elas/es estão livres de sofrer ou praticar o racismo e o sexismo em seus cotidianos. Planejar, criar e experienciar atos de currículo antirracistas e antissexistas implica envolvermo-nos em uma luta diária permeada por desafios. Entendemos que essas criações servem de gatilhos para que as/os estudantes reflitam sobre as práticas de si e com a/o outra/o, e para a produção de acordos entre todas/os, o que pode vir a produzir modos de existir éticos dentro-fora da sala de aula.

Essas criações vão ao encontro das ideias para uma educação antirracista proposta por Cavalleiro (2001), dado que a maior parte das docentes reconhece que o racismo reverbera nas relações sociais em sala de aula; as docentes inventam atos de currículo objetivando refletir, combater e prevenir o racismo e seus derivados no cotidiano escolar, como, por exemplo, na mobilização de contação de história sobre os diferentes grupos que constituem a nossa sociedade e na curadoria de recursos/conteúdos que contribuam para romper com o currículo eurocentrado e que contemplem a diversidade racial; e ainda, essas docentes promovem situações de aprendizagem no coletivo para o reconhecimento positivo da diversidade racial e o fortalecimento do autoconhecimento de estudantes pertencentes a grupos historicamente discriminados.

Trabalhar de modo dialógico em sala de aula nos possibilita chegar até o outro “não rumo a um lugar melhor ou a um patamar de mais esclarecimento, senão como movimento, como exercício de espichar nossos modos de ver e compreender, de seguir sendo já diferente de nós mesmos” (RIBEIRO; SKLIAR, 2020, p. 18). Planejar ações antirracistas e antissexistas em parceria com as/os estudantes é aprender-ensinar o compromisso ético e político de cada um/a no mundo hoje; é criar atos de currículo que interseccionem raça-gênero-sexualidade com o objetivo de questionar/denunciar as diferentes opressões experienciadas pelas chamadas minorias sociais, buscando, acima de tudo, estratégias para



melhorar as condições de vida de todas as pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade.

Sobre a formação docente

Nesta pesquisa, partimos da ideia de que a formação acontece ao longo da vida, em diferentes contextos e ambiências formativas. Com base nessa ideia, perguntamos às docentes se elas tinham participado de algum curso de formação continuada sobre gênero, sexualidade e raça: 17 docentes responderam que não, uma parcela significativa das participantes; já outras 14 docentes afirmaram ter participado de algum curso de formação continuada. Solicitamos a estas docentes que relatassem as contribuições do curso para a própria prática:

A formação continuada é de suma importância para o crescimento profissional e pessoal de cada docente, cada curso que participei me ajudou a olhar com uma nova perspectiva o ambiente da sala de aula, e a ter um olhar único para cada criança (Carol).

Foi um curso muito bom, me ajudou a ter uma bagagem maior no combate ao racismo (C).

Foi extremamente gratificante participar de cursos com essa temática, pois todas as vezes que aprendo percebo que tenho ainda mais para aprender (Eluzier).

Contribuiu muito para melhorar minha prática docente (Nice).

Além do curso, uma bibliografia voltada para a temática deu respaldo e embasamento para as minhas práticas (Tereza).

Esses relatos docentes sobre as formações de si, autoformação, convidam a uma reflexão sobre como as vivências nos cursos de formação inicial e continuada têm o potencial de fazer com que a/o docente ressignifique a própria prática (CARVALHO; PIMENTEL, 2022b), o que pode abrir ainda mais espaço para discussões sobre raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Precisamos rever nossa postura como docentes, valorizando também uma formação inicial e continuada que coloque em tensão os pilares fundantes do racismo, sexismo e cisheteropatriarcado; afinal, as “ações [pedagógicas] não podem ficar capturadas pela astúcia da norma de não dizer de si, elas precisam fazer a norma falar” (SEFFNER, 2013, p. 158). Isso significa, por exemplo, não permanecer em silêncio diante da necessidade de agir sobre toda e



qualquer situação de preconceito e discriminação sofrida/presenciada dentro-fora da sala de aula. Pelo contrário, é planejar atos de currículos antirracistas e antissexistas com a máxima de expor os pilares dessas normas, reconhecendo que todas as vidas importam, embora muitas estejam em constante ameaça porque são marcadas por posições de dissidência.

Entendemos os cursos de formação como espaços-tempos fecundos de trocas de experiências entre as/os docentes, além de fornecerem ferramentas conceituais para que as/os docentes construam um olhar crítico e reflexivo sobre si, principalmente para que não (re)produzam ideias-práticas discriminatórias e preconceituosas dentro-fora do cotidiano escolar, contribuindo assim para atenuar as diversas formas de violência em nossa sociedade (DIAS; SALES, 2016). A formação “é um elemento fundamental para a desconstrução das desigualdades sociais e étnico-raciais que contribuem para a exclusão de grande parcela da população indígena e afro-brasileira dos bens construídos socialmente” (SISS; FERNANDES, 2014, p. 117).

Destacamos que formação docente não se restringe ao que é meramente trabalhado nos cursos de formação inicial e continuada, porque aprendemos a todo instante sobre diferentes assuntos, incidindo diretamente na forma como vemos/entendemos o mundo e seus fenômenos sociais. Uma vez que as docentes revelaram que estudar/ler é imprescindível para o aprendizado, reconhecemos o quão importante é refletir sobre aquilo que fazemos em nossa ação docente a partir do que estudamos/lemos. Paraíso (2014), referindo-se ao processo de pesquisa e de aquisição de conhecimento, considera imprescindível ler demoradamente para juntar ideias, perspectivas, permitindo que sejamos capazes de realizar comparações e novas associações. Estudar/ler é conhecer o que outras pessoas têm a dizer, é ampliar nossos repertórios, nossa visão de mundo e, conseqüentemente, é estar mais bem preparado para planejar atos de currículos antirracistas e antissexistas.

Para concluir as nossas análises, destacamos que as experiências compartilhadas pelas docentes são fundamentais para que nós, docentes-pesquisadoras/es, repensemos nossas próprias práticas, os atos de currículo que propomos, os modos como nos relacionamos com as/os estudantes, os processos formativos que almejamos, as abordagens didático-pedagógicas que nos inspiram em sala de aula. Trazemos essas experiências porque elas nos tocam (BONDÍA, 2002), nos viram de ponta



cabeça, ampliam as nossas percepções de mundo e nos fazem questionar-problematizar-analisar a educação hoje.

Considerações (in)conclusivas

Como desdobramentos desta pesquisa-com a experiência docente, aprendemos que a epistemologia das práticas possibilita “identificar espaços privilegiados de práticas e experiências de convivência entre sujeitos interagindo dialogicamente numa coletividade, vivenciando e dando sentido a processos democráticos alternativos” (THERRIEN, 2006, p. 72), conforme notamos-analisamos nos atos de currículo pensados, criados e praticados pelas docentes com as/os estudantes. Aprendemos, também, que a experiência não se explica, compreende-se, pois a “função de uma pesquisa da/com experiência é compreender compreensões [...] compreender é apreender em conjuntos, é criar relações, englobar, unir, combinar, conjugar” (MACEDO, 2015, p. 32). Nesse sentido, compreendemos no processo de produção da pesquisa que a sala de aula é um espaço-tempo complexo e plural, em que singularidades e coletividades se encontram, produzem identificações e diferenciações, criam atos de currículo e situações didático-pedagógicas, negociam e (res)significam sentidos.

Com base nas experiências compartilhadas pelas docentes em sala de aula, tivemos a oportunidade de conhecer múltiplos atos de currículo antissexistas e antirracistas efetivados/desenvolvidos na educação básica visando ao convívio com as diferenças, à ampliação dos conhecimentos das/os estudantes e à mobilização de epistemologias didático-curriculares não eurocentradas, não brancas e não sexistas. As experiências compartilhadas deixam evidente as implicações docentes com outras possibilidades de educar no presente, de não só minar/abalar as estruturas racistas e sexistas que constituem a nossa sociedade, como também de pensar-propor atos de currículo contextualizados, críticos, historicizados, abertos à conversação, antissexistas, antirracistas, que valorizam a história de vida-formação das/os estudantes e que compreendem estas/es como sujeitas/os pensantes-autoras/es. Nessa linha de pensamento, não podemos perder de vista que a escola também é um espaço-tempo de criação e da ressignificação (RIBEIRO; SKLIAR, 2020), ela “não é unicamente uma instituição de sequestro, ela é também a possibilidade de devir outro. E por isso mesmo tamanha atenção e



interesse nela, tamanha disputa em torno de quem pode ou não pensar os rumos da educação” (COUTO JUNIOR; POCAHY; OSWALD, 2018, p. 71).

Por fim, destacamos que discutir racismo e sexismo no cotidiano escolar ainda é um obstáculo, visto que muitas docentes não têm formação inicial ou continuada sobre essas temáticas. É urgente o investimento de políticas públicas de formação para que docentes direcionem seus esforços no planejamento de atos de currículo antirracistas e antissexistas, enfrentando os desafios e dilemas de aprender-ensinar em parceria com crianças e jovens em uma sociedade estruturalmente racista e cisheteropatriarcal como a nossa. Somamo-nos à luta feminista interseccional contra o racismo-sexismo e entendemos que as alianças políticas são importantes para enfraquecer os discursos discriminatórios e preconceituosos contra todos os corpos que, historicamente, vêm sendo silenciados e colocados às margens sociais. “Combinamos de não morrer”, assim como Evaristo (2016), porque entendemos que, como profissionais da educação, temos o compromisso ético-político de continuar lutando em prol da ampliação de nossas margens de liberdade.



Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BERNARDO, Teresinha; MACIEL, Regimeire Oliveira. *Racismo e educação: um conflito constante*. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 191-205, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/44xmIoK>>. Acesso em: 6 maio 2023.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/1ryFC8Q>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Desculpa a interrupção, professor, eu nem sei se eu poderia te interromper: quais os sentidos da conversação em aula? *Revista Periferia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 127-148, set./dez. 2022a. Disponível em: <<https://bit.ly/3GAdcGl>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARVALHO, Felipe; PIMENTEL, Mariano. Ressignificações de práticas docentes no ensino superior com base nos princípios da educação online. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 3079-3096, 2022b. Disponível em: <<https://bit.ly/3VyOpcu>>. Acesso em: 5 maio 2023.

CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando. Odiados pela nação: como ensinamos e aprendemos a odiar a diferença? *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 47-66, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3bmOYxM>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-60.



CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo em escolas da cidade de São Paulo. In. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 65-104.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidad*. Madrid: Editora Morata, 2016.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo de; POCAHY, Fernando; AMARO, Ivan. Jovens em estado de alerta no Facebook: diálogos tecidos em/na rede como estratégia de (re-)existência à regulação das vidas precarizadas. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1210-1229, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2oqpqfW>>. Acesso em: 2 out. 2019.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 9, p. 55-74, maio/out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2P5JGw6>>. Acesso em: 2 out. 2018.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; MADDALENA, Tania Lucía. O meme como inventividade metodológica no ensino remoto pandêmico: por que não?. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 12, n. 1, p. 53-68, 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3m1EKhA>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

DIAS, Anne Karoline Bezerra; SALES, Tatiane da Silva. Identidades e Relações de Gênero na Educação Infantil: percepção e prática docente. In.: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da (Org.). *Usos e Desuso do Gênero e Diversidade no Processo Educativo*. Editora: EDUFMA: São Luís: EDUFMA, 2016, p. 23-40.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe. “Eu sempre sonhei em ter um neto homem!”: cartografando vídeos de “chás de revelação” no YouTube. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 55, p. 37-58, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3VCekQF>>. Acesso em: 10 jan. 2023.



LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACEDO, Roberto Sidnei. Atos de currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. *Currículo sem fronteiras*, v. 13, n. 3, p. 427-435, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/44zBwDm>>. Acesso em: 5 maio 2023.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Pesquisar a experiência: Compreender/mediar saberes experienciais*. Curitiba, PR: CRV, 2015.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 49-63.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-47.

POCAHY, Fernando. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. *Revista Ñanduty*, Dourados, v. 6, n. 8, p. 9-22, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2SdVz3X>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre. Educação mediada pelo WhatsApp: ensinar e aprender por mensagens instantâneas. In: PORTO, Cristiane; OLIVEIRA, Kaio Eduardo; CHAGAS, Alexandre (Orgs.). *WhatsApp e educação: entre mensagens imagens e sons*. Salvador: EDUFBA; Ilhéus: EDITUS, 2017, p. 9-14.

RIBEIRO, Tiago; SKLIAR, Carlos. Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil. *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 13-30, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2Va3p5A>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2Axhld2>>. Acesso em: 20 abr. 2017.



SISS, Ahyas; FERNANDES, Otair. Formação de professores na perspectiva de uma educação culturalmente diversificada: breves considerações. *Série-Estudos*, n. 37, p. 107-119, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/42tSYHm>>. Acesso em: 5 maio 2023.

SOUZA, Marcos Lopes de. Formação docente: desenvolvendo e analisando ações educativas para o combate ao sexismo e à homofobia nas escolas. *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, v. 10, 2013, p. 1-9. Disponível em: <<https://bit.ly/4232KR0>>. Acesso em: 5 maio 2023.

THERRIEN, J. Os saberes da racionalidade pedagógica na sociedade contemporânea. *Revista Educativa*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 67-81, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3MnDgIP>>. Acesso em: 9 nov. 2021.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. 2016. *Debate Feminista*, n. 52, p. 1-17, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3pD3eiF>>. Acesso em: 12 maio 2023.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3HGR8Lx>>. Acesso em: 12 maio 2023.



Experiências docentes en acciones de currículum anti-sexistas y antirracistas en la educación básica

RESUMEN: En esta investigación-experiencia, buscamos comprender cómo las/os docentes crean actos de currículum anti-sexistas y antirracistas en la Educación Básica. Movilizamos los estudios postestructuralistas y el feminismo negro interseccional para pensar-hacer la investigación. Debido a la pandemia de Covid-19, nos vimos imposibilitados de realizar investigaciones de campo presenciales, lo que nos llevó a producir un cuestionario abierto en línea (Google Form) como herramienta de investigación, compartido en grupos de docentes en WhatsApp en 2021. En esta investigación, contamos con la participación de 31 docentes mujeres que trabajan en escuelas ubicadas en diferentes municipios del estado de Río de Janeiro. Aunque la mitad de las docentes tengan afirmado que no ha sufrido o presenciado casos de racismo y sexismo en la escuela, lo que puede ser cuestionado, todas reconocen la importancia de poner en acción prácticas antirracistas y anti-sexistas cotidianas a través de libros, videos e historias enfocadas en el empoderamiento femenino y racial. Por lo tanto, consideramos urgente la inversión de políticas públicas de formación para que las/os docentes dirijan sus esfuerzos en la planificación de acciones antirracistas y anti-sexistas, enfrentando los desafíos y dilemas de aprender-enseñar en colaboración con niños y jóvenes en una sociedad estructuralmente racista y cisheteropatriarcal como la nuestra.

PALABRAS CLAVE: Raza. Género. Sexualidad. Docencia. Educación Básica.

Lara Lage de ANDRADE

Graduada em licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do primeiro seguimento do ensino fundamental da Rede Municipal da Prefeitura de Petrópolis.

E-mail: andradelaraaa@gmail.com

Felipe CARVALHO

É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá (PPGE/UNESA), linha de pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Educacionais (TICPE). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Cibercultura. É doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd/UERJ), especialista em Educação com aplicação da Informática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro. De 2019 a 2020, foi bolsista de doutorado-sanduíche FAPERJ pela Universidad Complutense



de Madrid/Espanha (UCM), e bolsista de doutorado Nota 10 FAPERJ. É Ad Hoc ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Atua como editor-gerente da Revista Docência e Cibercultura. Realiza pesquisas em educação online, formação de professores, informática na educação, didática, diferença, cibercultura.

E-mail: felipesilvaponte@gmail.com

Dilton Ribeiro COUTO JUNIOR

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ, do ProPEd/UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – Prociência UERJ.

E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br

Recebido em: 30/05/2023

Aprovado em: 03/06/2024



ARTIGOS

Gênero e interseccionalidade na formação superior brasileira:

Alguns apontamentos

Renata Janaína do Carmo, *Universidade do Estado de Minas Gerais*

Daniela Oliveira Ramos dos Passos, *Universidade do Estado de Minas Gerais*

RESUMO. Esse texto procura trazer algumas reflexões e dados estatísticos acerca da presença de mulheres na ciência no Brasil, tanto no que se refere ao número de matrículas, cursos mais escolhidos e o quantitativo de mulheres concluintes. Para a construção dos dados estatísticos foram utilizadas informações disponibilizadas pelo site IBGE. A carência de dados oficiais relacionados com a questão da interseccionalidade de gênero e raça dificultou o levantamento de algumas dessas informações, porém não impediu uma análise inicial. Por fim o texto traz algumas questões a serem consideradas, como a necessidade de mais demandas censitárias, no sentido de tentar promover políticas públicas voltadas para o ingresso e permanência de mulheres, sobretudo mulheres negras e pobres, nas IES, principalmente em cursos de STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*).

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Formação superior. Gênero.



Introdução

Em algumas religiões, culturas e crenças, a cerimônia de comemoração/recepção à chegada de um novo ser ao mundo, ou seja, a forma de tratamento ao nascimento de bebês, pode variar de acordo com o sexo da criança. Interessante mencionar que quando esse novo ser nasce, ele/ela não é identificado como uma espécie de “folha em branco” que tem todas as oportunidades que o futuro possa oferecer. Aparentemente, ele/ela já traz consigo uma trajetória a ser traçada, um caminho pré-definido culturalmente a ser percorrido. A saber, por exemplo, o tratamento diferenciado às crianças que nascem do sexo feminino e masculino na religião islâmica. Malala Yousafzay relata:

No dia em que nasci, as pessoas de nossa aldeia tiveram pena de minha mãe, e ninguém deu os parabéns a meu pai. [...] Nasci menina num lugar onde rifles são disparados em comemoração a um filho, ao passo que as filhas são escondidas atrás de cortinas, sendo seu papel na vida apenas fazer comida e procriar. Para a maioria dos *pachtuns*, o dia em que nasce uma menina é considerado sombrio. (YOUSAFZAY, 2013, p.21).

Similar à religião muçulmana, está a forma com a qual se cultua o nascimento de crianças negras, do sexo feminino e periféricas no Brasil. No país, o ato de nascer pobre e negro por se só já traz uma espécie de rota de desafios a ser traçada, no que se trata da ascensão econômica, política e social. Nascer negra, pobre e mulher é intensificar essa dominação masculina branca que fora estereotipada pelas gerações anteriores.

Além disso, compreende-se que é no ambiente familiar e na vida social, que as crianças constroem sua bagagem cultural, identificando os papéis sociais de gênero, através da interação com os brinquedos, as leituras, os filmes, as músicas, os comportamentos e as vestimentas. Esses papéis socialmente estabelecidos rotulam de forma padronizada, a diferenciação de gênero a partir da baixa interação de meninas com a tecnologia e ciência. E, infelizmente, o contato quase nulo com o universo da ciência/física/química/matemática pode trazer como consequência, em muitos casos, o desinteresse e a desinformação sobre as possibilidades de inserção das meninas nos ambientes conhecidos como STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics).



Na educação primária e secundária, as instituições reforçam esse estereótipo ao aplicar pedagogias cegas¹ em termos de gênero², assumindo que algumas disciplinas são mais apropriadas para meninos e outras para meninas. As meninas são vistas como mais adequadas às atividades relacionadas aos cuidados do que nos campos da ciência e tecnologia. (BELLO e ESTÈBANEZ, 2022, p. 25)

Guacira Lopes Louro (2000) corrobora com o já exposto por Alessandro Bello e Maria Estébanez (2022) ao afirmar que as diversas instâncias sociais, entre elas a escola, utilizam as pedagogias da sexualidade e do gênero na constituição de mulheres e homens. Mesmo que inconsciente, as instituições de ensino investem na determinação de formas de ser ou “jeitos de viver” a sexualidade³ e o gênero⁴.

Na educação superior, com uma bagagem já consolidada pela trajetória social e escolar, as mulheres não se sentem na perspectiva de acessibilidade a cursos muito distantes da rotina de cuidados familiares. Elas(nós) passam(os) a não acreditar que são(somos) capazes de ingressar em cursos vinculados à ciência e à tecnologia, seja por falta de conhecimentos passados pela sua trajetória de ensino, bem como as potencialidades de trabalho nessas formações.

Esse cenário evidencia a necessidade e importância do enfoque de gênero para o entendimento das articulações sociais na educação formal, conforme relatado por Delcele Queiroz (2001, p.177). A autora destaca que o enfoque de gênero sozinho não seria suficiente para dar conta do acesso das mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho, faz-se

¹ As autoras identificam essas pedagogias cegas são reprodutoras de comportamentos estereotipados. As meninas e as mulheres jovens são vistas como as “mais adequadas aos cuidados e trabalhos domésticos” do que para o campo da ciência e tecnologia.

² “O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é, como as intelectuais feministas têm crescentemente argumentado, uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável- um poder historicamente enraizado.” (WEEKS, 2000, p.40)

³ “Ela [a escola] precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Mas a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. (LOURO, 2000, p.17)

⁴ “A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e os prazeres - também são sempre socialmente estabelecidos e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.” (LOURO, 2000, p.6)



necessário considerar a existência de uma hierarquia racial na sociedade brasileira. A hierarquia racial, assim como outros fatores de reflexão que devem ser inclusos nessa análise de gênero, foi muito bem relatada por Kimberle Crenshaw (2012). A autora expõe que a discriminação de gênero e a racial operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. Com isso, ela traz o conceito de interseccionalidade ao incluir dentro desse campo teórico, a sobreposição da discriminação de racial, da discriminação de gênero e a subordinação estrutural (confluência de gênero, classe, globalização e raça).

Assim sendo, a incidência do racismo e suas nuances nas trajetórias de mulheres negras é algo que demarca lugares e perspectivas. Desde o início de nossos percursos escolares somos levados a conviver, ainda em tenra idade, com situações nas quais, nossa permanência nos espaços é quase sempre percebida de uma forma crítica e não convidativa. Há um perene questionamento mediado por alguns parâmetros como, por exemplo, a beleza, a competência, a capacidade e o posicionamento de nossos corpos. Isso pode repercutir negativa e significativamente na forma como nos percebermos e somos percebidos na sociedade. Dito de outra forma, contribui para influenciar nossas identidades, raízes, histórias de vida e percepções simbólicas. (EUCLIDES; SILVA, 2018, p.8).

Os dados estatísticos levantados pelos órgãos governamentais, por exemplo pelo IBGE, costumam provocar reflexões e questionamentos acerca da realidade representada matematicamente, e partindo dessa necessidade de atualização temporal e reflexiva, emergiu a ideia desse texto. O texto das autoras Alice Abreu e et al (2016) foi o maior norteador desse artigo, uma vez que as autoras foram assertivas na tratativa da presença feminina na ciência e tecnologia no Brasil, porém, os dados por elas levantados trazem informações do cenário brasileiro até o ano de 2012. Nessa perspectiva, consideramos que essa temporalidade demanda atualização para o entendimento do atual cenário brasileiro no que trata da inserção das mulheres na ciência considerando os avanços e os retrocessos.

Dessa forma, o primeiro capítulo trata do breve histórico das mulheres no campo da ciência e tecnologia, e como a categoria “mulher” possui uma diversidade de significados e sentidos. Depois, apresentamos alguns dados estatísticos para corroborar com nossa hipótese inicial, sobre a pouca presença de mulheres – sobretudo negras – no ensino superior em cursos de STEM. Em seguida, apresentamos os resultados obtidos e alguns apontamentos.



1. Mulheres e ciência: um breve histórico

Ao longo da história é comum vermos grandes nomes da ciência como sendo do sexo masculino: Galileu Galilei, Isaac Newton, Charles Darwin, Louis Pasteur, Albert Einstein, entre outros tantos. Mas o que dizer das mulheres? Elas não estudavam ou praticavam a ciência? Se buscarmos um pouco mais, vamos encontrar mulheres, que com muitos esforços, conseguiram se educar e produzir intelectualmente, apesar dos obstáculos e das proibições.

Vejamos alguns nomes:

Tabela 1: Mulheres na ciência

Mulheres na Química	
Marie Meurdrac – França (1610 – 1680)	<ul style="list-style-type: none"> - Obra: “A química criativa e fácil, em benefício das mulheres 1665-66” - Acreditava que ambos os sexos têm a mesma capacidade intelectual podendo realizar os mesmos feitos - Uso de ervas medicinais para cura de doenças.
Marie Curie – Química e física: Varsóvia – Polônia (1867 – 1934)	<ul style="list-style-type: none"> - Pioneira na pesquisa da radioatividade - Descobriu dois elementos químicos: polônio e o rádio - Primeira mulher a obter um doutorado – na França - Herdou a cátedra de Pierre – seu esposo – na Sorbonne - Tornou-se a primeira professora catedrática - Mãe de duas meninas.
Alice Ball – Seattle EUA (1892-1916)	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira afro-americana e primeira mulher a ser formar na University de Hawaii - Ajudou a curar a Lepra – hoje conhecida como hanseníase – com tratamento químico – método Ball - Desenvolveu o único tratamento eficaz contra a lepra, até os antibióticos serem utilizados – 1940.
Johanna Dobereiner (1924 – 2000)	<ul style="list-style-type: none"> - Nasceu na antiga Tchecoslováquia e se naturalizou brasileira. Foi uma das únicas brasileiras indicadas para um Prêmio Nobel, sendo indicada para o de Química em 1997.



	<ul style="list-style-type: none"> - O seu trabalho mais famoso revolucionou a produção de soja no nosso país. - Os estudos permitiram que a fixação do nitrogênio pelas plantas fosse feita pela bactéria rhizobium. Dessa forma, a soja gerava seu próprio adubo. A alternativa brasileira de estabelecer simbioses eficientes com rizóbios permitiu a eliminação dos adubos nitrogenados na cultura da soja, o que representa uma economia anual de mais de 2 bilhões de dólares para o Brasil. Foi assim que os produtores brasileiros de soja puderam ver diminuídos seus custos de produção e a soja conseguiu competir com sucesso no mercado internacional.
<p>Mulheres na Astronomia</p>	
<p>Maria Winkelmann – Alemanha (1670-1720)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assistente do marido Gottfried Kirch - 1702 descobriu um cometa (mas só apareceu o nome do marido como o autor da façanha – mesmo Kirch reconhecendo que o feito foi da esposa). - Após a morte do marido, 1710, não pode ocupar o cargo dele na Academia de Berlim. Escreveu diversos artigos acadêmicos argumentando que os dois sexos possuem a mesma aptidão mental para pesquisas. - 1716 se tornou assistente do filho na Academia de Berlim - Em 1717 desiste da Academia e faz seus estudos e pesquisas em casa, de forma precária, até sua morte.
<p>Nicole-Reyne Etable de la Brière – madame Lepaute (1723 – 1788)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assistente do marido, o matemático e relojoeiro real Jean-André Lapaute - 1757 fez a maior parte dos cálculos para determinar a data exata do cometa Halley prevista para 1759. Mas somente o pesquisador principal, Alexis-Claude Clairault, teve o mérito da descoberta. - Estudou o eclipse anular do sol previsto para 1764 - Colaborou com o marido e fez tábuas referentes aos pêndulos que figuram no <i>Tratado de Relojoaria</i>, livro que o esposo publicou sem citar a madame Lepaute.



<p>Vera Rubin – Filadélfia (1928 – 2016)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inventou o espectrômetro para ver a luz das estrelas distantes e medir o efeito Doppler das estrelas nas galáxias - Descobriu uma nova galáxia com duas metades que giram em direções opostas - Encontrou provas reais da existência da matéria escura - Mãe de quatro filhos, todos cientistas.
<p>Mulheres na Matemática</p>	
<p>Hipátia: Matemática, Astrônoma e Filósofa – Alexandria/Egito (350-370 d. C)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Uma das primeiras mulheres de que se tem notícia a estudar e ensinar matemática - Trabalhou com o pai em teorias sobre o sistema solar - Se tornou uma das primeiras professoras de Alexandria - Discursou em público sobre Platão e Aristóteles - Foi assassinada em 415 por uma multidão de extremistas cristãos.
<p>Gabrielle Emilie Le Tonnelier de Bréteuil - Madame du Châtelet – França (1706-1749)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escreveu com Voltaire a obra “Elementos de filosofia de Newton” 1738 - Escreveu o tratado “Instituições de Física” 1740 – divulgando a teoria newtoniana - Traduziu para o francês a principal obra de Newton – “Princípios matemáticos da Filosofia natural” 1749. - Escreveu o “Discurso sobre a felicidade” ao referir sobre “felicidade” que a sociedade do século XVIII dava as mulheres.
<p>Emmy Noether: Matemática e Física teórica – Alemanha (1882 - 1934)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Filha de pai matemático - entrou no ensino superior sentando ao fundo da classe e não tinha créditos acadêmicos (mulheres eram proibidas de fazer faculdade). - Dava aulas não oficiais na universidade de Nuremberg (no lugar do pai) sem título e nem salário. - Criou o campo de álgebra abstrata Desenvolveu a teoria de Noether – conexões entre energia, tempo e impulso angular (conecta a simetria matemática à conservação de energia). - Perseguida pelos nazistas, fugiu para os EUA, onde morreu em 1934 aos 53 anos.
<p>Annie Easley – programadora de computador, matemática e</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Afro-americana. Criada por uma mãe solo que sempre a incentivou



cientista de foguetes – EUA (1927-2014)	<ul style="list-style-type: none"> - Ajudou a criar um software para o foguete centauro - Fez pesquisas importantes sobre energias alternativas - Autora de muitos artigos sobre motores de foguetes e usinas nucleares - Trabalhou na divisão de veículos de lançamento da Nasa - Orientava crianças pobres de áreas urbanas no seu tempo livre.
Katherine Johnson – física e matemática EUA (1918 - 2020)	<ul style="list-style-type: none"> - Afro-americana. Física, cientista espacial e matemática da Nasa - Calculou o plano de voo da primeira missão tripulada à Lua - Trabalhou nas missões Mercury, nos ônibus espaciais e nos planos para a missão à Marte da Nasa - Foi autora e co-autora de mais de 26 artigos científicos.

Fonte: elaborado pelas autoras⁵

E poderíamos citar vários outros nomes como: Ada Lovelace (matemática e escritora); Lise Meitner (física); Edith Clarke (engenheira eletricitista); Hedy Lamarr (inventora e atriz de cinema); e atualmente as cientistas brasileiras que se destacaram no combate a pandemia da COVID-19⁶, como Ester Cerdeira Sabino, (médica); Jaqueline Góes de Jesus, (biomédica); Daniela Barretto Barbosa Trivella, (biocientista); Natália Pasternak Taschner, (biocientista); Margareth Maria Pretti Dalcolmo, (médica); entre tantos outros nomes que poderiam ser citados.

Porém, porque quase nunca ouvimos dizer dessas cientistas? Entendemos que um ponto fundamental nessa análise é percebermos o quanto é importante compreender e pensar o conceito de gênero. Citando esses nomes fica perceptível que a “atribuição” dos espaços sociais são construídos de forma diferenciados para homens e mulheres e como tais

⁵ Com base nos textos: IGNOTOFSKY, Rachel. As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo. São Paulo: Blucher, 2017; e TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu (10), 1998, pp.369-397.

⁶ A pandemia referida iniciou-se no ano de 2019, a partir da propagação do novo Coronavírus, causador da doença Covid-19. Esse vírus possui alta taxa de transmissão e letalidade e pode ser transmitida por secreções contaminadas, por isso a medida de distanciamento social foi tão necessária para a tentativa de diminuição dos casos, como evidenciam Carvalho, Ninomiya e Shiomatsu (2020). Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/108-distanciamento-social>.



processos conduzem a “naturalização” dessas diferenças (homem produz x mulher reproduz) levando a discriminação, a constante violência e a invisibilidade feminina nas ciências e tecnologias.

Se em países de regimes extremistas as meninas não podem sequer estudar (caso Malala, citada na introdução), no Brasil podemos ir às escolas, pilotar aviões ou mesmo seguir carreira política. Porém, ainda vivemos em uma sociedade pautada pela cultura do estupro, pelo alto índice de violência doméstica e um número muito elevado de feminicídios⁷.

Mas como a questão de masculinidade e feminilidade (aliado também a classe e raça) podem gerar desigualdades e violências? Através do conceito de gênero as pesquisadoras feministas tentam responder a essa questão. E para fazer esse resgate histórico do conceito, nada melhor do que partirmos da filósofa francesa Simone de Beauvoir.

Beauvoir em 1949 inaugurava uma nova forma de pensar a questão da mulher. O que é ser mulher em um mundo dominado pelos homens? Já “nascemos mulher” ou nos “tornamos”? E sobre qual mulher Beauvoir está escrevendo? Com essa literatura, inovada pelo seu livro “O Segundo Sexo”, iniciava-se uma nova fase na luta dos movimentos feministas. Mas do que reformar as leis (movimento das sufragistas⁸) e garantir o direito ao voto, era necessário, segundo a filósofa, enfrentar os aspectos sociais que colocava a mulher em lugar inferior. Para retirar a mulher desse lugar era preciso que elas (nós) fossem(os) autônomas, seja na educação (para além de uma educação maternal), na vida sexual e no mercado de

⁷ A taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5^a mais alta do mundo. Segundo o Mapa de Violência 2019, o número de assassinatos chega a 4,7 para cada 100 mil mulheres. De acordo com o “Dossiê Feminicídio”, houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas (somente em 2017), o maior número registrado desde 2007. A desigualdade racial também pode ser vista. Os dados apresentados mostram que a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal é de 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado, dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar. CERQUEIRA, Daniel, 2021. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2019/>>. Acesso em 04 set 2022.

⁸ “A primeira onda” do movimento feminista, conhecido como sufragista, ocorreu no final do século XIX e início do XX. Esse primeiro momento de mobilização aconteceu na Europa Ocidental e na América anglo-saxônica, e alguns outros países, impulsionado principalmente pela ideia de “direitos iguais à cidadania”. As feministas sufragistas reivindicavam poder votar, ter acesso a educação e poder ter posses e bens (PISCITELLI, 2009, p.126).



trabalho, com profissões mais dignas e bem remuneradas que dessem oportunidades as mulheres de ter real independência econômica.

Assim, pensar os “papéis sexuais” constituídos na sociedade, passava por também analisar a categoria mulher (e homem) enquanto um “construto social”. A dominação masculina, de acordo com Beauvoir se explicaria por aspectos históricos e culturais de como a “fêmea humana” ou o corpo de mulher foi construído ao longo dos tempos. Daí a famosa frase da francesa ser citadas pelas diversas feministas em vários contextos:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esses produtos (...) (BEAUVOIR, p.11, 2019).

Dessa forma, em “Segundo o Sexo” as abordagens levantadas por Beauvoir questionam o suposto caráter “natural” dessa subordinação feminina perante os homens, sustentando, ao contrário, que ela é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. E isso é fundamental, já que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando a maneira como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (PISCITELLI, 2009, p.133).

De acordo com Joan Scott (2005), gênero é um conceito que se refere à construção social do sexo anatômico. Pode ser compreendido, ainda, como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Gênero é um termo importante para pensarmos o modo como se estruturam as relações sociais, pois estas envolvem rituais bastante definidos de aprendizagens e sociabilidades e, principalmente, uma domesticação dos corpos em função daquilo que é considerado masculino ou feminino, num determinado contexto cultural, a cada época e em cada espaço geográfico.

Nesse sentido, a categoria “mulher” desenvolvida pelo feminismo da “segunda onda”⁹ abordava as questões da opressão feminina que atingia a

⁹ A Segunda Onda do movimento feminista, que aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970, foi marcado pela “desnaturalização do ser mulher”. Ou seja, com a categoria de gênero enfatizou-se a construção social da diferença sexual. O gênero passou a ser analisado enquanto fenômeno histórico, determinado e produzido ao longo do tempo. Ao considerar o caráter construído da dimensão do termo gênero o feminismo da Segunda Onda, também permitiu a concepção de pluralidade de femininos e masculinos. Neste sentido, alargou as articulações de



todas as mulheres. Em termos políticos essa ideia foi útil para desenvolver pautas de lutas e o próprio conceito de feminismo. Contudo, podemos falar em um conceito único do que é ser mulher?

Para pensarmos em uma possível resposta, é importante salientar que “mulher” não é uma categoria unitária. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Ou seja, o termo “mulher” assume significados específicos em discursos de diferentes feminilidades (no plural mesmo) onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares (BRAH, 2006).

Portanto, a condição feminina é heterogênea. Os problemas que afetam as mulheres construindo-as e as transformando não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional ou mesmo internacional. É preciso levar em consideração processos econômicos, políticos, ideológicos e de raça; além das várias categorias, como mulheres trabalhadoras, imigrantes, camponesas, etc. As condições sociais específicas de cada mulher são construídas a partir de vidas reais e forjadas a partir das diversas articulações complexas.

E, para além da classe social, na construção dos diversos femininos a intersecção entre gênero e a raça é também significativa e fundamental. Para pensar essas categorias de opressões que se sobrepõem ou se entrecruzam, tendo como principais vítimas mulheres negras, a intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, cunhou o termo que hoje ficou conhecido como “Interseccionalidade”. Crenshaw é uma feminista, ativista e especialista no debate sobre racismo e gênero. Ela utilizou esse termo pela primeira vez em 1990 para falar das interseções de opressões sofridas pelas mulheres negras e de classe desfavorecidas nos Estados Unidos (GUEDES; PASSOS, 2022).

Segundo Crenshaw:

A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

feministas e a interseção com múltiplas demandas, como o combate ao racismo e a heteronormatividade (HEILBORN; ARAÚJO, BARRETO, 2010 p.49).



constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Angela Davis, também aborda a questão da dupla opressão sofrida pelas mulheres negras. Em seu livro “Mulheres, raça e classe” (1981) Davis retoma a história dos EUA, na época da escravidão, no sentido de trazer à tona o cotidiano de mulheres norte-americanas do século XIX e XX, que sofreram (sofrem) opressões ligadas ao racismo, ao sexismo e a luta de classes. A análise feita por Davis também é interseccional e dialética, onde ela afirma que:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. (DAVIS, 2016, p.24).

Nesse sentido, as mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Mas sim, foram construídas em termos sexuais e raciais, como fêmeas próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento. A (re)produção da ideia de esposas do lar e cuidadora da família (patriarcalismo/sexismo), ou seja, o *modus operandi* da “dominação masculina” foi criado apenas pensando nas mulheres brancas. Por isso, perceber que o sistema de dominação, nos quais gênero se articula a classe, raça, nacionalidade, idade, não tem efeitos idênticos nas mulheres ao redor do globo (GUEDES, PASSOS. 2022).

Finalizando, pensar o conceito de gênero é também analisar as diferenças e as desigualdades. É percebemos a diversidade de mulheres, a complexidade de suas histórias e os dilemas que vivem para superarem as várias dificuldades para atingir seus objetivos, entre eles atuar no campo da ciência. No próximo capítulo iremos trazer alguns números sobre mulheres no ensino superior, sobretudo, mulheres negras nas universidades públicas do país.



2. Mulheres e Universidade: o que dizem os números?

Ao refletir acerca das informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais estatísticos, como por exemplo, os dados disponibilizados pelo IBGE, precisamos identificar quais são as categorias de análise que esses órgãos utilizam como parâmetro de levantamento. Uma categoria carregada de ideologia e que demanda profunda reflexão, é a categoria de mulheres não racializadas identificada pelos dados estatísticos, ou seja, os recenseamentos eram e são feitos, na maioria das vezes desconsiderando o fator racial, fato este que acarreta grandes problemas em sua interpretação.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada pelos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? (CARNEIRO, 2019, p.2)

Irene Gomes e Mônica Marli, (2018) citam Leonardo Athias, um pesquisador do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, que classifica o critério de identificação racial como sendo multidimensional, com base em vários fatores (cor da pele, ancestralidade, origem e até classe social) e que por sua vez influenciam na autoclassificação e autodeclaração dos/as entrevistados/as e por isso, atualmente, as pesquisas do IBGE possuem opções de respostas pré-estabelecidas¹⁰.

Toda classificação é uma simplificação da realidade. Muitas vezes o objetivo de classificar, para [atender] os objetivos estatais de proteger minorias, mostrar desigualdades e balizar políticas, pode não coincidir com o objetivo de identificar, ou seja, mostrar como as pessoas se enxergam em sua diversidade, avalia Leonardo apud Gomes e Marli (2018, p. 17).

¹⁰ Esse sistema de classificação adotado se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares. Uma crítica aos seus usos está relacionada com a data de sua criação, datadas de desde 1872, com pequenas modificações nesse período, formuladas por uma elite dominante que desconsidera as diversidades regionais do país. Apesar das críticas os usos dessas categorias possuem utilidade no sentido de evidenciar a desigualdade racial nos indicadores sociais do país.



Nesse sentido, muitos desses levantamentos, possuem fragilidades no que se trata da identificação das categorias de análise e indicadores sociais¹¹. Cada levantamento estatístico possui uma intencionalidade a ser estudada, ou seja, cada informação numérica possui por pano de fundo informações a serem tratadas por políticas de gestão governamental. Porém a carência de dados acerca das mulheres negras no país, não deve ser um entrave para reflexão, muito pelo contrário, ela deve ser refletida como uma necessidade a ser instalada nos órgãos censitários.

Resistindo ao “status quo” culturalmente construído, estão as mulheres que com todos os desafios impostos se matriculam em cursos superiores no Brasil. Cabe, porém, analisar com mais afinco acerca do perfil das matrículas, ou seja, quais seriam as áreas de formações acadêmicas mais procuradas pelas mulheres.

Em se tratando do quantitativo de mulheres que se matriculam em cursos presenciais de graduação em Instituições de Ensino Superior – IES no Brasil, os dados levantados para o ano 2019 não se apresentam muito diferentes dos anos anteriores, conforme constam nos trabalhos publicados por Alice Abreu e et al (2016). No referido texto, as autoras relatam que em 2008 a porcentagem de mulheres matriculadas¹² em universidades era de 55% e o total de mulheres concluintes era de 60%. Dentro desse quantitativo essas matrículas estavam distribuídas majoritariamente nas áreas de humanidades, metade ou pouco mais nas ciências sociais e ciências da saúde e uma minoria nas ciências exatas e engenharias.

Na tabela 2 podemos identificar que das 37 áreas do conhecimento levantadas pelo IBGE no ano de 2019, a proporção de mulheres matriculadas se destaca em 23 áreas, ou seja, do total de matrículas em cursos de graduação, 55,7% são feitas por mulheres. E esse valor aumenta consideravelmente em algumas áreas específicas, como áreas de bem-estar, serviços pessoais, saúde (exceto medicina) e ciências sociais e comportamentais. Em contraponto está o número de mulheres matriculadas em áreas de engenharias e profissões correlatas,

¹¹ Bauer (1966, p.12) aponta que os indicadores sociais são “Estatísticas, séries estatísticas e quaisquer outras formas de informação que nos tornam aptos a conhecer onde estamos e para onde vamos, com respeito aos nossos valores e objetivos, além de prestar-se à avaliação de programas específicos e determinação de seus impactos”.

¹² Importante frisar que tanto no número de matrículas, quanto no número de concluintes, existem muitos dados a serem refletidos principalmente no que se refere às faixas etárias, a renda, a localização regional dessas mulheres.



computação e tecnologias da informação e comunicação, serviços de segurança e transporte.

Tabela 2- Proporção de mulheres entre os estudantes matriculados/as em cursos de graduação presencial, segundo áreas - 2019¹³

Área	Matriculados/as			Proporção de mulheres (%)
	Total	Por sexo		
		Homens	Mulheres	
Total	6 153 560	2 723 445	3 430 115	55,7
Agricultura	131 791	83 376	48 415	36,7
Arquitetura e construção	411 605	231 215	180 390	43,8
Artes	106 994	46 053	60 941	57,0
Bem-estar	45 788	5 362	40 426	88,3
Ciências biológicas e correlatas	39 767	14 134	25 633	64,5
Ciências físicas	38 929	20 839	18 090	46,5
Ciências sociais e comportamentais	363 556	107 670	255 886	70,4
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	248 454	215 372	33 082	13,3
Comunicação e informação	68 773	28 334	40 439	58,8
Direito	831 831	372 772	459 059	55,2
Educação	785 059	270 361	514 698	65,6
Engenharia e profissões correlatas	397 070	311 273	85 797	21,6
Higiene e serviços de saúde ocupacional	1 129	588	541	47,9
Humanidades (exceto línguas)	24 516	16 570	7 946	32,4
Línguas	14 893	4 629	10 264	68,9
Matemática e estatística	12 464	8 391	4 073	32,7
Medicina	187 710	75 554	112 156	59,7
Meio ambiente	2 878	1 117	1 761	61,2
Negócios e administração	886 588	410 491	476 097	53,7
Pesca	5 312	2 999	2 313	43,5
Produção e processamento	153 692	90 884	62 808	40,9
Programas básicos	29 667	14 829	14 838	50,0

¹³ Levantamento feito no período anterior a pandemia da COVID-19.



Programas interdisciplinares abrangendo agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	377	139	238	63,1
Programas interdisciplinares abrangendo artes e humanidades	5 294	2 260	3 034	57,3
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	25 630	17 248	8 382	32,7
Programas interdisciplinares abrangendo ciências sociais, comunicação e informação	4 637	2 227	2 410	52,0
Programas interdisciplinares abrangendo computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	3 109	2 356	753	24,2
Programas interdisciplinares abrangendo educação	3 911	1 632	2 279	58,3
Programas interdisciplinares abrangendo engenharia, produção e construção	306	149	157	51,3
Programas interdisciplinares abrangendo negócios, administração e direito	359	198	161	44,8
Programas interdisciplinares abrangendo saúde e bem-estar	2 570	837	1 733	67,4
Saúde (exceto medicina)	1 095 031	293 957	801 074	73,2
Serviços de segurança	5 350	4 522	828	15,5
Serviços de transporte	5 388	4 368	1 020	18,9
Serviços pessoais	90 382	20 017	70 365	77,9
Silvicultura	12 209	5 930	6 279	51,4
Veterinária	110 541	34 792	75 749	68,5

Fonte: Indicadores sociais das mulheres no Brasil- 2ª Edição, IBGE ¹⁴

Esses dados levantados pelo IBGE (2002)¹⁵ são muito importantes no que se trata dos avanços já alcançados pelas mulheres na conquista da formação acadêmica, porém o recorte racial nesse universo de análise nos traz dados consideráveis de reflexão.

¹⁴ Estatísticas de Gênero no Brasil –Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil - Tabelas completas/ Educação /Tabela número 25 disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022

¹⁵ Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022



Tânia Portella (2022)¹⁶ cita que conforme levantamentos feitos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) nos anos de 2014 e 2020, o ingresso de mulheres negras no ensino superior em 2020 é equiparável ao número de mulheres brancas que ingressaram em universidades públicas em 2014, ou seja, há um grande atraso temporal (6 anos) acerca da perspectiva de raça. A autora ainda destaca que, esse aumento de ingresso de mulheres negras na universidade é com certeza um avanço, porém ele deve ser analisado de forma mais detalhada, considerando quais seriam as carreiras escolhidas por essas mulheres negras¹⁷.

Em confirmação ao disposto na tabela 2 está o quantitativo de mulheres concluintes nas diversas áreas do conhecimento, conforme constam os dados da tabela 3. Na proporção de mulheres concluintes, segundo áreas do conhecimento no ano de 2019 no Brasil, observa-se a continuidade pela busca e formação profissional por áreas específicas tradicionalmente ocupadas, em sua maioria por mulheres: ciências sociais e comportamentais; saúde e serviços pessoais.

Tabela 3- Proporção de mulheres entre os estudantes concluintes em cursos de graduação presencial, segundo áreas – 2019.

Área	Concluintes			
	Total	Por sexo		Proporção de mulheres (%)
		Homens	Mulheres	
Total	934 037	382 516	551 521	59.0
Agricultura	16 466	10 363	6 103	37.1
Arquitetura e construção	72 345	39 363	32 982	45.6
Artes	19 408	7 377	12 031	62.0
Bem-estar	8 638	785	7 853	90.9
Ciências biológicas e correlatas	5 939	1 892	4 047	68.1
Ciências físicas	4 943	2 461	2 482	50.2
Ciências sociais e comportamentais	49 196	12 320	36 876	75.0

¹⁶ A autora destaca que há um número considerável de pessoas que não declararam raça ou cor durante os períodos analisados.

¹⁷ Não foi possível conseguir dados estatísticos acerca das carreiras procuradas por essas mulheres, porém, pelos dados de gênero identificados no texto, pode-se inferir que na perspectiva racial a situação não se altera no que se trata ao perfil dos cursos mais escolhidos.



Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	32 681	28 079	4 602	14.1
Comunicação e informação	10 513	3 848	6 665	63.4
Direito	121 287	50 665	70 622	58.2
Educação	120 339	35 285	85 054	70.7
Engenharia e profissões correlatas	54 070	41 076	12 994	24.0
Higiene e serviços de saúde ocupacional	279	139	140	50.2
Humanidades (exceto línguas)	4 493	3 179	1 314	29.2
Línguas	2 776	756	2 020	72.8
Matemática e estatística	1 074	648	426	39.7
Medicina	20 316	8 550	11 766	57.9
Meio ambiente	258	86	172	66.7
Negócios e administração	166 811	69 341	97 470	58.4
Pesca	414	205	209	50.5
Produção e processamento	25 157	14 076	11 081	44.0
Programas básicos	-	-	-	-
Programas interdisciplinares abrangendo agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	96	33	63	65.6
Programas interdisciplinares abrangendo artes e humanidades	764	330	434	56.8
Programas interdisciplinares abrangendo ciências naturais, matemática e estatística	2 927	1 864	1 063	36.3
Programas interdisciplinares abrangendo ciências sociais, comunicação e informação	591	245	346	58.5
Programas interdisciplinares abrangendo computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	254	187	67	26.4
Programas interdisciplinares abrangendo educação	263	89	174	66.2
Programas interdisciplinares abrangendo engenharia, produção e construção	22	10	12	54.5
Programas interdisciplinares abrangendo negócios, administração e direito	63	31	32	50.8
Programas interdisciplinares abrangendo saúde e bem-estar	476	135	341	71.6
Saúde (exceto medicina)	156 753	38 918	117 835	75.2
Serviços de segurança	1 347	1 197	150	11.1
Serviços de transporte	913	738	175	19.2
Serviços pessoais	17 594	3 563	14 031	79.7



Silvicultura	1 495	704	791	52.9
Veterinária	13 076	3 978	9 098	69.6

Fonte: *Indicadores sociais das mulheres no Brasil- 2ª Edição, IBGE*¹⁸

Essa proporcionalidade de mulheres matriculadas e/ou concluintes em instituições de ensino superior indica de forma bem marcante, que existem nichos profissionais mais procurados pelas mulheres e trazem a reflexão de quais seriam os possíveis fatores a serem considerados na configuração desse cenário.

Amanda Rabelo (2007) discorre destacando que os modos de ser dos homens e mulheres possuem relação direta com o arcabouço social, histórico, cultural vivido. Dessa forma, existem elementos, ligados em muitos casos ao campo do gênero, que interferem nas escolhas profissionais. Lourenço Filho (2001, p17) apud Amanda Rabelo (2007, p.3) exemplifica alguns desses elementos: ideias, hábitos mentais, longamente firmados desde a infância; tradições da família; bom ou mau conceito local de determinado trabalho; influência direta muitas vezes dos nossos primeiros mestres que tomamos como modelo de melhoria econômica da profissão – tudo isso pode agir isoladamente ou em conjunto, num dado momento. (RABELO, 2007, p.3)

Na tabela 4 identificamos que as mulheres se encontram em sua maioria exercendo atividades relacionadas a educação, saúde e serviços sociais (19,4%); comércio e reparação (17,5%); serviços domésticos (14,2%). Já os homens, em sua maioria, exercem atividades relacionadas ao comércio e reparação (18,7%); atividades agrícolas (17,1%), construção (15,2%). Cabe ainda observar que se considerarmos como base de análise os grupamentos, o distanciamento de presença feminina é ainda maior, a saber: na construção a presença feminina é quase nula (0,7%); em contraponto estão os serviços domésticos (1%), os quais a presença masculina se manifesta com a mesma discrepância.

¹⁸ Estatísticas de Gênero no Brasil – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil - Tabelas completas/ Educação /Tabela número 25 disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022



Tabela 4- Pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e grupamento de atividades – 2015.

Grupamentos	Brasil %	Homens %	Mulheres%
Agrícola	13,9	17,1	9,6
Indústria	12,6	13,9	10,8
Indústrias de transformação	11,8	12,8	10,5
Construção	9,0	15,2	0,7
Comércio e reparação	18,2	18,7	17,5
Alojamento e alimentação	4,9	3,8	6,4
Transporte, armazenagem e comunicação	5,6	8,5	1,6
Administração pública	5,3	5,6	4,9
Educação, saúde e serviços sociais	10,9	4,5	19,4
Serviços domésticos	6,6	1,0	14,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,3	2,7	6,3
Outras atividades	8,7	8,9	8,5
Atividades mal definidas	0,1	0,1	0,0

Fonte: IBGE, PNAD, 2015¹⁹

De posse desses dados surgem os seguintes questionamentos? Quais os fatores, ações e indicadores que promoveram essa construção social de papéis exercidos exclusivamente por grupos de mulheres e homens. O que se tem feito para mudança dessa construção social? Quais os desafios que esses personagens enfrentam nessas quebras de paradigmas?

Diante do apresentado, faz-se necessário evidenciar que o ingresso de estudantes (homens e mulheres) nas Instituições de Ensino Superior - IES públicas acontece através de processos de seleção, que por sua vez, podem até incluir sistemas de cotas raciais, mas que ainda desconsideram a interseccionalidade. Muitas mulheres (principalmente as mulheres negras) durante suas trajetórias escolares, não tiveram os mesmos direitos de acesso aos recursos pedagógicos relacionados à ciência e tecnologia, bem como tiveram que exercer concomitantemente aos estudos, atividades de cuidados do lar e da família²⁰

¹⁹ Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios, IBGE, 2015. Tabelas completas/ tabela número 4.1.8 Trabalho. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=9129&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022

²⁰ Leticia Dellazzana e Lia Freitas (2010, p.600) em seus estudos observaram que “as participantes do sexo feminino realizam tanto atividades de cuidado quanto domésticas, enquanto que os do sexo masculino desempenham mais atividades de cuidado dos irmãos menores do que tarefas domésticas. Nestes casos, as tarefas domésticas ficam por conta de uma irmã menor ou da própria mãe. O estudo realizado por Kosminsky e Santana (2006)



Além disso, em muitos casos, as/os estudantes de baixa renda, após ingressarem na universidade, precisam de condições mínimas de aprendizagem e permanência nas instituições de ensino superior. A/O estudante ingressa/o na instituição passa por muitos desafios em sua trajetória de aprendizagem, considerando que, muito provavelmente ela/ele não teve condições de ter acesso a um ensino de qualidade, fato este que interfere no desenvolvimento de sua aprendizagem dentro da instituição. Acrescenta-se também, que em uma grande maioria, esses/as estudantes não possuem condições financeiras de se manterem na rotina de estudos, fato este que provoca defasagem na aprendizagem como também na evasão.

Outro agravante está na oferta de bolsas de estudos (monitoria, tutoria, ensino, pesquisa e extensão) dentro dessas instituições de ensino superior que também desconsidera a necessidade, reflexão e reformulação numa perspectiva interseccional Alessandro Bello e María Estébanez (2022) afirmam que existem vários fatores complexos, que podem levar a resultados desiguais entre a participação dos homens e das mulheres nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM – Science, Technology, Engineering and Mathematics) e que estão presentes desde a formação primária desses grupos até o topo das carreiras.

Esses fatores são complexos de se abordar, pois envolvem contextos econômicos, culturais, religiosos e sociais, carregados por preconceitos de gênero e generalizados nas famílias, comunidades e locais de trabalho. Mesmo assim, podemos elencar alguns como: a falta de consciência entre as gerações mais jovens sobre o potencial dos estudos vinculados a STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) o mal entendido disseminado acerca da dificuldade de se estudar e trabalhar nessas profissões em comparação com as ciências sociais; a falta de pedagogia e instrumentos de gênero nas escolas e centros culturais; a desigualdade socioeconômica entre as regiões e dificuldade de acessos aos recursos tecnológicos; interseccionalidade em gênero, raça, identidade e classe LGTBTQIA+, afetando a carreira acadêmica; sexismo na sociedade e no meio acadêmico, influenciando na progressão das estudantes nas

também encontrou diferenças em relação ao sexo dos participantes nessa mesma direção. Isto indica que, apesar de filhos do sexo masculino também assumirem a responsabilidade por algumas atividades de cuidado dos irmãos menores, as atividades domésticas ainda são preferencialmente desempenhadas por outra integrante da família do sexo feminino. Tal constatação confirma a pesquisa de Bezerra (2006), cujos resultados indicam que, em função da cultura de que atividade doméstica é uma tarefa feminina, os efeitos do trabalho realizado no próprio domicílio são mais vivenciados pelas meninas do que pelos meninos mais velhos.”



disciplinas de STEM; a falta de modelos femininos que quebrem com esses estereótipos (BELLO; ESTÈBANEZ, 2022).

Sabemos, pois, das grandes dificuldades em entrar e permanecer em um curso superior no nosso país. Muitos são os desafios. E quando aprofundamos nossa “lente de pesquisa” vemos mais de perto que a questão de gênero, aliada a classe e raça, também faz a diferença em nossas escolhas futuras.



Considerações Finais

No decorrer da história muitas mulheres se arriscaram em nome da ciência. Elas experimentaram grandes dificuldades para se inserir nessa instituição elitista e estratificada. Tiveram que enfrentar novos problemas, novas formas de exclusão e adotar, em consequência, novas estratégias. Elas resistiram e demandaram seus direitos. Mas ainda assim estavam (estão) ainda isoladas.

De acordo com o relatório da Unesco organizado por Alessandro Bello e María Elina Estébanez:

Dentro do contexto do Ensino Superior, a despeito das melhorias no acesso ao nível de graduação e pós-graduação nos últimos anos, as mulheres são muito menos propensas a progredir para além do nível de mestrado ou a adentrar em campos de pesquisa: globalmente, 71% dos pesquisadores universitários são homens (UNESCO, 2020). Na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, na sigla em inglês), essa disparidade é ainda mais acentuada. Apenas 3% dos prêmios Nobel de ciências foram concedidos a mulheres e, mais perto de casa, no Brasil, a representação de mulheres em cargos de liderança na área de Ciência e Tecnologia está entre 0% e 2% (2022, p.08).

Para além da questão de gênero, a raça e classe também interverem muito nesses dados. Por isso, refletir acerca da interseccionalidade, no país, significa observar o contexto social, econômico, político através de um olhar atento sobre a participação feminina nas diversas situações da vida cotidiana. Nesse sentido, é imprescindível destacar que muitas das informações necessárias para base de análise estatística, perpassaram por um contexto socialmente influenciado pela cultura ou pela intencionalidade política, econômica, social. Isso quer dizer que, por exemplo, dados estatísticos acerca da participação feminina, na educação, no trabalho, na ciência, na tecnologia, podem ser escassos devido às diversas intencionalidades.

Na tentativa de trazer algumas contribuições acerca do exposto, esse texto procurou identificar alguns dos fatores a serem considerados no campo da participação efetiva das mulheres, e em alguns casos, das mulheres negras no cenário da educação superior no país. Numa perspectiva de análise positiva, podemos perceber que os dados levantados trazem a considerável participação feminina nos cursos de formação superior no país. Já numa ótica mais profunda, observamos que essa participação é direcionada a algumas atividades específicas, como as



áreas conhecidas como *care* (cuidado), o que não é muito diferente dos anos anteriores.

Vale ressaltar, que muitos pesquisadores têm reclamado acerca da insuficiência de informações desagregadas por sexo, fato este que demonstra a negligência das instituições que coletam essas informações. Essa escassez de dados direcionados para a análise da equidade de gênero, também interferem na interpretação do atual contexto em que essas mulheres vivem e conseqüentemente na promoção e gestão de políticas direcionadas a esses grupos. Isso não quer dizer que as instituições familiares, escolares, públicas, não possam agir no sentido de promover a inserção dessas mulheres nos diversos espaços da vida, sejam eles sociais, políticos, culturais e econômicos. Para isso, há muita literatura, principalmente por parte das mulheres escritoras, que tentam suprimir essa questão tratando brilhantemente sobre o assunto e que devem ser divulgadas.

Por fim, o campo das ciências é um campo vasto de disputas de interesses sejam eles, sociais, culturais, econômicos, de poder, e que sempre teve a participação de mulheres, porém o devido valor e/ou destaque a essas contribuições não foram, e não são considerados pelos grupos majoritariamente masculinos.



Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de; VIEIRA, Joice Melo; MARCONDES, Glaucia dos Santos. Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. 1.ed, São Paulo: Boitempo, 2016. p.149-160

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores sociais das mulheres no Brasil- 2ª edição. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-%20estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-%20brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por amostra por domicílios. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=9129&t=resultados>>. Acesso em 30 jun. 2022

BELLO, Alessandro; ESTÈBANÉZ, Maria. Uma equação desequilibrada: aumentar a participação das mulheres na STEM na LAC. Montevideu: UNESCO, 2022.

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: a experiência vivida. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019 vol.II.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu. 2006, n.26, pp.329-376. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em 04 set. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. RJ: Bazar Tempo, 2019. pp.313-323

CERQUEIRA, Daniel; et all. Atlas da violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/atlas-da-violencia-2019/>. Acesso em 04 set. 2022.



CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Curso Educação, Relações Raciais e Direitos Humanos. Ação Educativa. São Paulo, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171, 2002.

DELLAZZANA, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Um dia de irmãos que cuidam de irmãos. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/j9Fz3BhMLM6PC5LyrTbfjxk/?lang=pt>>. Acesso em 04 set. 2022.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. De estudantes a professoras universitárias: docentes negras construindo práticas de enfrentamento ao racismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10, 2018, Uberlândia. (Re) Existência intelectual negra e ancestral. Uberlândia: ABPN, 2018. p. 1-14.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. As cores da desigualdade. In: BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: retratos. Rio de Janeiro, IBGE, n. 11, p. 1-25, maio 2018.

GUEDES, Rayane Silva; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A presença das mulheres na História da Educação no Brasil. In: Revista Teias. v. 23, p. 167-189, 2022.

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; Andreia, BARRETO. Políticas públicas e gênero. In: Gestão de políticas públicas em gênero e raça. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres, 2010.

IGNOTOFSKY, Rachel. As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo. São Paulo: Blucher, 2017.

LOURO Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 2000.



QUEIROZ, Delcele M. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. Caderno CRH, Salvador, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José. Diferenças, igualdades. São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009. p. 116-149.

PORTELLA, Tânia. Desigualdade de gênero e raça na educação brasileira. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/boletim-seta-01-desigualdade-de-genero-e-raca-na-educacao-brasileira/>>. Acesso em 02 jul. 2022.

RABELO, Amanda O. O Gênero e a profissão docente: impactos na memória das normalistas. Revista Ártemis, Paraíba, n.6, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2125>>. Acesso em 04 set. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, vol. 20, n.2 jul/dez, 1995 p. 71-99.

TOSI, Lucía. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu (10), 1998, pp.369-397



Gender and intersectionality in Brazilian higher education: Some note

Abstract: This text seeks to bring some reflections and statistical data about the presence of women in science in Brazil, both in terms of the number of enrollments, the most chosen courses, and the number of women graduating. For the construction of statistical data, information provided by the IBGE website was used. The lack of official data related to the question of the intersectionality of gender and race made it difficult to collect some of this information, but did not prevent an initial analysis. Finally, the text brings some issues to be considered, such as the need for more census demands, in the sense of trying to promote public policies aimed at the entry and permanence of women, especially black and poor women, in HEIs, especially in STEM courses (Science, Technology, Engineering and Mathematics).

Keywords: Intersectionality. Higher education. Gender.

Renata Janaína do CARMO

Mestranda em Educação e Formação Humana pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV-2008) e especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça GPP-GER (UFV-2012).

E-mail: renata.carmo@uemg.br

Daniela Oliveira Ramos dos PASSOS

Professora na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE / CBH / UEMG). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Educação e Formação Humana - PPGE/FaE-UEMG. Coordenadora do Núcleo Tessituras de nós: núcleo de estudos, pesquisa e extensão em gênero, sexualidade e educação (Tessitura de nós/UEMG). Além de integrar o Grupo de Pesquisa em História dos Processos Educadores (GPHPE/FaE/UFMG) e o Núcleo História da Educação (NEPHE/UEMG). Membro do corpo editorial da Revista Educação em Foco (PPGE / FaE / UEMG). Pós-Doutoranda em Educação pela FaE/UFMG. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Possui Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011). Graduação em História (licenciatura plena) pela Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (2006). Tem experiência nas áreas de História, Sociologia e Educação. Atua principalmente nos seguintes temas



*de pesquisa: História - Mundos do trabalho e História das Mulheres - Teoria Sociológica, Educação e Gênero.
E-mail: daniela.passos@uemg.br*

Recebido em: 08/12/2022

Aprovado em: 30/05/2024



ARTIGO



Imagens persuasivas: Masculinidade e autoritarismo na cena política contemporânea

Lucas Maroto Moreira, *Universidade Federal da Bahia*

RESUMO. O artigo debate a representação da masculinidade viril na política contemporânea e, particularmente, a estética *masculinista* vinculada à (extrema) direita e, de modo geral, ao autoritarismo. A análise focaliza cenas e fotografias difundidas em canais midiáticos e redes sociais nas quais a associação entre política e louvor à estética masculinista é sintetizada na figura do líder de Estado ou de seus apoiadores. As imagens em questão foram produzidas no Brasil e nos EUA entre 2018 e 2021. Comparando-as e analisando-as isoladamente, destaca-se de que maneira, através de uma estética sincrética, tem-se produzido uma cena masculinista transnacional que serve de sustento a diferentes grupos políticos. Esses recursos visuais são estrategicamente concebidos com referências heterogêneas que condensam desde estereótipos arcaicos até imagens emblemáticas da masculinidade contemporânea. Essas imagens, dada a frequência com que aparecem em cenas políticas, podem ser compreendidas como parte da atual ofensiva antigênero em países do Norte e do Sul Global. Essas aparições, ao mesmo tempo, reafirmam uma visão neofascista na política e se constituem como resposta ressentida, fundamentalmente machista, frente ao progressivo avanço de conquistas sociais nas últimas décadas decorrentes das lutas feministas e da atuação de movimentos sociais ligados às identidades sexuais e de gênero dissidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Autoritarismo. Política. Imagem.



Introdução

O ascenso da extrema-direita em diversos países do mundo correspondeu simultaneamente à emergência de variadas representações da masculinidade viril, instrumentalizadas enquanto marketing político manipulado por algoritmos e *fake news* propagadas por canais midiáticos e redes sociais, com destaque para os grupos de WhatsApp. O presente texto busca propor reflexões e interpretar a emergência de tais imagens como parte de uma cultura visual masculinista fomentada por grupos heterogêneos de extrema-direita e figuras políticas de inclinação autoritária que buscam emular, reproduzir e divulgar tais imagens e performances de masculinidade. A proliferação dessas imagens alcança variadas escalas, podendo ser descrita como parte da criação de uma cena masculinista transnacional que caracteriza a política nestas primeiras décadas do século XXI.

A perspectiva analítica assumida aqui consiste em descortinar, do ponto de vista simbólico, por um lado, como essa iconografia masculinista, marcada por músculos, sangue e armas de fogo, tende a representar performances que se inspiram em noções de poder patriarcal e capacidade de liderança e, por outro lado, como tais cenas e performances buscam figurar o ressentimento machista frente ao avanço das lutas sociais dos movimentos feministas e LGBTQIA+, com os quais tornaram-se obrigados a conviver, tanto na esfera da política institucional — refiro-me aos cargos políticos ocupados por homens e mulheres trans e travestis, gays e lésbicas — quanto no plano da cultura e da socialização.

Como indicam Nicole Lamerichs e colaboradores (2018), a internet e a linguagem dos *memes* políticos ligados à extrema-direita — disseminados em redes sociais como Facebook, Instagram ou grupos de WhatsApp e Telegram — tornaram-se um dos principais vetores de propagação de ideais masculinistas, por meio de textos, jogos e retratos históricos construtores de uma narrativa heroica e, por vezes, caricatural, carregados de racismo, sexismo e, especialmente, de machismo. Para os autores supracitados, os *memes* são parte de uma comunicação e de uma linguagem persuasivas a partir das quais se pode seguir as linhas de ascensão de um extremismo político que tende a congregiar grupos aparentemente desconectados que há muito tempo pareciam adormecidos em variados países do globo, como supremacistas, nacionalistas, neonazistas etc. No mesmo sentido, acrescento que as imagens midiáticas que retratam a vida pública dos líderes políticos, suas campanhas eleitorais e as manifestações de seus apoiadores oferecem,



igualmente, uma densa iconografia composta de representações visuais que se engajam em promover uma masculinização do político e da política.

A título introdutório, antes de chegarmos diretamente à análise das imagens que serão objeto deste texto e no intuito de evidenciar o caráter transnacional dessas representações, trarei abaixo a narrativa de uma cena midiática amplamente repercutida nos últimos anos, na qual o personagem principal é o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin. A narrativa dessa cena, sobre a qual não nos deteremos, servirá de ponto de partida para apresentar ao leitor/a de que modo a representação visual do poder masculino torna-se um instrumento persuasivo quando articulado a cenas políticas. Nesse sentido, como apontam pesquisas atuais (cf. SPERLING, 2015), a ascensão e a popularidade de Putin são um exemplo bastante significativo de como o uso estratégico de imagens de virilidade associadas à política serve como um profícuo meio de comunicação e convencimento do eleitorado, ao conectar dimensões normativas do gênero a ideologias e projetos políticos particulares associados à segurança nacional.

No dia 19 de janeiro, data em que os cristãos comemoram o batismo de Cristo no rio Jordão, o presidente Vladimir Putin, sob os olhos da imprensa, realizou, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, um ritual característico da ortodoxia russa que consiste em um mergulho nas águas gélidas do inverno ártico. O ato representa a reafirmação ideológica do presidente dos valores cristãos ortodoxos, mas também apresenta, ao público que assiste, sentimentos como sangue frio e bravura frente aos riscos do limite físico.

Depois de retirar um grosso casaco de pele e botas resistentes, Vladimir Putin fica apenas em traje de banho frente a uma cruz esculpida em gelo e de grande tamanho; em seguida, desce uma pequena escada e mergulha três vezes nas águas, cujas temperaturas chegam a níveis abaixo de zero grau Celsius; faz, por fim, com a mão sobre o peito, o sinal da cruz representando a Santíssima Trindade. Nas laterais, apinham-se grupos de apoiadores do presidente enquanto, à sua frente, fotógrafos e cinegrafistas registram a cena.

O rito simboliza um pacto de fé praticado pelo cristão ortodoxo, que, através do corpo desnudo e de sua submersão em águas de baixa temperatura, performa a coragem e a entrega espiritual. Putin apresenta-se, nesse sentido, como um homem alinhado com os valores religiosos da ortodoxia cristã. A cena do mergulho protagonizada pelo chefe de Estado torna evidente uma concepção de gênero que tem sido, acima de tudo,



incorporada como parte da promoção política do presidente: a representação de Putin como um líder destemido, um homem verdadeiramente e religiosamente *macho*. A cena, inicialmente religiosa, pode ser percebida na sua relação com outras aparições públicas nas quais alguma dimensão do vigor físico e da corporalidade do presidente é explorada frente às lentes de câmeras estrategicamente posicionadas, seja ao manejar grandes animais, praticar esportes como mergulho ou caça, realizar cavalgadas nas planícies russas, ostentar espingardas, seja ao disputar uma “quebra de braço” com um dos seus eleitores em plena praça pública.

Como na cena do mergulho, figura-se nessas outras imagens a presença ativa do corpo viril, como se a virilidade, e mais propriamente a disposição física, e até guerreira, fosse um valor necessário à liderança política. Nessas imagens, que rapidamente viram *memes* e se replicam, o aspecto masculino do combate e da violência figuram, de maneira bastante eloquente, uma retórica política específica que se pauta, sobretudo, pela dominação dos grupos sociais que se encontram fora do espectro dessa performance de masculinidade.

A aparição do presidente Vladimir Putin em cenas públicas através de imagens emblemáticas de representação masculina, como notou Valerie Sperling (2015), exemplifica o uso do gênero como mecanismo de controle social, como elemento-chave na legitimação ideológica do conservadorismo político da extrema-direita. Tais cenas buscam explorar aspectos da performance masculina considerados próprios de um líder de Estado que pode provar, por meio delas, que congrega visualmente a força e a potência da violência necessárias para defender o país não apenas em caso de uma guerra como também moralmente.

Valerie Sperling justapõe analiticamente política, gênero e sexualidade na Rússia contemporânea, evidenciando como as normas e práticas generificadas, incluindo seus mecanismos ideológicos de exclusão — machismo, misoginia e homofobia —, transformaram-se em um dos principais meios de conexão ideológica entre Putin e seus apoiadores em todas as classes sociais, permeadas pela propagação desse imaginário. O uso estratégico das cenas rituais religiosas (como o mergulho nas águas gélidas) ou das práticas esportivas e *hobbys* tem a função de imprimir no cenário político a representação mais tradicional do gênero masculino, aquela em que o domínio propriamente patriarcal é encenado publicamente.



Os Estados Unidos e o Brasil são também exemplos significativos da globalização das imagens viris na política, as quais — dada a frequência com que aparecem e o seu conteúdo explicitamente conservador no tangente a avanços sociais em termos de igualdade de gênero — podem ser compreendidas, simultaneamente, como causa e resultado de uma campanha global que tem buscado fazer regredir esses avanços atacando corpos e direitos das mulheres e membros dos coletivos LGBTQIA+, identidades as quais a ideologia masculinista precisa atacar na busca por revigorar seu domínio. Essa força que busca recrudescer a violência sobre esses grupos sociais e movimentos políticos, também denominada *ofensiva* ou *cruzada antigênero* (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; CORRÊA, 2018), marca as imagens em que se encena a política em países do Norte e do Sul Global.

Com base nesta discussão prévia, focalizaremos, a seguir, o contexto, as representações e os efeitos da reemergência ou revigoração de imagens de virilidade masculinista atreladas à política nesses dois países do continente americano. Por um lado, o foco é colocado em imagens associadas ao ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump e seus apoiadores, sobretudo na transição de seu mandato para o do presidente Joe Biden, em janeiro de 2021, que passou a história pelas turbulências antidemocráticas em solo estadunidense. Por outro lado, e comparativamente, focalizam-se imagens midiáticas disseminadas ao longo da passagem pelo Governo Federal brasileiro de Jair Bolsonaro, nas quais representações masculinistas foram postas em destaque com a utilização de referências visuais similares, quando não idênticas, àquelas encontradas entre os grupos pró-Trump.

A proposta, ao analisar as representações que munem tais imagens de múltiplas camadas de conteúdo simbólico masculinista, é delinear o espectro conservador em que se enquadram, assim como seus arquétipos e estereótipos. Ao levarmos em consideração que olhar para fora e agir comparativamente constitui uma das metodologias da disciplina antropológica e, ao mesmo tempo e conseqüentemente, que olhar para a diferença — no caso, para os últimos dias do governo de Trump — é uma forma de olharmos para nós mesmos, torna-se possível intuir quais tipos de atitude masculinista podem tomar as ruas do Brasil em futuras transições entre governantes, assim como em outros lugares do mundo onde a extrema-direita esteja prestes a ocupar ou desocupar o poder; torna-se possível, ainda, evidenciar que imagens e performances poderão servir de suporte para essas atitudes.



A persuasão da imagem masculinista

Imagens são persuasivas. Afirma o filósofo Georges Didi-Huberman (2013, p. 35) que “as imagens conferem uma figura, não apenas às coisas e aos espaços, mas também aos tempos: as imagens configuram o tempo da memória e, ao mesmo tempo, do desejo”. Em outras palavras, formas visuais, como uma fotografia, por exemplo, trazem à tona uma dimensão histórica ao mesmo tempo que figuram o presente e o futuro, aquilo a que se aspira. Dessa maneira, as formas imagéticas, indica-nos o autor, são formas heurísticas, na medida em que revelam aspectos e interpretações (persuasivas) do tempo em sua dimensão estética, sociológica e cultural.

Para que a imagem se valha enquanto suporte de leitura de tais aspectos, Didi-Huberman (2013, p. 20) sugere ser necessária uma sobreposição analítica entre os recursos sensíveis das configurações visuais — ângulos, formas, cores, posição dos objetos, sensações —, por um lado, e, por outro, uma formulação conceitual própria ao campo epistêmico. Nesse sentido, conclui o autor, imagens agrupadas de certa maneira com intuito de análise “oferecem a possibilidade — ou, melhor, o recurso inesgotável — de releitura do mundo”.

Trilhando caminho similar, Etienne Samain (2012, p. 31) propõe, tomando emprestadas considerações metodológicas de Gregory Bateson e Aby Warburg, que toda imagem contém uma retórica e que “sem chegar a ser um sujeito, a imagem é muito mais que um objeto, ela participa de um sistema de pensamento”. A aposta de Samain é a de que poderíamos chegar a interpretações de ordem socioantropológica utilizando como meio as próprias imagens, não enquanto produtos sobre os quais interpretações isoladas são produzidas, mas enquanto veículos para se articular o contexto de sua produção, de sua fruição e, o que é mais importante, da relação que estabelecem com outras imagens difundidas em outros períodos históricos. Reforçando tal perspectiva, John Berger (1999, p. 12) nos lembra que uma imagem pode “ultrapassar em duração aquilo que ela representa”.

Nos últimos anos, telas de telefones celulares, televisões e computadores têm sido invadidas por um certo tipo de imagem que fornece um recurso inesgotável de representação persuasiva do masculinismo. Dentre essas imagens, aquelas associadas a políticos têm



se destacado como algumas das mais virulentas: na segunda metade dos anos 10 e início da década de 20 do nosso século, uma expressiva quantidade de fotografias de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Vladimir Putin e outros líderes, como o filipino Rodrigo Duterte, portando pistolas, metralhadoras e fuzis, ou fazendo alarde de campanhas bélicas e governos ditatoriais em discursos públicos, tornou-se de comum circulação. A homofobia e a misoginia expressas nos mesmos discursos e eventos ratificam o radicalismo conservador do espectro em que se enquadram essas imagens, que se apoiam numa retórica persuasiva de reprodução do machismo e representam uma ameaça à agenda democrática por mobilizarem de forma eficaz imaginários e instrumentos na ofensiva antigênero.

No Brasil, especificamente, como evidenciam Miskolci e Campana (2017, p. 743), ataques contrários aos direitos humanos têm se tornado componente de uma política de Estado em torno de direitos sexuais e reprodutivos fundamentada em um pânico moral. Segundo os autores, o objetivo seria “distanciar os movimentos feministas e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas”.

No mesmo sentido, Regina Fachinni e Isadora Lins (2020) afirmam que a recusa aos avanços em termos de direitos humanos compõe um dos fundamentos políticos da atual ofensiva conservadora que objetiva o desmonte da agenda progressista de gênero e sexualidade. Para as autoras, a arena da política tem passado a ser dominada pelas concepções hegemônicas de masculinidade usadas como instrumento de intimidação (às quais fazemos referência neste texto com o adjetivo “masculinistas”) e pela retirada de direitos já garantidos por políticas públicas e legislação voltadas para as mulheres e a comunidade LGBTQIA+. Por fim, concluem, a ofensiva antigênero é elemento de uma disputa por direitos após um cenário de *cidadanização* das mulheres e das identidades de gênero dissidentes. A aposta deste texto é que a circulação de tais imagens e representações da virilidade se contrapõe efetivamente a esse cenário de *cidadanização*.

A antropóloga Véronique Nahoum-Grappe (2004, p. 20-24) evidencia como, nos contextos de extrema violência contra as mulheres, como foi a guerra na ex-Iugoslávia entre os anos 1991 e 1995, marcada por estupros sistemáticos, há subjacente uma “cultura da virilidade agressiva” difundida por meio de uma propaganda da guerra baseada em determinados estereótipos do homem *malvado*. Embora Nahoum-Grappe se dedique fundamentalmente à reflexão em torno do uso político



de violações e estupros sistemáticos e como esses atos demarcam um tipo de “assassinato de gênero”, a autora aponta questões relativas aos estereótipos e elementos estéticos que compoariam a performance do poder masculino, mecanismos que orientam a distribuição de papéis e de determinadas “imagens vinculadas no interior de determinada cultura e a escolha de certas práticas”. Por sua vez, essas imagens não se encontram vinculadas a um tempo histórico específico; elas costumam misturar referências temporais:

A questão da cultura do soldado ou do miliciano precisará ser estudada pelos sociólogos: na prática vemos que a escolha de insígnias particulares como tatuagens, brincos e gostos (a música hard rock, os filmes americanos estilo Rambo, os objetos ligados ao mundo do vídeo de preferência roubados etc.) demonstram que a ideologia nacionalista viril e “étnica” alimenta-se de produções culturais contemporâneas difundidas no mundo inteiro. Não é sociologicamente correto pensar o renascimento de arcaísmos: o jovem miliciano (...) participa do modo de vida urbanizado e da subcultura da modernidade internacional. Os progressos do feminismo, no plano do direito, não parecem contradizer o prestígio das virilidades sincréticas mostradas nas telas de todo o mundo (NAHOUM-GRAPPE, 2004, p. 30).

Como demonstra a autora, há uma estética, visualmente sincrética, que aflora no seio das sociedades marcadas pelo totalitarismo. Essa estética da imagem masculinista é composta por mistura de estereótipos. Estas reproduções estereotípicas mais conhecidas estão associadas à guerra, aos músculos e às armas — e à alusão ao passado glorioso de mártires —, mas há também referências buscadas no período medieval, na iconografia greco-latina ou no mundo das máquinas e até mesmo dos robôs e ciborgues. É, portanto, através dessas referências heterogêneas que se constituem as representações de virilidades sincréticas, como as definiu Nahoum-Grappe (2004, p. 30), que tendem a se reproduzir no contexto dos novos meios de comunicação. Estas imagens são, nesse sentido, meios de compreender como dimensões do machismo assumem variadas formas e se moldam de maneira flexível aos diversos contextos e às performances dos líderes políticos, dos grupos de extremistas e neofascistas, tornando-se uma das formas de manifestação da dominação masculina no plano da socialização, da estética e da política.

A antropologia das masculinidades e o autoritarismo na política



Mara Viveiros Vigoya (2018, p. 37) sugere que não há campo de estudos das masculinidades que não pense simultaneamente o próprio feminismo e suas ondas teóricas. Fora desse espectro, uma análise da masculinidade como dimensão autônoma corre o risco de reificar estruturas de poder ou de adotar um enfoque demasiadamente semiótico. A interconexão entre as teorias feministas e os estudos sobre homens, segundo a autora, se dá na segunda metade do século XX, sendo marcada pela emergência de diversas teorias que tratavam de explicar as causas da dominação masculina, enfatizando a dimensão relacional do conceito de gênero. Essas diversas teorias buscavam “corrigir as falsas presunções sobre as mulheres e prefigurar novos tipos de mulheres — e de homens — em novas circunstâncias sociais”.

É por volta dos anos 1970 que um novo campo de estudo ganha força, em universidades dos Estados Unidos, com a alcunha de *Men's Studies* ou estudos das masculinidades, o qual se nutriu, segundo Vigoya (2018, p. 41), de contribuições de “diferentes movimentos sociais como o dos direitos civis, o movimento feminista e o movimento de liberação gay”. Na visão da autora, a proliferação de trabalhos com a temática da masculinidade ao longo dos anos seguiu basicamente duas orientações: “os que se definem como aliados ao feminismo e os que reivindicam uma análise autônoma da masculinidade”.

A primeira orientação focou na construção social da masculinidade afirmando a inseparabilidade analítica da categoria no bojo das estruturas do gênero, ou seja, pontuando a desproporcionalidade do poder com o gênero feminino, sugerindo, nesse sentido, que o gênero masculino, tal qual o conhecemos, ao menos de maneira dominante, corresponde a um conjunto de relações de dominação com o feminino e as feminilidades. Para Vigoya, a segunda vertente analítica no campo das masculinidades tende a falhar ao pensar a masculinidade desvinculada das estruturas sociais determinantes. Essa vertente concentrou-se em análises culturais e literárias, influenciada por textos literários cuja crítica baseava-se na necessidade da revisão ontológica da masculinidade, um redescobrimto do homem moderno que tendeu a se incorporar nas tramas do neoliberalismo.

Atualmente, variadas pesquisas nas ciências sociais têm incorporado a primeira visão na percepção das dinâmicas de poder e opressão de mulheres e LGBTQIA+, compreendendo, como passo fundamental para o fim da violência de gênero, a importância de se analisar a masculinidade vinculada às estruturas, uma vez que o gênero é uma estrutura de práticas sociais alimentada por atos performativos do



corpo e do discurso. As masculinidades, conseqüentemente, como sugere Raewyn Connell (1996), são configurações de práticas que estão culturalmente situadas. Assim, a autora sugere uma compreensão estrutural ao perceber que toda masculinidade só é possível articulada a um sistema de relações de gênero e que estas relações se conectam, por sua vez, a estruturas sociais de classe, raça e nacionalidade, gerando, nesse sentido, espectros de masculinidade.

Os estudos orientados por essa visão teórica, à qual se filia este texto, ao mesmo tempo que focalizam as experiências dos homens, seus modos de identificação e como pensam e fazem a si mesmos e uns aos outros, descrevem a maneira como as estruturas sociais de dominação masculina são cultural e politicamente perpetuáveis.

Em comum, os estudos destacam a violência e a solidariedade viril como o marco de expressão do *habitus* dominante da masculinidade, pautado, sobretudo, na disputa pelo poder político, na necessidade de aprovação homosocial, no uso da força física, na demonstração agressiva da potência sexual, na dominação das mulheres, na misoginia e na LGBTQfobia (cf. VIGOYA, 2018; CONNELL, 1996; WELZER-LANG, 2001; VALE DE ALMEIDA 1996; KIMMEL, 2016; GUTMANN, 2000). Tais perspectivas, próprias de campos de pesquisa particulares, trazem contribuições relevantes para se pensar a dominação masculina e os meios através dos quais ela se apresenta, enquanto posicionamento relacional no âmbito do gênero, por meio de práticas sociais.

Nesses estudos, uma dimensão de destaque é dada à correlação entre os agrupamentos masculinos e a solidariedade política, aquilo que Matthew Gutmann (1997), por intermédio de Laionel Tiger, definiu como *male bonding*, o vínculo solidário da camaradagem. Vale de Almeida (1996) aponta, no mesmo sentido, o fato de que a associação masculina é a base da estrutura androcêntrica, que alicerça não apenas a socialização, mas os fenômenos da economia e da política.

Johann Chapoutot (2013, p. 352-355), recorrendo às organizações políticas autoritárias e juvenis do nazismo,¹ indica que os vínculos políticos e os da camaradagem viril são fundados no fato de os homens guerrearem ideologicamente em um combate comum, formando uma “comunidade forjada pela ética reivindicada e pela prática assumida da violência”. O poder bélico e a estética totalitária, comuns nos dados históricos do nazifascismo do século XX, circunscrevem uma das

¹ O autor se refere ao conceito *Männerbund*, forjado pelos etnólogos para designar a solidariedade patriarcal nas sociedades ditas tradicionais. O termo se tornou um slogan em voga nos movimentos de juventude depois do movimento nazista na Alemanha.



representações centrais da masculinidade hegemônica e da ideologia masculinista, conforme nos informa John Champagne (2012), por exemplo, acerca do fascismo na Itália.

Especificamente acerca da dimensão viril, contida nas ideologias do nazifascismo italiano e alemão, segundo indica Johann Chapoutot, a partir de uma história antropológica, é possível traçar uma difundida obsessão com a formação social e estética de um novo homem. Segundo o autor, “esse novo homem, de fato, foi frequentemente mais um homem do que uma mulher” (CHAPOUTOT, 2013, p. 335). A virilidade fascista, então, se definia não somente pela anulação ontológica da mulher e do feminino, mas pela necessidade de criação de um novo homem mais atlético, procriador da raça ariana, antes e acima de tudo um soldado capaz de combater pela própria pátria.

Essa virilização esteve encarnada no nazifascismo na aparição estética do corpo masculino esportivo, tanto em eventos competitivos como em obras de arte dos artistas favoritos do regime. Nesse sentido, o homem, o exercício de sua força física, e a nação aparecem imbricados nesses contextos políticos autoritários, tendo como reverso o feminino (limitado à reprodução) ou o judeu, tido como fraco e emasculado.

A feminilidade se encontra, então, excluída, pois ela está do lado do inimigo. Para os ideólogos e propagandistas nazistas, somente a raça nórdica é completamente viril: os judeus, caso eles possam dar provas de uma violência próxima da força masculina, somente possuem um poder animal, bruto, desprovido de consciência e de inteligência e desse autodomínio que é um dos atributos da virilidade. Os judeus são essencialmente femininos: objetos de suas pulsões, instáveis e lábeis, eles estão submetidos, tal como a mulher, a uma natureza que não dominam; dotados de uma aparência física desgraçada e adiposa, eles são as antípodas dessa musculatura torneada de que o homem fascista se dota por um esforço voluntário e duradouro. (CHAPOTOUT, 2013, p. 338).

O afloramento da ideologia masculinista, que no nazifascismo possuía uma noção de corpo e uma estética, fica evidente em análises históricas como as propostas por Chapoutot (2013), nas quais encontramos similaridades com aspectos abordados nos estudos contemporâneos das masculinidades na sua interface com o autoritarismo, como nas formulações de Bill Peterson e Eileen Zurbriggen (2010), que evidenciam como a emergência de governos de propensão autoritária sinaliza a instauração simultânea dos valores viris na política, que envolve o cultivo de subjetividades marcadas pela rápida assimilação de preconceitos e pela rigidez na percepção sobre os papéis de gênero e sexualidade. No que concerne às concepções de gênero, a pesquisa



evidencia que valores autoritários geram sujeitos cujas personalidades se constituem pela disposição de fazer uso da violência contra outros que sejam percebidos como não convencionais ou ameaçadores do *status quo*, fazendo aflorar no cotidiano social uma rigidez na demarcação entre o sujeito, seu grupo e os outros.

Para Peterson e Zurbriggen (2010), o ponto de partida teórico já se encontra nas formulações de Theodor Adorno sobre a personalidade autoritária e sobre como os autoritários veem o mundo a partir das hierarquias entre membros do mesmo grupo (*ingroup*) e sujeitos exteriores ao grupo (*outgroup*). A contribuição dos autores encontra-se justamente na discussão sobre a maneira como o sexo biológico se torna um meio de diferenciação marcante na constituição dos sujeitos e seus grupos sob regimes autoritários.

A rigidez da categorização e seus simbolismos — por exemplo, submissão, emoção e dependência como características essencialmente femininas, e dominação, estoicismo e independência como essencialmente masculinas — será elemento deflagrador da agência intolerante em relação às ambiguidades de gênero. Advém desse fato, por exemplo, a relação entre autoritarismo e homofobia. Nessa perspectiva, vai imperar o controle da sexualidade por meio de um moralismo extremo e reações punitivas dada a forte inclinação de obediência a um líder que concentra poder bélico, simbólico e personalista.

No mesmo sentido, investigando a coprodução entre gênero, poder bélico e autoritarismo, o artigo da antropóloga Rebecca Tapscott (2020, p. 1566) sugere como conceito central aquilo que define como *masculinidades militarizadas*, um mecanismo-chave de controle social, “modo de disciplina social” levado a cabo por governantes autoritários no contexto político de democracias liberais.

Para Tapscott (2020, p. 1567), o novo autoritarismo é pautado por performances de masculinidade militarizada que encenam publicamente a forte associação entre o poder e o militarismo (instituição mais emblemática, junto com outras como as polícias, do monopólio da violência por parte do Estado) e são formuladas como narrativas masculinas que reforçam a autoridade do governante. Por meio da expressão do poder das armas e da potência masculina por extensão, desenvolve-se um processo de socialização baseado naquilo que a autora denomina “paradoxo de contenção”, o qual é reflexo da coexistência aparentemente contraditória de instituições democráticas e poder autoritário.



Apontando para o simbólico militarizado nos governos de Duterte e Putin, Tapscott (2020) evidencia a reprodução do gênero no poder executivo, performada pelo líder, e o modo como, então, é transmitida e transcrita nas identidades de gênero de cidadãos comuns. O resultado é um sujeito político que se engaja com o regime através de uma socialização masculina fundada na violência (ou na vontade de matar) e na ordem disciplinada:

Prezar por masculinidades militarizadas e as performar, portanto, auxilia os governantes autoritários de hoje a destacarem seu potencial para tomar conta de uma violência inexplicável, quer no nível simbólico quer no nível material. (TAPSCOTT, 2020, p. 1570).²

Segundo Tapscott (2020), a masculinidade militarizada encena o paradoxo do autoritarismo contemporâneo, pois, por um lado, apresenta a performance da violência, a militarização e o uso iminente da força — a tensão ocasionada pela sensação de que a força estatal pode ser usada a qualquer momento — e, por outro, garante que determinadas instituições mantenham uma fachada democrática, assim como uma relativa liberdade dos sujeitos. O que a autora sugere é pensar o gênero como um campo produtivo para disseminação de posturas conservadoras dentro desse cenário, um meio de conexão entre as políticas do Estado, seus líderes e as populações.

Como explanei até aqui, fundamentado nos trabalhos supracitados, é possível encontrar nexos conceituais para explicar histórica e antropológicamente a forte correlação entre a representação política do masculinismo e a formação do autoritarismo. A intenção de acionar esses teóricos foi levantar uma discussão acerca das principais características que comporiam a representação do masculino nas cenas e nas imagens da política como substrato para analisar algumas imagens apresentadas e discutidas na seção a seguir.

Parto da asserção de que o contexto político contemporâneo, caracterizado pelo avanço do autoritarismo, é responsável pela criação de determinadas imagens e cenas, as quais, se destrinchadas analiticamente, podem desvelar não apenas os velhos estereótipos patriarcais e suas raízes no nazifascismo como também as figurações do masculino contemporâneo e suas performances de masculinidade militarizada, impulsionadas pelo poder de imagens persuasivas.

² “Performing and prizing militarize masculinities therefore helps today’s authoritarian rulers foreground their potential for overwhelming an unaccountable violence, both symbolically and materially”.



De Rambo aos vikings: a cena política contemporânea

Nos meses de dezembro e janeiro de 2021, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, proferiu, em diversos eventos públicos e em *posts* incendiários no Twitter e outras redes sociais, discursos inflamados que tinham por intuito deslegitimar o resultado das eleições ocorridas no mês de novembro de 2020, nas quais fora derrotado. Donald Trump anunciou ações judiciais contra o resultado das eleições alegando fraude eleitoral e promoveu uma série de atos antidemocráticos. Após o pleito, em cada uma de suas aparições públicas, Trump foi, aos poucos, incentivando seus apoiadores, formados por frações variadas da direita e da extrema-direita, a se indignarem com o resultado das urnas e agirem no sentido da organização de protestos.

Sendo assim, tais apoiadores articularam-se via internet e apresentaram uma resposta violenta aos comandos de Trump, a qual culminou na invasão ao Congresso Nacional dos Estados Unidos no dia 6 de janeiro de 2021, causante de cinco mortes. Nesse evento, havia uma série de cartazes, camisas e faixas nas quais se estampavam símbolos neonazistas, bandeiras dos Estados Unidos e de Israel, além de imagens de cobras e de Trump portando armas. Quem as empunhavam e as vestiam eram, sobretudo, supremacistas brancos, grupos masculinistas, conspiracionistas, como o Q'anon, subgrupos da direita alternativa (*alt-right*), racistas e apologistas da violência, como os *Proud Boys*, ou o *Bikers for Trump*, grupo formado por ex-militares.

Esses grupos políticos e seus membros, dada a singularidade estética com que se apresentaram e a natureza excêntrica e extremista das ideias que professam, ocuparam o lugar de protagonistas em cenas e fotografias divulgadas em canais televisivos, em canais do Youtube e nas redes sociais naquele dia 6 de janeiro. Quase sempre é possível visualizar em tais cenas uma multidão que toma as ruas, a fachada e a parte interna do Congresso Nacional; veem-se, igualmente, bandeiras flamejantes com frases de efeito e de apoio a Donald Trump, além de homens vestindo uniformes de futebol americano ou usando capacete e tacos de beisebol; estão presentes motociclistas vestidos com jaquetas de couro estampadas com caveiras e cavalos de corrida.

Além desse conjunto bastante singular de referências visuais esportivas e de signos ligados à virilidade, outra imagem chama a atenção naquela invasão ao Capitólio: desta vez, ela se encontra estampada em



camisas, em bandeiras ou em réplicas de bonecos de papel. Nelas, vemos o rosto do então presidente Trump acoplado ao corpo hiper musculoso do personagem cinematográfico John Rambo, do filme de 1982 *First Blood* (lançado no Brasil com o título de “Rambo: Programado para Matar”). Nessas imagens das bandeiras e camisas, o corpo viril portador de um fuzil, suado e com as veias do braço ressaltadas, apresenta a espetacularização e o culto estético da masculinidade militarizada.

Figura 1: *Trump Rambo Bazooka Flag*



Fonte: À esquerda, fotografia de Mariana Sanches, *BBC News Brasil*; à direita, imagem de bandeira à venda no site da Amazon.

As representações de Trump mimetizado no corpo do personagem cinematográfico viraram febre desde o início da campanha presidencial, ainda em 2020, quando comercializadas na Amazon estampadas em bandeiras intituladas “*Trump Rambo Bazooka Flag*” (bandeira de Trump Rambo com bazuca). Nelas, é possível ler a frase “*No Man, No Woman, No Commie Can Stump Him*” (“nenhum homem, nenhuma mulher, nenhum comunista é um desafio para ele”). Essa representação de indestrutibilidade apresentada na imagem de Trump musculoso e armado, assim como na frase que lhe serve de legenda, virou um símbolo estético marcante nas movimentações tanto nas redes sociais quanto nos atos antidemocráticos da invasão ao Capitólio.

Por que Rambo? John Rambo é um personagem icônico da cultura visual estadunidense. Ele construiu, através de filmes de ação, uma série de imaginários políticos sobre a guerra e sobre o papel dos indivíduos em contextos dramáticos e violentos. O sucesso do personagem o tornou sinônimo de coragem e destemor frente aos desafios que podem, segundo a lógica narrativa que o sustenta, ser solucionados por meio de atos heroicos e individuais. Destaca-se em Rambo a habilidade militar de um ex-soldado das forças especiais do exército dos Estados Unidos,



combatente na guerra do Vietnã, que, após ter sido capturado pelo exército inimigo e submetido a um tratamento cruel, foge de volta para o seu país natal, onde ganha honrarias pela coragem e destreza ao atravessar as florestas vietnamitas com poucos recursos até alcançar território pátrio.

A história de Rambo é a narrativa de uma experiência singular da guerra e da tortura física e psicológica a que governos autoritários submetem homens jovens; ela narra as emoções pungentes gravadas no soldado no retorno da guerra. Agressividade, raiva, esforço, sangue frio etc. são emoções e qualidades ressaltadas no ex-combatente, que segue, mesmo longe do combate institucional, matando para sobreviver.

Figura 2: Manifestante pró-Trump carrega réplica em papel do boneco de Trump Rambo durante ato de campanha eleitoral na Pensilvânia



Fonte: *El Wood City Ledger*, agosto de 2020.

Desde o lançamento do livro que inspirou o filme *First Blood* e do lançamento da película, já se passaram 50 anos, porém, há, como vimos, elementos simbolizados pelo personagem que ainda ecoam entre os grupos de manifestantes pró-Trump que veem a si mesmos, e ao próprio Trump, como destemidos guerreiros contemporâneos, ávidos por justiça. O uso das imagens do corpo de Rambo, nas quais se destacam dois elementos centrais, as armas de fogo e a hipertrofia muscular, é uma alusão declarada à conduta hegemônica de masculinidade pautada na



agressividade; sua instrumentalização política reside no encabeçamento desse corpo (a cabeça é símbolo de raciocínio e de pensamento estratégico) com a feição do líder carismático e populista de extrema direita, associado, então, ao masculinismo.

Rambo sintetiza a imagem do homem que nunca perde, e Trump, do homem que se recusa a reconhecer que perdeu; em comum, compartilham não apenas o forte nacionalismo que suas figuras representam como também o uso da violência como resposta e expressão de um poder. Toda essa paramentação em torno da figura do personagem cinematográfico é apenas uma das várias representações de masculinidade que foram registradas e divulgadas ao longo da campanha eleitoral de Trump e após o resultado das eleições. O ápice de tais manifestações visuais de masculinismo culmina inequivocamente na tomada da parte interna do Congresso Nacional e na aparição, mundialmente registrada, de um homem trajando roupas idiossincráticas que ficou conhecido na mídia brasileira como o “Viking” do Capitólio.³

A masculinidade hegemônica é literalmente uma bandeira da extrema direita, e a retórica política das imagens só a torna ainda mais evidente. Nas fotografias propagadas, vê-se um homem barbudo, sem camisa, de peito peludo e com chifres na cabeça, que urra enquanto bate um tacape sobre o piso do Congresso Nacional dos EUA: trata-se do jovem Jacob Anthony Chansley ou Jake Angeli, “o Xamã do Q’anon”, que, embora tenha ficado conhecido como o “viking” do capitólio, não usava uma fantasia de viking, mas uma indumentária confeccionada com pele de bisão. A imagem do rapaz trajando tal vestimenta traz à tona especificamente um objeto ritual usado nas cerimônias indígenas de algumas etnias norte-americanas, especificamente na cerimônia *Bufallo Dance*, na qual os homens celebravam, sob a forma de uma dança festiva, o retorno dos rebanhos de búfalos. Seu intuito era atrelar sua imagem de manifestante guerreiro à performance do homem “pré-moderno”.

³ Cf. TEIXEIRA, Jerônimo. As ideias extravagantes do “viking do capitólio”. *Época*, 13 de jan. de 2021. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/jeronimo-teixeira/coluna-as-ideias-extravagantes-do-viking-do-capitolio-24836214>>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.



Figura 3: À esquerda, indígena norte-americano vestido para a cerimônia da dança do búfalo; à direita, Jacob Anthony Chansley durante invasão ao Capitólio



Fonte: à esquerda, fotografia de Edward Sheriff Curtis, 1926; à direita, fotografia de Win McNamee, Getty Images, 2021.

A indumentária alude a um tempo remoto, a representações de rituais do universo nativo e, quiçá de forma equivocada, a uma época na qual o poder patriarcal teria imperado com mais vigor. Entretanto, o trumpista recontextualiza — ao mesmo tempo que se apropria de — uma simbologia que remete aos povos autóctones norte-americanos, ligando-os a discursos e práticas extremistas. Essa artimanha de volta ao passado não só expressa como apropriações culturais podem ser efetivadas como também exemplifica o mecanismo saudosista que alicerça a virilidade autoritária do masculinismo.

Como já busquei evidenciar acerca deste episódio em outros trabalhos (cf. Autor), ao transformá-lo em um símbolo emblemático, as fotografias do “viking” expõem uma característica na qual se fundamenta a reprodução social do machismo: uma vontade política de fazer reemergir entre os homens contemporâneos um ícone procurado na anterioridade histórica, momento em que o homem teria usufruído de mais força, violência, dominação e selvageria — aliás, inclusive, as



mobilizações que convergiram na invasão foram denominadas por Donald Trump como *wild protest* (protesto selvagem).

Tal estética nostálgica da representação de comportamentos idealizados como “selvagens” tem sido instrumentalizada em prol de ideologias masculinistas — das quais Jacob Anthony Chansley é hoje um dos ícones mais representativos —, como, por exemplo, o *Male Tribalism*, e de teorias da conspiração tais como o Q-anon, admiradas pelos trumpistas. *Male tribalism* é uma noção desenvolvida por intelectuais de direita radical estadunidenses como Jack Donovan, dentre cujos livros mais famosos contam-se títulos como *Androphilia: A Manifesto — Rejecting the Gay Identity, Reclaiming Masculinity* (Androfilia: um manifesto — repudiar a identidade gay, reivindicar a masculinidade, 2011) e *Blood-Brotherhood and Other Rites of Male Alliance* (Irmandade de sangue e outros ritos de aliança masculina, 2007).⁴

Essa ideologia política prevê uma sociedade formada por homens ou grupos masculinos, em que as mulheres, criadas em cativeiro, serviriam apenas para a reprodução da espécie. Formados por um universo variado de seguidores, esses agrupamentos políticos inspiram-se esteticamente em soldados, vikings, espartanos, romanos, personagens medievais, nativos norte-americanos e atletas, os quais consideram seus ancestrais de masculinidade viril, que, a todo custo, teimam em não deixar morrer.

Essas formas, embutidas em sociedades ditas democráticas, que buscam celebrar e reacender a vetusta dominação patriarcal (COURTINE, 2013) manifestam-se, no exemplo de Jake Angeli, por meio de uma cultura estética da representação da masculinidade. O louvor a um homem primitivo idealizado e à suposta linhagem ancestral que o conecta ao presente sobrevive no leque de imagens e referências da socialização masculina. Conforme aponta Courtine (2013, p. 562), trata-se da procura pela “exemplaridade viril numa linhagem exclusivamente masculina (...) favorecida pelo sentimento de que alguma coisa da virilidade foi perdida”.

A instrumentalização de ornamentos cerimoniais da *Buffalo Dance* e a adoração da estética masculinista performada por Jake Angeli comprovam a necessidade de que imagens e performances reatualizem a simbologia da virilidade. Por sua vez, essas imagens são elaboradas de maneira mitológica, vinculando-se a representações e figurações que se

⁴ Fundamentados no princípio de que o mundo urbano moderno tem levado os homens a se afastarem de suas pulsões originais, tendo sido domesticados, afeminados e emocionalmente desvirilizados, ao demandarem a instituição de gangues ou tribos formadas exclusivamente por homens, as obras difundem ideais misóginos ao mesmo tempo que promovem o ódio étnico. Conceitos desse espectro bibliográfico transformaram-se progressivamente em pauta política da *alt-right* (direita alternativa) norte-americana.



fundamentam na reinvenção do arcaico. Jean-Jacques Courtine (2013, p. 575) auxilia-nos a pensar o *habitus* hegemônico da masculinidade viril, que se constitui como discurso mítico e se ampara na memória de uma potência de outrora. Para esse autor, tal potência, por ter sido colocada em questão através do progresso das mudanças sociais, é reafirmada constantemente, quer na socialização masculina quer na ideologia política, em “correntes de revirilizações” ao longo dos séculos.

Correntes de revirilizações ganham proporções globais. No dia 7 de setembro, data da independência do Brasil, no ano de 2021, em paralelo às que estavam sendo organizadas em outras capitais, uma manifestação pró-Bolsonaro prometia tomar a Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. O ato, que se atrelava ao ritual cívico nacionalista, contou com carros de som, faixas e cartazes, assim como com a presença do próprio Jair Bolsonaro. As manifestações, a respeito das quais teceram-se inúmeros comentários nas mídias tradicionais e na internet ao longo do mês de agosto, eram vistas como um perigo potencial de confronto com grupos contrários ao presidente e, fundamentalmente, como um perigo iminente de “ruptura” com o sistema democrático. O clima geral de violência ficou absolutamente explícito, por exemplo, na convocação de militares veteranos a comparecerem às manifestações e na presença de manifestantes armados ou ostentando armas de brinquedo nos atos.

Durante a manifestação, um homem sem camisa, com o rosto pintado com as cores da bandeira brasileira e com uma vestimenta similar àquela usada pelo “viking do capitólio”, ganha visibilidade na mídia do país. A apresentação estética do rapaz era uma alusão clara à performance de masculinidade estampada na imagem do norte-americano urrando no Capitólio. A aparição do viking à brasileira é prova de que essas imagens vinculadas à política persuadem com efeito e eficácia, sendo rapidamente assimiladas, não apenas esteticamente como também ideologicamente.

Jair Bolsonaro já fez vários pronunciamentos sugerindo que, no ano eleitoral de 2022, no Brasil, poderão ocorrer problemas piores que os vistos nos Estados Unidos caso as eleições aconteçam via urnas eletrônicas. Os grupos nos quais os manifestantes pró-Trump se radicalizaram têm versões brasileiras tão violentas quanto as dos EUA. Esse fenômeno masculinista que vem à tona nas imagens da invasão ao Capitólio soma-se, portanto, à atualização constante de imagens de bravura masculina em torno de líderes e movimentos políticos. São iconografias revisitadas e retransmitidas, imagens que se retroalimentam.



Figura 4: Manifestante pró-Bolsonaro em manifestação do dia 7 de setembro de 2021



Fonte: Fotografia de Isabella Finholdt, Crusoé, 2021.

Além disso, as figuras do soldado e da força militar também foram incorporadas à personalidade pública de Jair Bolsonaro ao longo das eleições de 2018, permanecendo por todo o seu mandato. As referências constantes às insígnias, aos símbolos e às condutas do exército, o gesto da arma feito com as mãos e fotografias dele e de seus filhos portando armas, dentre um número quase infinito de exemplos, mostram a maneira como noções de masculinidade militarizada são incorporadas como parte da propaganda política. A entrada de Bolsonaro na política se encontra vinculada à sua carreira militar; foi a formulação de uma imagem de militar que compôs a ascensão de Bolsonaro. Assim, do mesmo modo que foi importada a imagem do “viking”, também por meio do uso estratégico de referências e violências idealizadas ou romantizadas do passado associadas a líderes políticos específicos, também Bolsonaro já protagonizou memes encabeçando o corpo de Rambo.



Figura 5: Meme que circula em redes sociais e grupos de plataformas como WhatsApp no Brasil



Fonte: Site Apkpure.

Foi possível confirmar, até aqui, que a identidade e as imagens através das quais o sujeito comum percebe a associação do líder político com o homem *de verdade* são peças fundantes de ideologias políticas autoritárias. São notórios nelas símbolos específicos tradicionalmente associados a força, poder, dominação e violência, quase sempre deslocados de seus contextos anteriores de aparição: a estratégia utilizada consiste em promover sua reparição pública e sua espetacularização, legitimando-os como ferramenta na arena das disputas políticas. A tendência de circulação de tais imagens e imaginários sobre o passado, por vezes misturados a referências ultramodernas, evidencia como as metáforas do poder são flexíveis, reinscritas no tempo presente e, em última instância, reinventadas. Observar a aparição dessas apresentações estereotípicas junto ao fascínio que elas exercem possibilita explicitar, no plano da descontinuidade histórica, os modos de transmissão e reprodução do machismo, do sexismo, da misoginia e da homofobia, através da sobrevivência e reatualização de formas visuais masculinistas em suas múltiplas mutações.

Um dos fundamentos dos estudos antropológicos sobre a masculinidade viril (HAROCHE, 2013; WELZER-LANG, 2001) considera que, nesse modelo de gênero, o que conta é tanto o exercício reiterado da potência quanto a obsessão com a impotência, com o medo ou o assombro



de que possa vir a falhar o poder da própria masculinidade. Em outras palavras, na afirmação constante, por parte do homem viril, de sua força simbólica, física e moral, haveria um mal disfarçado medo da falência, da derrota, da impotência.

Claudine Haroche (2013) propõe que o sentimento de medo frente à perda de poder, o que significa impotência, é o ponto cego da masculinidade viril. Dentro deste paradigma interpretativo, a perda de poder, a ameaça de perdê-lo, pode se reverter em negação do sujeito em uma resposta brutal, agressiva e, por vezes, assassina. Daí a necessidade de que a imagem, a performance e as regras de conduta tidas como viris sejam reforçadas, sobretudo em momentos históricos nos quais o desenvolvimento de formas de luta contra-hegemônicas (movimentos de luta por direitos sexuais, feminismos e movimentos LGBTQIA+, por exemplo) buscam equalizar desigualdades sociais.

A procura por ratificar as alianças com a norma patriarcal pautada na violência corresponde ao medo, disfarçado de força bruta, de que a masculinidade seja inconsistente e frágil. O ressentimento diante da impotência encontra-se expresso na recusa de Donald Trump em reconhecer sua derrota. Quando a masculinidade dominante perde seu domínio no plano político, o que emerge é esse grito de ressentimento, uma sensação de que o poder deve ser restituído por meio de um ato predatório. As imagens dos “vikings” nos EUA e no Brasil não evidenciam por acaso o desespero causado pela perda de poder, sempre em jogo na política, na recusa em aceitar o resultado das eleições e em incitar setores fanáticos da sociedade a atos antidemocráticos: o que está em jogo é a reconstituição e a reprodução do *modus operandi* dominante do masculinismo.

Conforme visto neste trabalho, na cena política contemporânea, têm circulado massivamente imagens que figuram e dramatizam poder associando-o à virilidade. Em todas elas, não vemos mais que um velho clichê, um arquétipo do “macho de verdade”. É exatamente esse clichê nostálgico do homem guerreiro e destruidor — quer seja Rambo, quer seja um arquétipo ancestral, caçador, pré-moderno — que, quando refigurado por meio de imagens persuasivas, reconstitui-se enquanto um marcador estético e moral masculinista.

Nessas representações de virilidade, tanto o homem primitivo (o “viking do Capitólio”) como o ex-combatente (Rambo) são vinculados à arena da política, fazendo ressuscitar e recriando, no cenário contemporâneo, a dimensão predatória e megalomaniaca da masculinidade encenada por líderes políticos autoritários e por muitos de



seus seguidores, sobretudo nas redes sociais. Essa masculinidade esteticamente elaborada pode ser vista como figurações masculinistas da política e como o vetor central de uma ordem social que busca realçar a oposição binária entre masculino e feminino e seus efeitos de poder por meio de artifícios, dissimulações e exageros.

O sincretismo estético revelado por imagens produzidas em tempos diferentes, mas com dimensões em comum, transmite a ideia de que o que é ser homem nunca muda. Isso tende a des-historicizar a experiência social do poder masculino: mostrar a masculinidade viril como uma estrutura subjacente, natural do ponto de vista biológico e historicamente presente em todos os tempos. Em vista disso, é chave fundamental para pensar a política contemporânea adentrar o mundo das representações masculinas e o fascínio despertado por elas em períodos em que o autoritarismo se torna um modo violento de relação com a diferença.



Referências

- BERGER, John. *Modos de Ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- CHAMPAGNE, John. *Aesthetic Modernism and Masculinity in Fascist Italy*. Londres: Routledge, 2012.
- CHAPOUTOT, Johann. Virilidade Facista. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História da Virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 335-363.
- CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1996.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, jun. 2018.
- COURTINE, Jean-Jacques. Robustez na cultura: mito viril e potência muscular. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História da Virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 554-577.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Atlas ou a gaia ciência inquieta*. Lisboa:KKYM, 2013
- FACHINNI, Regina; LINS, Isadora. *Direitos em Disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.
- GUTMANN, Matthew. *Ser hombre de verdad en la Ciudad de México: ni macho ni mandilón*. Cidade do México: El Colegio de México, 2000.
- GUTMANN, Matthew. Trafficking in Men: The Anthropology of Masculino. *P. Annu. Rev. Anthropol.* V. 26, p.385-409, 1997.
- HAROCHE, Claudine. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História da Virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013. p.15-34.
- KIMMEL, Michael. Masculinidade como homofobia: medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. *Revista Equatorial*, v. 3, n. 4, 2016.



LAMERICHS, Nicolle *et al.* Elite male bodies: The circulation of alt-Right memes and the framing of politicians on social media. *Participations*, v. 15, n. 1, p. 180-206, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de Gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. A dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995. In: SCHPUN, Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PETERSON, Bill; ZURBRIGGEN, Eileen. Gender, sexuality, and the authoritarian personality. *Journal of Personality*, v. 78, n. 6, p. 1801-1826, 2010.

SAMAIN, Etienne. *Como pensam as imagens*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012.

SPERLING, Valerie. *Sex, Politics, and Putin: Political Legitimacy in Russia*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

TAPSCOTT, Rebecca. Militarized masculinity and the paradox of restraint: mechanisms of social control under modern authoritarianism. *International Affairs*, v. 96, n. 6, p. 1565–1584, nov. 2020.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Género, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, v. 20, n. 1, p. 161-189, 1996.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As Cores da Masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.



Persuasive images: Masculinity and authoritarianism on the contemporary political scene

ABSTRACT: This paper discusses the representation of virile masculinity in contemporary politics, and, particularly, the *masculinist* aesthetics bound to (far) right and, broadly speaking, to authoritarianism. The analysis focalizes on scenes and pictures, spread by mass and social media, where the association between politics and the praise for *masculinist* aesthetics is synthesized either in the figure of a head of state or his supporters. The analyzed images were produced in Brazil and in the USA between 2018 and 2021. Both by comparing them and by analyzing them separately, it becomes possible to show how, through a syncretic aesthetics, a *masculinist* international framework has been produced serving as a base for different political groups. Those visual resources are strategically conceived through heterogeneous references ranging from ancient stereotypes to emblematic images of contemporary masculinity. Those images, because of their high incidence in political scenes, can be understood as part of an anti-gender campaign in countries of the global South and North. Those representations, at the same time, foster a neo-fascist view in politics and mean a male chauvinist resented answer to the progressive advance of social gains brought in the last decades by feminist struggle and social movements bound to dissident gender and sexual identities.

KEYWORDS: Masculinity. Authoritarianism. Politics. Images

Lucas Maroto MOREIRA

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA), mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA), atualmente doutorando em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência nas áreas de Antropologia Urbana, Antropologia do Corpo e antropologia do gênero e Antropologia Visual, com ênfase em temas relacionados a experiência da urbana e do espaço público. Pesquisou no mestrado vagabundagem e vadiagem de rua numa perspectiva histórico-urbanística. Atualmente dedica-se ao estudo sobre produção corporal entre as casas populares na musculação, nos esportes esportes de ação e outras práticas físicas, abordando temáticas como masculinidade , sexualidade e socialização. .

recebido em: 08/02/2023

Aprovado em: 29/05/2024



ARTIGO

“Homem é Homem, Mulher é Mulher, Cada Um Tem o Seu Serviço no Seu Sítio”:

O Permitido e o Interditado entre os Gêneros

Dominique Stefany Gomes dos Santos, *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Sandro Benedito Sguarezi, *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Luciene Neves, *Universidade do Estado de Mato Grosso*

Resumo. O presente artigo configurou-se em uma investigação dos estudos de gênero com as camponesas e os camponeses dos assentamentos rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres-MT. A problematização que nos orientou foi: De que modo os processos generificadores influenciam nas relações estabelecidas entre mulheres e homens no território camponês? O embasamento teórico assentou-se nos conceitos de Gênero e Patriarcado (SCOTT, 1995; TIBURI, 2018); e na Divisão Social e Sexual do Trabalho (KERGOAT, 2009). Metodologicamente, seguimos pela abordagem qualitativa, pelo tipo de pesquisa descritivo e utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada com as/os 11 camponesas/es. Identificou-se que há divisão e diferenciação entre os gêneros, onde o trabalho na casa é designado às mulheres e o trabalho na roça atribuído aos homens. Reconhece-se que existem mulheres presentes nas funções da roça, porém seu trabalho é visto como “ajuda” ao homem. Evidenciou-se a necessidade de reconhecer e reavaliar a divisão das tarefas em função dos gêneros daquele território.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero. Generificação. Divisão Social e Sexual do Trabalho. Assentamentos Rurais.



Apresentação

O presente artigo constitui-se como um recorte de um trabalho de dissertação, proveniente do mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Cáceres-MT, no qual configura-se em uma investigação nos campos temáticos dos estudos de gênero e sexualidade com as camponesas e os camponeses que pertencem aos sete assentamentos localizados na fronteira Brasil-Bolívia, município de Cáceres, sendo eles: Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Jatobá, Bom Sucesso, Katira e Corixa.

Entendemos que problematizar sobre as relações de gênero e sexualidade requer que tais categorias sejam analisadas e compreendidas em um contexto sociocultural que se constrói, se estrutura e se (re)modifica dentro de espaços e tempos próprios. Tomando como princípio de que as relações de gênero e trabalho no campo em assentamentos rurais são classificadas como aspectos secundários, que as lutas para a libertação das camponesas e camponeses de condições aviltantes impostas por questões de classe recebem uma maior visibilidade se comparada às relações de gênero, foi que partimos para uma investigação neste lugar.

As diferenças sexuais/biológicas entre mulheres e homens estão e são presentes em seus corpos, entretanto, não devem ser instituídas como formas de se propagar desigualdades, hierarquizações e oposições entre os sexos, tendo em vista que mulheres e homens são diferentes e não desiguais (SCOTT, 1996). Essas formas de se compreender os sexos, em uma perspectiva biologicista, estruturam formas de ser mulheres e homens; indicam como que estas/estes devem se relacionar afetiva, amorosa e sexualmente; assujeitam-se corpos às normas e naturalizações. Os estudos de sexualidade, nesse sentido, incitam a problematizar a estruturação histórica e cultural de uma sexualidade dominante – no caso a heterossexual – em detrimento de outras possibilidades de orientações sexuais existentes na sociedade.

As permissões e interdições se configuram quanto às normas e padrões que organizam e regulamentam corpos e desejos de mulheres e homens. São instituídos por poderes que se propagam de maneiras sutis que ordenam, manipulam e cultuam modos de “como ser homem” e “como ser mulher”; as vivências e a naturalização da sexualidade heterossexual – até mesmo aquelas/es que não se enquadram nessa



sexualidade específica – a (re)produzirem práticas que não se constituem apenas no aspecto sexual-afetivo, mas também como um regime político de ordenamentos na esfera cultural e social.

Dessa maneira, para este artigo, tomamos como problematização orientadora o seguinte questionamento: De que modo os processos generificadores influenciam nas relações estabelecidas entre mulheres e homens no território camponês? Para esta pesquisa, o conceito de generificação é justamente o reconhecimento de que os espaços sociais, ao mesmo tempo que são consolidados por diferenciações, principalmente hierarquizações, entre os gêneros masculinos e femininos, são estruturas que constituem homens e mulheres, seus ‘papéis’ sociais, suas demandas condizentes aos gêneros. Precisamente de maneira relacional e concomitante, as instituições são constituídas e constituintes dos gêneros de maneira naturalizada, por isso mesmo, tão presente cotidianamente nas estruturas sociais.

Dentro dessas estruturas sexistas e patriarcal-capitalista constituem-se lugares para mulheres e homens a partir do sexo. Por isso mesmo, também adentramos no conceito de Divisão Social e Sexual do Trabalho para fundamentar que há uma separação e hierarquização de espaços, especialmente de trabalho, que diferenciando de maneira desigual os gêneros ao delimitar que o trabalho no âmbito público é destinado ao gênero masculino (externo e produtivo) e o âmbito privado relegado ao gênero feminino (interno e reprodutivo). Distinções estas que promovem relações assimétricas, na medida que está carregada de privilégios aos homens e subordinação das mulheres, onde todo trabalho realizado por estas são menosprezados e invisibilizados.

Alguns Pressupostos Teóricos e Analíticos

Para problematizar sobre as relações de gênero, partimos de uma breve discussão teórica sobre a conformação estrutural social proveniente do patriarcado. O patriarcado é uma instituição histórico-social que organiza a sociedade no sentido de produzir e manter a ordem social vigente através da naturalização dos papéis e lugares dos sujeitos (TIBURI, 2018) que, fundamentalmente, estabelece uma hierarquia, tendo em vista que privilegia a posição de superioridade de corpos masculinos sobre a subordinação de corpos femininos. Nesse sentido, consiste num sistema de privilégios que (re)produz assimetrias de gênero introjetando diversos comportamentos que condiga ao gênero a que este



corpo pertence, na mesma medida conduz a construção de espaços generificados decorrente das relações de poder.

Nessa acepção, o sistema patriarcal é uma expressão de poder nas sociedades que se utiliza do controle e do ordenamento para ocupar uma supremacia, na medida em que disciplina corpos, delimita espaços baseado na ideia essencialista de qual o lugar apropriado aos gêneros feminino e masculino (as determinações impostas aos gêneros). Dessa maneira, a base histórica e estrutural que fomenta variadas concepções (teóricas e práticas) segregacionistas que reproduzem desigualdades pautadas na separação, na dominação, na hierarquização e na naturalização estão amparadas na instituição patriarcal.

Quando se entra na dimensão econômica do trabalho e da divisão de papéis, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois conceitos de estimada importância para o entendimento sobre as relações entre mulheres e homens no contexto sócio-histórico-cultural de uma hegemonia colonial-patriarcal-capitalista. Segundo Kergoat (2009, p. 67) “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade”.

Para a autora, existem dois princípios organizadores fundamentais para se problematizar sobre a divisão sexual do trabalho baseado nas relações sociais, tendo em vista considerar esses conceitos como analíticos, os quais são os princípios da separação e da hierarquização. A separação refere-se à assertiva de que existam trabalhos de homens e outros de mulheres; e a hierarquização diz respeito à valorização do trabalho do homem em comparação aos realizados pelas mulheres (KERGOAT, 2009). Tais princípios são regidos, na forma de ordenamento, por relações de poderes assimétricas que perpassam e estruturam essas relações sociais entre os sexos, contribuindo assim para o desenvolvimento das situações de dominação, opressão e exploração de um sexo (os homens) sobre o outro (as mulheres).

Uma das formas de se materializar essas disparidades é a manutenção de um regime em que o trabalho masculino é assalariado e o trabalho feminino é o não assalariado, na realidade geral, nem é visto como trabalho. Como Federici (2018, p. 13, tradução nossa) afirma “[...] o homem tem o poder do salário e se converte no supervisor do trabalho não remunerado da mulher. E tem também o poder de disciplinar”. Essa forma social de estabelecer o trabalho na sociedade provoca



desdobramentos no âmbito familiar, fomentando ainda mais o poder disciplinar que a instituição patriarcal tem construído pelo projeto de civilização em que o homem detém o poder, e na qual a disciplina opera para legitimar processos de permissão e interdição sobre os corpos e ações das mulheres.

Conforme Scott (1995, p. 75), “o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). A autora apresenta que o conceito de gênero deve ser tratado enquanto categoria de análise histórica, a partir das construções socioculturais que se fazem representar pelos corpos de mulheres e homens. Os papéis adequados remetem-se às significações que são construídas pelas normas estabelecidas para os gêneros dentro desses aspectos relacionais e que, segundo Louro (1997), devem ser questionados por se configurarem como padrões ou regras arbitrárias. Isto é, surgem como forma de evidenciar classificações, delimitações e normalizações imbuídas aos sexos/gêneros masculinos e femininos.

Nesse sentido, o conceito de gênero insurge como forma de questionar a historicidade da conformação dos gêneros (feminino e masculino) que produziram – e que continuam a produzir e reproduzir – padrões de feminilidades e masculinidades estabelecendo “fronteiras”. Tais fronteiras sendo entendidas como limites, daquilo que é permitido e/ou interditado por ser mulher ou homem e todos os arranjos sociais e culturais associados; mas, de mesmo modo, pensá-lo como potencial para o transpassar/cruzar fronteiras e limites pré-estabelecidos como também àqueles que estão em constante (re)construção (LOURO, 1997).

Então, a partir dessas discussões, os processos de generificação são utilizados para compreender em que medidas essas práticas e discursos sobre e para os gêneros se desenvolvem e se (re)produzem. Na perspectiva de Louro (1997, p. 25), “[...] admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes do gênero”, em um processo relacional e simultâneo de que as instâncias, práticas e espaços sociais são generificadores e generificados, as quais intencionam homogeneizar modos de ser, de pensar, de se identificar.

A respeito de pensar esse tipo de debate sobre as relações de gênero no contexto do campo, ainda é um foco de análise recente e que decorreu (e decorre) de mulheres camponesas que, percebendo a existência de



constantes condições assimétricas e de desigualdades em comparação aos homens, seguem a reivindicar uma série de direitos que ainda lhes são negados. Cruz e Ferreira (2019, p. 59) apontam que as mulheres, tradicionalmente:

[...] passam, lavam, cozinham, cuidam das crianças e da sua educação e através da oralidade transmitem e reproduzem os modelos em que foram criadas. Do ponto de vista do acesso aos recursos, insumos e crédito geralmente participam inexpressivamente e não delegam tarefas administrativas na produção e muito menos na gestão da terra. A carga elevada de afazeres não é reconhecida e sim vista como uma “ajuda”. Com a subalternização do seu trabalho, as mulheres rurais enfrentam a invisibilidade das suas atividades assim como a redução da valorização do trabalho.

O fragmento acima contribui para que possamos delinear diferentes reflexões iniciais pela perspectiva das relações de gênero. Primeiramente, pelo aspecto histórico-cultural-social das designações de papéis delimitadas aos gêneros feminino e masculino – no caso, às mulheres, são designadas tarefas e trabalho no âmbito privado doméstico. Outra questão importante a ser levantada é o trabalho das mulheres não serem visibilizados, posto que nem é visto como trabalho, muito menos, denotado como produtivo, mas sim como uma “ajuda” e uma extensão das atividades exercidas no espaço da casa. Um terceiro apontamento se remete a ausência da legitimação e representatividade que a mulher pode exercer nesse território, visto que, como são subordinadas, não lhes são oportunizados espaços para desempenharem papéis de liderança e/ou protagonismos.

Para corroborar com essa reflexão, Korol (2016, p. 33, tradução nossa) evidencia que especialmente nesses territórios as mulheres “[...] são convocadas a trabalhar como mão de obra barata, sem segurança social, e com horários que superam às 12 horas, sem o pagamento de horas extras”. Isto ocorre, porque, apesar de estarem imersas nesse sistema de produção, os trabalhos realizados pelas mulheres não são vistos como produtivos ou valorizados e são invisibilizados, pelo aspecto de naturalização fundada pela ideologia patriarcal e capitalista dominante.

Desse modo, seguimos com o intuito de seguir refletindo sobre os sistemas de opressão-dominância-exploração em articulação com as relações de gênero no campo, no sentido de conhecer, compreender e problematizar a respeito de como esses processos se operacionalizam e repercutem nesse território.



O Caminhar Metodológico

Uma das primeiras descobertas identificadas a partir dessa movimentação possibilitada pela pesquisa se refere a assinalar que o processo de investigação é, intrinsecamente, cambiante. Definimos como um “caminhar”, porque justamente empreendemos um percurso que se efetivou a cada novo passo e, mesmo com as dificuldades que surgiram no meio do caminho, precisávamos continuar avançando e lidando com as contingências, principalmente superando-as.

O processo investigativo caminhou por diversas fases, na qual a primeira estruturou-se na construção de um balanço de produção científica, tendo em vista que, conforme Mocheuti (2017, p. 1), “Faz-se relevante porque colabora com a familiarização e seleção das produções que poderão subsidiar a futura pesquisa e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento de conceitos e paradigmas”. Nesse sentido, o balanço de produção permitiu a pesquisadora principal avançar no sentido de compreender as possibilidades e as lacunas existentes em relação ao tema da investigação e, ao mesmo tempo, mostrou quão incipiente era o projeto, sendo inovador no contexto local, mas que poderia ser melhorado.

Sendo assim, dado o objetivo da investigação, optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, compreendendo que a realidade subjetiva não pode (e não deve) ser quantificada. Esta abordagem de pesquisa possibilita justamente a expressão das particularidades das/os participantes, os significados que se apresentam e como se representam a partir de seus olhares e singularidades, indivíduos estes compreendidos enquanto pesquisadoras/es e pesquisadas/os.

Nesse sentido, primeiramente, foi necessária a realização de uma “exploração” – descobrir através de observações e identificações iniciais – sobre o território que foram os assentamentos Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Jatobá, Bom Sucesso, Katira e Corixa, localizados na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres-MT. Para tal, definimos como “ponto de encontro” no processo de identificação de possíveis participantes da pesquisa, a Escola Estadual 12 de outubro, pois é uma instituição escolar que acolhe estrutural e pedagogicamente as/os moradoras/es desses assentamentos, contemplando o nosso propósito que se pautava em encontrar mulheres e homens camponesas/es pertencentes aos assentamentos em questão.



O primeiro contato que estabelecemos neste lócus de pesquisa foi no ano de 2019, com as/os profissionais e estudantes desta instituição, e nos apresentaram toda a organização física, administrativa e pedagógica da escola (existindo salas anexas em vários assentamentos); nos relataram as relações estabelecidas com a escola municipal¹ existente naquele território, bem como as relações tecidas entre escola-comunidades e os desafios da constituição de uma escola que está situada no campo².

É importante explanarmos que houve modificação em razão da pandemia proveniente da COVID-19, no ano de 2020, por conta da qual se estabeleceu o distanciamento (físico e simbólicos) dos contatos construídos inicialmente, então ampliamos a procura para além do “ponto de encontro”, compreendendo também contatos com a Escola municipal e todo o território da comunidade da fronteira Brasil-Bolívia.

Desse modo, adotamos o *snowball* (bola de neve) como medida necessária para esse processo de investigação. Conforme Vinuto (2014) apresenta o *snowball*, isto é, a bola de neve é um tipo de amostragem que utiliza cadeias de referências, e isso requer afirmar que não há certeza quanto a seleção e participação efetiva de um/a determinado/a sujeito/a indicado, todavia se constitui como um tipo de amostragem com possibilidade de chegar num grupo de difícil acesso, através de indicações.

O trabalho de campo, dessa forma, foi instrumentalizado pela técnica da entrevista semiestruturada, tendo em vista a escassez de pesquisas e estudos que direcionam e se baseiam nos estudos de gênero (e sexualidade), dos processos educativos generificadores no/do campo, utilizar-se dessa técnica orienta-se para conversas relevantes e necessárias para a pesquisa e às/aos participantes.

Com a contribuição de professoras/es, coordenadoras/es, gestoras/es, estudantes e moradores/as desses assentamentos, chegamos a um total de 11 pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa. Entretanto, consideramos que não foi um processo fácil, primeiramente, por ter que conquistar a confiança dessas/es camponesas/es para a pesquisa por meio de ligações e contato via *WhatsApp*; segundo, alcançar também os homens camponeses, dado que problematizar as relações de

¹ Não identificaremos o nome da escola, visto que tal instituição, por não ter sido nosso objeto de pesquisa desde o início, não obtivemos o termo de consentimento formal aprovado pelo CEP para ocuparmos o seu espaço e/ou divulgar o seu nome.

² Após esse contato inicial, o projeto de dissertação foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e recebeu parecer “aprovado” em 17 de dezembro de 2019, sob o número 3.779.752.



gênero é entender sobre os sujeitos que compõem essa categoria relacional; terceiro, tentar alcançar todos os setes assentamentos; e quarto realizar as entrevistas de forma virtual, devido aos protocolos de prevenção à COVID-19, se mostrou a única alternativa.

As oito primeiras entrevistas foram realizadas exclusivamente com mulheres, transcorreram-se algumas semanas até que encontramos mais 3 participantes, todos homens, e conseguimos neste conjunto de participantes alcançar seis assentamentos, somente no assentamento Bom sucesso não encontramos participante.

Como forma de registro dessas 11 entrevistas recorremos ao *Google Meet* disponibilizado pela empresa *Google*, que se constitui quanto a uma ferramenta que, através de chamadas de videoconferências e podendo ser utilizada tanto pelo computador quanto por dispositivos móveis (celulares, tablets, por exemplo), possibilita as conversas online e em tempo real, constituindo-se como uma maneira de estabelecer contato com essas camponesas, mesmo que à distância. Além disso, o *Meet* permite realizar gravações das reuniões (as quais foram possíveis através da utilização de conta institucional da UNEMAT) e estas gravações foram autorizadas e possibilitadas mediante o consentimento prévio das participantes a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento no qual se apresenta a intencionalidade e os aspectos éticos da pesquisa.

Finalmente, a análise de dados se efetivou pela análise de narrativas, subsidiadas por Duarte (2004, p. 222) que apresenta que os dados de uma pesquisa qualitativa, além de todos os procedimentos iniciais e necessários na fase de realização da entrevista, requerem um trabalho de organização do material produzido na fase da empiria, no qual “passa pela interpretação dos fragmentos dos discursos dos entrevistados, organizados em torno de categorias ou eixos temáticos, e do cruzamento desse material com as referências teórico/conceituais que orientam o olhar desse pesquisador”. Dessa maneira, os sentidos das narrativas são identificados e produzidos através do olhar da pesquisadora em articulação com os referenciais acadêmicos-científicos adotados, na direção de organizar o todo (as análises das diferentes categorias e/ou eixos temáticos).

As Relações de Gênero: Jornada Cotidiana de Mulheres e Homens



Inicialmente, apresentamos uma breve contextualização acerca do território que se constituiu como o nosso lócus de pesquisa. Cáceres é um município localizado na mesorregião Centro-Sul do estado e na microrregião do Alto Pantanal, faz fronteira com a Bolívia, está estabelecido a 215 km da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, possuindo uma área territorial de 24.593,123 km², com uma população estimada em 94.861 pessoas (IBGE, 2020).

Desse modo, situamos que o território de Fronteira Brasil-Bolívia, localizado no município de Cáceres contém um conjunto composto por sete assentamentos que (re)configuram cotidianamente esse território, são eles: Sapiquá, Rancho da Saudade, Nova Esperança, Katira, Jatobá, Corixa e Bom Sucesso. Quanto ao conceito de assentamentos rurais, nos aproximamos da definição de Silva e Binzstok (2015), ao afirmarem que os assentamentos rurais são agregados de terras situados em determinados espaços rurais e se constituem de forma heterogênea mediante a diferentes grupos sociais compostos por famílias de trabalhadoras/es rurais. Podemos inferir que esses assentamentos, além de serem formados e distribuídos para abrigarem uma grande parcela da população que não possui lugar fixo para viver e trabalhar, quando conquistam tal possibilidade (seja por movimentos sociais ou pela Reforma Agrária), (re)organizam esse espaço para uma vivência própria camponesa.

Por conseguinte, faz-se necessário identificar quem são as pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa, independentemente da distância (visto que as entrevistas se constituíram de forma virtual), das atribuições (e atribuições) cotidianas da vida no campo e/ou até mesmo pelo desconhecimento das perguntas que seriam realizadas e de quem era a pesquisadora principal. Desse modo, no quadro abaixo poderemos observar o perfil de identificação pessoal das camponesas e dos camponeses participantes desta pesquisa:

Quadro 1: Perfil de identificação pessoal das/os camponesas/es da fronteira Brasil-Bolívia

Camponesa/ês³	Idade	Sexo	Assentamento
---------------------------------	--------------	-------------	---------------------

³ Na intencionalidade de manter a integridade das/os participantes e atendendo aos procedimentos éticos da pesquisa, as camponesas e os camponeses aqui evidenciados serão identificadas/os por nomes



Buriti	38 anos	Feminino	Corixinha
Acuri	---- ⁴	Feminino	Sapiquá
Canjiqueira	20 anos	Feminino	Sapiquá
Jatobá	41 anos	Feminino	Nova Esperança
Aroeira	44 anos	Feminino	Corixinha
Figueira	55 anos	Feminino	Sapiquá
Ipê	29 anos	Feminino	Jatobá
Embaúba	28 anos	Feminino	Nova Esperança
Jenipapo	48 anos	Masculino	Katira
Carandá	34 anos	Masculino	Sapiquá
Bocaiúva	59 anos	Masculino	Rancho da Saudade

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Ressaltamos que a nossa intencionalidade desde o início da pesquisa era conseguir alcançar tanto mulheres quanto homens no lócus no qual adentramos, tendo em vista que discutir sobre as relações de gênero segue justamente em problematizar as relações que são construídas entre os sexos/gêneros. No total, envolvemos nesta pesquisa 11 participantes, sendo 8 mulheres e 3 homens, compreendidas/os dentro da faixa de etária de 20 a 59 anos – em consonância com o estabelecido desde o projeto inicial em abarcar somente pessoas maiores de idade.

Nesta seção de análise, enfocaremos nas atividades que fazem parte das jornadas cotidianas da camponesas e camponeses, e que nos possibilitam compreender como essas práticas determinam (ou não) posições permitidas e/ou interditadas para mulheres e homens, partindo das análises produzidas pelas relações de gênero.

A sociedade está constituída a partir de diferentes expressões estruturais (ou seja, a maneira como se expressam) como o patriarcado, o colonialismo e o sexismo. Pensando mais especificamente neste último, a definição de sexismo, segundo Borrillo (2010, p. 30) se reproduz “[...] como a ideologia organizadora das relações entre os sexos, no âmago da qual o masculino caracteriza-se por sua vinculação ao universo exterior e político, enquanto o feminino reenvia à intimidade e a tudo o que se refere

ficícios. Os nomes escolhidos advêm de árvores e palmeiras que integram e representam a flora autóctone da região do Cerrado e do Pantanal.

⁴ A idade de Acuri não pôde ser informada, porque a camponesa optou por não a identificar.



à vida doméstica”. Nesse sistema, construíram-se (e ainda se constroem) normas que permitem e/ou interditam corpos de mulheres e homens no que concerne às vivências nas diferentes esferas humanas.

O “permitido” e o “interditado” são termos para representar que, a partir de visões biologicistas que delimitaram os sexos (homem e mulher), construíram-se padrões de feminilidade e masculinidade a serem adotados. Essas designações são expectativas construídas histórico-culturalmente que afetam as pessoas nas diferentes dimensões da vida: educacional, profissional, afetivo-amorosa, política, entre outras. Desse modo, essas normatizações que se (re)produzem através de opressões, dominações e explorações, geralmente ocorrem de maneiras sutis, tendo em vista a naturalização dessas estruturas de poder, que são justamente todas essas ideologias que o conceito de gênero permite problematizar.

Assim sendo, no processo de entrevista, foi importante identificarmos qual era o entendimento que as camponesas e os camponeses detêm a respeito do conceito do gênero, melhor dizendo, a definição e/ou as características que implicam quando utilizamos esse conceito. Desse modo, ao questionarmos “o que você entende por relações de gênero”, chegamos a algumas respostas que veremos no quadro a seguir:

Quadro 2: O entendimento sobre a expressão “relações de gênero”

Camponesa/ês	Narrativas
Buriti	Então, eu já ouvi falar só nessa pergunta, só nessa pergunta, agora o que significa eu não sei. Eu já ouvi falar só essa pergunta que você me fez.
Figueira	É, assim, o gênero que você fala entre homem e mulher na classe social ou não? [...] Então, assim, aqui no campo, geralmente, quem determina mais é o homem do que a mulher né, na vida social né, ela mais obedece o homem.
Carandá	Bom, relação de gênero, gênero de homens ou mulheres ou socio... afetivos né, homossexuais ou não, entendeu? Nesse sentido?

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Surgiram mais perguntas que respostas. Esse movimento de questionamento das/os próprias/os camponesas e camponeses acerca dessa expressão pode representar uma (auto)reflexão sobre o conceito,



não em sua forma acadêmico-científica, mas especialmente em como isso se operacionaliza nas relações cotidianas.

A camponesa Buriti aponta que já ouviu falar no termo, todavia não conseguiu situar de onde se procedeu e nem o seu significado, dificultou esboçar um entendimento acerca do assunto. No que se refere às colocações de Carandá já podemos observar o delineamento de alguns novos elementos quando o camponês narra, melhor dizendo, pergunta se o que queremos saber está relacionado com o gênero na relação homem-mulher e/ou o casal; ou se nas questões que envolvem a sexualidade (orientação sexual) ao elencarem o termo homossexual e as relações homoafetivas.

A camponesa Figueira afirma que nas relações sociais naquele território há uma relação de subordinação da mulher ao homem, visto que este é quem determina – isto é, manda – e a mulher obedece. Podemos respaldar essa narrativa pela ótica das dimensões histórico-culturais que fomentam a ideologia patriarcal, tendo em vista que a partir da demarcação das existências dos sexos, determinou-se que o homem possui o poder de decisão e representa uma figura de autoridade legitimada (DELPHY, 2009).

Argumentamos que discutir sobre as relações de gênero transcende a delimitação dos papéis e das regras arbitrárias estipuladas aos gêneros feminino e masculino. De acordo com Meyer (2013, p. 20), uma das determinantes correspondentes à problematização do conceito de gênero está fundamentada que “[...] as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação”. Isto é, (re)produz-se a generificação, este processo relacional entre instituições e práticas sociais que demarcam e, ao mesmo tempo, são demarcados por esses processos.

Essa concepção que orienta as nossas análises permitirá que possamos compreender melhor esses processos de generificação que ocorrem nas relações entre mulheres e homens no território da fronteira Brasil-Bolívia. Ao darmos prosseguimento com o nosso questionamento, Aroeira (entrevista, 2021) narra que:

[...] se eu pegar a relação de gênero entre homem e mulher e relação de vivência, a gente tem a presença masculina aqui que é muito forte né, do homem que cuida da família, que mantêm a sua família, e tem



a mulher também que num, num fica pra trás né, a mulher quer tá ali junto, ela quer aparecer nesse sistema todo junto com o homem, ela não quer ficar pra trás.

Vê-se com o trecho acima que a camponesa identifica que há uma predominância da presença masculina no território camponês, como o gênero que tem poder de decisão e se posiciona na vida cotidiana de suas famílias. Todavia, ainda afirma que a mulher caminha para o processo de “*não ficar pra trás*”, isto é, como temos discutido como existem estruturas desiguais de poder entre e para os gêneros, desse modo há uma luta das mulheres – uma luta pode-se dizer feminista – na tentativa de desestruturar esse “*sistema todo*”.

Efetivamente, refletir e discutir sobre as relações de gênero não se constitui como uma atividade simples, dados os enraizamentos históricos e culturais nos quais fomos submetidas/os, tendo em vista que “Desde que nascemos somos educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina” (CLAM, 2009, p. 48), e é justamente nessa perspectiva que seguimos argumentando, que atender às determinações impostas aos gêneros feminino e masculinos advém de aprendizagens produzidas em processos socializadores de gênero e sexualidade.

Ainda, surgiram falas que, mesmo dizendo não haver distinções de atividades para os gêneros, apresentam elementos – principalmente através de exemplos de trabalho – de uma posição para mulheres e homens, como poderemos observar nos excertos abaixo:

Não. Porque assim, não há, porque assim tem mulher que vai pro curral ajudar o homem tirar o leite, [...] aí ela vem pra dentro de casa, e ele vai, por exemplo, roçar um pasto, ele vai carpir, ele vai fazer alguma coisa, e ela vai cuidar do serviço da casa, então varia o serviço, [...] mas a maioria não, a maioria das mulher não vai pro pasto roçar, ou então fazer serviço, então a minoria (Figueira, entrevista, 2021).

Não, eu acho que desde que a pessoa tenha força física né, eu acho que não tem tanta diferenciação, mas se a pessoa não tem aquela força física pra fazer um serviço que é indicado pra, para homem, aí já tem essa diferenciação, entendeu? Agora o serviço que o homem faz que ele já é indicado pra mulher já não tem assim... não existe tanta força assim, física né [...](Embaúba, entrevista, 2021).

[...] Mas assim, hoje a maioria das mulheres do campo, elas estão mais voltadas, mais ao serviço de casa mesmo [...]. Mas não é uma questão,



acredito que não é uma questão assim, de ser assim machismo não, é por questão de economia do lugar mesmo, né? (Jenipapo, entrevista, 2021).

Na narrativa de Figueira podemos observar que a camponesa aponta que os serviços são variados e que tanto a mulher quanto o homem trabalham na roça, todavia quando retornam à sua casa, as responsabilidades com os afazeres domésticos são desempenhadas pela mulher enquanto o homem permanece nas atividades da roça.

A fala de Embaúba nos remete de que exista serviço indicado tanto para o homem (a roça) quanto para a mulher (a casa) e que, apesar de se posicionar que não há diferenciação entre os sexos/gêneros, a camponesa enfatiza que a força física influencia no cumprimento de atividades na roça, por justamente requisitar esse tipo de capacidade física; em contrapartida, as atividades no âmbito doméstico não requisitam esse mesmo tipo de capacidade e na mesma proporção, o que possibilita que qualquer pessoa possa realizar.

Já Jenipapo anuncia que na conformação de várias famílias nos assentamentos, é a mulher que executa tanto o trabalho na roça quanto na casa, tendo em vista que seus maridos possuem empregos em outras localidades. Todavia, o trabalho doméstico segue sendo associado ao gênero feminino, onde aponta a recusa pelo viés do machismo, mas sim dado que o campo possui limitações/restrições de possibilidades de trabalho remunerado para as mulheres. No entanto, Tardin (2012) ao abordar sobre a cultura camponesa afirma que existe uma estrutura patriarcal no campo, levando-nos a questionar se realmente não existem trabalho remunerado para as mulheres ou a superioridade masculina camponesa deslegitima todo o trabalho realizado pelas mulheres tornando-o não pago.

No geral, inferimos que para essas/es entrevistadas/os, as diferenças não se estabelecem, tendo em vista que as mulheres estão se inserindo nos trabalhos, nas atividades e entre outros espaços que, majoritária e historicamente, eram ocupados/as pelos homens. Contudo, reconhecemos como importante que, apesar dessas relativas transgressões, mantém-se uma estrutura sexista, na qual a igualdade e, especialmente, a equidade na ocupação dos espaços e no compartilhamento das atividades entre mulheres e homens são questionáveis.



No entanto, outras duas camponesas declararam existir diferenças entre atividades de mulheres e homens nos assentamentos, tendo em vista que Acuri (entrevista, 2020) se concentrou nas atividades na roça ao afirmar que *“Existe sim, moça, porque existe trabalho que mulher não dá conta de fazer, né? Então, existe muita diferença. Assim, trabalhar no trator né, [...] eu não consigo trabalhar num trator né? Ou então mexer no gado branco sozinha, montar num cavalo, ir pro pasto, essas coisas eu não consigo fazer”*.

Na tentativa de entender de forma mais aprofundada quais são as atividades designadas para mulheres e homens a partir das perspectivas de nossas/os entrevistadas/os inseridas/os no contexto daquele território, nos foram relacionadas as seguintes situações cotidianas de trabalho:

Quadro 3: – Relação das atividades cotidianas da roça e da casa para mulheres e homens

Camponesa/ês	Narrativas
Buriti	Assim ó, uma vasilha... lavar uma vasilha, varrer uma casa, fazer comida... a maioria eles falam ‘não, isso aqui é coisa de mulher, eu trabalho na roça, eu carpo, mexo com gado’, é isso que eles falam.
Canjiqueira	É igual eu falei no começo pra você, homem é homem, mulher é mulher, cada um tem o seu serviço no seu sítio. Ah, o homem vai cuidar do sítio, vai carpir, vai roçar, cuidar do gado leiteiro. A mulher já vai fazer o almoço, limpar uma casa, cuidar do quintal, essas coisas assim.
Jenipapo	[...] mas eu tenho exemplos de muitas mulheres que acompanham o marido nessa, nesses momentos né, que vai no pasto junto com o marido, que segura, tem muitas mulheres aqui que levantam cedo e vai tirar leite junto com o marido... é... realmente é umas guerreira. O homem na verdade ele fica com o trabalho mais pesado mesmo né, que é carpir o quintal, é a manutenção do sítio né, é trabalhar num trator, é gradear uma terra, jogar semente, é passar veneno né.

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Como foi narrado por Buriti, Canjiqueira e Jenipapo existem as atividades para mulheres e homens relacionadas ao sítio. Corresponde à mulher, principalmente, o cuidado com a casa a partir de funções como lavar, varrer, fazer o almoço/alimentação; relaciona-se ao homem o exercício na roça, isto é, o serviço braçal que diz respeito ao carpir, tratar do gado, construir cercas, ir para o curral tirar o leite, gradear a terra, dirigir trator, entre outras funções.



Dentre esses excertos, elucidamos outro ponto para análise que diz respeito a esse aspecto de “ajuda” da mulher, ou seja, da esposa nos afazeres da roça realizado pelo seu marido, apresentado especialmente por Jenipapo, que dentro de algumas famílias, a vida no campo se desenvolve dessa forma, sendo assim, a mulher acompanha o homem no trabalho árduo diário da roça.

Entretanto, esse acompanhamento é visto como uma extensão das atividades realizadas no âmbito doméstico, na qual Korol (2016, p. 91, tradução nossa) afirma que “O trabalho da mulher ficou oculto atrás da fachada da família monogâmica, permanecendo invisível até os nossos dias [...]. Portanto, este tipo de trabalho, ainda quando consuma muitas horas de forte desgaste, não tem sido considerado de valor”. Com isso, todo o trabalho desempenhado pelas mulheres, em realidade, não é valorizado, se desdobrando em não o reconhecer como produtivo e não remunerado; segue sendo reduzido à dimensão do cuidado com a família, posição esta atribuída às mulheres.

O que ocorre, justamente, é a sobrecarga de trabalho ao gênero feminino amparada na ideia patriarcal e sexista de que a mulher camponesa, ao realizar as funções na roça, contribuirá com o desenvolvimento da família e cumprindo o seu papel de reprodução. Por isso mesmo, reconhecemos como comum as práticas de trabalho das mulheres camponesas tanto na roça, ao plantar, colher, tirar o leite (tratado como o trabalho produtivo); como também limpar, varrer, lavar e cuidar da casa e das/os filhos (tratado como o trabalho reprodutivo).

Pensemos que, cada família, possui a suas especificidades, mas a organização entre trabalho doméstico e trabalho da roça se efetiva e possui gênero. Focando então nessa estrutura patriarcal e capitalista de se configurar a divisão social do trabalho, Vivas (2011, p.1, tradução nossa) afirma que:

As mulheres camponesas tem se responsabilizado, durante séculos, das tarefas domésticas, do cuidado com as pessoas, da alimentação de suas famílias, do cultivo para o autoconsumo e dos intercâmbios e comercialização de alguns excedentes de suas hortas, se encarregando do trabalho reprodutivo, produtivo e comunitário, e ocupando uma esfera privada e invisível.

Com este trecho, dimensionamos que na sociedade patriarcal-capitalista as mulheres camponesas e/ou urbanas são fontes agentes de produção e reprodução desse sistema social, cultural, político e



econômico, e na mesma medida que são potentes e representam a maior força de trabalho, são subordinadas, subalternizadas e que sofre com as desigualdades produzidas pelas assimetrias de gênero de uma estrutura social sexista.

Nos questionamos qual seria a participação (ou não) dos homens dentro de suas próprias casas, no que condiz aos afazeres necessários para a convivência. Desse modo, para exemplificar na prática cotidiana da vida nesses assentamentos, no quadro a seguir, relacionamos como estão organizadas tais atividades laborais diárias na família de cada camponesa/ês, tanto no que se refere aos serviços domésticos quanto aqueles associados à roça:

Quadro 4 - Organização das atividades de trabalho da casa e da roça entre os gêneros na relação familiar cotidiana

Camponesa/ês	Narrativas
Acuri	Ó, eles tentam, mas se deixar para eles fazer mesmo, eles não faz não, eles não dá conta. [...] principalmente meu marido, não dá conta de fazer o almoço, não dá pra deixar pra cuidar do neto sozinho, é mais difícil, eles não tem costume que nem a mulher.
Ipê	[...] o que acontece diariamente né, então eu trato das galinha, tenho que levar a minha filha lá na vó dela, pra depois ir pro serviço né, então isso era frequente, até falo pro meu marido “parece que eu faço mais coisa”, porque eu tenho que chegar e depois limpar a casa né, e por ele sair mais cedo, ele ir mais cedo pro serviço, então sobra sempre mais pra mim né, mas isso é uma questão, isso é uma coisa assim que as mulheres daqui meio que já tão acostumada, entende?
Carandá	Então assim que eu posso, ou tenho condições, eu ajudo ela, entendeu, às vezes ela tá fazendo alguma coisa, eu tô ajudando ela né, na cozinha principalmente.
Bocaiúva	Aí eu e o menino vamo tirar um leite, cabô aí nós vamo roçar um pasto, nós vamo limpar o quintal, se é tempo de plantar, vamo fazer a plantação, e já a minha esposa que fica em casa, a mulher, ela vai, ela já vai cuidando, cuida da casa, o café da manhã, e depois vai tratar de galinha também, e aí é sempre cada um se encarrega mais de fazer uma coisa.

Fonte: Produzido pela autora a partir dos dados extraídos das entrevistas semiestruturadas (2021).

Os excertos acima nos direcionam a refletir sobre a vida cotidiana familiar dessas/es camponesas/es, para conhecer a realidade dessas famílias, pois, de certo modo, contribui para a compreensão da



especificidade vivida por cada uma/um delas/es. Acuri afirma que somente elas realizam as tarefas domésticas, tendo em vista que na relação familiar essas funções são atribuídas a elas, bem como se as mesmas não fizerem ninguém fará e que o marido (e os outros homens da casa, como os filhos) não conseguem executar essas mesmas tarefas, pois não estão acostumados.

Concernentes às falas de Bocaiúva observamos a demarcação que está colocada para as mulheres e homens dentro de suas famílias justamente com a separação das atividades do âmbito doméstico destinado às mulheres e as atividades da roça designada aos homens, o que propicia conhecermos que as diferenciações estabelecidas nesse território não são alheias as próprias vivências dessas/es camponesas/es, ocorrendo dentro de suas próprias casas, como de outras pessoas da comunidade.

A respeito da narrativa de Ipê, detectamos que a camponesa questiona a quantidade de afazeres designados a ela, na medida que além das atribuições da casa e com a sua filha, também desempenha funções na roça, sendo uma das primeiras ações do seu dia. Ademais, voltemos nossa atenção para a questão do costume, dado que a mesma expressa que as mulheres já estão acostumadas com essa realidade. Na perspectiva dos estudos de gênero pensemos que propriamente esse costume (re)produz uma série de aprendizagens determinadas e, principalmente a subalternidade das mulheres tratando como “normalidade” essas distinções das funções entre os sexos, e a sobrecarga ao gênero feminino.

Desse modo, esse costume se reverbera na questão da naturalização das ações e, ainda conforme Korol (2016, p. 98, tradução nossa), “A invisibilidade do trabalho das mulheres está naturalizada pela divisão sexual do trabalho que reproduz a alienação das mulheres, entendendo por isso que as mulheres não podem se reconhecer no produto de seu trabalho, já que nem sequer o reconhece como trabalho”. Tal trecho propicia refletirmos que a internalização do costume e a não-consciência das camponesas de que todas as funções que realizam são caracterizadas como trabalho produz a desvalorização e a não retribuição de seu trabalho pago, geralmente também não havendo uma reivindicação por parte dessas mulheres, dado que a lógica de opressão se opera de maneira sutil e silenciosa.

Outras questões de análises podemos extrair da narrativa de Carandá, pois focuemos que o camponês, enquanto homem, se posiciona



que ajuda nas atividades da casa, o que direciona a refletirmos que o aspecto da “ajuda” também recai sobre os homens quando estes realizam, de forma rotineira ou esporádica, as funções domésticas. Todavia, identificamos que esse processo de ajuda às mulheres ainda permite a reprodução do excesso de trabalho para as mesmas, bem como o privilégio que o homem possui, pois a sua participação nas atividades domésticas ocorre quando podem (por vontade e/ou por tempo).

Esse cenário nos direciona a reconhecer a existência do privilégio masculino, especialmente no que se refere ao poder de escolha. A ideologia patriarcal opera em várias dimensões e, segundo Tiburi (2018, p. 59), “É claro que qualquer sistema de privilégios é feito para que uns usufruam deles enquanto outros devem trabalhar para que o sistema seja mantido”. Às mulheres não é direcionado o poder de escolher se vão ou não executar os afazeres domésticos do dia, em realidade, como temos conhecido através das narrativas: ou as mulheres realizam as atividades, ou ninguém mais se identifica na obrigação de realizá-las.

É importante registrar ainda que surgiram narrativas de algumas das camponesas a respeito desse sistema de organização, podendo-se inferir que as mesmas possuem o entendimento das questões que circundam as determinações arbitrárias de poder e fazendo críticas às omissões práticas dos homens:

Não poderia ser separado, a mulher só em casa e o homem só na roça. Já que sempre a mulher ajuda na roça, o homem ajudar em casa também, acho que tem que dividir né, se é união, tem que dividir, porque senão fica sobrecarregado só pra um, né? [...] (Jatobá, entrevista, 2021).

Eu acredito que eles acham que os serviços deles já é bem pesado né, e que o serviço de casa da mulher, é da mulher e pronto, existe essa questão né, machista que foi construída ao longo da história que a mulher, ela serve pra limpar e lavar e o marido pra trabalhar fora né, existe esse conceito né, por aqui, o homem não limpa a casa, não lava a roupa né [...] (Aroeira, entrevista, 2021).

A primeira questão que identificamos pelas narrativas, principalmente de Jatobá, é justamente a respeito da sobrecarga de atividades que as mulheres exercem diariamente, tendo que realizar dupla jornada de trabalho, tanto na roça quanto sendo dona de casa. Já Aroeira destaca que existem essas diferenciações de trabalhos entre os gêneros na divisão das funções e, de certo modo, critica essa realidade, reconhecendo



que se constroem desigualdades (que são históricas) e lugares apropriados às mulheres e aos homens.

Independentemente das funções que ocupam, seja pela manhã ou no fim da tarde, a responsabilidade com a reprodução da vida dentro das casas nesses assentamentos são das camponesas. Há uma obrigatoriedade implícita sobre a realização dessas ações. O que ocorre é que mulheres e homens através de diferentes processos socioculturais, são ensinados, de maneira explícita e/ou implícita, a se relacionarem de determinada forma, a se comportarem de determinado jeito a partir de seu sexo, construindo as delimitações entre e para os gêneros, em diferentes espaços-tempos, e no território da fronteira Brasil-Bolívia, decorreu do modo que expomos e refletimos nesse texto.

Desse modo, argumentamos que desde muito cedo aprendemos – seja nos âmbitos escolares, familiares, meios de comunicação de massa, na literatura, etc. – uma série de classificações que estão determinadas para os gêneros feminino ou masculino (MEYER, 2013), demarcando também uma lógica binária de ser e estar no mundo. Todavia, entendendo que todo esse processo proveniente dessas relações sociais são processos cambiantes, isto é, mutáveis e passíveis de transformações, as marcas estabelecidas para mulheres e homens podem ser desestruturadas a fim de outras construções e novas possibilidades (TRUJILLO, 2007).

Logo vê-se com as narrativas e problematizações construídas que as relações entre mulheres e homens e seus processos socioculturais perpassam cotidianamente aquele território e, principalmente, as/os participantes vivenciam e, aos poucos, vêm reconhecendo na prática diária que existem distinções estabelecidas aos gêneros, na qual ainda reside o desafio da desconstrução da naturalização e da invisibilização dessa realidade.

Considerações Finais

Como apresentamos pelas teorias, gênero é aprendido, é ensinado, é (re)produzido e tem se constituído como um conceito para analisar os padrões impostos a mulheres e homens baseados nas diferenças sexuais, estes que se desdobram em diferentes formas de pensamentos e práticas que pela lógica hegemônica devem ser seguidas pelas pessoas.

Para este trabalho, gênero foi um conceito muito importante de análise para identificarmos a existência – não só naquele território, mas a



organização estrutural da sociedade – da instituição da divisão sexual do trabalho, provenientes das estruturas sexista, patriarcal e capitalista de poder e entre outras formas de opressão e exploração (machismo, colonialismo, misoginia, homofobia, etc.) que afetam de forma substancial as mulheres e, em certa medida, os homens ao esquematizarem formas “corretas” e “normais”, isto é, pensemos pelas condições de permitir e interditar através de padrões de feminilidade e masculinidade.

As formas estruturais de poder que fomentam e conformam a sociedade como o patriarcado e heterossexismo legitimaram práticas excludentes de invisibilização e subordinação das mulheres aos homens, nesse sentido, que as atividades de trabalho no campo ocorrem e se reproduzem com base na divisão sexual/social do trabalho, regidos pelos princípios de separação e hierarquização, dado que às mulheres é atribuído o trabalho do cuidado com a casa/lar (âmbito reprodutivo) – nem visto como trabalho, não-remunerado – e aos homens o âmbito externo (âmbito produtivo) reconhecido e visibilizado.

Percebemos que as práticas cotidianas nos assentamentos representam vivências que interpelam as questões de gênero a todo momento, pois, mesmo que as/os participantes afirmaram não existir diferenças entre mulheres e homens, as narrativas posteriores expuseram que território da fronteira Brasil-Bolívia também se reproduzem práticas que distinguem funções baseadas no gênero, tal qual o trabalho da casa está associado às mulheres e o trabalho na roça aos homens, organização esta que retoma as discussões acerca da divisão social e sexual do trabalho e que, dessa maneira, permitem e interditam determinadas práticas/lugares a esses corpos.

Observou-se que a palavra “ajuda” foi recorrente tanto pela narrativa das camponesas quanto dos camponeses, contribuindo para que esse aspecto esteja relacionado às extensões das atividades da casa, nas quais as mulheres não são remuneradas pelo trabalho desempenhado, em qualquer um dos dois âmbitos (interno/casa e externo/roça), estando naturalizado. Esse sistema gera uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, ao mesmo tempo que não se constitui como um trabalho valorizado, isto quando é visto como trabalho.

O mapeamento que realizamos com essas camponesas e esses camponeses de maneira direta no intuito de visibilizar o entendimento que possuem a respeito das relações de gênero, foge da tentativa de



realizar comparativos e/ou julgamentos de valor, mas essa ação permite criarmos um processo de análise entre as condições materiais e imateriais, da teoria e prática, das contradições presentes naquele contexto que recebem influências diretas das dimensões sociais, culturais, políticas e históricas.

Problematizar sobre as relações de gênero é um trabalho complexo. Requer o questionamento de estruturas naturalizadas, legitimadas e, até mesmo, institucionalizadas histórico-socialmente. É um trabalho profundo e contínuo no caminho da compreensão de que as definições e/ou caracterizações que efetuamos nas páginas deste texto permanentemente inacabado, estão e são passíveis tanto de ampliação quanto de modificação. É relevante ponderar a respeito da necessidade da construção de espaços para o diálogo a respeito dessas temáticas, isto é, das relações de gênero, da sexualidade, das relações camponesas e entre outras especificidades que permeiam o território da fronteira.

Nas idas e voltas, entre limites e potencialidades, o território da fronteira Brasil-Bolívia é constituído e atravessado por intensas relações de poder e de possibilidades. Fronteiras são levantadas, mas também cruzadas e/ou borradas. O permitido e o interditado a mulheres e homens estão suscetíveis ao rompimento de barreiras impostas. Fronteiras podem ser territórios de troca e de compartilhamento ao se relacionar com outras formas possíveis de ser e estar no mundo.



Referências

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CLAM, CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo, versão 2009, Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CRUZ, Tânia Cristina da Silva; FERREIRA, Jonathas Felipe Aires. Economia Solidária, tecnologias sociais e relações de gênero: a agroecologia como ferramenta de inovação e tecnologia social para emancipação solidária das mulheres do campo. In: ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; MARTINS, Jucilene de Oliveira (Orgs.). *Fundamentos da produção social de conhecimentos*. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2019.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. Editora: UNESP, 2009.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FEDERICI, Silvia. *El patriarcado del salario*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados sobre os Municípios Brasileiros, 2020*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/panorama>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

KERGOAT, Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. Editora: UNESP, 2009.



KOROL, Claudia. *Somos tierra, semilla, rebeldia: Mujeres, tierra y territorio em América Latina*. Biodiversidad y América Libre, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOCHEUTI, Karina Nonato. Balanço de produção sobre aprendizagem cooperativa e educação superior. In: *38ª Reunião Nacional da ANPED – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA*, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Tânia Paula da; BINZSTOK, Jacob. Espaços de resistência camponesa na fronteira Brasil-Bolívia: os assentamentos rurais em Cáceres-MT. In: *XV Encuentro de Geógrafos de América Latina – “Por una América Latina unida y sostenible”*. Havana. Memórias do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina – “Por una América Latina unida y sostenible”. Havana-Cuba: Facultad de Geografía - Universidad de La Habana, v. 1. p. 394-405, 2015.

TARDIN, José Maria. Cultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TIBURI, *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRUJILLO, Elvia Vargas. *Sexualidad... mucho más que sexo: una guía para mantener una sexualidad saludable*. Bogotá: Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, 2007.



VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VIVAS, Esther. Soberanía alimentaria: una perspectiva feminista. *Rebelión*, Espanha, 2009. Disponível em: <<https://rebellion.org/soberania-alimentaria-una-perspectiva-feminista/>>. Acesso em: 17 de jul. 2021.



“El Hombre es Hombre, la Mujer es Mujer, Cada Uno Tiene su función en Su lugar”: Lo Permitido y lo Interdictado entre los Géneros

RESUMEN: El presente artículo se configura como producto de una investigación en el campo temático de los estudios de género con campesinos y campesinas de los asentamientos rurales ubicados en la frontera Brasil-Bolivia, en el municipio de Cáceres-MT. La principal cuestión que orientó la presente investigación fue comprender: ¿De qué manera los procesos generificadores influyen en las relaciones establecidas entre mujeres y hombres en el territorio campesino? El referencial teórico se basó en los conceptos de Género y Patriarcado (SCOTT, 1995; TIBURI, 2018); y en la División Social y Sexual del Trabajo (KERGOAT, 2009). Metodológicamente, este estudio tuvo abordaje cualitativo e investigación descriptiva y fue utilizada la entrevista semiestructurada con 11 campesinos/as. Como resultado se identificó que existe una división y diferenciación entre géneros, en la que el trabajo propio de la casa se asigna a las mujeres y el trabajo del campo a los hombres. Se reconoció que hay mujeres presentes en las funciones del campo, pero su trabajo se considera como una "ayuda" al hombre. Se evidenció la necesidad de reconocer y reevaluar la división de tareas en función de los géneros en los diferentes escenarios de este territorio.

PALABRAS CLAVE: Relaciones de Género. Generificación. División Social y Sexual del Trabajo. Asentamientos Rurales.

Dominique Stefany Gomes dos SANTOS

Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Especialista em Impactos da Violência na Escola pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Email: dominique_sgs@hotmail.com

Sandro Benedito SQUIREZI

Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu – nível Mestrado da UNEMAT e do Programa Mestrado/Doutorado em Ciências Ambientais (PPGCA-UNEMAT). Fundador e coordenador do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT). Coordenador da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS). Líder do Grupo de Pesquisa em



Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo do Trabalho (GDRS). Fundador da Rede de Pesquisa, Inovação e Tecnologia Social em Gestão de Resíduos Sólidos, Sustentabilidade e Economia Solidária (REPITES) e representante da REPITES Centro-Oeste. Atualmente é Coordenador da Comissão Provisória da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

E-mail: sandrosguarezi@gmail.com

Luciene NEVES

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

E-mail: luciene@unemat.br

Recebido em: 23/03/2023

Aprovado em: 30/05/2024



ARTIGO

“Questionando os por quês”: Cartografias de performatividades LGBTQIA+ e a resistência à heteronormatividade

Edson Stapassola, *Unochapecó*

Anderson Schuck, *Unochapecó*

Resumo. A pesquisa buscou analisar a performatividade de pessoas LGBTQIA+, elaborando sentidos atribuídos ao sexo, sexualidade e gênero, e as possibilidades de resistência à heteronormatividade. Surge como uma tentativa de produção de resistências, articulada enquanto ações criativas e dirigidas à emancipação. Apresenta caminhos e reflexões que se desenvolveram a partir dos parâmetros de pesquisa-intervenção cartográfica, que permitiu elaborar as metas no decorrer do processo, visando acompanhar modos de subjetivação. Para tanto, a pesquisa se concentrou na experimentação de um dispositivo grupal, amparado em oficinas estéticas esquizoanalíticas, que propiciou construir o conhecimento com o próprio grupo. Por meio do grupo como dispositivo de pesquisa e intervenção foi possível articular um espaço de resistência, em que a potência dos encontros, dos materiais produzidos, contribuiu para reafirmar o caráter de construção social do sexo, sexualidade e gênero, produzindo possibilidades de resistência à heteronormatividade, ao apostar nos questionamentos das matrizes identitárias, nas descobertas e experimentações envolvendo o sexo e em outros modos de performar os corpos e existências.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIA+. Gênero. Sexualidade. Cartografia. Heteronormatividade.



Introdução

Iniciarei com os porquês que me movimentaram nesse trabalho. Os questionamentos que envolveram a minha sexualidade e identidade de gênero, e de um performar que por muito tempo foi e ainda é vivido entre meio de muitos conflitos sociais e subjetivos. Mas de onde surgiram esses conflitos e as expectativas que me acompanham? O quanto foi possível refletir e questionar sobre essas expectativas ou tive que assumi-las de modo instituído? Neste campo de questões, de uma busca por uma auto aceitação constante em relação uma conflitiva de sentir, de amar, de existir contrária dos ditos “corretos”, a proposta deste artigo, apresenta caminhos de uma pesquisa de graduação em psicologia que se propôs a estabelecer problematizações envolvendo a performatividade de gênero e sexualidades, que partiram das experiências do pesquisador, mas que se articularam e foram multiplicadas no contato com as diversas pessoas que participaram deste processo, através de espaços em que se pudesse dialogar abertamente sobre os temas. Saliento desde já, que não se buscou encontrar respostas prontas ou promover novas normativas para as condutas sociais, mas intensificar os porquês, permitindo questionamentos e diálogos sobre nós, pessoas LGBTQIA+, e os possíveis conflitos, esperanças, desejos, dissidências, resistências e de afirmação da vida.

O estudo buscou analisar a performatividade de pessoas LGBTQIA+¹, elaborando sentidos atribuídos ao sexo, sexualidade e gênero, e as possibilidades de resistência à heteronormatividade. Abordar estes temas não é apenas falar das diferenças, mas também nas desigualdades produzidas em função da construção dessas diferenças (SALIH, 2012). Desigualdades presentes a partir do momento em que as normativas historicamente construídas, atravessadas por relações de poder, exigem que nos tornemos de um gênero ou de outro, em que o poder é instituído como um modelo de organização social e como tal, constituído socialmente. O poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe na ação (FOCAULT, 2019).

Com isso, exercer um gênero envolve uma ligação direta com o poder, por meio da reprodução de normas e estereótipos que buscam

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, + (o mais serve para abranger as demais pessoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações da identidade gênero). Embora já existam outras variações da sigla em movimentos internacionais, vale lembrar que essa ainda não abrange todas as possibilidades envolvendo a diversidade de gênero e sexualidades. Este artigo adotará a definição LGBTQIA+ pelo fato de ser a mesma denominação utilizada por diversos autores utilizados no decorrer do artigo.



reafirmar a heterossexualidade como destino natural e universal. Neste contexto, performar fora dos padrões, mais especificamente como LGBTQIA+, nos coloca frente uma precariedade, uma condição politicamente induzida, no qual sofremos com a fragilidade de redes econômicas e sociais mais que outros, nos tornando mais expostos aos danos, a violência e a morte (BUTLER, 2015). Ser LGBTQIA+ é conviver cotidianamente com sentimentos de incerteza e expostos a vulnerabilidades, quanto a nossa existência e sobrevivência (simbólica e de fato), em que resistir muitas vezes não é uma opção, mas a única forma de manter-se vivo.

Assim, esse artigo surge como uma tentativa de produção de resistências, enquanto ações criativas, dirigidas à emancipação, em conflito com o silêncio e a invisibilidade em que nós, pessoas LGBTQIA+ estamos inseridos. Como também, a possibilidade de dar voz a aqueles que cotidianamente são oprimidos por produzirem modos de oposição e enfrentamento as normativas sociais em torno de sexo, sexualidade e gênero.

Por meio das obras de Judith Butler podemos compreender o sexo, sexualidade e gênero como construções sociais, que se modificam com o tempo, pois os sujeitos que formam a sociedade se movimentam e se reconstróem, em processos de reorganização constante. Para a autora citada, a construção da identidade sexual é descrita como um ato político, discursivo e sócio histórico (BORGES, 2014). Para tanto, apresenta a ideia de performatividade a respeito do exercício da sexualidade, ou seja:

Butler desfaz a distinção sexo/gênero para argumentar que não há sexo que não seja já e, desde sempre, gênero. Todos os corpos são “genericados” desde o começo de sua existência social (e não há existência que não seja social), o que significa que não há “corpo natural” que preexista à sua inscrição cultural. Isso parece apontar para a conclusão de que gênero não é algo que somos, é algo que fazemos, um ato, ou mais precisamente, uma sequência de atos, um verbo em vez de um substantivo, um “fazer” em vez de um “ser” (SALIH, 2012, p. 89).

Com base no exposto, exercer um gênero é desempenhar um papel, uma performatividade socialmente criada, principalmente nos discursos que perpassam uma ordem heterossexual. Nosso sexo, sexualidade e gênero, começam a se estruturar a partir do momento que criamos significantes por meio da linguagem para nossos comportamentos e desejos, em que a identidade de gênero e orientação sexual se organiza a partir de regimes de linguagem (SALIH, 2012). Podemos considerar a



sexualidade como um dispositivo histórico, em que "[...] a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder" (FOUCAULT, 1999a, p. 100 *apud* OLIVEIRA, 2021, p. 08). Nesse sentido, a heterossexualidade se estabelece como algo compulsório, reprodutivo, institucionalizado e, portanto, naturalizado.

Com objetivo de penetrar nos corpos, controlar os prazeres, as sensações e as populações, esses dispositivos que naturalizam a heterossexualidade como norma (normal), desenvolvem ações de caráter produtivo e regulador, em que prazer e poder se entrelaçam aos processos de subjetivação e sujeição. Nesse sentido, a produção social da subjetividade compreende um sujeito forjado a partir de uma comunidade com normas, conceitos, valores e toda uma teia cultural já formada, que independem da sua existência. Conforme vai se desenvolvendo, e interagindo com os microssistemas em que está inserido, o mesmo vai se constituindo como parte dele, e isso terá forte influência no seu senso crítico a respeito do mundo (MANSANO, 2009).

Tendo como base a matriz da heterossexualidade compulsória, as identidades são produzidas, reguladas e se repetem até serem normalizadas, a exemplo de um homem que deve atender aos padrões de masculinidade, possuir um pênis e desejar exclusivamente corpos de mulheres. Tal aspecto de regulação pode ser observado nas relações de poder/saber que se estabelecem na gestão da sexualidade das crianças; na especificação e classificação das sexualidades periféricas; no prazer-poder da vigilância médica, pedagógica, familiar, social, legal, canônica e confessional; e nos dispositivos de saturação sexual com a redução da sexualidade ao casal heterossexual legítimo (OLIVEIRA, 2021).

Neste contexto, a heteronormatividade perpassa inclusive a significação das identidades e da sexualidade de sujeitos LGBTQIA+, autorizando e limitando determinadas expressões e vivência, a exemplo das hierarquias de gênero representada pelas posições (papéis) sexuais exercidas pelos sujeitos (ativo/passivo, homem/mulher), como na adesão ou não de pautas voltadas aos direitos e diversidade de gênero e sexualidades (ficar no armário). Ou seja, o poder além de regular os corpos que se estabelecem dentro do padrão heterossexual, igualmente exercem efeitos na tentativa de controle das condutas e subjetividades dos corpos desviantes da heteronorma.

Considerando estes vetores que envolvem as experiências envolvendo gênero e sexualidades, os questionamentos à



heteronormatividade e as resistências LGBTQIA+, o presente artigo apresenta caminhos e reflexões de pesquisa que se desenvolveu a partir dos parâmetros de pesquisa-intervenção cartográfica (PASSO; BARROS, 2009). Os resultados da pesquisa que se concentraram na experimentação de um dispositivo grupal, amparado em oficinas estéticas esquizoanalíticas. Este método de construir a pesquisa situa os sujeitos participantes da pesquisa numa posição ativa, de forma que pesquisador e pesquisado, trabalharam juntos na construção de sentidos da realidade investigada, ambos comprometidos em ações voltados à produção de linhas de enunciação e visibilidade de certo território existencial, buscando ainda transformação das possibilidades de ser e agir. (CAVAGNOLI; MAHEIRIE, 2020).

Pistas e Passos da Cartografia

A cartografia como método de pesquisa-intervenção, coloca o ato de pesquisar relacionado ao plano da experiência, acompanhando os efeitos de uma processualidade que ganha forma na relação entre pesquisador e participantes. Este método considera que objeto, sujeito e conhecimento são efeitos do processo de pesquisar, se colocando como um modo de intervenção, visto que o conhecimento vai se produzindo nos caminhos da pesquisa. Nessa direção, a cartografia se estabelece por meio de pistas, das demandas que vão surgindo no decorrer da pesquisa (KASTRUP; PASSOS, 2013).

A processualidade envolve a construção de processos subjetivos que estão em constante criação, na sua composição em tempo presente (PASSOS; KATRUP; ESCÓSSIA, 2009). Para tanto, a lógica cartográfica coloca participantes da pesquisa e pesquisador em encontros dialógicos e horizontalizados, cujo pressuposto principal é a produção de um conhecimento que se objetiva entre as subjetividades e experiências engendradas coletivamente (BAREMBLITT, 1996).

Esta perspectiva ético-política de pesquisa não tem como intenção representar seu objeto de estudo, mas sim conhecê-lo de forma dialógica, em seu território, constituindo vínculos e afecções. Pressupõe a habitação de um território existencial, o que exige um aprendizado do próprio cartógrafo, disposto a composição, com as diversas paisagens psicossociais, se permitindo fazer parte deste território e que ele faça parte de si, ou seja, na posição de encontrar ao invés de buscar algo (PASSOS; KATRUP; ESCÓSSIA, 2009).



É a partir destes princípios que optamos pela configuração do dispositivo grupal, compreendendo a cartografia como necessariamente implicada na construção de dispositivos de intervenção, capazes de sustentar acontecimentos gestados na relação entre pesquisador e participantes, produzindo a realidade, ao mesmo tempo em que o próprio dispositivo, através de seu funcionamento no grupo, oferecia visibilidades e discursos capazes de expressar a realidade de formas inéditas. O desenvolvimento do contexto grupal possibilitou a criação de um espaço potencializador, que incentivou a criação dos sujeitos que ali se encontravam, para assim analisar suas experiências sob diferentes olhares e construir novas subjetividades (PEREIRA; SAWAIA, 2020).

Grupo Como Dispositivo De Pesquisa-Intervenção

A proposição de um dispositivo grupal compreende um plano de experiências, voltadas à produção de relações horizontalizadas e de transversalidade, entre as subjetividades e singularidades de seus participantes, em conexão ao plano das instituições que as delineiam. O grupo, portanto, permite a desindividuação, uma desidentificação frente à condição de sujeição e vulnerabilidade associadas às identidades dos sujeitos que ele aborda (BENEVIDES, 1996, p. 22).

Ao pensarmos no dispositivo grupo aliado a cartografia, nos ancoramos na perspectiva esquizonanalítica, como exposto por Deleuze (1990) e Hur (2012), em que o dispositivo é compreendido como conjunto heterogêneo de práticas, discursos, formas possíveis aos encontros e à enunciação, que quando disposto no plano coletivo de uma experiência, permite a transformação dos agenciamentos já constituídos, produzindo novos arranjos de subjetivação e singularização das experiências coletivas, implicadas na transformação de determinada realidade.

Enquanto dispositivo o grupo é capaz de promover espaços potencializadores, que incentivam a criação nos sujeitos que ali se encontram, possibilitando criar, ousar, devir. O dispositivo-grupo se dá no desembaraçamento das linhas que o compõem, sendo elas de visibilidade e enunciação, são "máquinas que fazem ver e falar" (BENEVIDES, 1996, p. 100), que em cada formação histórica vai construir formas de subjetividades próprias. Este dispositivo compreende também: 1) as linhas de força, de poder-saber no dispositivo-grupo, em que o rastreamento das forças em jogo se faz pelo mapeamento da



manutenção/desmanchamento das instituições, na naturalização/desnaturalização dos modos de viver/sentir, do acompanhamento dos fluxos que se deslocam no tempo, produzindo modificações nos territórios constituídos, e; 2) as linhas de subjetivação, invenção dos modos de existir, produção de subjetividades num dispositivo (BENEVIDES, 1996).

No trabalho grupal estabeleceram-se conexões não apenas entre pessoas, como também entre modos de existencialização diferentes. Isto produz um vasto campo de confrontos, de interrogações, que se propagaram criando fossos onde antes estava cimentado, permitindo novas subjetivações, novas formas de existir (BENEVIDES, 1996). Como efeito, a partir do movimento da pesquisa cartográfica foi possível criar dispositivos, partindo das necessidades do território, das distintas posições discursivas existentes, da maneira como as pessoas se relacionavam, bem como produzir encontros, para a partir destes mobilizar o reconhecimento do grupo. A medida que se compunha o grupo, já era feita uma parte do movimento cartográfico, que diz sobre conhecer o contexto, assim como o posicionamento das pessoas em relação ao território e junto com elas modificá-lo (HUR, 2012).

Com efeito, o pesquisador não deve compreender o grupo de fora, mas sim participar incluindo sua subjetividade, na medida em que a processualidade se torne uma combinação de saberes. Entende-se, portanto, que o objetivo do grupo era proporcionar práticas capazes de impulsionar ressignificações das relações entre sujeitos, comunidades, famílias e instituições, que promovessem a singularização e estratégias de resistência e criação. Neste sentido, o trabalho da psicologia estava implicado em constituir processos de subjetivação que tivesse relação com desnaturalização de lugares, problematizando a maneira como eram situadas e fixadas as identidades, que delimitava alguns que eram “capazes de governar” e outros “não capazes de governar” (BENEVIDES, 1996).

A produção do conhecimento se estabeleceu no contato entre os participantes do processo grupal, construindo novos significados e experiências, produzindo outros mapas de realidade. Dessa forma, o grupo se afirmou enquanto dispositivo político emancipador, capaz de produzir conhecimentos por meio das relações entre os diferentes saberes, com objetivações práticas e discursivas, criadas caso a caso, se orientando



por uma ética dos encontros, de abertura para outros movimentos de subjetivação e objetivação (CAVAGNOLI; MAHEIRIE, 2020).

Contato Com Os Integrantes Dos Grupos

Pautado nas perspectivas cartográficas e esquizoanalíticas, a composição do dispositivo grupal contou com a participação de pessoas que se reconhecem como LGBTQIA+. Após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos², foi realizado diálogos com pessoas que integram a UNA LGBT fração Chapecó³. No contato inicial com os dirigentes da entidade foram expostos os objetivos da pesquisa e as estratégias metodológicas para seu desenvolvimento, e com o consentimento destes, o pesquisador foi inserido no grupo de WhatsApp com os membros da UNA LGBT.

Com a mediação dos dirigentes da entidade, enquanto interlocutores privilegiados, foi feito no espaço do WhatsApp uma breve exposição da proposta de pesquisa-intervenção e convite para participação no grupo da pesquisa. Para integrar as atividades, destacou-se como critérios: ter mais de 18 anos, residir na cidade de Chapecó, ter disponibilidade para participar dos encontros, e assinar o Termo De Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e o Termo de Consentimento para uso de imagem e voz (TCIV). Feita a divulgação-convite, em torno duas semanas já havia o número necessário (seis pessoas de acordo com o projeto inicial) para iniciar as atividades grupais.

Movimentos Iniciais Do Grupo

Os participantes do grupo compreendiam a si mesmos enquanto pessoas LGBTQIA+, e nesse sentido aceitaram estabelecer relações e afetos, e produzir conhecimento com o grupo, enquanto um dispositivo de pesquisa-intervenção. Para efetivação dos encontros, foram estabelecidos alguns acordos iniciais, no primeiro encontro presencial com os participantes, em que foi definido que o grupo seria fechado, sem a

² Número do Parecer: 5.260.746 e CAAE: 53719621.0.0000.0116 – CEP Unochapecó.

³ A União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, fração Chapecó, é uma sociedade civil organizada, com objetivo de luta pela emancipação política e humana, que visa defender ideias no campo da consciência de classe e da garantia de direitos, por meio de promoção de ações políticas, educativas e sociais. Criada em fevereiro de 2016, foi primeira entidade LGBT do município, com atuação nas políticas de visibilidade do movimento LGBT na região (BARP et al., 2022).



entrada de novos participantes, com ressalva daqueles que já haviam manifestado no grupo de WhatsApp o desejo em participar, mas por motivos pessoais não poderiam comparecer no primeiro momento. Pactuou-se também, que seria permitido o registro de fotografias, para mobilizar o processo dialógico e a análise coletiva do processo. Assim, foram combinados, inicialmente, três encontros com duração de aproximadamente 1h30min, que posteriormente foram estendidos para quatro encontros, em concordância entre o pesquisador e os participantes, visto a necessidade em ter mais um encontro para aprofundar os objetivos propostos. Os encontros ocorreram nas terças-feiras, às 19h, em um plenário que fica nas dependências da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

Segue abaixo uma tabela-síntese dos encontros, contendo uma breve identificação dos participantes (idade e escolaridade) e os encontros que estiveram presentes. Vale informar que os codinomes são fictícios, escolhidos pelos próprios integrantes do grupo. Ainda, optou-se por não classificar a identidade de gênero e orientação sexual considerando problematizações envolvendo a performatividade e heteronormatividade, pontos a serem explorados no decorrer das análises. Da mesma forma, não serão especificados aspectos das profissões e hobbies, de modo a não facilitar a identificação dos mesmos.



Tabela 1: Tabela-Síntese Dos Encontros

Identificação	Idade	Escolaridade	Participação encontros			
			Encontro 1: 12/04/2022	Encontro 2: 19/04/2022	Encontro 3: 26/04/2022	Encontro 4: 03/05/2022
Inácio	58	Superior completo	Presente	Presentes	Presente	Presente
Roberto	22	Superior completo	Presente	Presente	Presente	Presente
Ione Lau	24	Superior completo	Ausente	Presentes	Presente	Presente
Guilherme	19	Ensino médio completo	Ausente	Presente	Ausente	Presente
Maria	25	Cursando ensino superior	Presente	Presente	Ausente	Ausente
Emília	21	Ensino médio completo	Presente	Ausente	Presente	Presente
Edson	25	Cursando ensino superior	Presente	Presente	Presente	Presente

Tabela elaborada pelos autores.



Primeiro Encontro: Experimentando Os Porquês

Nesse encontro o objetivo consistia em desenvolver a consciência de grupo, criar um espaço de identificação e vinculação entre os presentes, de modo que o contexto grupal se configurasse como um espaço potencializador, de criação e partilha de experiências, de acompanhar novas formas de subjetividade (PEREIRA; SAWAIA, 2020).

No momento das apresentações dos integrantes, foi proposto uma atividade inusitada, de dizer quem eram, sem utilizar da linguagem verbal, apenas linguagem corporal. Inicialmente observei um receio entre os integrantes, um medo de se expor diante dos rostos não conhecidos que ali se encontravam. Comecei a minha apresentação, enquanto pesquisador que faz parte deste campo, meio envergonhado, “engessado”, mas tentando expor quem eu era e, com gestos tímidos, demonstrei com as mãos, face e dorso curvado, uma pessoa com muitos porquês, curioso em encontrar respostas. Um a um, os integrantes foram se expressando, demonstrando por gestos suas profissões e seus hobbies, com interesse em representar algo que simbolizasse suas características pessoais. Após esta etapa de expressão, os participantes foram convidados a falar sobre as percepções da apresentação dos demais, e nesse diálogo observou-se o reconhecimento enquanto pessoas LGBTQIA+.

Subsequente a este momento, foi proposto uma apresentação verbal, e a medida que os participantes foram falando sobre si, articulações entre o grupo foram surgindo, com conexões entre as falas. Os integrantes referiam idades variadas, dos 21 aos 58 anos, e expressavam por meio da linguagem sua identidade, em que a partilha do comum era a identificação como LGBTQIA+. Em cada fala, de forma livre e espontânea dos integrantes, surgiu o processo individual de cada um, da sua constituição como sujeitos e dos questionamentos às normas sociais. De forma transversal, os comentários envolviam a dificuldade de existir, se expressar dentro de um município “grande” (“*a capital do oeste catarinense*”), mas ao mesmo tempo pequeno, seja na cultura (marcada por um conservadorismo moral, religioso e econômico), nos espaços de interação social e de respeito às diferenças de gênero e orientação sexual.

O intervalo entre as idades dos participantes, permitiu o compartilhamento de experiências que envolviam outros tempos e espaços, de vivências em outras cidades e contextos, em que era permitido viver e expressar quem se é. Uma frase marcante foi “*experimentar os por quês*”, no sentido de se permitir questionar as situações do cotidiano, deslocando certos discursos e práticas, de poder tirar conclusões com base



nas suas próprias experiências, de novos parâmetros de reflexão e julgamento sobre suas existências.

Dentro do recém-constituído grupo, surgiu o debate a respeito do enquadramento dentro da própria comunidade LGBTQIA+, em que a sigla foi problematizada, como algo institucionalizado, em que ao pertencer a uma das letras, não seria autorizado outras possibilidades de identificação/experimentação, como foi exposto na fala de um dos integrantes “*eu gosto de gente*”. Tal ponto remete ao processo de identificação, no qual a identidade se articula como um ideal normativo, ao invés de características descritivas da experiência. Norma que captura pela produção de identidades fixas, reproduzindo/naturalizando os binarismos de gênero (necessidade de performar dentro dos limites impostos para o masculino e feminino, orientados pelo desejo heterossexual), ao mesmo tempo produzindo e classificando os corpos que desviam do sistema normativo de gênero e orientação sexual. Tal processo fomenta o cerceamento das liberdades sexuais, incorrendo nos mais diversos traumas e na constatação de que a regulação destas identidades, seus corpos e desejos se manifesta pela proibição, tanto em se expressar da forma que lhe é conveniente, quanto de viver seu desejo sem medo de represálias (BUTLER, 2021).

Outro ponto comum no discurso dos integrantes foi a importância da instituição de ensino superior na sua constituição enquanto pessoas LGBTQIA+, para o desenvolvimento do senso crítico nestas temáticas, e por oportunizar a vivência de novas experiências, por meio das relações sociais propiciadas nestes locais, que permitiram outros modos de subjetivação. Nessas relações com o contexto universitário, outras linhas de enunciação e visibilidades se estabeleceram, produzindo condições para um performar diferente, questionador e que fomentou modos de resistência a contextos opressores e de silenciamento.

A partir desse primeiro encontro, e da aposta na composição do grupo como dispositivo de pesquisa e intervenção, observei que os integrantes iniciavam relações de partilha e reconhecimento, em que eu mesmo, na posição de pesquisador e membro, estava coexistindo com aqueles sujeitos. Dialogando sobre nós, nossas histórias e experiências, configurando um comum, mas ao mesmo tempo possíveis de abarcar a heterogeneidade da constituição enquanto sujeitos, na diversidade de afetos, corpos e desejos. Coletivamente, ao nos identificarmos, (re)experenciarmos, reexaminamos e deslocamos pretensões



universalizantes de corpos, movimentos, vozes e expressões, ousando interrogar e desafiar os próprios limites do que nos foi (im)possibilitado existir.

Segundo Encontro: Sexo, Fantasia e Arte

Sexo, sexualidade e gênero, sempre despertaram a curiosidade das pessoas, tanto por sua potência criadora, quanto pelo controle que a sociedade busca exercer. De acordo com as proposições de Butler (*apud* SALIH, 2012), o sistema sexo-gênero-desejo envolve criações sociais, em que formulações a respeito de identidade se posicionam como um processo contínuo, um devir. Contudo, a partir dos usos ideológicos do biológico/natural, a sociedade pautada na matriz heterossexual, busca colar nossa identidade de acordo com nossos órgãos genitais (pênis ou vagina), fazendo como que gênero sexual exerça um papel de organizador de como os corpos devem se expressar e se comportar, incluindo aqui as possibilidades de vivências do desejo/prazer (OLIVEIRA, 2017).

Seguindo tais inspirações teóricas, para o segundo encontro, foi proposto ao grupo expressar o que era sexo por meio da arte, utilizando a pintura em tela. Mais uma vez, buscou-se a expressão não verbal, justamente para trazer aquelas representações que não encontram sentido nas palavras. Este movimento dialogou com a esquizoanálise, ao entender que a subjetivação se estabelece como processual e sujeita a transformações contínuas, compreendendo as formas de estabilização do ser e do campo social enquanto arranjos provisórios de territórios existenciais, paradas no devir, passíveis de variação (CAVAGNOLI *et al*, 2020). Nesta perspectiva, em diálogo com as ideias de Jacques Rancière, podemos pensar a arte e a experiência estética, enquanto:

[...] lugar de problematização das expressões já consensuais do real, permitindo, no livre jogo entre reflexão e afeto, a emergência de novas formas, conteúdos e agenciamentos. São as expressões inéditas que daí resultam, que oferecem ao dispositivo grupo um suporte móvel à recomposição constante da experiência singular, justamente pela capacidade que a objetivação artística tem para engendrar visibilidades, sensações e reflexões que tomam forma em meio ao movimento do coletivo (CAVAGNOLI *et al*, 2020, p. 69).

Para a surpresa dos integrantes, a oficina tinha a dinâmica de a cada 5 minutos ocorrer uma troca de tela, em que se continuava a pintar na tela do colega ao lado, fomentando a elaboração dos sentidos, nas



interrelações entre as diferentes subjetividades. Depois de 45 minutos de expressão artística, fomos tela por tela, buscando compreender o que se desejava expressar de modo singular e também enquanto produção coletiva. Alguns falavam sobre a energia sexual, sobre a potência, outros sobre ver órgãos nas telas, como vagina, pênis e ânus, mas cada qual tinha o seu próprio olhar diante daquilo que foi construído em conjunto.

No processo de análise das telas com os participantes, uma chamou a atenção do grupo, visto que a pintura havia iniciado com a representação de uma pessoa sozinha no meio da tela em branco e conforme ocorria o rodízio entre as telas, foi inserido mais elementos, como escadas e mais cores, que foram simbolizadas como um caminho a seguir e a explosão de possibilidades. Ressalto esta tela (Figura 1), por ser significativa para a performatividade dos sujeitos LGBTQIA+, em relação aos sentidos do sexo abordados pelo grupo, visto como algo difícil no início, em que os sujeitos muitas vezes se sentem sozinhos e o caminho a percorrer é árduo, mas o desejo de experienciar, de viver livremente os impulsiona a subir os íngremes degraus, explodindo em potencialidades.

Figura 2: Representação de sexo



Tela construída pelo grupo na oficina estética no segundo encontro.

Ao dialogar sobre outras telas, também foi compartilhado a dificuldade em continuar o desenho anterior, expresso pelo medo de



estragar o processo do outro, questão que foi analisada pelos integrantes como um modo de se sentir culpado em se satisfazer no ato sexual, fazendo com que muitas vezes satisfaçam o outro e deixem os próprios desejos/afetos de lado. Em outro desenho, foi comentado da dificuldade de continuar a produção devido ao excesso de linhas retas, o que foi simbolizando como possíveis barreiras, que poderiam ser superadas com outros olhares que pudessem ver através dos obstáculos. Também houveram falas pela preferência de apenas continuar os desenhos já iniciados, algo que em conjunto nos recordou os papéis sexuais que são colocados à nossa disposição e o quanto é difícil superá-los, no desafio de expressar uma sexualidade diferente daquela socialmente imposta. No final da análise das telas, solicitei cada integrante do grupo escrevesse uma palavra que simbolizasse o que era sexo, surgindo as seguintes: experiência, contato, energia, conexão e fluido.

Por meio da oficina estética, pude observar o quanto o sentido de sexo é subjetivo para cada um, apontando para uma multiplicidade e diversidade de significações e experiências. Entre os sujeitos participantes do grupo, ainda há um movimento de descoberta dos significantes de sexo, o que me faz pensar sobre a importância dos ambientes (da cidade, da universidade, dos espaços de encontros) que possibilitem um olhar livre sobre a sexualidade, aberto a novos modos de relação consigo e com o outro.

Ressalto que a atividade com pintura se mostrou uma ferramenta de grande potência para movimentar novos territórios e sentidos a respeito do sexo, como pude observar na seguinte fala: *“sexo é uma fantasia, e por meio da arte é permitido quebrar a monotonia do sexual”*. Monotonia que representa o consenso de um imperativo heteronormativo, que tenta limitar e criar barreiras aos desejos e usos dos prazeres, do poder que busca se estender para dentro dos corpos. Para tanto o pintar, colorir, expandir as formas, é um modo de desorganizar e desestabilizar o que se pretende ser natural e destino em nossa cultura.

Terceiro Encontro: Sexualidade E Gênero

Para o terceiro encontro, a oficina tinha por objetivo construir sentidos para a sexualidade e o gênero, demarcando as influências da heteronormatividade em suas performatividades. Compreender o sistema sexo, gênero e desejo, envolve entendê-los como efeito de práticas



discursivas, linguisticamente elaborado, com vários determinismos acerca dos significados do gênero, inscritos em corpos diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes de uma lei cultural (BUTLER, 2021).

O início do terceiro encontro se estabeleceu com um momento de aquecimento, alongamento, para tentar aliviar a tensão e preparar para as atividades seguintes. A proposição tinha como objetivo um convite a projeção, através de uma viagem, em que os participantes foram convidados a sentar em cadeiras de forma confortável, com olhos fechados. Iniciei com uma técnica de respiração, que consistia em inspirar por 4 segundos, segurar por 4 segundos e soltar por 6 segundos, repetindo o processo algumas vezes. A técnica tinha como intenção proporcionar um relaxamento, possibilitando maior fluidez de ideias e imaginação.

Com os olhos fechados e uma música de fundo, como pesquisador fui conduzindo os participantes em uma viagem envolvendo suas histórias de vida e constituição enquanto sujeitos. Convido-os para pensar no seu Eu-criança, imaginar uma cena, ver quem estava presente, observar onde se passava essa cena, sentir um cheiro, ver que roupa estava usando, o que estava fazendo, como estava se sentindo. Lentamente, os convido para imaginar uma porta, e atrás dessa porta o Eu-criança encontra o seu Eu-adolescente. Pergunto, *como é esse encontro?* Solicito para que a viagem continue apenas com o Eu-adolescente. Novamente os convido para imaginar uma cena, utilizando as mesmas orientações. O Eu-adolescente agora encontra o seu Eu-presente. Outra vez, peço para que a viagem continue apenas com o Eu-presente. Finalizando esse momento, agora, o Eu-presente se encontra com o Eu-criança e o Eu-adolescente, os três de mãos dadas se olham, perguntam, *estamos satisfeitos com o caminho que percorremos? Como foi esse caminho para chegar até aqui?* Após, oriento que ainda de mãos dadas peçam desculpas por qualquer ocorrido durante o percurso, se abracem e que cada um possa seguir seu caminho: o Eu-criança e o Eu-adolescente voltando para o passado, e o Eu-presente retornando lentamente para a oficina.

Após esse processo, pergunto para os integrantes do grupo quem se sentia à vontade para falar da sua viagem, e assim os relatos iniciaram. Alguns, destacaram o sentimento de alegria nas cenas recordadas na infância, como andar de bicicleta, de estar inseridos em grupos de amigos. Outros não conseguiam expressar em palavras as cenas recordadas, denotando uma intensidade de sentimentos. Um dos participantes comentou que a cena não remetia para algo bom, questiono se o mesmo desejava abordar isso, respondendo que não. Já a respeito das cenas



experienciadas na adolescência, surgiram relatos de descobertas, junto com formas de fugir da realidade, pela busca por espaços que permitissem lidar com os conflitos internos. Comentaram sobre aspectos da sexualidade, envolta de questionamentos e sentimento de culpa, como expresso na seguinte fala “*me sentia como sendo o único gay no mundo*”. Ainda no momento do Eu-adolescente, emergiram falas de busca por referências, questões de baixa autoestima e o uso de humor auto pejorativo como forma de se esconder do mundo.

Seguindo a reflexão coletiva do grupo, no Eu-presente, e já abordando o encontro dos três Eu, surgiu o discurso de frustração, solidão, questões de sonhos não realizados, de insatisfações, principalmente de viver numa sociedade em que é necessário muitas vezes se moldar para viver e/ou sobreviver. Nesse ponto é importante questionar o quanto a matriz heterossexual estimula a produção de sujeitos abjetos, aqueles cujas práticas e existências desviam da heteronormatividade, isto é, em que gênero não decorre do sexo e cujo desejo não decorre nem do sexo nem do gênero. Tal processo envolve práticas discursivas situadas a partir das relações de poder, que institucionalizam a heterossexualidade como norma, e para que exista um ideal de normalidade, faz-se necessária a produção de seus contrastes complementares, ou seja, que sejam fabricadas noções de anormalidade. É nesse contexto que o abjeto diz respeito àquelas vidas que não são consideradas vidas e cuja materialidade é tida como sem importância. Nesse contexto de manutenção da matriz regulatória, muitos sujeitos LGBTQIA+, para não ocupar um lugar de abjeção, acabam performando conforme o padrão heteronormativo, com receio de que suas vidas sejam ameaçadas ou violadas (OLIVEIRA, 2013).

Após os relatos das experiências, novamente reforcei um dos acordos surgidos no primeiro encontro, que se alguém se sentisse desconfortável, eu estava disponível para conversar. Para minha surpresa, mesmo que na atividade demonstrassem ter experienciado fortes cargas emocionais, os participantes não referiram sentimentos de angústia ou desconforto. Relatavam que a atividade proporcionou uma forma de pensar sobre si, e que o espaço do grupo e as atividades estavam possibilitando novos olhares sobre as coisas, que até o momento eram observados como “normais”, coisas que até então não eram objetos de problematização.

Essa narrativa sobre o movimento do grupo dialoga com as ideias de Hur (2012), sobre o enquadramento vertical do dispositivo grupal que proporciona a territorialidade, a base e estabilidade necessária para que



ocorra o processo, as características fixas e constantes do dispositivo. Mas que também possui picos de desterritorialização, que se refere ao fomento de processos de produção da diferença, do novo e de expressão de intensidades. Podemos referir esse processo como a produção de linhas de fuga, de manifestações do inconsciente, de experimentação estética e de criação, capaz de agenciar novos discursos, afetos e subjetividades.

No seguimento da proposta do encontro, com a finalização do momento envolvendo a viagem, e conversando com as questões sobre sexualidade surgidas no Eu-adolescente, propus a produção de um cartaz. Neste cartaz, que continha a figura do corpo humano, solicitei que o grupo expressasse por meio de palavras (conforme a figura 2), o que era sexualidade e gênero, escrevendo dentro do corpo os sentidos de acordo com a sua opinião/vivência, e fora do corpo dimensões socialmente impostas a respeito dos temas. Sendo que, na parte interna foi descrito palavras como: Amizade, satisfação com o Eu, liberdade, amplitude, necessidade de amor, descoberta/ redescoberta, experiência, conexão, expressão, impulso, subjetividade, intimidade, amor, toque/olhar/pele, expressão do corpo, orgânico, pensamento, desejo. Já as palavras escritas fora do cartaz foram: exigência, rotulação, aparência, intimidação, moldes, padrões de beleza, necessidade de agradar, religião, pressão sociedade/família, imposição, ruído, sexo, trabalho, catálogo, gênero, performance, compras.

Figura 1: Fotografia Da Elaboração Do Cartaz, Terceiro Encontro





Fotografia tirada por um dos autores durante o processo grupal no terceiro encontro.

Posterior a construção do cartaz, enquanto grupo, fomos observando como as palavras foram revelando-se na construção dos sentidos, e assim iniciamos o momento de diálogo. Algo que novamente chamou atenção foi a necessidade de utilizar rótulos para que outras pessoas, que se denominam heterossexuais, compreendessem a sexualidade e identidade de gênero. Contudo, os participantes apontaram que esses mesmos rótulos são empregados entre pessoas que se reconhecem como LGBTQIA+, o que é entendido como algo que limita, como se quem fugisse dessa prescrição inscrita nas siglas fosse visto como um ato de subversão da ordem nesta comunidade.

Ciente que a cultura se organiza conforme as bases heteronormativas, mesmos aqueles que fogem dessa coerência binária heterossexual são regulados em relação a normas existentes, em termos de continuidade e coerência. Ao se pensar na captura pelas identidades, como expõe Butler (2021), não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais, em que o gênero não seja produzido discursivamente a partir das relações de poder e, especificamente, em meio às restrições normativas que produzem e regulam os corpos.

Alguns integrantes abordaram se sentir como pós-gênero, como um ato reivindicatório, para além do performar dentro das estruturas de gênero e sexualidades naturalizadas. Nos sentidos produzidos pelo grupo, reafirmou-se o direito para cada um performar a sua sexualidade e seu gênero, como base em desejos que não sejam interditados de antemão. Nessa direção, Butler (1993 *apud* OLIVEIRA, 2021) sustenta que pensar a sexualidade como efeito de práticas discursivas, historicamente situadas, confere possibilidades de desorganizar qualquer coerência ‘natural’ entre sexo, corpo e desejo, e que é em função de um discurso que podemos estabelecer uma fixidez ou condições de liberdade envolvendo o gênero e sexualidades.

Outro elemento envolvendo a heteronormatividade compreendeu o performar feminino (afeminado) de homens gays, que serviu para discussão da submissão e inferiorização do feminino, destituído dos privilégios nas relações de poder que estruturam os binarismos de gênero. Essa situação problematizada pelo grupo, faz refletir sobre a importância



da noção de comunidade (enquanto consciência de grupo, contexto de pertencimento, coletivo de forças, articulações identitárias) entre aqueles que se identificam como LGBTQIA+, e também na articulação com outros movimentos, como o feminista. Deste modo, a produção e ampliação de espaços coletivos pode possibilitar questionamentos e deslocamentos, modos de participação e subjetivação política, que permite aos sujeitos (re)existir, a partir do rompimento de certas normas que limitam, impõem lugares e tentam forçar a renúncia da diversidade, do devir.

Quarto Encontro: A Resistência

Reafirmamos que gênero e sexualidades não estão fora da lei, sendo atravessados e produzidos por normas que buscam a sobrevivência de um determinado padrão cultural. Ambos são a produção ambivalente da lei, que não é apenas uma imposição cultural, visto que “ela exige a conformidade à sua própria noção de natureza” (BUTLER, 2021, p. 184). Portanto, a lei se legitima através da repetição até ser considerada naturalizada, sendo que na incapacidade ou na possibilidade de oposição de tais atos, são produzidos modos de resistência às relações arbitrárias e, condições para a transformação dos padrões normativos. É na dificuldade de repetir a cultura, que a mudança surge, mas para mudar é preciso se fazer ver, ouvir e existir (BUTLER, 2021).

Mesmo que inicialmente foram propostos três encontros, enquanto pesquisador e membro do grupo, percebi a necessidade de um quarto momento para abordar todos os objetivos elaborados no decorrer da pesquisa, sendo que os participantes concordaram com este momento de diálogo sobre os modos de resistência à heteronormatividade e como encerramento do processo grupal. Assim, busquei expor todos os materiais que haviam sido produzidos no decorrer dos encontros, para a partir da processualidade e dos sentidos construídos enquanto grupo, fosse permitido articular formas de resistências.

Como proposto, orientei os participantes a retomarem a dinâmica do primeiro encontro, mas desta vez se apresentando com linguagens verbais ou não verbais, e que pudesse considerar a influência dos encontros anteriores. Algo perceptível era uma maior liberdade de expressão, uma transformação de postura entre as duas apresentações, com maior confiança e superação da timidez. Nas falas, surgiram discursos carregados de potencialidade, envolvendo a importância de se permitir experienciar situações, do grupo como dispositivo capaz de



permitir novos olhares, algo marcado pela seguinte fala: “*não quero olhar quem eu sou, mas quem eu posso ser*”.

Após o momento de apresentação, convidei todos a fazer uma viagem, por meio dos materiais expostos, entre telas, cartazes e fotografias, introduzindo o tema da resistência. Conforme fomos realizando a viagem, analisamos que os materiais produzidos, por si mesmos demonstravam formas de resistência à heteronormatividade, ao ressignificarem e reafirmarem o caráter de construção social do sexo, sexualidade e gênero. Destacou-se também que o próprio grupo se estabeleceu como um ato de resistência, um ambiente de referência e de diálogo, que deu passagem a questionamentos, experiências e trocas entre seus integrantes, ampliando as formas de pensar, sentir e existir. O grupo como dispositivo de pesquisa-intervenção, atingiu seu propósito em criar um espaço para outros modos de subjetivação, apoiados nos vínculos, afetos e de uma maior liberdade na constituição de si.

Conforme os diálogos foram se desenvolvendo, um dos integrantes trouxe a fala “*resistir como única opção*”. Nesse momento percebi que para nós, pessoas LGBTQIA+, o fato de existir já é um ato de resistência, que em muitos momentos se faz como uma das únicas opções, como se fossemos colocados diante da seguinte escolha, “*se resiste e vive, ou morre tentando*”. À medida que os integrantes do grupo expressavam suas experiências e formas de resistências, surgiram perguntas como: “*por que resistir tanto?*”, “*por que existir incomoda tanto?*”. Questões que nos fizeram questionar a sociedade, a religião, a produção de normalidades, ou seja, tudo aquilo que se coloca como contraponto ao direito de viver, algo que reforçou o entendimento de que “[...] somente a partir de uma posição conscientemente desnaturalizada que podemos ver como a aparência da naturalidade é ela própria constituída” (BUTLER, 2021, p. 191). (Re)existir enquanto um ato político, no qual “[...] a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada” (BUTLER, 2021, p. 256). Nesse sentido, reforçou a mobilização enquanto sujeitos políticos, que mesmo à margem das relações de poder dentro da sociedade, produzem consciências coletivas para fragilizar/romper com determinadas normas violentas e excludentes. Juntos, questionando os discursos ditos “naturais”, se fazendo ser visto, notado e percebido.

Outra perspectiva que emergiu neste e em outros encontros, foi a respeito dos sujeitos LGBTQIA+ que performam dentro da heteronormatividade (“se mantém no armário”). Das falas que se



desenvolveram a respeito, apresentou-se a percepção de uma ausência de referência e/ou de pertencimento enquanto comunidade, no sentido da não participação em coletivos de representação (como a UNA LGBT). Algo que me chamou a atenção, foi a fala de uma forma pejorativa, como se essas pessoas fizessem isso de forma consciente, pois *“as informações, os conhecimentos estão disponíveis para todos”*. Após essa fala, que deu a entender sobre uma certa hegemonia que envolve a experiência de se constituir LGBTQIA+, problematizei com o grupo sobre como a grande parte dos integrantes teve acesso ao ensino superior e a discussões políticas sobre sexualidades e gênero, e perguntei: *“será que todos têm o mesmo acesso às informações? E o que fazer com elas? Adianta ter informações, se não há um sentimento de representação nessas informações? Será que esses conhecimentos alcançam a realidade e condições de vida destas pessoas?”*. Para minha surpresa um dos integrantes trouxe a seguinte resposta: *“as pessoas fazem aquilo que podem, com aquilo que tem”*. Nesse momento, percebemos coletivamente que muitas pessoas LGBTQIA+, apesar de não estarem inseridas nos movimentos sociais e entidades, encontram no seu performar formas de resistir e existir, mesmo que reafirmando em determinados momentos os moldes da heteronorma, isto posto, que nenhuma forma de resistência é melhor ou pior.

Para encerrar o encontro, convidei os integrantes do grupo a elaborar uma carta, com o objetivo de expressar suas experiências envolvendo o processo grupal. As linhas destas cartas compõem a conclusão desta escrita, permitindo que as vozes destes sujeitos sejam visibilizadas e produzam uma síntese, mesmo que provisória e inacabada, do movimento-grupo, não no sentido de fechamento, mas de abertura para novos diálogos, sentidos e porquês.

Considerações Finais

Agora nas considerações finais desse artigo, volto a proposta desta pesquisa que não visou encontrar respostas prontas ou novas normativas sociais, mas buscou promover questionamentos e a possibilidade de ampliar a abertura e escuta das nossas vozes LGBTQIA+. A partir do espaço potencializador do grupo, foi possível negociar e construir os significados de sexo, sexualidade, gênero, questionando nossas identidades e experiências, observando como a heteronormatividade está presente no cotidiano, tentando limitar e barrar outros modos de performar e viver. Ainda, o grupo se estabeleceu como um contexto



mobilizador de resistências, que deu passagem a questionamentos, experiências e trocas entre seus integrantes, ampliando as formas de pensar, sentir, criar e (re) existir.

A processualidade do grupo possibilitou condições para outros modos de subjetivação, apoiados nos vínculos, afetos e de maior liberdade na constituição de si. Com a cartografia como método de pesquisa, observo o quanto o sentido de sexo é subjetivo, embora coletivamente constituído e reafirmado, o que enfatiza sobre a importância de espaços que contribuam para o desenvolvimento, a experimentação livre da sexualidade e do sexo, construindo novos modos de relações sociais.

Em coletivo, foram articulados espaços de resistência, em que os materiais produzidos e as experiências foram compreendidas como possibilidades de se opor e desestabilizar a heteronormatividade. No coletivo, percebemos que todas as formas de existir e resistir são notáveis e retornando a frase surgida no grupo: “*as pessoas fazem aquilo que podem, com aquilo que tem*”.

Encerro com alguns fragmentos das cartas produzidas no final do último encontro. A todos/as/es meu muito obrigado! E com as palavras expressas através das cartas, busco dividir a riqueza que esse trabalho me propiciou, que todos/as/es possamos construir conjuntamente possibilidades de resistências, que remetam na construção de espaços de diálogos, questionamentos, representação política, linhas de fuga e condições para FLORESCER.

“Florescer, crescer, viver e sentir. Florescer por mim, para mim. Produzir a mais bela flor, para que possa ver as mais belas borboletas, os maiores zangões e até os menores mosquitos. Crescer para me sentir completo e entender que sou firme e potente. Viver e sobreviver as mais belas tempestades, para que no fim, tenha visto novos floresceres, novas damas-da-noite brilhando mais que a lua. Sentir a mais leve brisa de verão tocando cada parte de mim. Poder sentir o ar entrando e saindo, sentir cada respiração. Florescer, crescer, viver e sentir”, Ione Lau.

“Sexo, gênero e resistência. De um modo geral e abrangente, somos a soma de tudo que vivemos. Absorvemos em todos os sentidos, o que os olhos vêem, o que os ouvidos ouvem, o que nosso tato sente. Meu sexo é um misto de amor e carne, meu gênero é fluido e minha resistência é a



capacidade de me adaptar ao ambiente a qual estou inserido. Sou a soma do que vivo, do que alimento meu corpo e alma”, Guilherme.

“Penso que toda minha participação neste trabalho foi voltada a palavra experiência. Afinal, é por meio das experiências que conhecemos, absorvemos, assimilamos, comparamos, refletimos e crescemos. Isso tudo é viver. Quanto mais experiência, mais vida, e assim, mais crescimento. Penso que este trabalho e o sexo tem isto em comum. São experiências compartilhadas, mas que cada um experimenta, absorve e internaliza de uma maneira subjetiva e única. Discutir a temática gerou um novo entendimento, um crescimento para cada um de nós, permitindo assim que reflitamos mais, nos abramos mais, nos experimentamos mais, para estarmos um passo mais próximo de experimentar com maior plenitude nós mesmos e nossa sexualidade” Roberto.



Referências

BAREMBLITT, Gregorio F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1996.

BARP, Luiz Fernando Greiner et al. O surgimento do movimento LGBT no Oeste de Santa Catarina: desafios e lutas na construção da cidadania. *História: Questões & Debates*, v. 70, n. 1, p. 301-330, 2022.

BENEVIDES, Regina. Dispositivos em ação: o grupo. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n. 1, p. 97-106, 1996.

BORGES, Lenise Santana. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias.... *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>. Epub 29. Acesso em: 29 mar. 2021.

BUTLER, Judith. *Notes towards a performative theory of assembly*. Harvard: Harvard University Press, 2015. [Tradução para fins didáticos realizada por Leandro Soares da Silva. Eunápolis: UNEB, 2017.]

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2021.

CAVAGNOLI, Murilo et al. Grupo-dispositivo de experiência estética: música e emancipação na atenção psicossocial a jovens em medidas socioeducativas. *Rizoma: Experiências interdisciplinares em ciências humanas e sociais aplicadas*, v. 5, n. 1, p. 52-74, 2020.

CAVAGNOLI, Murilo; MAHEIRIE, Kátia. A cartografia como estratégia metodológica à produção de dispositivos de intervenção na Psicologia Social. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 32, n. 1, p. 64-71, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 10. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 9.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019



GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*, Ed. Campinas & Papirus: São Paulo, 1990.

HUR, Domenico Uhng. O dispositivo de grupo na Esquizoanálise: tetralvência e esquizodrama. *Vínculo-Revista do NESME*, v. 9, n. 1, p. 18-26, 2012.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 8 (2). 2009

MAHEIRIE, Katia. Questões teóricas e empíricas pautadas na dialética inclusão-exclusão social. In: SAWAIA, B. ALBUQUERQUE, R. BUSSARELO, F.R (orgs.). *Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, João Manuel de. *Desobediências de gênero*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, Kris Herik de. “Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, e67637, 2021.

PASSOS, Eduardo et al. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. *A cartografia como método de pesquisa-intervenção. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, 2009.

PEREIRA, Eliane Regina; SAWAIA, Bader Burihan. *Práticas grupais: Espaço de diálogo e potência*. São Carlos: Pedro & João, 2020.

SARA, SALIH. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2012.9788565381376. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565381376/>. Acesso em: 28 mar. 2021

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Limitada, 2017.



“Questioning the why”: cartographies of LGBTQIA+ performativity and the resistance to heteronormativity

ABSTRACT. The research sought to analyze the performativity of LGBTQIA+ people, elaborating meanings attributed to sex, sexuality and gender, and the possibilities of resistance to heteronormativity. It appears as an attempt to produce resistance, articulated as creative actions aimed at emancipation. It presents paths and reflections that were developed from the parameters of cartographic research-intervention, which allowed the elaboration of goals in the course of the process, aiming to accompany modes of subjectivation. Therefore, the research focused on experimenting with a group device, supported by schizoanalytic aesthetic workshops, which allowed building knowledge with the group itself. Through the group as a research and intervention device, it was possible to articulate a space of resistance, in which the power of the meetings, of the materials produced, contributed to reaffirm the character of social construction of sex, sexuality and gender, producing possibilities of resistance to heteronormativity, by betting on questioning identity matrices, discoveries and experiments involving sex and other ways of performing bodies and existences.

KEYWORDS: LGBTQIA+. Gender. Sexuality. Cartography. Heteronormativity.

Edson STAPASSOLA

Formado em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Pós Graduando no IPPERG - Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero.

E-mail: edsonstapassola@gmail.com

Anderson SCHUCK

Possui graduação em Psicologia (2010) e Pós Graduação em Saúde Mental - com ênfase em Dependência Química (2017) pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó, mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professor da Universidade Comunitária da região de Chapecó - Unochapecó e da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Integrante do NUPSEX - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero - UFRGS. Atua com temas relacionados ao



estudo de gênero e diversidade sexual, direitos humanos, conservadorismos e práticas sexuais, população em situação de rua e políticas públicas.

E-mail: andersons@unochapeco.edu.br

Recebido em: 01/02/2023

Aprovado em: 31/05/2024



ARTIGO

Análise da formação de profissionais da saúde frente ao atendimento ao público LGBTQIA+:

Revisão Integrativa

Lyvia do Prado Pacheco, *EMESCAM*

Miguel Athos da Silva de Oliveira, *EMESCAM*

Mariana França Portilho França Portilho, *Universidade Nove de Julho/UNINOVE*

Elisa Tristan-Cheever, *Universidade de São Paulo*

Italla Maria Pinheiro Bezerra, *EMESCAM*

Cíntia de Lima Garcia, *Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte/FMJ*

José Lucas Souza Ramos, *EMESCAM*

RESUMO. Objetivo: Identificar mecanismos formativos de profissionais da saúde durante graduação no atendimento LGBTQIA+. Métodos: Revisão integrativa, realizada entre outubro e novembro de 2020, identificou mecanismos formativos de profissionais da saúde durante graduação no atendimento LGBTQIA+. Resultados: 57,14% evidenciaram temáticas sexo-diversas nas grades curriculares. Desses, 25% foram disciplinas eletivas, 37,5% facultativas, 12,5% semestral em pós-graduação e 25% não especificados. Estratégias utilizadas: aulas sobre sexualidade humana, apresentações, reuniões com gays/lésbicas, discussões grupais e/ou aulas relacionadas à infecção por HIV. Conclusão: Principais estratégias utilizadas foram, aulas sobre sexualidade humana, apresentações, reuniões com gays/lésbicas, discussões grupais e/ou aulas relacionadas à infecção por HIV.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias Sexuais e de Gênero; Homossexualidade; Capacitação Profissional.



Introdução

Ainda que a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1991, tenha retirado a homossexualidade da lista Classificação Internacional de Doenças (CID) de distúrbios mentais, âmbitos sociais ainda correlacionam orientações sexo-diversas como uma anomalia. No presente, mesmo com o gradual crescimento da visibilidade e a aquisição de direitos por parte da população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queers, Intersexo, Assexuais), o preconceito e discriminação quanto a orientação sexual e identidade de gênero ainda são percebidos em diversos setores da sociedade civil, em singularidade, em instituições sociais que circundam intermediações de políticas públicas e direitos humanos (DUARTE, 2000, p. 77-98).

Desta forma, pode-se enunciar algumas das principais dificuldades quanto à assistência adequada aos pacientes da comunidade LGBTQIA+. Mesmo com diretrizes e base teórica de suporte, observa-se, por parte dos transexuais, v.g., a ausência de profissionais que sejam especializados em realizar um atendimento efetivo, técnico, humanizado e direcionado para suprir as necessidades específicas dessa população. Esse fato pode ser motivado pela escassez de meios de formação profissional teórico-prática voltados para a assistência desses pacientes (SAFER et al., 2016).

Conforme a progressão em que os questionamentos sobre a sexualidade humana surgem para conhecimento público, é previsto uma assistência mental e médica atualizada, eficiente e extensa. Porém, uma minoria de instituições oferecem um currículo que dê a devida atenção à saúde dessa população e, mesmo quando é oferecido, observa-se que por muitas vezes são matérias optativas, ou com pequeno número de aulas durante toda a duração do curso e raramente aborda-se o aspecto prático desse atendimento (OBEDIN-MALIVER et al, 2011).

Diante do contexto, objetivou-se com esta revisão identificar os mecanismos de formação de profissionais da saúde durante a graduação frente ao atendimento ao público LGBTQIA+. Ademais, descrever o comportamento social dos estudantes e profissionais da saúde frente ao público LGBTQIA+, bem como associar o comportamento social observado com a formação para atendimento ao público.



Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizada de acordo com a recomendação PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises) (BRASIL, 2015). A revisão da literatura foi realizada entre outubro e novembro de 2020, utilizando a estratégia PICO (Paciente, Intervenção, Comparação e “Outcomes”).

A busca dos artigos ocorreu em agosto de 2020, na base de dados Pubmed (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>) e na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) (<http://bvsm.sau.de.gov.br/>) que abrange as bases LILACS, Scielo e Medline.

No PUBMED realizou-se a seguinte estratégia de busca: “Education, Medical, Undergraduate” OR “Education, Medical” AND “Sexual and Gender Minorities” OR “Homosexuality” OR “Homosexuality, Male” OR “Homosexuality, Female” OR “Bisexuality” OR “Transgender Persons”. Para todos os descritores, buscou-se especificando os campos “Title”.

Na BVS realizou-se a seguinte estratégia de busca: “Educação de Graduação em Medicina” OR “Educação Médica” OR “Capacitação Profissional” OR “Capacitação de Recursos Humanos em Saúde” AND “Minorias Sexuais e de Gênero” OR “Homossexualidade” OR “Homossexualidade Masculina” OR “Homossexualidade Feminina” OR “Bissexualidade” OR “Pessoas Transgênero”.

O processo de seleção iniciou pela leitura dos títulos e resumos de cada artigo. Em segundo momento, após a exclusão dos resumos que não se adequavam, realizou-se a leitura dos artigos na íntegra.

Foram incluídos estudos que apresentassem em suas pesquisas fatores associados à formação acadêmica de profissionais de saúde frente ao atendimento ao público LGBTQIA+. Foram excluídas revisões, metanálises, editoriais, cartas ao autor, teses e dissertações. Vale salientar que não foi estipulado um critério relacionado ao período de publicação, pois acredita-se que este fator não é pertinente ao objetivo do estudo.

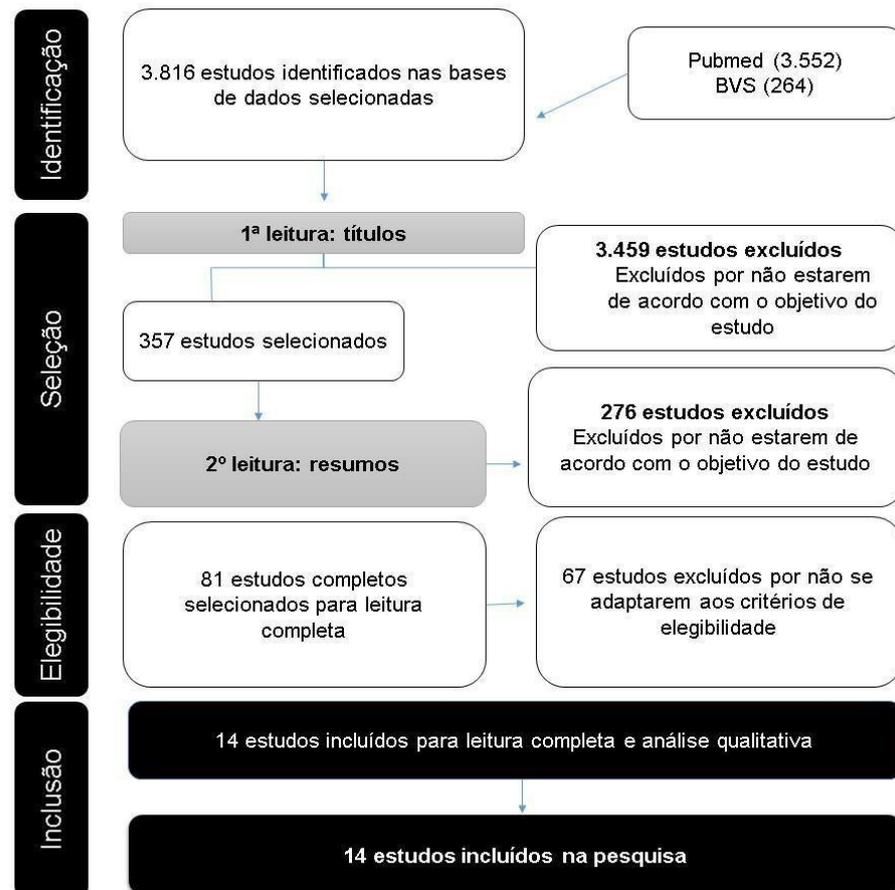
Resultados

Foram selecionados no total 14 estudos que passaram pelo processo de leitura de títulos, resumos, aplicação dos critérios de elegibilidade e leitura completa. Inicialmente foram identificados 3.816



estudos, onde 3.459 foram excluídos por leitura de título, 276 por leitura de resumo e 67 por leitura completa, conforme demonstra figura abaixo.

Figura 1: Fluxograma de filtragem dos estudos selecionados nas bases de dados.



Clique aqui para inserir texto.

Fonte: elaboração própria.

Dentre as quatorze pesquisas selecionadas, 57,14% foram publicadas na última década. 28,57% na década de noventa e 14,29% entre 2000 e 2009.

Destes, 42,86% foram realizadas no continente americano, com 83,33% realizadas nos Estados Unidos, e uma na América do Sul. Os



continentes europeu e asiático, respectivamente, apresentaram 28,57% da amostra, ambos com 4 publicações.

A maior parte dos artigos publicados foram estudos transversais (28,57%). Sendo 21,43% descritivos e analíticos ambos. 7,14%, e 14,28% das pesquisas foram quase-experimentais e observacional transversais, respectivamente. Outros 7,14% não-experimentais descritivos.

Em consonância com o objetivo dessa revisão, 7,14% dos artigos focaram na avaliação da grade curricular dos cursos de saúde. Outros 7,14% descreveram as estratégias das instituições quanto ao ensino sobre minorias sexuais. 35,71% dos artigos avaliaram a atitudes dos alunos quanto à homossexuais, e, 35,71% avaliaram concomitantemente, tanto as atitudes quanto os conhecimentos dos graduandos quanto à homossexualidade.

Os cursos mais citados foram o de Medicina, 57,14% e Psicologia 14,28%. 7,15%, igualmente para Enfermagem e Serviço Social. Outros 14,28% se referiam a classe da saúde em sua ampla gama de graduação. Quanto a formação, 42,86% deste estudo não especificaram se temas referentes a minorias sexuais e sexualidade humana eram abordados enquanto o decorrer dos cursos. Logo, 57,14% evidenciaram tais temas nas grades curriculares. Dentre estes, 25% foram abordados em disciplinas eletivas, 37,5% em disciplinas facultativas, 12,5% como disciplina semestral de um programa de pós-graduação e os outros 25% não foram especificados, tabela 1.

Tabela 1. Artigos selecionados quanto ao ano, local, tipo de estudo e características quanto a formação, disciplinas e curso de graduação.

Autor	Ano	Local de realização	Tipo de estudo	Há formação? Sim ou não	Essa formação é feita através de disciplinas	Qual curso?



					que falem sobre o assunto?	
STALL, R. et al.	2016	EUA	Descritivo	Sim	Pós-graduação completa em Saúde Pública	Ciências da Saúde
ANDERSON, C. L.	1981	EUA	Analítico	Não especificado	Não especificado.	Enfermagem
MATCHINSK, D.J & IVERSON, T.G	1996	EUA	Analítico	Não especificado	Não especificado	Psicologia
KAR, A. et al.	2018	Índia	Transversal	Sim	Fisiologia; Medicina forense e toxicologia;	Medicina



					Medicina comunitária; Psiquiatria.	
TORAL ES, J. et al.	2018	Paraguai	Observacional transversal	Sim	Atenção à saúde da população LGBT	Medicina
RONDA HL, G.	2009	Suécia	Não experimental, descritivo correlacional	Não especificado	Não especificado	Enfermagem Medicina
GRABOVAC, I. et al.	2014	Croácia	Descritivo	Não	Não	Medicina
VAUGHN, J. et al.	2014	EUA	Analítico	Sim	Introdução a psicologia, psicologia do desenvolvimento, psicologia social e sexualidade	Psicologia



					humana, outros.	
BEN-ARI, A.T.	1998	Israel	Quase-experimental	Sim	Aspectos individuais, familiares e sociais da homossexualidade	Serviço Social
BANWARI, G. et al.	2015	Índia	Transversal	Sim	Não especificado	Medicina
WALLICK, M.M. et al.	1992	EUA	Descritivo	Sim	Sexualidade humana	Medicina
LOPES, L. et al.	2016	Portugal	Transversal	Não especificado	Não especificado	Medicina
DUNJIC-KOSTIC, B. et al.	2012	Sérvia	Transversal	Não especificado	Não especificado	Medicina
HON, K.E. et al.	2005	China	Transversal	Sim	Não especificado	Medicina

Fonte: elaboração própria.

A tabela 2 mostra que o número médio de horas relatado foi de 3 horas e 26 minutos nas universidades dos Estados Unidos (WALLICK; CAMBRE; TOWNSEND, 1992).



Quando comparados a estudantes de medicina, estudantes de enfermagem apresentaram um conhecimento teórico inferior em uma subescala que avaliava o cuidado para população LGBT (RONDAHL, 2009). Notabilizando esse cenário, segundo Carla Lee Anderson (1981), estudantes de enfermagem da sua amostra mantiveram atitudes mais negativas e estereotipadas quanto a homossexualidade.

Matchinsky & Iversin (1996), relataram que estudantes de psicologia que acreditavam que a homossexualidade era psicologicamente causada, eram mais homofóbicos àquelas que acreditavam ser uma causa biológica. Esse resultado corrobora também, com os achados de HON e colaboradores., no qual $\frac{1}{4}$ de sua amostra acreditava ser a homossexualidade um distúrbio mental que necessita de intervenção terapêutica.

Estudos realizados na Suécia e China indicaram que estudantes religiosos tinham menos conhecimento gerais, e, referencial dos aspectos psicológicos da homossexualidade, quando comparados aos não possuíam uma religião (RONDAHL, 2009), (HON, 2010).

A grande maioria dos artigos desta revisão envolvem estudantes de medicina, sobretudo, suas atitudes em relação a homossexualidade. No Paraguai, 28,6% dos estudantes de medicina da Universidade Nacional de Assunção apresentavam atitudes discriminatórias, enquanto maior parte da amostra, apesar de pequena, tinha condutas indecisas (TORALES et al., 2018). Na Índia, mesmo que a atitude geral dos alunos seja positiva, a percentagem das atitudes negativas ainda é alta (KAR et al., 2018). Outrossim, este estudo sugere que o sexo feminino mantém atitudes menos negativas que o sexo masculino (CHINA, 2010), (LOPES; GATO; ESTEVES, 2016). Ser do sexo masculino, mais religioso e ter menos amigos LGBTQIA+ foram observados como possíveis indicadores no que diz respeito a ter atitudes mais negativas quanto a homossexualidade (LOPES; GATO; ESTEVES, 2016).

Embora neste estudo, o fator conhecimento ter sido observado como preditivo para melhores atitudes frente a minorias sexuais o conhecimento teórico sobre saúde LGBTQIA+ se mostrou fora dos padrões de adequação (RONDAHL, 2009), (LOPES; GATO; ESTEVES, 2016). Uma possível justificativa para esse contexto, pode ter sido exposta pelas descobertas de Vaughn, Kennison e Byrd-Craven, que mostraram



que crenças pessoais são capazes de reduzir a retenção de informações que são inconsistentes as crenças do estudante, tais quais, pautas LGBTQIA+.

Wallick (1992), descreveu as principais estratégias de ensino sobre homossexualidade nas universidades dos Estados Unidos, estas envolviam aulas sobre sexualidade humana, apresentações em painel sobre a temática, reuniões com gays ou lésbicas, discussões em grupo e/ou aulas relacionadas à infecção por HIV. Recentemente, Stall e colaboradores, entretanto, descreveu novas técnicas utilizadas por um programa de Pós-Graduação estadunidense que financia projetos de estudantes residentes de países de renda baixa a média (LMIC). Os projetos devem se concentrar na prevenção do HIV e cuidados continuados entre as populações de homens gays, outros homens que fazem sexo com homens e transgêneros (GMT). As estratégias se concentram no treinamento de escrita e produção científica; aperfeiçoamento da análise e interpretação de dados, acompanhados de aulas semestrais.

Diferentemente, na Índia, observando uma cultura histórica voltada ao conservadorismo, não existem diretrizes ou currículos voltados ao atendimento da população LGBTQIA+ no sistema de saúde (SATHYANARAYANA RAO; JACOB, 2012). Em suas referências didáticas a puberdade é caracterizada pelo desenvolvimento da atração pelo sexo oposto, e, a homossexualidade é retratada de um ponto de vista patológico no qual há imposição de intervenções psiquiátricas, tais quais, terapias comportamentais e administração medicamentosa (AHUJA, 2010).

Outros estudos, sugeriram estratégias que deveriam ser consideradas nos currículos formais de graduação, estas que podem ajudar a desafiar o preconceito e aumentar o conforto dos estudantes no atendimento a essa população. Entre as recomendações, os principais exemplos se baseiam na reflexão sobre crenças e atitudes pessoais em relação à homossexualidade e pacientes homossexuais abordados em aulas, palestras com docentes LGBTQIA+, por meio de casos clínicos, e simulações assistenciais (RONDAHL, 2009), (TORALES et al., 2018), (STALL et al., 2016).



Tabela 2. Artigos selecionados quanto ao objetivo, principais mecanismos de formação e principais resultados evidenciados.

Autor	Objetivo	Principais mecanismos de formação utilizados pelas instituições durante a graduação	Resultados
STALL, R. et al	<p>Descrever: (a) como o programa foi elaborado e financiado; (b) conjunto de “lições aprendidas” para ajudar a garantir treinamento contínuo de investigadores juniores baseados na comunidade que estão interessados em prevenir a propagação do HIV / AIDS entre as populações GMT.</p>	<p>Conjunto teórico experimental focado na metodologia da pesquisa científica voltada a população GMT em países LMIC.</p>	<p>O processo rendeu um grupo de investigadores juniores da comunidade que intensamente compreendem o papel vital da pesquisa científica e o valor das evidências que produzem, agora, melhor equipados para defender a saúde das populações GMT em suas comunidades e países.</p>



ANDERSON, C. L.	Analisar: (a) as atitudes de alunas de enfermagem em relação a homossexuais; (b) se expostas a um workshop sobre homossexualidade dessas atitudes mudariam; (c) as características das estudantes que podem estar associadas a essas atitudes e sua mudança.	Workshop facultativo (2h). Disciplina de saúde mental e saúde comunitária.	Sugere a formulação de programas que capacitem seus profissionais a adquirirem técnicas para trabalharem com pacientes com valores diferentes e possivelmente controversos aos dos estudantes.
MATCHINSK, D.J & IVERSON, T.G	Determinar se: (a) Há uma diferença entre o nível de homofobia nos formados em psicologia e os alunos com um ou nenhum curso de psicologia, e (b) examinar variáveis que poderiam prever o grau de homofobia	Pode ser necessário fornecer recursos adequados para referências de clientes homossexuais ou incluir um curso sobre cultura homossexual.	Uma correlação negativa foi encontrada entre os escores de homofobia e a crença em uma causa biológica da homossexualidade, e, uma correlação positiva entre pontuações de homofobia e crença em uma causa psicológica da homossexualidade
KAR, A. et al.	Explorar a atitude dos	Abordado dentro de	Embora a atitude geral dos



	estudantes de medicina em relação à homossexualidade.	disciplinas regulares, fisiologia e saúde mental.	estudantes de medicina indianos em relação à homossexualidade seja positiva, a porcentagem de estudantes com atitudes negativas permanece bastante alta.
TORALES, J. et al.	Descrever a atitude de estudantes de medicina da Universidade Nacional de Assunção, Paraguai, em relação à homossexualidade.	A atenção à saúde da população LGBT faz parte da grade curricular.	A maioria dos estudantes de medicina tiveram uma atitude indecisa em relação à homossexualidade, todavia, e 28,6% eram discriminatórios.
RONDAHL, G.	Determinar o conhecimento dos estudantes de enfermagem e medicina sobre pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) e se seu gênero e / ou religião afetam	A grade curricular sobre as temáticas LGBTQIA+ são preconizadas pela legislação sueca.	O conhecimento LGBT dos estudantes se mostrou inadequado. Pode-se presumir que, se os alunos tivessem recebido educação em relacionamentos pessoais e



	seu conhecimento.		sexualidade, menos resultados teriam falhado.
GRABOVAC, I. et al.	Investigar se os estudantes do quinto e sexto ano da faculdade de medicina em Zagreb têm atitudes homofóbicas e avaliar seus conhecimentos sobre a homossexualidade.	Não há educação sexual em nenhum nível educacional na Croácia; Prática clínica que os participantes com pacientes homossexuais;	Os escores médios de conhecimento se mostraram inadequados. Diferenças entre os sexos masculino e feminino nas atitudes foram observadas, indicando atitudes menos negativas entre as participantes do sexo feminino.
VAUGHN, J. et al.	Determinar como crenças pessoais influenciam na retenção de informações sobre homossexualidade apresentadas em um curso de psicologia.	Curso de psicologia; bases biológicas da homossexualidade.	Os resultados mostraram que as crenças pessoais estavam relacionadas a comportamentos acadêmicos (por exemplo, tarefas de leitura, faltar à aula) e a retenção do material do curso; Estudantes que relataram que o



			material é inconsistente com suas crenças engajaram no esquecimento seletivo do material sobre homossexualidade.
BEN-ARI, A.T.	Descrever e analisar uma mudança de atitude entre alunos do terceiro ano de trabalho social de graduação em uma grande universidade em Israel.	Disciplina facultativa	Estudantes do grupo experimental tiveram seus escores de homofobia decrescidos; Estudantes apontam o escopo do curso, teórico e experimental, como fator de mudança de atitude quanto a homossexuais.
BANWARI, G. et al.	Avaliar o conhecimento de estudantes e internos de medicina indianos sobre a homossexualidade e a atitude em	Literatura indiana abordada disciplinas regulares.	Estudantes de medicina e internos apresentaram conhecimento inadequado sobre homossexualidade.



	relação aos homossexuais.		O conhecimento emergiu como o preditor mais significativo de atitude; aqueles com maior conhecimento tiveram atitudes mais positivas.
WALLICK, M.M. et al.	Avaliar o número de horas curriculares dedicadas ao tópico da homossexualidade e as estratégias de ensino empregadas em seu tratamento acadêmico nos EUA.	Palestras sobre sexualidade humana, seguidas de forma remota por apresentações de painéis e reuniões com gays ou lésbicas profissionais de saúde e outros	O número médio de horas relatado foi de 3 horas e 26 minutos. As estratégias mais utilizadas eram aulas sobre sexualidade humana.
LOPES, L. et al.	Explorar os fatores associados com as atitudes e conhecimentos dos estudantes de medicina face à homossexualidade em diferentes anos do curso de medicina.	Correlação positiva com ano no curso de medicina pode traduzir a presença de conteúdo LGBTQIA+ no currículo formal do corpo docente.	Apesar da progressão no curso se ter correlacionado significativamente com níveis mais elevados de conhecimento, os itens relacionados com saúde lésbicas, gays ou bissexuais apresentaram



			menor porcentagem de respostas corretas.
DUNJIC-KOSTIC, B. et al.	Avaliar conhecimentos sobre homossexualidade e atitudes de alunos do segundo e sexto ano da Faculdade de Medicina, Universidade de Belgrado, bem como os médicos empregado no Centro Clínico da Sérvia, para homens e mulheres homossexuais.	Aulas teóricas.	O estudo mostrou que os alunos / residentes do último ano tinham mais conhecimento do que os alunos / especialistas do segundo ano. O conhecimento teve efeito preditivo negativo significativo sobre as atitudes no modelo preditivo analisado.
HON, K.E. et al.	Estudar as atitudes dos estudantes de medicina chineses e suas experiências pessoais com a homossexualidade.	A Escola de Medicina da Universidade Chinesa de Hong Kong contabiliza aproximadamente 2 horas com o assunto homossexualidade.	Um quarto da amostra afirma ser a homossexualidade um transtorno psicológico que requer terapia; Estudantes com uma religião eram mais propensos a acreditar que a



			homossexualidade é um distúrbio psicológico;
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria.

Discussão

Neste estudo, foi encontrado a média de 3 horas e 26 minutos dedicadas a homossexualidade nos currículos do departamento de psiquiatria em instituições de ensino superior nos EUA, variando entre 5 horas e 56 minutos no leste do país e 2 horas e 37 minutos ou menos nas outras regiões (WALLICK; CAMBRE; TOWNSEND, 1992)

Já na China, essa média foi de aproximadamente 2 horas (TORALES et al., 2018). Outros estudos apresentaram uma média de horas curriculares maiores. No Canadá, v.g., esta é de 5 horas na grade curricular de medicina (RONDAHL, 2009). No Brasil, um estudo descritivo e transversal foi conduzido no estado do Piauí, e a carga horária destinada ao ensino de sexualidade nas faculdades de medicina foi de aproximadamente 6 horas (RUFINO; MADEIRO; BATISTA, 2013). Contudo, tanto os resultados encontrados nesta revisão quanto aos encontrados nas bases de dados, são insuficientes conforme alguns autores. Segundo estes, o tempo mínimo para aquisição de conhecimento, treinamento de habilidades e mudança de atitudes para questões sexuais é de 10 horas (OBEDIN-MALIVER; GOLDSMITH; STEWART, 2011) Essa carga horária baixa, insuficiente e, por vezes, inexistente, evidencia a tamanha negligência com essa pauta. Isso se torna ainda mais expressivo ao se considerar que, em média, um curso de medicina, no Brasil, por exemplo, possui carga horária total de 7.200 horas. Com isso, o número de 6 horas destinadas ao estudo da sexualidade, corresponde a aproximadamente 0,08% da carga horária total, quando esta sequer está presente.



Ainda, além da média dedicada a temática, este estudo sugere ser importante reiterar os contextos culturais os quais as instituições podem estar inseridas, e, por conseguinte, como esses tópicos são ensinados. Na Uganda, um estudo transversal e qualitativo empregou entrevistas com informantes-chave (KIIs) para coletar dados de provedores de saúde selecionados propositalmente, e, foi apontado por um dos entrevistados, a possível necessidade de reavaliação do currículo das escolas de medicina e enfermagem do país quanto ao treinamento sensibilizado as questões de gênero, máxime, capacitar os profissionais para um atendimento não discriminatório (KITTS, 2010).

A saúde da população LGBTQIA+ possui especificidades de cuidado e os pacientes podem enfrentar barreiras quando buscam assistência. Efetivamente, estudiosos têm indicado que essa população pode vir a apresentar disparidades de saúde preocupantes, como maior prevalência de abuso de substâncias, tabagismo, risco aumentado para depressão, transtornos de ansiedade e, inclusive, maior risco para tentativas suicidas (MATOVU; MUSINGUZI; KIGULI, 2019). Isto posto, é de grande importância que os profissionais sejam qualificados para identificar e atender essas especificidades, contudo, de acordo com Kitts, médicos de diversas especialidades, corroboraram a entender que não possuem habilidades específicas ou se sentem preparados para ajudar seus pacientes em questões que remetem a sexualidade não-heterossexual.

No ocidente, a postura anti-homossexual tem mudado com o passar do tempo em diversos ambientes sociais e instituições, de qualquer forma, a heteronormatividade ainda tende a estigmatizar e degradar comportamentos, relacionamentos, identidades e comunidades que fogem realidade de expectativas binárias, nomeadamente, instituições prestadoras de serviços de saúde (SATHYANARAYANA RAO; JACOB, 2012). Não obstante, o desenvolvimento de currículos sobre cuidados de saúde culturalmente sensíveis e competentes para pacientes LGBTQIA+ tem sido defendido (CRANDALL; ESHLEMAN, 2003). No entanto, as diversas carências físicas e psíquicas desses pacientes demonstram que urge a necessidade de se aplicar na prática as ideias, discussões e aulas abordadas na teoria, para que possa se ter, de fato, mudanças efetivas no



âmbito da saúde e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida desses indivíduos.

Pessoas LGBTQIA+ são consideradas minorias sexuais, uma vez que a sociedade entende a heterossexualidade como a norma. Uma minoria é um grupo que, quando comparado a um grupo privilegiado, apresenta uma série de prejuízos em decorrência do estigma que lhe é associado (BANWARI; MISTRY; SONI, 2015). Assim, pessoas LGBTQIA+ podem apresentar uma série de prejuízos sociais, como discriminação e rejeição, podendo ter diversas áreas da vida comprometidas por sua condição de minoria: profissional, familiar, social e saúde. Deste ângulo, Meyer, conceitua “estresse de minoria”, sugerindo que a combinação de preconceito experimentado, expectativas de rejeição, homofobia internalizada e ocultação, podem afetar negativamente a saúde dessa população. Essa situação acaba levando a um ciclo de enfermidades nesses indivíduos, uma vez que tem-se o “estresse de minoria” levando a um possível adoecimento físico e/ou mental, o que leva à busca por profissionais de saúde que, como observado, não estarão preparados para ofertar atendimento eficaz e de qualidade e poderão, ainda, disseminar mais estigmas, por conseguinte, causando maior adoecimento nesses pacientes.

Concordando com a literatura, nesta revisão, foi observado que as atitudes dos estudantes quanto a homossexualidade se perpetuaram negativas, sendo associadas, sobretudo, a quatro fatores: alunos que se identificam como gênero masculino, mais religiosos, que relatam menos contato com lésbicas e gays, e, o conhecimento, em outras palavras, a referencial teórico-experimental que podem ou não estar presentes na grade curricular das instituições de ensino superior.

Uma possível justificativa para as atitudes negativas viris em relação à homossexualidade, fato também encontrado por outros autores, pode estar correlacionada às visões, supostamente, mais normativas quanto aos papéis do gênero masculino pressupostos pela sociedade (AHUJA, 2010). Todavia, em discordância com essas pesquisas, HON e colaboradores, não encontrou nenhuma disparidade significativa entre estudantes de medicina chineses que se identificavam como gênero masculino e feminino.



Embora, em sua amostra, nenhuma disparidade entre gêneros tenha sido denotada, por outro lado, HON et al. sugeriu que aquelas que se identificaram como gênero feminino tinham tendência a ter mais amigos homossexuais; aceitariam seus amigos como homossexuais; e, tratariam de maneira usual seus colegas ou amigos próximos caso descobrissem que estes são homossexuais. Neste prima, outras publicações concordam que estudantes com amigos homossexuais podem dispor de atitudes menos negativas e estigmatizantes, inclusive, antes mesmo de ingressarem na faculdade (HATZENBUEHLER et al., 2012).

Outro fator, quiçá associado a atitudes mais negativas, observado neste estudo foi a religião. Destarte, conforme proposto por Guthrie & Bates, pessoas que se caracterizam como menos religiosas, tendem a expressar crenças mais liberais e a serem mais permissivas em relação a aspectos controversos da sexualidade humana. Outrossim, já fora argumentado que a religião é uma fonte direta e indireta de preconceitos, podendo agir de forma opressora (GILBERT; FISKE; LINDZEY, 1998), tal qual, a orientação cultural de um país modera a relação entre importância religiosa e atitudes para com homossexuais. Consequentemente, tradições e crenças são difíceis de transmutar (NICKERSON, 1998).

Desta forma, Rondahl, observou que os estudantes religiosos de sua amostra expressaram um grau inferior de conhecimento no que tangia a temática voltada a saúde LGBTQIA+, e com isso, indicou a possibilidade de que essas pessoas não assimilam o conhecimento sobre problemáticas LGBTQIA+ da mesma forma que as pessoas não religiosas. Notabilizando essa circunstância, uma tendência chamada de viés de confirmação, diz que indivíduos tendem a buscar evidências para confirmar o que acreditam e a ignorar evidências contrárias às suas crenças, afetando a maneira como os indivíduos processam e detém informações (NICKERSON, 1998).

No que diz respeito a enfermagem, Anderson, em 1981, constatou que estudantes desse curso perduraram atitudes mais negativas e estereotipadas relacionadas à homossexualidade. Conquanto, publicado recentemente, um estudo realizado no Twain, demonstrou que após um ajuste para efeitos de características sociodemográficas/ocupacionais e experiência de contato com gays e lésbicas, enfermeiros tinham maiores intenções de cuidar destes pacientes além de deter mais conhecimento



sobre essa temática quando comparados a outra pesquisa com mesmo enfoque realizada no país em 2005 (LIN; YEN; WANG, 2019).

Outro achado relevante deste estudo, é referido aos conhecimentos associados à saúde LGBTQIA+, os quais, se mostraram inadequados, e, não obstante, foi apontado como um fator preditivo para mudança de atitudes (HARRIS; NIGHTENGALE; OWEN, 2008).

Eliason & Rahem, afirmam que atitudes mais negativas e estereotipadas podem ser alusivas à valores familiares e/ou culturais homofóbicos, tanto como, acompanhar os estudantes desde o ensino-médio até a graduação. Por isso, o processo de formação se faz tão importante, sendo as universidades e faculdades um local no qual os educadores podem dissipar mitos de todos os tipos, incluindo mitos sobre que tangem a saúde da população LGBTQIA+ (ELIASON, RAHEIM, 2013).

A importância das atitudes e do conhecimento teórico dos profissionais de saúde é descrita igualmente por duas outras investigações sobre psicoterapia publicadas no início desse século. Para conscientizar e aumentar o conhecimento, é imprescindível incorporar a educação sobre sexualidade nos programas de ensino superior, e assim, expor conceitos da sexualidade que desafiem visões e valores mandatórios, destarte, celebrar a diversidade (VAUGHN; KENNISON; BYRD-CRAVEN, 2014)

Embora alguns artigos dessa revisão indiquem que um melhor conhecimento sobre pautas associadas as minorias sexuais reflitam em atitudes mais positivas (LOPES; GATO; ESTEVES, 2016), uma pesquisa realizada no nordeste do Brasil, mostrou que as aulas de sexualidade giram em torno de aspectos orgânicos e patológicos, e, dão pouca atenção a temas como orientação sexual, homofobia e papéis de gênero (CRANDALL; ESHLEMAN, 2003). Entretanto, essa realidade observada pode dificultar a formação dos futuros profissionais, como mostra o estudo de Lima e Cerqueira, no qual 41% dos alunos do sexo masculino não sabiam que a homossexualidade não é uma doença. Outra pesquisa, também reitera esse cenário, na qual um número significativo de médicos do Distrito Federal desconhecia aspectos que diferenciam a identidade de gênero da orientação sexual (LIMA; CERQUEIRA, 2008).



Em um treinamento clínico realizado em Western Cape, na África do Sul, obtiveram resultados positivos quanto aos conceitos e valores. Com o intuito de melhorar o conhecimento das necessidades de homossexuais e reduzir as atitudes prejudiciais aos mesmos, foram realizadas atividades capacitivas para 196 profissionais e coleta de dados para equiparação. Tais achados revelaram um aumento no conhecimento e redução no escores homoprejudicial, proporcionando uma visão positiva e eficaz para promoção de educação, estudo e prática nos ambientes (LIMA; CERQUEIRA, 2008).

Obedin-Maliver, em seu estudo, teve como um dos seus objetivos caracterizar práticas de desenvolvimento curricular com as estratégias relacionadas a pautas LGBTQIA+ em instituições de medicina dos Estados Unidos e Canadá. Para tanto, com base em outros recursos, seu estudo elucidou tópicos que representam características potencialmente críticas de experiências LGBTQIA+ que afetam a saúde, e, às quais os alunos podem ser expostos. Os tópicos abordados nos currículos obrigatórios ou facultativos da maioria das 132 escolas participantes, foram: orientação sexual, HIV, identidade de gênero, IST, práticas seguras de sexo, barreiras do cuidado, v.g., obter um histórico sexual; saúde mental, uso de substâncias, imagem corporal e processo transição.

O Centro Nacional de Educação em Saúde LGBT, em Massachusetts, qualificou diversos contextos-chaves para as organizações que estão em busca de um local que, de fato, seja muito mais que acolhedor. O objetivo é tornar o ambiente atencioso para as pessoas LGBT através de engajamentos ativos da liderança, políticas inclusivas e defensoras LGBT, aumentar a participação da população LGBT local, fomentar práticas e processos de coleta de dados inclusivos para os mesmos. Além de promover e incorporar práticas de saúde que sejam necessidades LGBT nos serviços clínicos (KEUROGHLIAN; ARD; MAKADON, 2017).

Aspectos culturais e psicossociais podem influenciar a sexualidade, e, conseqüentemente, as atitudes em relação à homossexualidade. Por isso, vale elucidar que conceitos médicos são objetivos e de caráter científico, sobretudo no que concerne a nomenclatura de patologias, e, portanto, têm um status especial na sociedade; embora estes estejam sujeitos à influência de pontos de vista



moralistas (AHROLD; MESTON, 2008). Isso demonstra a importância de se ter profissionais da saúde que possuam o devido conhecimento teórico e aplicação prática dessas questões, para que possam ser disseminados para a população geral de forma prestigiada e elucidada.

Segundo Wilkerson, a medicina pode estar envolvida na criação e propagação de estereótipos que circulam na sociedade, v.g., a terminologia médica usada para dar um toque científico à linguagem moralista, trazendo conceitos que podem influenciar a preponderância sobre questões homossexuais. Outrossim, teorias sobre as origens da homossexualidade, que podem ser mal interpretadas e mal utilizadas como suporte a uma visão patológica da mesma. Logo, os estudantes de medicina, por exemplo, precisam ser treinados para manter uma atitude não homofóbica e estarem cientes de como sua própria atitude afeta o julgamento clínico (WILKERSON, 2008).

Apesar dos estereótipos mudarem aos decorreres das décadas, em sua grande maioria, visão padrões sociais que incluem somente parcela da sociedade. Esse fator contribui indiretamente para a construção de um risco para os indivíduos vilipendiados, incluindo principalmente os LGBTQIA+. Destes, os gays, lésbicas e bissexuais são mais propensos a serem atingidos negativamente e sofrerem de depressão e ansiedade. Após uma análise metodológica e extensiva, evidenciou-se uma prevalência de 1,5 vezes maior no meio social estudado, tendo em vista sua variação de contexto e local. Devido a alta taxa de transtornos de saúde mental, é indubitável a necessidade dos acadêmicos e profissionais da saúde em capacitar-se durante seu processo de ensino, seja em educação permanente ou continuada (MCNAMARA; NG, 2016).

A despeito de um estudo em São Francisco, EUA. Foram abordadas mulheres transgênero, as quais relataram uma prevalência e frequência no uso de drogas lícitas e ilícitas, como o uso de álcool (58%) e substâncias, incluindo maconha, metanfetamina e crack (43%). E embora essas situações sejam vistas em heterossexuais, a abordagem e explanação realizada pelos médicos para com as pacientes é singular, necessitando uma capacidade e experiência prévia (MCNAMARA; NG, 2016).

Como já citado acima, a população LGBTQIA+ detém necessidades de saúde que são comuns, mas também específicas, sendo essas, associadas a riscos que precisam de mais atenção, sobretudo, no



que concerne as técnicas de um atendimento, no qual tanto o médico, quanto o paciente se sintam confortáveis. Uma das principais barreiras que comprometem a assistência, é a falta do conhecimento das particularidades sobre a saúde LGBTQIA+, com a qual muitos pacientes podem vivenciar situações heterossexistas e estigmatizantes (WILKERSON et al., 2011).

Stott, relatou que estudantes de medicina indicaram a falta de treinamento como um dos motivos pelo quais se sentem incomodados ao perguntar sobre a orientação sexual ou identidade de gênero de um paciente. Portanto, a implementação de conteúdos inclusivos associados a pautas de saúde LGBTQIA+, nas grades curriculares das instituições de ensino superior é de grande magnitude. A literatura concorda com este estudo, mormente, a grade de medicina, indicando a possível necessidade em melhorar o conhecimento e o conforto dos estudantes ao abordar a sexualidade de forma ampla em ambientes clínicos (STOTT, 2013).

Conclusão

Os relatos identificados por meio desse estudo informam que, a população LGBTQIA+ detém necessidades de saúde que são específicas desse grupo social, atribuindo uma atenção apropriada por parte dos profissionais da saúde, principalmente, vinculadas aos médicos. Uma das principais barreiras que comprometem a assistência evidenciada, é a falta do conhecimento das particularidades sobre a saúde desse grupo, com a qual muitos pacientes podem vivenciar situações heterossexistas e estigmatizantes, que causam e perpetuam o seu adoecimento físico e/ou mental.

Os aspectos culturais e psicossociais também foram fatores que, em concomitância aos ambientes e suas peculiaridades, culminaram em práticas tendenciosas quanto a assistência à população LGBTQIA+, como as religiões. O que concerne as técnicas de um atendimento, haja visto que, hábitos e costumes sociais são diversificados, necessitando de um preparo mais incisivo e maleável dos profissionais de saúde, visando tanger a moralidade e práticas éticas no meio social.



Referências

- [1] AHROLD, Tierney K.; MESTON, Cindy M.. Ethnic Differences in Sexual Attitudes of U.S. College Students: gender, acculturation, and religiosity factors. **Archives Of Sexual Behavior**, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 190-202, 7 out. 2008. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-008-9406-1>.
- [2] AHUJA, Niraj. A Short Textbook of Psychiatry. **Jaypee Digital**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 1-272, jan. 2011. Jaypee Brothers Medical Publishers (P) Ltd.. <http://dx.doi.org/10.5005/jp/books/11464>.
- [3] ANDERSON, Carla Lee. The Effect of a Workshop on Attitudes of Female Nursing Students Toward Male Homosexuality. **Journal Of Homosexuality**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 57-69, ago. 1981. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1300/j082v07n01_06.
- [3] OBEDIN-MALIVER, Juno; GOLDSMITH, Elizabeth S.; STEWART, Leslie; WHITE, William; TRAN, Eric; BRENMAN, Stephanie; WELLS, Maggie; FETTERMAN, David M.; GARCIA, Gabriel; LUNN, Mitchell R.. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender-Related Content in Undergraduate Medical Education. **Jama**, [S.L.], v. 306, n. 9, p. 971-977, 7 set. 2011. American Medical Association (AMA). <http://dx.doi.org/10.1001/jama.2011.1255>.
- [4] BANWARI, G et al. Medical students and interns' knowledge about and attitude towards homosexuality. **Journal Of Postgraduate Medicine**, Gujarat, v. 61, n. 2, p. 95-100, mar. 2015.
- [5] BONVICINI, Kathleen A.. LGBT healthcare disparities: what progress have we made?. **Patient Education And Counseling**, [S.L.], v. 100, n. 12, p. 2357-2361, dez. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pec.2017.06.003>.
- [6] BRASIL, Epidemiologia e Serviços de Saúde. Principais itens para relatar. Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?lang=pt>.
- [7] CRANDALL, Christian S.; ESHLEMAN, Amy. A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice. **Psychological Bulletin**, [S.L.], v. 129, n. 3, p. 414-446, 2003. American



Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.414>.

[8] DUARTE, Marco José de Oliveira. DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: saúde e cidadania lgbt em cena. **Temporalis**, [S.L.], v. 14, n. 27, p. 77-98, 30 ago. 2014. Revista Temporalis. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p77-98>.

[9] ELIASON, Michele J; RAHEIM, Salome. Experiences and Comfort with Culturally Diverse Groups in Undergraduate Pre-Nursing Students. **Journal Of Nursing Education**, [S.L.], v. 39, n. 4, p. 161-165, abr. 2000. SLACK, Inc.. <http://dx.doi.org/10.3928/0148-4834-20000401-06>.

[10] GILBERT, D. T.. **The handbook of social psychology**. New York: McGraw-Hill, 1998.

[11] GUTHRIE, Mandy L.; BATES, Larry W.. Sex Education Sources and Attitudes toward Sexual Precautions across a Decade. **Psychological Reports**, [S.L.], v. 92, n. 2, p. 581-592, abr. 2003. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.2466/pro.2003.92.2.581>.

[12] HARRIS, Mary B.; NIGHTENGALE, Jane; OWEN, Nancy. Health Care Professionals' Experience, Knowledge, and Attitudes Concerning Homosexuality. **Journal Of Gay & Lesbian Social Services**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 91-108, 11 maio 1995. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1300/j041v02n02_06.

[13] HATZENBUEHLER, Mark L.; O'CLEIRIGH, Conall; GRASSO, Chris; MAYER, Kenneth; SAFREN, Steven; BRADFORD, Judith. Effect of Same-Sex Marriage Laws on Health Care Use and Expenditures in Sexual Minority Men: a quasi-natural experiment. **American Journal Of Public Health**, [S.L.], v. 102, n. 2, p. 285-291, fev. 2012. American Public Health Association. <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2011.300382>.

[14] HON, Kam-Lun Ellis; LEUNG, Ting-Fan; YAU, Anthony Pak-Yuen; WU, Sze-Man; WAN, Maxim; CHAN, Hoi-Yee; YIP, Wing-Ki; FOK, Tai-Fai. A Survey of Attitudes Toward Homosexuality in Hong Kong Chinese Medical Students. **Teaching And Learning In Medicine**, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 344-348, out. 2005. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1207/s15328015tlm1704_6.



- [15] KAR, Anindya et al. Attitude of Indian Medical Students Towards Homosexuality. **East Asian Archives of Psychiatry**, Kolkata, v. 2018, n. 28, p. 59-63, nov. 2017.
- [16] KEUROGHLIAN, Alex S.; ARD, Kevin L.; MAKADON, Harvey J.. Advancing health equity for lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) people through sexual health education and LGBT-affirming health care environments. **Sexual Health**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 119, 2017. CSIRO Publishing. <http://dx.doi.org/10.1071/sh16145>.
- [17] KITTS, Robert Li. Barriers to Optimal Care between Physicians and Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Questioning Adolescent Patients. **Journal Of Homosexuality**, [S.L.], v. 57, n. 6, p. 730-747, 30 jun. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2010.485872>.
- [18] LIMA, Maria Cristina Pereira; CERQUEIRA, Ana Teresa de Abreu Ramos. Crenças sobre sexualidade entre estudantes de Medicina: uma comparação entre gêneros. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 1, p. 49-55, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/cbx5PZgrBrfHnyfBqyDtCVs/?lang=pt>>.
- [19] LIN, Yi- Chun; YEN, Cheng- Fang; WANG, Peng- Wei; HUANG, Yu- Te; CHEN, Yao- Mei; CHUANG, Yu- Hsien; HU, Huei- Fan. Intention to care for gay and lesbian patients and knowledge about homosexuality: a comparison of taiwanese nurses in 2005 and in 2017. **Public Health Nursing**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 525-533, jul. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/phn.12609>.
- [20] LOPES, Lucas; GATO, Jorge; ESTEVES, Manuel. Portuguese Medical Students' Knowledge and Attitudes Towards Homosexuality. **Acta Médica Portuguesa**, [S.L.], v. 29, n. 11, p. 684-693, 30 nov. 2016. Ordem dos Medicos. <http://dx.doi.org/10.20344/amp.8009>.
- [21] MATCHINSKY, Debra J.; IVERSON, Timothy G.. Homophobia in Heterosexual Female Undergraduates. **Journal Of Homosexuality**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 123-128, 26 set. 1996. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1300/jo82v31n04_06.
- [22] MATOVU, Joseph K. B.; MUSINGUZI, Geoffrey; KIGULI, Juliet; NUWAHA, Fred; MUJISHA, Geoffrey; MUSINGUZI, Joshua; ARINAITWE, Jim; WANYENZE, Rhoda K.. Health providers'



experiences, perceptions and readiness to provide HIV services to men who have sex with men and female sex workers in Uganda – a qualitative study. **Bmc Infectious Diseases**, [S.L.], v. 19, n. 1, 5 mar. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s12879-019-3713-0>.

[23] MAYER, Kenneth H.; BRADFORD, Judith B.; MAKADON, Harvey J.; STALL, Ron; GOLDHAMMER, Hilary; LANDERS, Stewart. Sexual and Gender Minority Health: what we know and what needs to be done. **American Journal Of Public Health**, [S.L.], v. 98, n. 6, p. 989-995, jun. 2008. American Public Health Association. <http://dx.doi.org/10.2105/ajph.2007.127811>.

[24] MCNAMARA, Megan C.; NG, Henry. Best practices in LGBT care: a guide for primary care physicians. *Cleveland Clinic Journal Of Medicine*, [S.L.], v. 83, n. 7, p. 531-541, jul. 2016. **Cleveland Clinic Journal of Medicine**. <http://dx.doi.org/10.3949/ccjm.83a.15148>.

[25] MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, 129(5), 674–697, 2003.

[26] NICKERSON, Raymond S.. Confirmation Bias: a ubiquitous phenomenon in many guises. **Review Of General Psychology**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 175-220, jun. 1998. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1037/1089-2680.2.2.175>.

[27] OBEDIN-MALIVER, Juno; GOLDSMITH, Elizabeth S.; STEWART, Leslie; WHITE, William; TRAN, Eric; BRENMAN, Stephanie; WELLS, Maggie; FETTERMAN, David M.; GARCIA, Gabriel; LUNN, Mitchell R.. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender–Related Content in Undergraduate Medical Education. **Jama**, [S.L.], v. 306, n. 9, p. 971-977, 7 set. 2011. American Medical Association (AMA). <http://dx.doi.org/10.1001/jama.2011.1255>.

[28] RONDAHL, Gerd. Students' Inadequate Knowledge about Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Persons. **International Journal Of Nursing Education Scholarship**, [S.L.], v. 6, n. 1, 1 abr. 2009. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.2202/1548-923x.1718>.

[29] RUFINO, Andréa Cronemberger; MADEIRO, Alberto Pereira ; BATISTA, João. O Ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção



de estudantes do Piauí. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 37, p. 178–185, 2013.

[30] SAFER, Joshua D.; COLEMAN, Eli; FELDMAN, Jamie; GAROFALO, Robert; HEMBREE, Wylie; RADIX, Asa; SEVELIUS, Jae. Barriers to healthcare for transgender individuals. **Current Opinion In Endocrinology, Diabetes & Obesity**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 168-171, abr. 2016. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). <http://dx.doi.org/10.1097/med.0000000000000227>.

[31] RAO, Ts Sathyanarayana; JACOB, Ks. Homosexuality and India. **Indian Journal Of Psychiatry**, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 1, 2012. Medknow. <http://dx.doi.org/10.4103/0019-5545.94636>.

[32] STALL, Ron; EGAN, James E.; KINSKY, Suzanne; COULTER, Robert W. S.; FRIEDMAN, M. Reuel; MATTHEWS, Derrick D.; KLINDERA, Kent; COWING, Michael. Overview of the University of Pittsburgh/amfAR Training Program in HIV Prevention Research for MSM and Male-to-Female Transgender Populations in Low- and Middle-Income Countries. **Aids And Behavior**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 426-436, 1 abr. 2016. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10461-016-1382-1>.

[33] STOTT, Don Brandon. The training needs of general practitioners in the exploration of sexual health matters and providing sexual healthcare to lesbian, gay and bisexual patients. **Medical Teacher**, [S.L.], v. 35, n. 9, p. 752-759, 28 jun. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.3109/0142159x.2013.801943>.

[34] TORALES, Julio et al. Attitude of Medical Students in Paraguay Towards Homosexuality. **East Asian Archives Of Psychiatry**, Santa Rosa del Aguaray, v. 3, n. 28, p. 101, jan. 2018.

[35] TUCKER, Andrew; LIHT, Jose; SWARDT, Glenn de; ARENDSE, Clarissa; MCINTYRE, James; STRUTHERS, Helen. Efficacy of Tailored Clinic Trainings to Improve Knowledge of Men Who Have Sex with Men Health Needs and Reduce Homoprejudicial Attitudes in South Africa. **Lgbt Health**, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 443-450, dez. 2016. Mary Ann Liebert Inc. <http://dx.doi.org/10.1089/lgbt.2016.0055>.

[36] VAUGHN, James; KENNISON, Shelia; BYRD-CRAVEN, Jennifer. The Role of Beliefs on Learning About Homosexuality in a College Course. **Journal Of Homosexuality**, [S.L.], v. 61, n. 10, p. 1420-1434, 28 jul.



2014. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/00918369.2014.928172>.

[37] WALLICK, M M; CAMBRE, K M; TOWNSEND, M H. How the topic of homosexuality is taught at U.S. medical schools. **Academic Medicine**, v. 67, n. 9, p. 601-603, set. 1992.

[38] WILKERSON, Abby. Homophobia and the Moral Authority of Medicine. **Journal Of Homosexuality**, [S.L.], v. 27, n. 3-4, p. 329-347, 3 nov. 1994. Informa UK Limited.
http://dx.doi.org/10.1300/j082v27n03_14.

[39] WILKERSON, J. Michael; RYBICKI, Sarah; BARBER, Cheryl A.; SMOLENSKI, Derek J.. Creating a Culturally Competent Clinical Environment for LGBT Patients. **Journal Of Gay & Lesbian Social Services**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 376-394, jul. 2011. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/10538720.2011.589254>.



Analysis of the training of health professionals front of service to the LGBTQIA+ public: Integrative review

ABSTRACT: Objective: To identify training mechanisms for health professionals during graduation in LGBTQIA+ care. Methods: An integrative review, carried out between October and November 2020, identified training mechanisms for health professionals during graduation in LGBTQIA+ care. Results: 57.14% showed gender-diverse themes in the curriculum. Of these, 25% were elective disciplines, 37.5% optional, 12.5% semester in postgraduate courses and 25% unspecified. Strategies used: classes on human sexuality, presentations, meetings with gays/lesbians, group discussions and/or classes related to HIV infection. Conclusion: Main strategies used were classes on human sexuality, presentations, meetings with gays/lesbians, group discussions and/or classes related to HIV infection.

KEYWORDS: Sexual And Gender Minorities; Homosexuality; Professional Training.

Lyvia do Prado PACHECO

EMESCAM

Email: lyviapacheco3@gmail.com

Miguel Athos da Silva de OLIVEIRA

EMESCAM

Email: athos97@hotmail.com

Mariana França Portilho França PORTILHO

Universidade Nove de Julho/UNINOVE

E-mail: mariana.franca@uni9.edu

Elisa TRISTAN-CHEEVER

Universidade de São Paulo

E-mail: etristan-cheever@challiance.org



Italla Maria Pinheiro BEZERRA

EMESCAM

E-mail: italla.bezerra@emescam.br

Cíntia de Lima GARCIA

Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte/FMJ

E-mail: cintiadelimagarcia@hotmail.com

José Lucas Souza RAMOS

EMESCAM

E-mail: joselucasenfermeiro@gmail.com

Recebido em: 11/04/2023

Aprovado em: 30/05/2024



ARTIGO



Políticas públicas de saúde para LGBTQIA+: O que dizem profissionais de saúde?

Carla Pianca, *Universidade Federal de São Carlos*

Bárbara de Fátima Depole, *Centro Universitário Ingá-Uningá*

Carla Regina Silva, *Universidade Federal de São Carlos*

Sabrina Helena Ferigato, *Universidade Federal de São Carlos*

RESUMO. O presente artigo teve como objeto as políticas públicas de saúde mental no contexto brasileiro. Trata-se de um recorte de uma pesquisa quanti-qualitativa mais ampla que teve como objetivo o entendimento dos profissionais da área da saúde sobre a importância das políticas públicas de saúde mental voltadas para a população LGBTQIA+ e a criação de um guia de auxílio para o cuidado integral desta população. Metodologia e métodos: Foi aplicado um questionário online (QOL) semiestruturado com profissionais de saúde mental de diferentes núcleos de formação. Neste artigo apresentamos as análises temáticas de duas questões voltadas para a compreensão sobre políticas públicas de saúde mental da população LGBTQIA+. Resultados: O QOL foi respondido por 132 profissionais de saúde mental de diferentes núcleos profissionais, dos quais 60% referem desconhecer políticas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+, embora a maioria dos respondentes entendem que é importante a existência de políticas que apontem diretrizes e práticas específicas de saúde mental destinadas à essa população. Identifica-se que entre os profissionais que declaram conhecer as políticas públicas de saúde destinadas destacam-se aqueles que se declaram LGBTQIA+, demonstrando uma relação direta de cuidado politicamente implicado e encarnado estabelecido entre usuários e profissionais LGBTQIA+.

PALAVRAS-CHAVES: LGBTQIA+. Terapia ocupacional. Saúde mental.



INTRODUÇÃO

A população LGBTQIA+ : Estruturas de poder e o cenário de vulnerabilidades

Em seus estudos sobre a História da sexualidade, bem como sobre a produção de subjetividade, Foucault (2019) discute a ideia da sexualidade como dispositivo que instaura uma relação entre poder, prazer e saber, onde o corpo torna-se um objeto de conhecimento e um território produtor de modos de vida. Essas relações de poder se estruturam em uma rede complexa de micropoderes que atravessa a camada social, produzindo e mantendo constantes relações de normalização, vigilância e resistências. Assim, a construção da sexualidade, envolve processos de produção de corpos e construção de discursos de verdades contingentes, logo, aqueles que desviam do padrão afirmado por esses discursos são inferiorizados e tidos como “anormais”, e consequentemente passíveis de controle, normalização e punição (FOUCAULT, 2001; FOUCAULT, 2013).

Segundo Butler (2018) os processos de exclusão e inferiorização desses corpos são de tal forma que o sujeito passa a não ser reconhecido como pessoa, propensos a uma vida inviável e até a morte. Dentre o grupo que convive com os modos e consequências desse poder estão as pessoas LGBTQIA+ ¹.

Quando comparado com a população geral, esse grupo está mais predisposto a diferentes tipos de violências, desigualdades e processos de intensificação do sofrimento em saúde mental (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI, 2012). Berenice Bento (2017) propõe chamar essa violência de LGBTcídio, pois “não se trata ‘apenas’ de LGBTfobia, mas de uma série de ações permanentes de assassinatos dessa população sem que nenhum processo jurídico seja instaurado e com pouca repercussão internacional (BENTO, 2017, p.56).

Entretanto, cabe destacar que a comunidade LGBTQIA+ embora conviva com a violência e violação cotidiana de direitos, os mesmos não ocorrem da mesma forma, visto que nesse contexto, é de extrema importância se considerar intersecções como raça, gênero e classe social, fazendo destaque a uma discussão interseccional para o debate na área.

Cunhado por Crenshaw o conceito de interseccionalidade é um instrumento teórico-metodológico, aportado pelo feminismo negro, para

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Interssexuais, Assexuais.



analisar a inseparável relação entre capitalismo, racismo e patriarcado. Segundo a autora, o poder funciona como avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos, nelas ocorrem processos de desempoderamento e opressão que estão em constante movimento. Ou seja, a interseccionalidade tem foco em compreender as interações de dois ou mais eixos dessa opressão (CRENSHAW, 2002; DUARTE et al, 2021).

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros (LORDE, 2015, p.6).

Assim, devido a um contexto marcado por diversos eixos de opressão que se dão em relação, a população LGBTQIA+ sempre precisou seguir lutando para a conquista de direitos e visibilidade. No Brasil os primeiros movimentos de resistência coletiva desta população foram marcados pela ditadura militar e movimentos de contracultura, com grandes marcos como o surgimento do jornal *Lampião* e do grupo “Somos” em 1978. Posteriormente outros coletivos como o primeiro grupo de lésbicas e o Grupo Gay da Bahia reforçaram a luta LGBTQIA+ (SANTOS, 2018; SOUZA 2018).

Através da conquista de maior visibilidade para essa pauta e ampliação de espaço nos debates e agenda política, a comunidade LGBTQIA+ foi conquistando força, reconhecimento e direitos, dentre os quais podemos citar o Programa Brasil sem homofobia; Conferências Nacionais, o Plano Nacional LGBT, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, entre outros marcos (SANTOS, 2018; SOUZA 2018).

Embora muitos sejam os direitos conquistados, é importante destacar que o histórico do movimento é marcado por descontinuidades, cortes e diálogos com o conservadorismo (IRINEU et al, 2021), sendo de extrema importância salientar a contante, mas também crescente ascensão do conservadorismo no cenário brasileiro. Os mais recentes e evidentes desmontes de direitos relacionados à população LGBTQIA+ podem ser observados principalmente com o governo de Jair Messias Bolsonaro, que demonstrou ser um governo conservador e radicalmente contra as mais diversas expressões das diversidades (IRINEU et al,



2021).

Esta valorização popular do conservadorismo associada aos discursos e ações de ódio, estimuladas pelo bolsonarismo, são preocupações urgentes na sociedade brasileira. Este contexto foi ainda agravado diante da pandemia de COVID-19, que acirrou as crises econômicas e acentuou desigualdades. As crises próprias e estruturais deste sistema afetam sempre os grupos que historicamente vivenciam os processos de desigualdades e exclusões. Entre eles podemos citar a comunidade LGBTQIA+. Segundo pesquisa, do coletivo #VoteLGBT, 43% da população LGBTQIA+ entrevistada destacaram a saúde mental com principal impacto durante a pandemia, outros efeitos negativos elencados foram as novas regras de convívio (17%); Solidão (12%); Convívio familiar (11%); Falta de dinheiro (11%); Falta de trabalho (6%) e a Terapia Hormonal (0,3%).

Este cenário pode ser observado em diferentes setores, políticas e espaços, afinal a comunidade LGBTQIA+ é vulnerabilizada quanto ao atendimento de seus direitos, incluindo o acesso aos serviços públicos de saúde, ainda que o direito à saúde seja considerado universal pela nossa Constituição.

As pessoas LGBTQIA+ são mais suscetíveis aos problemas de saúde mental quando comparado à população geral e, embora este seja um cenário multifatorial, as práticas discriminatórias praticadas pelos próprios profissionais podem contribuir diretamente para um pior estado de saúde (LIMA; SALGUEIRO 2022).

Embora exista a associação entre os atos discriminatórios e os agravos na saúde da comunidade LGBTQIA+ ainda são escassos os estudos com a temática. Freitas et al (2023) em revisão de literatura acerca da temática, denuncia generalizações de demandas, falta de atendimento especializado, despreparo da equipe e dos instrumentos de trabalho. Além disso, a falta de diálogo, o medo do julgamento e a fragilidade na relação entre profissionais de saúde e usuários contribuem para afastamentos e a falta de adequação às necessidades da comunidade LGBTQIA+ nos serviços de saúde (ARAÚJO et al, 2006).

Almeida (2009) destaca o despreparo dos profissionais em acolher demandas de mulheres lésbicas, visto que, diante uma visão heteronormativa, as mesmas são vistas como “não-mulheres” (ALMEIDA, 2009, p.313) e logo também enfrentam dificuldades em conseguir apoio em práticas como por exemplo de prevenção para IST e



acesso exames comuns como Papanicolau e de mama.

Também é importante ressaltar que em resposta ao conjunto de reivindicações dos movimentos sociais e grupos ligados aos direitos e cidadania, sobretudo as demandas relacionadas à saúde integral da população LGBTQIA+ influenciou, por exemplo, as recomendações da 13^a Conferência Nacional de Saúde com questões específicas depois incluídas na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LIMA; SALGUEIRO 2022).

Neste contexto, este artigo apresenta dados de pesquisa que teve como objetivo compreender o entendimento dos profissionais da área da saúde sobre as políticas públicas de saúde mental voltadas para a população LGBTQIA+.

Metodologia e procedimentos éticos

Este artigo apresenta as análises realizadas numa pesquisa de Iniciação Científica Tecnológica a partir de dados coletados de pesquisa de doutorado parceira que teve como objetivo a identificação e a análise de potenciais e limitações do campo da Saúde Mental para o cuidado em Saúde Mental de LGBTI².

A etapa da pesquisa sistematizada neste artigo foi realizada em ambiente virtual, em decorrência dos limites impostos pela pandemia da COVID-19, buscando compreender a perspectiva dos profissionais da saúde mental sobre as políticas de saúde da população LGBTQIA+

Como instrumento de produção de dados utilizou-se um questionário *on-line* (QOL), semiestruturado, por meio da plataforma google forms, cuja versão preliminar foi submetida a uma banca de pesquisadores e pessoas LGBTQIA+ com expertise na área, para ser validado. Foram elaboradas questões adequadas ao conteúdo do fenômeno estudado, mas também pensadas conforme os afetos e reflexões que pretendíamos acessar/produzir.

O QOL contava com um total de 40 questões incluindo perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas, divididas em 4 blocos: O Bloco 01 ofereceu-nos elementos sobre a caracterização dos participantes, visando analisar o perfil e mapear profissionais que atuam junto a essa população. O Bloco 02 continha questões para mapearmos, ou produzirmos uma

² Dados de identificação das pesquisas serão inseridos após pareceres às cegas.



aproximação do profissional com a temática LGBTQIA+, como conhecimento das siglas, diferenças e sensibilização em relação ao tema. No Bloco 03 as questões eram referentes ao campo da saúde mental e sua interface com a população LGBTQIA+, incluindo aspectos teórico-práticos, vivências e percepções dessas vivências. O Bloco 04 proporcionou-nos acessar as singularidades do núcleo profissional dos participantes em sua atuação junto a população LGBTQIA+, a partir das perspectivas dos próprios profissionais.

Os dados utilizados no presente artigo são referentes ao bloco 3 e mais especificamente se direcionam para o conhecimento e perspectiva dos profissionais em relação às políticas públicas de saúde voltadas para a população LGBTQIA+.

As perguntas selecionadas para a análise foram: A) Você conhece políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+? Se sim, qual (is)?; B) Você acredita que deveriam existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+ ? Se sim, por quê?

A primeira pergunta contou com 19 grupos de respostas abertas, dentre aquelas que responderam que ‘sim’, como mostra tabela a seguir:

Figura 1: Grupos de respostas apresentadas pelos profissionais de saúde sobre o conhecimento das políticas públicas de saúde mental para população LGBTQIA+.

Grupos de respostas “Você conhece políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+? Se sim, qual (is)?”

Política Nacional de Saúde Integral LGBT

Ambulatórios especializados e Centros de Referência LGBT+

Direito ao nome social

Processo transexualizador

Outras documentações sobre não-descriminalização, interseccionalidade e preconceito,

Atendimentos , ações, direcionamentos, documentos e programas locais/municipais

Comitês e Conferências de saúde LGBT



Acompanhamento terapêutico
Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
Associações, grupos e movimentos políticos LGBT+
Brasil sem homofobia
Cartilhas Federais e municipais
Centro de Testagem e Aconselhamento
Lei 10.216/01
PL 122/2006
Política de Promoção de Equidade em Saúde
Rede de Assistência Social
Redução de danos
Fonte: elaboração própria das pesquisadoras

Para a segunda pergunta houve 5 grupos de respostas, dentre aquelas que afirmavam que deveriam existir políticas para população LGBTQIA+, descritas a seguir:

Figura 2: Temáticas presentes nas respostas dos/as/es profissionais de saúde sobre a justificativa para políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+.

Grupos de respostas ‘Sim’ *Você acredita que deveriam existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+? Se sim, por quê?*

Violências da cisheteronormatividade, existência de demandas de saúde, saúde mental específicas e necessidade de cuidados especializados

Formulação de políticas como forma de apoio, inclusão, equidade e superação de desigualdades e sofrimentos

Barreiras de acesso, despreparo profissional, vazio de direcionamentos e/ou fragilidades da rede e políticas



Formulação de políticas para formação e direcionamento programático para equipes e profissionais

Agravos na saúde mental, depressão, ansiedade, suicídio e homicídio

Fonte: elaboração própria das pesquisadoras

Resultados e discussão

A partir da análise temática dos discursos dos profissionais destacaram 3 categorias temáticas finais que guiaram as discussões do artigo: (a) Caracterização dos participantes; (b) Análise dos discursos dos profissionais de saúde: As políticas públicas para a população LGBTI+ - Avanços e desafios; (c) Análise dos discursos dos profissionais de saúde: A relevância das políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+ para os profissionais de saúde.

Caracterização dos/as/es ³ participantes da pesquisa parceira

O questionário foi respondido por 132 profissionais de saúde que se interessaram na temática, entre janeiro e março de 2021, 3 meses disponível para acesso e participação.

Com relação a caracterização desses profissionais de saúde os dados demonstram que majoritariamente os profissionais se encontram no estado de São Paulo - SP (55%), tem de 25 a 29 anos (32%) e se autodeclaram brancos (65%), conforme demonstra tabela a seguir:

Tabela 1: Estado, faixa etária e raça/cor dos participantes da pesquisa

Estados dos participantes		Faixa etária		Raça/cor	
	Porcentagem		Porcentagem		Porcentagem

³ O presente artigo ao compreender a diversidade de gêneros e identidades de gênero existentes utiliza os pronomes masculinos, femininos e neutros com objetivo de incluir todas as pessoas que fizeram parte da pesquisa. Além disso, em seu formulário o campo de “gênero” se baseou em uma pergunta aberta, ou seja, não continha alternativas, ampliando as possibilidades de respostas para a categoria.



São Paulo - SP	55%	18-24 anos	8%	Branco	65%
Minas Gerais- MG	8%	25-29 anos	32%	Parde	19%
Rio de Janeiro- RJ	8%	30-35 anos	20%	Prete	12%
Paraná- PR	5%	36-40 anos	15%	Amarele	2%
Rio Grande do Sul- RS	5%	41-45 anos	11%	Indigene	1%
Distrito Federal-DF	3%	46-50 anos	5%	sem resposta	1%
Alagoas- AL	2%	50-55 anos	2%		
Bahia-BA	2%	55-60 anos	6%		
Espírito Santo- ES	2%	60+	1%		
Mato grosso- MT	2%				
Pará- PA	2%				
Santa Catarina- SC	2%				
Ceará-CE	1%				
Paraíba- PB	1%				



Pernambuco - PE	1%				
Roraima-RR	1%				
Sergipe -SE	1%				
Sem resposta	1%				

Fonte: elaboração própria das pesquisadoras

131 pessoas participantes responderam a questão sobre a sua identidade de gênero, e 11 participantes se autodeclararam não-cisgênero. Entre os 132 participantes que responderam à questão sobre seu gênero e sexualidade, 89 pessoas, ou seja, 67% fazem parte da população LGBTQIA+.

Sendo composta então, na maioria por pessoas que se identificam enquanto mulheres cisgêneras (61%), heterossexuais (40%) seguindo de homossexuais (39%), e bissexuais (15%), conforme elucidada a tabela por porcentagens:

Tabela 2: Identidade de gênero e orientação sexual dos participantes da pesquisa

Identidade de gênero		Orientação sexual	
	Porcentagem		Porcentagem
Mulher cisgênera	61%	Heterossexual	40%
Homem cisgênero	29%	Homossexual	39%
Mulher (sem especificação)	2%	Bissexual	15%
Não binária	2%	Outros	2%
Outros	2%	Pansexual	2%
Queer	2%	Assexual	1%



Homem transgênero	1%	Sem resposta	1%
Mulher transgênera	1%		
Não soube dizer	1%		
Sem resposta	1%		

Fonte: elaboração própria das pesquisadoras

A referida pesquisa foi amplamente divulgada nas redes sociais de grupos de profissionais da saúde e grupos LGBTQIA+ e obteve grande variedade de núcleos profissionais entre os respondentes, sendo as profissões, Terapia Ocupacional e Psicologia com a maioria dos respondentes, 38 cada, seguido de profissionais da Medicina (14) e da Enfermagem (12). A maioria dos respondentes indicaram possui pós-graduação *Latu Sensu* (30%), seguindo de graduação (27%), mestrado (24%), residência (11%), doutorado (3%), entre outros.

Análise dos discursos dos profissionais de saúde: As políticas públicas para a população LGBTQIA+ - Avanços e desafios

Através dos dados obtidos da primeira pergunta de pesquisa parceira “*Você conhece políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+? Se sim, qual (is)?*”, majoritariamente (60%) dos profissionais afirmam não conhecer políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+, 28% responderam conhecer e 12% responderam talvez conhecer.

Dos documentos, ações, programas, e rede nomeados, se destacou a “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (23%), seguido de ambulatórios especializados e Centros de Referência LGBT+ (15%), direito ao nome social (10%), processo transexualizador (10%) e outros, conforme descreve tabela abaixo:

Tabela 3: Tabulação de documentos, ações e políticas citados pelos profissionais de saúde em pesquisa parceira



	Documentos, ações e políticas	Contagem
I	Política Nacional de Saúde Integral LGBT	23%
II	Ambulatórios especializados e Centros de Referência LGBTQIA+	15%
III	Direito ao nome social	10%
IV	Processo transexualizador	10%
V	Outras documentações sobre não-descriminalização, interseccionalidade e preconceito,	10%
VI	Atendimentos , ações, direcionamentos, documentos e programas locais/municipais	6%
VII	Comitês e Conferências de saúde LGBT	6%
VIII	Acompanhamento terapêutico	3%
IX	Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	3%
X	Associações, grupos e movimentos políticos LGBTQIA+	2%
XI	Brasil sem homofobia	2%
XII	Cartilhas Federais e municipais	2%
XIII	Centro de Testagem e Aconselhamento	2%
XIV	Lei 10.216/01	2%
XV	PL 122/2006	2%
XVI	Política de Promoção de Equidade em Saúde	2%
XVII	Rede de Assistência Social	2%
XVIII	Redução de danos	2%

Fonte: elaboração própria das pesquisadoras

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, foi o documento mais citado pelos profissionais (25%). A política se torna um marco para a luta LGBTQIA+ pelo reconhecimento das demandas específicas, e os efeitos negativos dos processos de discriminação e exclusão sobre a saúde da população (BRASIL, 2011a). Entretanto, a política ainda é fragilizada devido a outras problemáticas como por exemplo questões orçamentárias,



dificuldades de diálogos entre os poderes, além de desafios referentes às ideias conservadoras (MELLO et al, 2011).

Nesse sentido, outro marco de destaque é a criação do programa *Brasil sem homofobia*, instituído em 2004, o programa perpassam diversas reivindicações do movimento LGBTQIA+, além disso, gerou intensificação de debates culminando também na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), evento que além de fortalecer as bases do programa, teve também como objetivo a elaboração de outros importantes marcos como Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III) e a Política Nacional LGBT (SANTOS, 2018; BRASIL, 2009a).

Apesar da importância histórica o programa “Brasil sem homofobia” e as conferência foram citadas respectivamente por 2% e 6% dos profissionais, dado que evidencia o pouco conhecimento dos profissionais com o tema e denunciam a defasagem de conteúdos relacionados a diversidade sexual e de gênero nos de currículos acadêmicos (BRASIL, 2004; BARCHIN et al, 2021).

Outros direitos conquistados citados pelos profissionais estão os Ambulatórios Especializados e Centros de Referência LGBT+, mencionado por 15% dos profissionais, com destaque para o Ambulatório de Atenção Especializada no Processo transexualizador do Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte- Minas Gerais (MG), o Centro de Referência e Resistência LGBTQIA+ "Nivaldo Aparecido Felipe de Miciano (Xuxa)" em Araraquara- São Paulo (SP) e o Centro de Referência e Treinamento DST/Aids, em Santa Cruz- São Paulo (SP).

O direito ao nome social é outra conquista citada por 10% dos entrevistados, garantido

(ou deveria ser) através a Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, o nome social tem como objetivo o atendimento humanizado e acolhedor para as pessoas transexuais (BRASIL, 2009b; BRASIL, 2015b).

Nesse sentido, também foram mencionadas o Processo transexualizador, que incluem documentos como: Portaria Nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, que instituiu o processo transexualizados; Portaria nº 457/ 2008, que regulamenta o progresso no Sistema único de Saúde (SUS); Portaria nº 2.803 decretando alterações no processo transexualizador e possibilitando ampliação da atenção à saúde, principalmente do número de serviços de atendimento ambulatorial e hospitalar, em todos níveis de atenção (BRASIL, 2015b).



Apesar do estabelecimento dessas portarias, atualmente somente cinco hospitais são habilitados para o processo transexualizador, além disso, a maioria se encontram no sudeste, os procedimentos ainda são extremamente limitados e muitos foram construídos em unidades destinadas ao tratamento de IST (Infecção sexualmente transmissíveis), o que reforça discursos LGBTfóbicos e preconceituosos (DUARTE; SILVA 2018).

A referência de cuidado para a população LGBTQIA+ em equipamentos primordialmente destinados para orientações e acompanhamentos relacionados a IST's, pode também ser observadas na tabela 5, com 2% dos profissionais citando os Centro de testagem e aconselhamento.

Em continuação da análise temos que 10% dos participantes assinalaram a importância de outras documentações envolvendo a não-descriminalização, interseccionalidade, equidade, direitos reprodutivos e redução de danos na saúde mental, o documento destaque nesse item foi a Carta de Bauru, documentação de reivindicação dos trabalhadores de Saúde Mental contra o sistema manicomial, marcando a Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica Brasileira (SAÚDE MENTAL, 1987).

Iniciado por volta da década de 1970, a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial foram movimentos críticos à estrutura asilar e hospitalocêntrica, denunciando as situações violência e precarização dos internos dos hospitais psiquiátricos e buscou a reestruturação de novas práticas de saúde (AMARANTE, 1998).

Com o fortalecimento do movimento e o fechamento gradual dos leitos nos hospitais psiquiátricos foi sendo criado novos modelos, somente em 2001 é publicado a Lei 10.216/01, que institui um novo modelo de assistência em saúde mental e redireciona o cuidado aos serviços de base comunitária e em 2011 se institui através da portaria nº 3.088 que se institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (BRASIL, 2001; BRASIL 2011b).

A Lei 10.216/01 e a RAPS, são citadas por respectivamente por somente 2% e 3% dos profissionais, apesar de ambas não serem ações políticas não específicas para a população LGBTQIA+, vale destacar que esse movimento foi ação de resistência contra os mecanismos de exclusão e controle, mantidos e reforçados por saberes médicos e concepções ligadas à moralidade.



Embora muito se tenha avançado a luta ainda não acabou, principalmente devido a ameaça de propostas de demontes conservadoras, entre elas, estão a resolução nº 32 e portaria 3.588, publicadas em 2017 no governo de Michel Temer, que direcionam e facilitaram o cuidado em saúde mental em ambiente hospitalar/asilar. Além disso, temos a publicação da Nota Técnica nº 11/2019 que valida ainda mais prática manicomiais, como o incentivo financeiro aos Hospitais Psiquiátricos e Comunidades Terapêuticas e defende procedimentos manicomiais, como a Eletroconvulsoterapia (ECT) (LUSSI et al, 2019).

Outro retrocesso é referente a Redução de Danos, (RD) citado por apenas 2% dos participantes da pesquisa, que passou incorporações e mudanças relacionadas ao cuidado com as pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas, priorizando os tratamentos para uma lógica de abstinência e tratamento centrado em Comunidades Terapêuticas (LUSSI et al, 2019).

Diante o cenário é importante ações de resistência que tenham o objetivo centrado no cuidado integral com a população LGBTQIA+. Além das ações anteriormente citadas, na tabela podemos observar que 10% dos profissionais acreditam que os atendimentos, ações, direcionamentos, documentos e programas locais/municipais, auxiliam o cuidado com essa população diante as diversas problemáticas e lacunas já mencionadas, no item, os profissionais destacaram o Projeto Transcidadania e Prosex SP, ambas ações situadas na cidade de São Paulo.

Embora mencionados pela minoria (2%), na lista também se encontram outros itens como: Associações, grupos e movimentos políticos LGBT+ (2%), sendo citados a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Gay da Bahia; Acompanhamento terapêutico; Cartilhas Federais e municipais, sendo destacado o livro “Transexualidade e Travestilidade na Saúde”, produzido pelo Ministério da Saúde; Projeto de Lei nº 122 de 2006, PL que criminaliza a homofobia; Política de Promoção de Equidade em Saúde; A Rede de Assistência Social.



Análise dos discursos dos profissionais de saúde: A relevância das políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+ para os profissionais de saúde

Neste tópico será abordado a segunda pergunta da pesquisa parceira “*Você acredita que deveriam existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+? Se sim, por quê?*”. Majoritariamente (90%) os profissionais de saúde responderam “sim” para o questionamento, 7% responderam “talvez” e apenas 3% responderam “não”.

Justificativas de resposta afirmativas “sim”

Conforme tabela abaixo, de acordo com os/as/es respondentes, as “razões que justificam a existência de políticas específicas para a saúde mental de LGBTQIA+” são apresentadas em V categorias:

Tabela 4: Justificativas dos profissionais da saúde na categoria “sim”

Itens	Categorias para respostas “sim”	Porcentagem
I	Violências da cisheteronormatividade, existência de demandas de saúde, saúde mental específicas e necessidade de cuidados especializados	53%
II	Formulação de políticas como forma de apoio, inclusão, equidade e superação de desigualdades e sofrimentos	23%
III	Barreiras de acesso, despreparo profissional, vazios de direcionamentos e/ou fragilidades da rede e políticas	11%
IV	Formulação de políticas para formação e direcionamento programático para equipes e profissionais	8%
V	Agravos na saúde mental, depressão, ansiedade, suicídio e homicídio	5%

elaboração própria das pesquisadoras



Na pesquisa, 53% dos profissionais de saúde acreditam que políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+ devem existir devido às "violências da cisheteronormatividade, existência de demandas de saúde, saúde mental específicas e necessidade de cuidados especializados"

A população LGBTI+ possui muitas vulnerabilidades sociais decorrentes de todo pensamento LGBTIfóbico da sociedade, o que influencia diretamente na forma como a saúde mental dessa população é afetada, portanto existe uma grande necessidade que se tenha especificamente para tal pois existem situações que apenas quem é da comunidade LGBTI+ vivência (PARTICIPANTE P114).

Segundo o Ministério da Saúde a discriminação, assim como, a falta de educação, de emprego, de moradia, de alimentação, de transporte e de lazer são determinantes sociais que podem maximizar o sofrimento e conseqüentemente o adoecimento de populações marginalizadas (BRASIL, 2013a).

[...] Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença (BRASIL, 2013a, p.13).

Além da vulnerabilidade já exposta, houve destaque para a fragilidade do grupo diante uso abusivo de álcool e outras drogas, ao desemprego e a violência que podem se materializar na forma de assassinatos. Como demonstra excerto a seguir;

[...] saúde pública deve ser destinada a inclusão de todas as pessoas da sociedade, voltadas especialmente para aquelas menos favorecidas, as minorias, e as que têm menor acesso a voz, que sofrem discriminação, estão no alvo de maiores ações violentas e que colocam em risco a sua vida, tem menos oportunidade de emprego e crescimento sócio-econômico e por essa razão estão mais vulneráveis a situações de risco como a prostituição, uso de drogas e substâncias psicoativas, situação de rua e violência (PARTICIPANTE P25).



Segundo o Relatório do Grupo Gay da Bahia de 2021, o Brasil ocupa o 2º país do mundo que mais mata LGBTQIA+, apenas no ano de 2021 foram registradas 300 mortes, destas 73,67% foram homicídios, 11,3% latrocínios e 8% suicídios. Vale lembrar que majoritariamente estas pessoas possuem corpos não-brancos (pretos, pardos e indígenas), estão na faixa etária dos 20 aos 49 anos e foram mortos em maioria, na própria residência (36%) e em logradouros públicos (32%) (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021).

O documento ainda destaca pesquisas internacionais que afirmam que jovens LGBTQIA+ possuem de duas a sete vezes mais risco de cometer suicídio do que a população heterossexual (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021). A influência da cisheteronormatividade influencia nos altos índices de depressão, ansiedade e suicídios da população também é ressaltada por 5% dos profissionais de saúde. Como enfatiza fala a seguir:

Acho que deveriam existir políticas específicas, pois existem questões de saúde mental da população LGBTI+ específicas. Por exemplo, o índice de tentativas de suicídio é maior na população LGBTI+, há muitos questões que envolvem imagem corporal, autoestima. Temas relacionados a relacionamentos abusivos e conflitos familiares. Uma infinidade de questões que afetam diretamente a saúde mental de LGBTI+ (PARTICIPANTE P38).

Diante do cenário, 23% dos profissionais acreditam que na “Formulação de políticas como forma de apoio, inclusão, equidade e superação de desigualdades e sofrimentos”. Ou seja, diante das violências advindas da heteronormatividade é preciso a formulação de políticas que promovam a equidade para a superação ou amenização das vulnerabilidade que permeiam o cotidiano da comunidade LGBTQIA+. Como demonstra excerto:

A formulação de políticas públicas para a população LGBTI+ são fundamentais na medida em que o Estado e a sociedade precisam ter um olhar diferenciado para uma população que sofre mais violências, sendo atravessada por diversos tipos de opressões simultaneamente. É uma forma de contribuir para a redução das desigualdades e injustiças, pois quando os programas governamentais atendem demandas supostamente universais, tendem a manter as opressões de gênero e sexuais (PARTICIPANTE P10).

Diante do cenário de vulnerabilidades no mercado de trabalho, nas políticas públicas e nas redes sociais é necessário a construção de outras redes de apoio, como por exemplo, a rede de saúde e/ou socioassistencial.



Entretanto, há grande dificuldade de acesso e despreparo por parte dos serviços, aspecto ressaltado por 11% dos profissionais, conforme demonstra excerto a seguir:

De modo geral são populações que têm muitas violações de direitos básicos devido às barreiras de acesso. Quando chegam nos serviços é comum sofrerem LGBTQI+fobia de diferentes formas. Além do que, dentro do campo que atuo, há um vazio maior ainda quando falamos de crianças e adolescentes LGBTQI+ em sofrimento psíquico (PARTICIPANTE P4).

Fébole (2017) denuncia a forma com que as ações de saúde são orientadas a partir de pressupostos heteronormativos produzindo uma relação de subalternidade com corpos pertencentes à comunidade LGBTQIA+. A autora destaca que quando estes corpos não-padrões são notados ocorrem a hipervisibilidade de algumas características e/ou estereótipos, a ignoração de suas particularidades e deslegitimação que acabam influenciando negativamente na produção do cuidado.

Almeida (2009) em pesquisa acerca de mulheres lésbicas destaca a falta de acolhimento nos serviços de saúde fazendo com que as mesmas não se sintam confortáveis de declarar sobre sua sexualidade, influenciando negativamente as ações de saúde realmente efetivas.

A necessidade de formação e preparo profissional é citada por apenas 8% dos participantes da pesquisa no item “Formulação de políticas para formação e direcionamento programático para equipes e profissionais”, denunciando também o pouco aprofundamento dos profissionais com as problemáticas no cuidado com LGBTQIA+.

O recorte, nas políticas públicas, auxilia na garantia de direitos e no fazer das políticas enquanto ferramentas de prática. Além disso, auxilia os profissionais das redes a compreender as realidades estruturais que não tem contato (PARTICIPANTE p128).

Justificativas de resposta da categoria “talvez”

Dos profissionais entrevistados, apenas 7% responderam “talvez” para a pergunta norteadora “*Você acredita que deveriam existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+ ?*”. As justificativas de resposta se centraram em duas subtemáticas “Foco do cuidado com a diversidade baseado na inclusão” e “Gerando segregação”.

As respostas de 80% dos profissionais 80% se centraram na



subtemática “Foco do cuidado com a diversidade baseado na inclusão”. Os participantes afirmaram que apesar das especificidades da população LGBTQIA+ o melhor caminho seria a inclusão dessas pessoas nas políticas e equipamentos já construídos. Como relata a seguir: “*São populações específicas, com cuidados específicos, mas creio que os serviços devem ser inclusivos. Serviços especializados devem ser apenas um degrau para chegar a isso*” (PARTICIPANTE P100).

A segunda subcategoria “Subcategorias gerando segregação” foi mencionada por 20% dos entrevistados, estes profissionais acreditam que a construção de políticas públicas específicas gera e reafirmar processos de segregação, como evidência fala a seguir:

Creio que devemos trabalhar com a diversidade focada na inclusão, não criar subcategorias para atender o público LGBTI+, que pode gerar mais segregação. Mas também entendo os limites da saúde mental da maneira que se coloca como política hoje e de que nem todos profissionais de saúde estão aptes ao desafio que se coloca (PARTICIPANTE P54).

Entretanto, vale reafirmar que políticas generalistas nem sempre conseguem fornecer e garantir direcionamentos e proteção adequados para grupos marginalizados (MELLO et al, 2013). Diante de um sistema social desigual o princípio da equidade se torna indispensável para o reconhecimento de desigualdades e discriminações presentes no sistema, construindo mudanças para a amenização destas vulnerabilidades levando em consideração as particularidades de grupos marginalizados.

Justificativas de resposta da categoria “não”

Dos profissionais entrevistados, apenas 3% responderam “não” para a pergunta “*Você acredita que deveriam existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTI+?*”. Nesta categoria se encontra apenas uma subtemática nomeada “Inclusão de profissionais qualificados na rede”. A justificativa de resposta desse profissional se centrou no argumento de que, a precarização das práticas de saúde junto à comunidade LGBTQIA+ está mais centrada na falta de qualificação profissional, do que na falta de políticas específicas, como demonstra excerto:

Sou a favor da inclusão de profissionais qualificados para nos atender de forma digna, trabalho com profissionais de saúde com CRM que



mal sabem como dialogar com pessoas como nós (PARTICIPANTE P44).

Como já mencionados em outros tópicos a observação da falta de preparo de profissionais na rede é uma realidade, entretanto, compreendemos que a problemática só será solucionada com a construção e consolidação de políticas públicas que garantam e incentivem esses profissionais a buscarem conhecimentos específicos, seja através de direcionamentos das políticas, inclusão de temas sobre diversidade nos currículos acadêmicos, entre outras ações (MELLO et al, 2012; SANTOS, 2018; BARCHIN et al, 2021).

Representatividade dos profissionais LGBTQIA+

Também vale a pena mencionar a diferença de respostas entre profissionais que se autoidentificam como parte da comunidade LGBTQIA+, em relação aos demais, quando comparados os percentuais de respostas.

Tabela 5: Respostas comparativas à pergunta: “Você conhece políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+?”

Respostas	profissionais LGBTQIA+	profissionais outros
Sim	26 (33%)	9 (17%)
Não	42 (54%)	37 (71%)
Talvez	10 (13%)	6 (12%)

elaboração própria das pesquisadoras

Temos dados que já desviam do padrão, pois na amostra temos mais pessoas auto identificadas da comunidade LGBTQIA+, ou seja, pelo próprio tema da pesquisa, mais pessoas desta comunidade, ou mesmo aquelas interessadas pela temática, se interessaram em participar da pesquisa. Ainda assim, tivemos uma diferença de 17 pontos entre aqueles



representantes da comunidade LGBTQIA+ que responderam conhecer políticas de saúde mental específicas, quando comparamos aos demais.

Em relação a existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+, novamente o percentual em relação a esta afirmação foi maior quando comparados os grupos de profissionais que se identificaram parte da comunidade, quando comparado aos demais.

Tabela 6: Respostas comparativas à pergunta: “Você acredita que deveria existir políticas públicas de saúde mental específicas para a população LGBTQIA+ ?”

Respostas	profissionais LGBTQIA+	profissionais outros
Sim	72 (92%)	46 (88%)
Não	2 (3%)	2 (4%)
Talvez	4 (5%)	4 (8%)

elaboração própria das pesquisadoras

Estes dados reforçam como a representatividade da comunidade LGBTQIA+ junto aos diversos espaços podem contribuir para a transformação dos mesmos a partir do reconhecimento de seu lugar de fala e da experiência, que muitas vezes está mais encarnada que nas formações acadêmicas das diferentes disciplinas.

CONCLUSÕES

Devido aos diversos mecanismos de poder contidos na atual sociedade cisheteronormativa, a população LGBTQIA+ possui sua vivência atravessada por intensos processos de marginalização e opressão, que impactam a qualidade de vida desses sujeitos. Essa discriminação, também é encontrada nos serviços de saúde, devido aos profissionais e as próprias ações de saúde serem orientadas por pressupostos heteronormativos que acabam limitando e/ou impossibilitando o acesso de pessoas LGBTQIA+ para esses serviços.



Através dos dados da pesquisa foi possível observar as diversas lacunas existentes no campo das políticas públicas para esse grupo que geram e intensificam os discursos contra a diversidade, a desinformação dos profissionais de saúde na comunicação e cuidado para o público e a pouca construção de políticas públicas adequadas. Além disso, também denunciou os desmontes e regressão de direitos que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, através da extinção de conselhos e secretarias, da revogação de decretos, de cortes orçamentários, da ampliação do compartilhamento de discursos a favor do conservadorismo, entre outros.

Assim, entendendo as limitações do campo e buscando a produção de possíveis estratégias de amenização dessas fragilidades, o artigo buscou a compreender o entendimento sobre o tema dos profissionais de saúde que trabalham no campo, para que seja possível traçar outros discursos, direcionamentos e ações capazes de produzir resistência e enfrentamentos.

A proposta não visou trazer uma única interpretação dos conceitos e ou esgotar as discussões sobre a temática, e sim apenas promover o debate, contribuindo para o trabalho dos profissionais de saúde, reconhecendo a também fragilidade da própria pesquisa, o presente artigo também sugere futuras articulações e pesquisa.

Vale destacar que o presente artigo é fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica que visando também a produção de resistência usou como estratégia a Tecnologia Social (TS), produzindo o “ Guia informativo para profissionais da saúde para o cuidado à população LGBTQIA+” (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022) que teve como intuito de gerar ferramentas de orientação e auxílio para o cuidado integral desta população através da divulgação de questões relacionadas ao contexto LGBTQIA+ promovendo engajamento ético político dos profissionais de saúde para produzir um cuidado universalizante, equitativo e integral, como dispõe o Sistema Único de Saúde.



REFERÊNCIAS

AMARANTE, P (coord). 1998b. **Loucos pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Panorama/Fiocruz.

ALMEIDA, G. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 2, p. 301–331, 2009. Acesso 20 abril 2023.

ARAÚJO, M. A. L. et al.. Relação usuária-profissional de saúde: experiência de uma mulher homossexual em uma unidade de saúde de referência de Fortaleza. **Escola Anna Nery**, v. 10, n. 2, p. 323–327, ago. 2006. Acesso: 20 abril 2023.

ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE LESBIANAS, GAYS, BISEXUALES, TRANS E INTERSEX (ILGA). **Homofobia de Estado 2019**. MENDOS, Lucas Ramón (org). 13ª edición. 2019. Disponível em: < <https://ilga.org/ilga-launches-state-sponsored-homophobia-2019> >. Acesso em: 31 Mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Assassinatos e violência e violência contra travestis e transexuais brasileiros em 2020**. BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naidier (org). São Paulo- Sp. 2020. Disponível em < <https://antrabrasil.org/assassinatos/> > Acesso em: 30 Mai. 2021

BARCHIN, V. Et al. Percepção de alunos de graduação da área da saúde acerca da abordagem sobre a saúde de LGBTI+:. **O Mundo da Saúde**, v. 45, n. s/n, p. 175-186, 19 maio 2021. Disponível em: <<https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/articloe/view/1081>> Acesso em: 9 de mai 2022.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.



BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília:** Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 30 Mai. 2021.

BRASIL, Lei Nº10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Brasília, 2001 DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 11 maio 2022

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.** Brasília, 2011a. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em: 9 de mai 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n.º 1.820, de 13 de agosto de 2009. **Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília,** 2009b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html> Acesso em: 30 mai. 2021

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília, 2011b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 10 maio. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política nacional de saúde integral de lésbicas,**



gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília: Ministério da Saúde; 2013a. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 24 mai. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde,** Brasília, 2015b. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf>. Acesso em: 9 de maio. 2022

BRASIL, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 10.883, de 6 de Dezembro de 2021. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.** Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10883.htm#art8. Acesso em: 8 Ago 2022

BUTLER, J. **Cuerpos que importan.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2018

CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT, II, 2011. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.** Brasília, 2011. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IIConferenciaNacionaldePoliticasPublicaseDireitosHumanosLGBT.pdf>>. Acesso em: 2 ago 2022



CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Rev. Estud. Fem., vol.10, n.1, Jan. 2002, p. 171-188.

CVV. **Movimento mundial setembro amarelo estimula prevenção do suicídio,** 2016. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/blog/movimento-mundial-setembro-amarelo-estimula-prevencao-do-suicidio/>. Acesso em: 30 mai. 2021

DUARTE, M.O; OLIVEIRA, D. F. S.; IGNÁCIO, K. M. R. Gênero, Raça e sexualidades: Uma proposta de debate interseccional. In: IRINE, B. A. (org.). **Diversidade sexual, Etnico-Racial e de Gênero:** Temas emergentes. 1. ed. Salvador-BA: Devires, 2021. p. 159-176.

DUARTE, A. ; SILVA, C. Humanização e ambiência nos ambulatórios especializados para transexuais. In: **Congresso Brasileiro para o desenvolvimento do edifício hospitalar,** 2018, Curitiba. Anais VIII Congresso Brasileiro Para O Desenvolvimento do Edifício Hospitalar, 2018. v. 8, p. 1-17. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiane-Silva-25/publication/329144457_HUMANIZACAO_E_AMBIENCIA_NOS_AMBULATORIOS_ESPECIALIZADOS_PARA_TRANSEXUAIS/links/5bf7d7df299bf1a0202d40cf/HUMANIZACAO-E-AMBIENCIA-NOS-AMBULATORIOS-ESPECIALIZADOS-PARA-TRANSEXUAIS.pdf. Acesso em: 09 maio 2022.

FÉBOLE, D.S. **A produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBT no SUS.** 2017. 231 f. Dissertação (mestrado em Psicologia)--Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Dep. de Psicologia, 2017, Maringá, PR. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5684>. Acesso em: 24 mai 2022.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: A vontade de saber.** 8º edição. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2019.



FOUCAULT, M, 1926-1984. **Os Anormais**: Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 2013

FREITAS, et al. Dimensões do cuidado à saúde da população LGBTQIA+ ofertado pelos profissionais de saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 3, p. e12114, 18 mar. 2023. Acesso: 20 abril 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2021**. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2022

IRINEU, et al. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. *In*: IRINEU, B. A. (org.). **Diversidade sexual, Etnico-Racial e de Gênero: Temas emergentes**. 1. ed. Salvador-BA: Devires, 2021. p. 103-120.

LIMA, R. A. F. de; SALGUEIRO, C. D. B. L. **Attention to the health of the LGBTQIA+ population aiming the integral access to health services. Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. e376111234597, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34597. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34597>. Acesso em: 20 apr. 2023.

LORDE, A. Não há hierarquias de opressão. *In*: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Difusão Herética Lesbofeminista. s/d. fanzine. Disponível em: <http://bit.ly/2oc713f>. Acesso em: 30 mai.2021

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 9, p.7-28, 2011. Disponível em:



<<https://doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002>>. Acesso em: 9 de mai 2022.

MELLO, L. et al. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-160, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/832>. Acesso em: 6 mai de 2022.

MELLO, L. et al. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**. 2012, n. 39, pp. 403-429. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>>. Acesso em: 30 Mai. 2021.

OTTERLOO, A. et al. **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009.

PRADO, C. C. P., SILVA, C. R., DEPOLE, B. F. **Guia informativo para profissionais da saúde para o cuidado à população LGBTQIA+**. São Carlos: UFSCar/CPOI, 2022. Disponível em: <https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/cpoi/compactados/guia-informativo-para-profissionais-da-saude-para-o-cuidado-a-populacao-lgbtqia_compressed.pdf>

SANTOS, L. F. S. **História do movimento LGBT Brasileiro: Interpretações sobre as dinâmicas da interação entre o movimento social e o estado**. 2018. 106 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em administração pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/39422>. Acesso em: 30 maio 2021.

SOUZA, A. C. J. **Análise sobre acesso e qualidade da atenção integral à saúde de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis na Atenção Básica de Saúde na Cidade do Recife**,



Brasil. 2018. 200f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/32910>>. Acesso em: 7 Abr. 2022

TEIXEIRA, C. A.S. Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão nº 26 e Mandado de Injunção nº 4733: criminalização da homofobia e transfobia, um diálogo entre os movimentos LGBT e o poder público. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13724>. Acesso em: 8 Ago de 2022.

TEIXEIRA-FILHO, F. S; RONDINI, C. A . Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saúde Sociedade.** 2012, v. 21, n. 3. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

VOTELGBT. Diagnóstico LGBT+ na pandemia. Disponível em: <<https://www.votelgbt.org/pesquisas>>. Acesso em: 21 Mai. 2021



Public health policies for LGBTQIA+: What do health professionals say?

ABSTRACT: This article focused on public mental health policies in the Brazilian context. This is an excerpt from a broader quantitative and qualitative research that aimed to understand health professionals about the importance of public mental health policies addressed to the LGBTQIA+ population and the creation of an guide for the care of its entire population. Methodology and methods: A semi-structured online test (QOL) was applied with mental health professionals from different training centers. In this article, we present the thematic analyzes of two questions addressed to understand public mental health policies for the LGBTQIA+ population. Results: The QOL was answered by 132 mental health professionals from different professional groups, of which 60% reported not knowing specific mental health policies for the LGBTQIA+ population, although most respondents understand that it is important to have policies that point out guidelines and specific mental health practices targeted to this population. It is identified that among the professionals who claim to know the intended public health policies, those who declare themselves to be LGBTQIA+ stand out, demonstrating a direct relationship of politically involved and incarnated care to be established between users and LGBTQIA+ professionals.

KEYWORDS: LGBTQIA+. Occupational therapy. Mental health.

Carla PIANCA

Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade Federal de São Carlos. Na graduação realizou atividades de pesquisa e extensão universitária no Laboratório de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional (AHTO) e desenvolveu pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da Universidade Federal de São Carlos.

E-mail: carlaprado.to@gmail.com

Bárbara de Fátima DEPOLE

Mas. e Dra. em Terapia Ocupacional pela Universidade de São Carlos – UFSCAR, SP.
Professora adjunta do curso de Terapia Ocupacional da Centro Universitário Ingá-
Uningá, Maringá- PR.

E-mail: barbaradepole@gmail.com

Carla Regina SILVA



Professora do Departamento de Terapia Ocupacional Universidade Federal de São
Carlos

E-mail: carlars@ufscar.br

Sabrina Helena FERIGATO

Graduada em Terapia Ocupacional (PUC-CAMPINAS), com aprimoramento em
Saúde Mental (Unicamp), mestrado em Filosofia Social (PUC-CAMPINAS),
doutorado em Saúde Coletiva (Unicamp), pós-doutorado em Medicina Preventiva e
Social (USP).

E-mail: sabrinaferigato@ufscar.br

Recebido em: 28/07/2023

Aprovado em: 30/05/2024



ARTIGO



Corpos femininos e loucura: Sofrimento psíquico, relações de gênero e suas interseccionalidades

Ádrea Rodrigues Padilha da Silva, *Universidade da Amazônia*

Adrienne Cristyna Silva dos Santos, *Universidade da Amazônia*

Jhonatan Wélington Pereira Gaia, *Universidade Federal do Pará*

Arina Marques Lebrege, *Universidade da Amazônia*

RESUMO. Este estudo teve como objetivo explorar a associação entre gênero e sofrimento psíquico feminino ao longo da história, em um contexto marcado pela institucionalização da loucura e pela perda da autonomia das mulheres. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa, foram elaboradas duas categorias principais: I) As Mulheres na História da Loucura: a historicidade do sofrimento psíquico; e II) Relações Sociais de Gênero e suas Interseccionalidades como propulsores do sofrimento psíquico. Os resultados indicaram que a relação entre gênero e sofrimento psíquico é complexa e multifacetada, sendo que as mulheres têm sido historicamente subjugadas e oprimidas em relação aos homens, o que tem implicações diretas em sua saúde mental. O estudo destacou a importância de se considerar as perspectivas de gênero na construção de um corpo teórico capaz de contribuir para a prática dos profissionais das áreas da saúde mental e serviços sociais, além de problematizar o conceito de gênero e suas interseccionalidades como ferramentas de análise emancipatória das minorias, condicionados diretamente ao sofrimento psíquico. Essas considerações são relevantes para a compreensão e abordagem do sofrimento psíquico feminino em diferentes contextos sociais e históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Sofrimento psicológico; Saúde da mulher.



Introdução

A relação entre os corpos femininos e o sofrimento psíquico tem sido amplamente explorada na literatura acadêmica. De acordo com Santos (2009), o sofrimento psíquico experimentado por mulheres é reflexo dos valores e normas prevalentes em um determinado período político-histórico, sendo considerado um produto da construção social. Esse adoecimento não é resultado apenas de experiências individuais, mas revela relações de poder que ocorrem em espaços específicos, resultando em diferentes manifestações de sofrimento psíquico entre homens e mulheres. Sendo assim, é necessário compreender que o sofrimento psíquico é uma consequência de papéis e atribuições sociais, incluindo as relações de gênero e raça (ZANELLO; BUKOWITZ, 2012), o que reforça a necessidade de uma abordagem interseccional sobre o tema.

O adoecimento psíquico é um fenômeno histórico que, ao longo do tempo, recebeu diferentes interpretações, desde ser considerado resultado de intervenções divinas a ser associado a demônios na Idade Média (AMARANTE, 2007). As pessoas consideradas loucas foram confinadas em diversos lugares, como prisões, asilos, ruas, igrejas e hospitais. No entanto, com o advento do Renascimento e a concepção do ser humano como um ser racional, a figura do louco passou a ser vista como alguém destituído de razão, o que levou a questionamentos sobre sua humanidade. Esse período foi marcado pela redefinição do lugar social da loucura, com a institucionalização de práticas de isolamento e segregação para aqueles que eram considerados "desviantes" (AMARANTE, 2007).

As práticas institucionalizadas de isolamento e segregação daqueles considerados loucos culminaram no surgimento dos hospitais psiquiátricos e no modelo médico hegemônico de tratamento da loucura, que predominou até o final do século XX (AMARANTE, 2007). Entretanto, a partir das décadas de 1960 e 1970, surgiram movimentos sociais que questionaram essa abordagem e exigiram uma transformação nas práticas de cuidado em saúde mental, dando origem ao movimento da Reforma Psiquiátrica. Nesse contexto, a Reforma Psiquiátrica surge com o intuito de propor uma mudança radical na forma como a sociedade lida com a loucura, valorizando a autonomia e a cidadania das pessoas com transtornos mentais e buscando a substituição do modelo asilar e medicalizante para um modelo mais humanizado (BRASIL, 2005).



Braga e Júnior (2019) afirmam que a Reforma Psiquiátrica e a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os quais são serviços abertos e comunitários de saúde mental, proporcionaram uma nova compreensão da loucura, com intervenções e tratamentos mais adequados e que levam em conta as condições socioculturais e políticas do indivíduo, que passa a ser visto como alguém em sofrimento psíquico. A compreensão do sofrimento psíquico, do ponto de vista da análise sócio-histórica, é resultado de uma construção social que envolve papéis e atribuições sociais, incluindo gênero e raça (ZANELLO; BUKOWITZ, 2012).

Nesse sentido, é estabelecido na literatura que as relações de gênero são construções sociais que refletem desigualdades de poder entre homens e mulheres. Essas relações são determinadas por papéis de gênero impostos socialmente desde o nascimento, os quais regulam quais espaços sociais devem (ou não) ser ocupados por homens e mulheres. Dentro disso, alguns estudos têm demonstrado uma prevalência de determinados marcadores de gênero, que correspondem aos valores e ideais esperados dentro da cultura (ZANELLO; GOMES, 2010; ZANELLO; ROMERO, 2012). Esses marcadores de gênero influenciam na expressão do adoecimento psíquico entre homens e mulheres.

Ao considerar dados epidemiológicos em saúde mental, existem diferenças de regularidade e incidência dos transtornos mentais entre mulheres e homens. Por exemplo, os diagnósticos mais frequentes em mulheres são de transtornos depressivos e ansiosos, enquanto que para os homens a maior prevalência são de comportamentos antissociais e abuso de álcool (BOEFF; CAMARGO, 2020). Uma problemática que está relacionada ao cuidado nos setores de saúde diz respeito ao enviesamento do olhar clínico dos profissionais que realizam diagnósticos em saúde mental, que tendem a julgar e avaliar a partir de certos padrões sociais socialmente internalizados, principalmente relacionados a questões de raça e gênero (ZANELLO; SILVA, 2012). Esse enviesamento leva a níveis de tolerância diferentes para comportamentos considerados adequados para mulheres e homens, bem como para mulheres e homens brancos e não-brancos, e como resultado, pode levar a diagnósticos excessivos de certos transtornos em mulheres e sub diagnósticos em homens, e vice-versa.

A compreensão das relações de poder entre homens e mulheres no contexto social é complexa e requer uma análise que leve em consideração não apenas os aspectos sociais, mas também os históricos. É importante



considerar que os marcadores sociais, tais como gênero e raça, são influenciados pelas estruturas de poder que se estabeleceram ao longo da história, e que atuam tanto no âmbito público quanto privado (BOCK, 2007). Nesse sentido, a interseccionalidade surge como uma possibilidade de entender como os sistemas de opressão afetam as mulheres brancas e não-brancas e suas identidades, interligando aspectos de raça, gênero e classe (OLIVEIRA, 2020), e também busca investigar como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais de gênero em sociedades diversificadas, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Com base nisso, temos como objetivo geral responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como os marcadores de gênero e suas interseccionalidades podem influenciar no sofrimento psíquico de mulheres? A investigação deste tema é considerada relevante e pode contribuir diretamente para os estudos psicossociais, bem como para possíveis mudanças no campo da saúde mental, no que se refere à forma como o sofrimento feminino é percebido e abordado pelos profissionais de saúde. Isso pode auxiliar no aprimoramento dos serviços, potencializar a escuta terapêutica e proporcionar um olhar mais crítico para esses profissionais, tendo em vista que as instituições tendem a reproduzir o meio social da mesma forma que este se sustenta nos modos de subjetivação, sentidos e práticas no entrecruzamento das percepções relacionadas à saúde mental, gênero e raça.

Método

Realizamos uma investigação por meio de uma pesquisa bibliográfica narrativa, que tem sido descrita como um método adequado para descrever e discutir o desenvolvimento ou "estado da arte" de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual (ROTHER, 2007). As revisões narrativas consistem na análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e/ou eletrônicas, sendo seguidas pela interpretação e análise crítica das evidências incluídas (MARIANI; MATTOS, 2012; ROTHER, 2007). Buscamos investigações que abordam o sofrimento psíquico e o conceito de gênero e suas interseccionalidades, por meio da consulta às bases de dados da SciELO, Pepsic e Google Scholar. Diante disto, visamos identificar de que maneira os marcadores de gênero e suas interseccionalidades têm influenciado o sofrimento psíquico feminino ao longo da história.



Resultados

Os resultados da pesquisa bibliográfica narrativa indicam que os marcadores sociais de gênero e raça influenciam o sofrimento psíquico de mulheres de maneiras complexas e interseccionais. Com base na análise dos estudos incluídos, a presente revisão narrativa foi dividida em duas seções: I) As Mulheres na História da Loucura: A historicidade do sofrimento psíquico; e II) Relações Sociais de Gênero e suas Interseccionalidades como propulsores do sofrimento psíquico.

As mulheres na história da loucura: a historicidade do sofrimento psíquico

A obra *História da Loucura* (1978) de Michel Foucault apresenta um panorama do contexto histórico que levou a criação do que hoje conhecemos como hospitais psiquiátricos e à visão social sobre a loucura. Foucault estabelece uma relação entre o surgimento dos leprosários na Alta Idade Média e a posterior adoção de princípios morais de exclusão em relação à loucura. Por meio de sua análise, o autor busca compreender como a loucura foi gradualmente estigmatizada e reprimida pela sociedade, e como essa repressão se manifestou na forma de instituições de confinamento e controle daqueles considerados loucos. A obra de Foucault é de grande importância para a compreensão da história da psiquiatria e da saúde mental, assim como para a compreensão do papel da loucura na construção social e cultural da modernidade.

De acordo com Foucault (1978), as estruturas de exclusão criadas para os doentes de lepra foram utilizadas ao longo da história para marginalizar também outros grupos sociais, como os pobres, portadores de doenças venéreas, presidiários, mulheres e aqueles ditos loucos. Essa exclusão era considerada necessária para tratar ou corrigir comportamentos que eram vistos como desvios da norma, de acordo com preceitos morais instituídos por determinado grupo social. No caso das mulheres, essa exclusão era ainda mais intensificada devido às relações de gênero que, inseridas em uma sociedade patriarcal, utilizava critérios diferentes para orientar a construção da ideia de loucura e normalidade (REIS, 2021).

No século XVII, o Hospital Geral de Paris foi criado, em uma tentativa de organizar o espaço público. Com isso, juntamente com outros grupos marginalizados, os loucos foram internados, estabelecendo assim



a ideia de que as terras de internamento eram destinadas a eles (FOUCAULT, 1978). Todavia, esse processo ainda não colocava em questão a relação da loucura com a doença, e isso só irá aparecer com o ato de Philippe Pinel, quando a psiquiatria foi inaugurada como uma especialidade médica a partir da publicação do "Tratado Médico-Filosófico sobre Alienação Mental", em 1801 (TORRE; AMARANTE, 2011). A partir desse momento, surgem os asilos para alienados mentais, que visavam isolar o indivíduo louco para que o mesmo pudesse recuperar a razão e se livrar de sua loucura, e os ambientes hospitalares, que no início eram vistos como instituição filantrópica, aos poucos passaram a assumir o papel de instituição médica (AMARANTE, 2007; RAMMINGER, 2002). Dessa forma, com a institucionalização nos hospitais psiquiátricos, os loucos assumem papéis importantes que precisam ser compreendidos para entender as marcas da loucura na atualidade.

Dentro do contexto histórico da loucura, as questões de gênero estão amplamente relacionadas às internações ocorridas no século XIX. Ao longo da história, critérios distintos foram utilizados para definir o que eram problemas de saúde mental e as formas de tratamento para homens e mulheres que experimentavam a loucura até o início do século XX (FREITAS, 2021). No caso das mulheres, a ideia de institucionalização visava não somente controlar a loucura, mas também seus corpos e sexualidade, a fim de que pudessem ocupar uma posição discreta e invisível que garantiria normalidade e tranquilidade para a sociedade patriarcal (VIEIRA, 2002). A loucura era vista como um estereótipo feminino, que desmerecia a figura da mulher, enquanto a medicalização permitia ações interventoras sobre o corpo feminino, buscando construir uma subjetividade feminina dócil e manipulável, para que as mulheres pudessem ser úteis dentro de um Estado que tinha interesse em manter as mulheres nesse lugar e para que as figuras masculinas pudessem manter seus espaços de privilégios (FOUCAULT, 2020).

Durante o século XIX, a psiquiatria foi responsável por redefinir e retomar muitas crenças morais, com o corpo e a sexualidade da mulher se constituindo como alvo prioritário das intervenções normatizadoras de médicos e alienistas (MOMBERG; GARCIA, 2019). A construção da imagem feminina delicada, doce, frágil e recatada foi feita a partir da disseminação da correlação entre a mulher e a natureza, com aquilo que seria visto como natural (DEL PRIORE; BASSANEZI, 2007). Assim, a loucura nas mulheres era atribuída a todo comportamento considerado



como antinatural, e aquelas que desviavam da norma social eram constantemente diagnosticadas e associadas com a histeria, rebeldia, e faziam parte dos grupos subjulgados como desviantes. As mulheres que não se adequavam ao papel social instituído a elas eram hospitalizadas e submetidas a medidas normatizadoras, que visavam manter o controle e a dominação social (AMARANTE, 2007).

A partir do século XIX, como resultado da constante associação das doenças mentais à feminilidade, houve um aumento significativo na internação de mulheres em hospitais psiquiátricos (GARCIA, 1995). Dentro dessas estruturas, os estereótipos de gênero existentes continuaram a ser reforçados, pois enquanto para os homens eram oferecidas diversas opções de tratamento, como atividades ao ar livre, para as mulheres a cura era atribuída ao trabalho doméstico (CUNHA, 1986). No Brasil, o Hospício D. Pedro II foi criado em 1852 e a primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados foi promulgada em 1912. Durante esse período, surgiram também os primeiros questionamentos sobre a forma como os tratamentos eram conduzidos nos manicômios. A médica psiquiatra Nise de Silveira se destacou como pioneira em pesquisas e desenvolvimento de práticas clínicas humanistas para pacientes dos hospitais psiquiátricos (CASTRO; LIMA, 2007). No entanto, mesmo ocupando um papel ousado e inovador para uma mulher, ela enfrentou grande desaprovação da comunidade médica, em grande parte devido ao machismo, preconceito e estereótipos de gênero na sociedade, que desvalorizam a figura feminina como ser racional e competente profissionalmente (SALVAGNI et al., 2018), e não se viu livre de ser rotulada como bruxa e louca por se recusar a seguir os padrões patriarcais vigentes, que acata e valoriza as decisões tomadas por figuras masculinas.

Consideramos que a atuação da Nise da Silveira, como uma das mulheres pioneiras na atenção da saúde mental, torna-se expoente ao aventurar-se não só no campo da medicina, dado incomum à época, mas especialmente por fazê-lo de forma tão audaciosa e criativa. Ousar ser mulher, de esquerda, numa área que era designada apenas a homens (possivelmente em sua maioria conservadores), nos faz ter noção do tamanho da sua transgressão, essa que foi ainda maior quando se arriscou a usar métodos contra hegemônicos no cuidado à saúde mental (SALVAGNI et al., 2018, p.33).

As mulheres ultrapassaram limites sempre que tentaram competir com os homens, pois isso sempre foi visto como ameaça ao patriarcado, e para que essa estrutura continuasse se mantendo, foi necessário inferiorizá-las. A loucura foi uma forma de controle utilizada para esse



fim, por meio de um discurso alienista que intensificou o patriarcado e a subordinação das mulheres. Diante disto, observamos que o patriarcado é um sistema social e cultural que historicamente oprime as mulheres, limitando sua existência e perpetuando a dominação masculina, e dentro desse contexto, o machismo é definido como um conjunto de representações simbólicas que legitima a relação de poder e dominação do homem sobre a mulher, que atua como um agente diretamente envolvido nesse processo de subordinação (COSTA, 2004; DRUMONT, 1980).

A despeito das críticas de Nise da Silveira sobre o tratamento dado aos indivíduos considerados loucos em instituições psiquiátricas, várias instituições com bases manicomiais foram estabelecidas em todo o país, como o Hospital Colônia de Barbacena, considerado o maior manicômio do Brasil, que funcionou de 1903 a 1980, e foi responsável pela morte de aproximadamente 60 mil pessoas (PERON, 2013). Durante a Ditadura Militar, os critérios médicos foram gradativamente abandonados para a internação no Hospital Colônia, que se transformou em um espaço social e político de supressão, confinamento, sofrimento e violência, com suas imagens lembrando um campo de concentração nazista. Podemos relacionar essa realidade ao Grande Enclausuramento de Michel Foucault, que teve como objetivo interromper a comunicação com a loucura e estabelecer funções para a manutenção da ordem social e exclusão (NETO; DUNKER, 2017). Segundo a autora Daniela Arbex (2019), cerca de 70% dos pacientes internados no Colônia não tinham diagnóstico de doença mental. Em relação às mulheres, a autora afirma que:

Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento (ARBEX, 2019, p. 13 e 14).

A relação entre a feminilidade e a loucura em instituições como o Hospital de Barbacena é uma questão social que se conecta com as relações de gênero dentro de preceitos culturais e morais do Brasil. Nesse contexto, o corpo feminino é muitas vezes desvalorizado, medicalizado e institucionalizado em situações que confrontam os padrões machistas, heteronormativos e racistas presentes na sociedade brasileira. Essa realidade evidencia o extremo machismo e misoginia presentes no país, e demanda uma reflexão sobre as normas culturais que sustentam essa opressão de gênero (MOMBERG; GARCIA, 2019).



No período entre 1978 e 1980, a realidade dos manicômios no Brasil começou a ser questionada, especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), que denunciou o sistema nacional de assistência psiquiátrica por práticas de tortura, fraudes e corrupção durante o governo militar (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007). O objetivo do movimento era promover mudanças na assistência psiquiátrica por meio da organização de encontros, reuniões, associações de classes, entidades e outros setores da sociedade, e assim, estabelecer um espaço de luta não institucional. Em outubro de 1978, com a realização do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, viu-se a oportunidade de organizar nacionalmente os movimentos que já estavam surgindo em diversos estados do país (AMARANTE, 1998). Dessa forma, foram feitas diversas articulações e constituídos núcleos do movimento, culminando em 1993 na realização do I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial em Salvador-BA, consolidando o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007). O MNLA foi um projeto que visava transformar a psiquiatria e organizar o campo corporativo em torno da luta pela reforma psiquiátrica no Brasil.

O Movimento Antimanicomial busca transformar a relação entre a sociedade, os indivíduos considerados loucos e a loucura, com base em aspectos da Reforma Psiquiátrica (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007). A RP consiste em estratégias de desinstitucionalização, onde o manicômio deixa de ser a única opção para lidar com o sofrimento psíquico, sendo substituído por estruturas não-hospitalares mais humanizadas e com objetivos distintos da segregação e violência, o que permite delinear um novo espaço social para a loucura na cultura brasileira (AMARANTE; NUNES, 2018). Mendes e Ribeiro (2022) discutem sobre esse processo de transformação, que é uma das principais bandeiras do Movimento Antimanicomial. Essa reforma tem como objetivo principal superar o modelo asilar e desumanizante que era predominante nas instituições psiquiátricas do país, em que as pessoas com transtornos mentais eram segregadas do convívio social e submetidas a tratamentos desumanos e muitas vezes violentos.

No Brasil, durante a década de 1980, período de redemocratização após o fim da Ditadura Militar, surgiram propostas governamentais de reforma na área da saúde (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Como resultado, foram elaborados documentos importantes, como as Diretrizes para a área de Saúde Mental, criadas pelo Ministério da Saúde, que visavam apresentar uma nova forma de lidar com o sofrimento psíquico no país



(BRASIL, 2001). A lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei Paulo Delgado ou Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica, também foi implementada, para proteger os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e promover mudanças no modelo assistencial em saúde mental (BRASIL, 2001). O programa "De volta para casa", criado em 2003, teve como objetivo reintegrar socialmente pessoas que haviam sido internadas por longos períodos em hospitais psiquiátricos, oferecendo auxílio-reabilitação psicossocial (BRASIL, 2005). Essas iniciativas foram importantes para a consolidação da Reforma Psiquiátrica no Brasil e para a busca por uma assistência em saúde mental mais humanizada e integrada à sociedade.

Em suma, a Reforma Psiquiátrica propõe uma mudança de paradigma, com a adoção de uma abordagem que valorize a integralidade do ser humano, o respeito aos direitos humanos e a participação ativa da pessoa com transtornos mentais em seu tratamento. Isso implica em um conjunto de ações voltadas para a promoção da saúde mental, a prevenção de doenças mentais, o atendimento em serviços de saúde comunitários e a garantia de direitos civis e sociais às pessoas com transtornos mentais. Dentro disso, o Movimento Antimanicomial busca construir uma nova cultura de cuidado em saúde mental.

Após a implementação das diretrizes da Reforma Psiquiátrica no Brasil, surgiram novos modelos de assistência à saúde mental que visavam práticas mais humanizadas e integradas. O primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) foi criado em São Paulo, e a partir disso, outros serviços semelhantes foram desenvolvidos em rede com o objetivo de oferecer uma atenção integral à saúde mental (ERIKSON; DE SOUSA, 2020). Esses serviços representaram uma mudança significativa na assistência em saúde mental, proporcionando um espaço de acolhimento, cuidado e promoção de autonomia para as pessoas em sofrimento psíquico (ERIKSON; DE SOUSA, 2020).

A partir da promulgação da Portaria nº 3.088 em 2001, houve o surgimento de uma nova organização de serviços e práticas que propõem cuidados completos e contínuos, integração e interação de serviços e a construção de vínculos horizontais, contrapondo-se às práticas clínicas e manicomiais: a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (LIMA; GUIMARÃES, 2019). Segundo Sampaio e Júnior (2021), a RAPS foi criada como proposta organizativa dos serviços de saúde mental no Brasil, e representa a consolidação da Reforma Psiquiátrica no país e da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), além de uma grande vitória para o



Movimento Antimanicomial, ao garantir às pessoas que sofrem com transtornos mentais e aos usuários de álcool e outras drogas atendimento integral, humanizado e uma nova perspectiva sobre a loucura (NÓBREGA; MANTOVANI; DOMINGOS, 2020).

A luta Antimanicomial está relacionada à luta feminista, já que ambas representam resistência ao controle sobre os corpos e mentes, especialmente de mulheres, que muitas vezes são institucionalizadas e rotuladas como histéricas e loucas por desafiar o modelo patriarcal. Na área da saúde mental, mulheres têm protagonizado essa luta, com o objetivo de promover o debate sobre a forma como o sofrimento feminino é acolhido nas instituições e repensar práticas que possam contribuir para romper estereótipos e ciclos de violência de gênero, muitas vezes perpetuados pelo próprio sistema (REIS, 2021).

O movimento da luta antimanicomial tem como um dos objetivos principais acabar com a institucionalização e controle excessivo sobre os corpos dos indivíduos não havendo como não levar em consideração as questões de gênero, classe e raça para que violências não continuem sendo reproduzidas (MOMBERG; GARCIA, 2019). Dessa forma, a Reforma Psiquiátrica, unida à luta feminista, busca quebrar estruturas, na luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos na construção de suas condições sociais (REIS, 2021). É importante destacar que as questões de gênero, classe e raça são fundamentais para a compreensão das violências reproduzidas pelo sistema, sendo essencial uma abordagem interseccional que leve em conta todas essas dimensões (MOMBERG; GARCIA, 2019). Desse modo, a luta antimanicomial não é apenas um movimento pela reforma do modelo de atendimento em saúde mental, mas também uma luta política por mudanças sociais mais amplas.

Portanto, é fundamental compreender a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica como movimentos políticos que não se restringem ao campo da saúde mental, mas que dialogam com outras lutas sociais, como a luta feminista, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. É fundamental, portanto, a busca por novas formas de desconstrução das opressões, gerando garantia de assistência integral e humanizada para todas as pessoas. Dessa forma, o próximo tópico a ser discutido é a associação entre as relações sociais de gênero e o sofrimento psíquico, evidenciando a importância de considerar as interseccionalidades na compreensão e tratamento da saúde mental da mulher.



Relações sociais de gênero e suas interseccionalidades como propulsores do sofrimento psíquico

É importante ressaltar que a construção social dos papéis de gênero afeta a saúde mental tanto de homens quanto de mulheres, porém as mulheres são particularmente afetadas por serem socialmente colocadas em uma posição de subalternidade e desvalorização. A literatura acadêmica aponta que o gênero deve ser considerado como uma categoria analítica para compreender a saúde mental feminina, pois a opressão e a discriminação que as mulheres sofrem na sociedade afetam diretamente a sua saúde mental, visto que mulheres foram culturalmente socializadas de maneiras adoecedoras (NICHOLSON, 2000). Desse modo, é necessário um olhar mais amplo e crítico para além do diagnóstico e tratamento patologizante e individualista, para que as intervenções possam ser feitas de forma mais abrangente e que contemplem as dimensões sociais, culturais e históricas do adoecimento.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2010), o gênero é um dos marcadores sociais que determinam a saúde, sendo que a desigualdade de gênero pode levar a desigualdades em saúde. Desde 1997, a OMS recomenda que todas as políticas e práticas desenvolvidas sejam guiadas pela perspectiva de gênero, o que tem estimulado a elaboração de políticas públicas para reduzir essas desigualdades na área da saúde (WHO, 2010). Além disso, percebe-se um crescimento na quantidade de estudos e pesquisas que buscam entender como as relações de gênero afetam as práticas sociais e os seus impactos na saúde.

Butler (2018) define gênero como uma construção performática do corpo, na qual os atos estilizados e repetidos produzem a aparência de uma identidade de gênero natural. Essas performances são transmitidas por meio de tecnologias sociais e políticas que constroem sujeitos em homens e mulheres, ou seja, em papéis sociais específicos. Butler e Lourties (1998) defendem que as experiências individuais das mulheres não são apenas pessoais, mas estão situadas em contextos culturais mais amplos que as capacitam e habilitam em caminhos insuspeitados.

Dessa forma, as investigações sobre gênero e saúde mental buscam entender como as relações sociais de gênero moldam as experiências de sofrimento psíquico de mulheres, além de questionar a concepção tradicional de saúde mental feminina. Ao desarticular a visão da mulher como um ser unicamente biológico, limitada a sistemas



hormonais e a papéis tradicionais de gênero, o estudo propõe uma nova perspectiva, considerando-a como um sujeito marcado por relações sociais e experiências de sofrimento psíquico (ZANELLO; ANDRADE, 2014). Esse diálogo entre os campos da saúde mental e dos estudos de gênero é importante para avançar na compreensão das desigualdades de gênero em saúde e no desenvolvimento de políticas públicas que promovam a equidade de gênero (LUDERMIR, 2008).

As questões relacionadas à construção das subjetividades femininas têm sido amplamente discutidas no âmbito acadêmico e social, especialmente no que se refere aos papéis de gênero e às expectativas sociais que recaem sobre as mulheres. Nos estudos e pesquisas sobre gênero e construção das subjetividades, Zanello (2020) utiliza os termos dispositivo amoroso e dispositivo materno para analisar a subjetividade feminina na cultura atual. O dispositivo amoroso refere-se à relação das mulheres consigo mesmas mediada por um olhar masculino que as aprove. A autora utiliza a metáfora da "prateleira do amor", onde mulheres são avaliadas de acordo com um ideal estético branco, loiro, jovem e magro, que é cruelmente desigual entre elas. Assim, o amor romântico, influenciado pelas relações de poder, torna-se identitário para as mulheres, que pagam caro para serem vistas e escolhidas por um homem, pois isso implica em serem validadas enquanto mulheres. Isso leva ao desempoderamento feminino e à performance de papéis dóceis, amáveis, devotados e, acima de tudo, amantes, transformando o amor romântico em razão e objetivo de vida (ZANELLO, 2023).

Além disto, Zanello (2016) destaca o papel do dispositivo materno na construção da subjetividade feminina, visto que também retrata a experiência do ser mulher na sociedade. A autora enfatiza que a maternidade, destinada culturalmente às figuras femininas, não se restringe apenas a função de cuidar e criar os filhos, mas também engloba a domesticidade e a responsabilidade pelos cuidados com outros membros da família e com a comunidade em geral. Isso se deve à naturalização de que as mulheres são as responsáveis por essas tarefas, o que gera para elas acúmulo de funções e uma sobrecarga de trabalho. Além disso, essa naturalização contribui para a manutenção de estereótipos de gênero, nos quais a figura feminina é associada à ideia de cuidado e afeto, reforçando a desigualdade de gênero na sociedade (ZANELLO, 2016). Sendo assim, os dispositivos amorosos e maternos surgem a partir dos papéis sociais de gênero que são impostos às mulheres, e dessa forma, a vivência do amor romântico e do cuidado com



outras pessoas mantêm e reforçam desigualdades de gênero. Isso significa que os comportamentos socialmente esperados das mulheres, relacionados ao cuidado com o outro, acabam por delimitar e reforçar espaços sociais distintos e desiguais para homens e mulheres, tanto no campo da afetividade quanto em outras esferas sociais (ZANELLO, 2020).

Nesse sentido, os termos dispositivo amoroso e dispositivo materno propostos por Zanello (2020) são relevantes para compreendermos as formas como as mulheres são subjetivadas em nossa cultura. O dispositivo amoroso, em particular, é um aspecto crucial para a compreensão da opressão feminina, já que essa subjetivação é mediada pelo olhar masculino e pelos estereótipos de beleza impostos pela sociedade. A metáfora da "prateleira do amor", apresentada por Zanello (2023), revela como as mulheres são enquadradas em padrões eurocêntricos e inatingíveis, na procura por valorização e a validação por parte de figuras masculinas. Isso gera uma pressão constante sobre as mulheres, que são levadas a investir grande parte de seu tempo e recursos na busca por uma aparência que se encaixe nesses padrões, mesmo comprometendo sua saúde física e mental. É importante destacar que o dispositivo amoroso é apenas um dos muitos mecanismos de opressão que atuam sobre as mulheres em nossa sociedade, mas no entanto, compreender as formas como ele opera e como as mulheres são subjetivadas a partir desse dispositivo é fundamental para que possamos desenvolver estratégias efetivas de resistência e empoderamento feminino. É preciso romper com os estereótipos de gênero e construir possibilidades que permitam às mulheres serem vistas e valorizadas por suas individualidades pessoais e profissionais.

Segundo Zanello e Silva (2012), há uma relação significativa entre Transtornos Mentais Comuns (TMCs) e questões de vulnerabilidade social em mulheres, especialmente aquelas que são negras, possuem baixa escolaridade e exercem profissões socialmente consideradas subalternas e desqualificadas. A naturalização desses marcadores de gênero resulta na patologização de problemas sociais, que desqualifica a fala das pessoas, transformando suas queixas emocionais e corporais em sintomas (MARTINS; COSTA; PAIVA, 2003; ZANELLO; ANDRADE, 2014; ZANELLO; MARTINS, 2010). Consequentemente, é problemático utilizar critérios diagnósticos neutros que não considerem questões de gênero, estereótipos, valores e ideais na formação do próprio sintoma, pois a construção do sujeito está intrinsecamente ligada às relações sociais de gênero (ZANELLO; ANDRADE, 2014). Dessa maneira, é importante



considerar a influência dessas relações no diagnóstico e tratamento de problemas de saúde mental de homens e mulheres.

A concepção essencialista, baseada na ideia de “mulher universal”, tem sido substituída por abordagens que consideram as interseccionalidades, como gênero, raça/etnia e classe social (FERRARA, 2019). A investigação feminista sobre gênero também tem sido crucial para trazer à tona questões sobre concepções machistas e patriarcais que perpetuam relações sociais de poder e desigualdade de gênero. Entretanto, apesar de seu papel revolucionário, mesmo o movimento feminista tem sido criticado por não abranger completamente as necessidades de outras minorias, como as mulheres negras (VELASCO, 2019).

As pesquisadoras feministas negras argumentam que o conceito de gênero, por si só, não é capaz de explicar as violências e opressões vivenciadas pelas mulheres negras, que sofrem discriminações que resultam da intersecção do racismo com as desigualdades socioeconômicas (CARNEIRO, 2015). As exclusões enfrentadas por mulheres negras ocorre de maneiras distintas, e o movimento feminista muitas vezes nega e não reconhece o protagonismo e o espaço de fala dessas mulheres. Ademais, a solidariedade machista entre homens negros e brancos agrava a exploração das mulheres negras (CARNEIRO, 2003). Sendo assim, o conceito de interseccionalidade é fundamental para entender a complexidade das opressões enfrentadas por mulheres que pertencem a mais de uma minoria social, referindo-se à interação e sobreposição de diferentes sistemas de opressão, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outros, e constituindo o conceito de interseccionalidade como campo de investigação capaz de gerar engajamento crítico de feministas segundo diferentes perspectivas (RODRIGUES, 2013).

Portanto, essas representações interseccionais são relevantes devido às relações culturais, identitárias, de conhecimento e poder que as envolvem, pois constituem uma prática simbólica tão importante quanto a base material e econômica na formação de sujeitos sociais e eventos (HALL, 2016), sendo capazes de regular, criar ou construir identidades e subjetividades. O reconhecimento dos privilégios existentes na sociedade entre gêneros e raças, bem como dentro do movimento feminista, mostra a importância de entender como as mulheres brancas e negras vivenciam e experimentam as desigualdades sociais de gênero e, por consequência, o sofrimento psicológico (GIACOMINI, 1988).



Uma abordagem que busca compreender as desigualdades sociais e de poder que afetam a vida das mulheres negras e as colocam em uma posição de sofrimento é o movimento feminista decolonial, que busca analisar as heranças coloniais que ainda afetam essas mulheres atualmente (VERGÈS, 2020). A concepção colonial de gênero colocava os homens europeus brancos burgueses como civilizados e plenamente humanos, enquanto mulheres não-brancas eram consideradas inferiores e não humanas (LUGONES, 2014). Essa lógica está presente no capitalismo colonial e imperialista, que coloca as mulheres não-brancas em posição de inferioridade e as exclui do modelo de humanidade, que é centrado no homem branco, burguês e eurocentrado (VAREJÃO et al., 2020). O movimento feminista decolonial busca, então, problematizar e superar essas heranças coloniais e construir novas formas de pensamento e ação que considerem as múltiplas identidades e experiências das mulheres (VERGÈS, 2020).

A autora Lugones (2014) discute a concepção colonial de humanidade, que reforça a posição de inferioridade das mulheres não-brancas. Essa concepção é responsável por classificar os povos indígenas das Américas e os escravizados como espécies não humanas, animais e selvagens, enquanto o homem europeu se torna um sujeito apto a decidir sobre a vida pública e ao governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, de mente e razão. A mulher europeia burguesa, por sua vez, é vista como alguém que reproduz a raça e o capital por meio de sua pureza sexual, passividade e submissão ao homem branco europeu burguês. Essa lógica colonial dissemina a ideia de raça, que continua a afetar a vida das mulheres negras e não-brancas nos dias atuais (LUGONES, 2014).

Sendo assim, mulheres negras e não-brancas experimentam uma opressão dupla, de gênero e raça, pois a cultura em que vivemos reflete uma perspectiva branca-eurocêntrica que considera o termo "mulher" como universal, o que leva a práticas universalistas que ignoram as formas de opressão decorrentes do racismo (FERRARA, 2019). A branquitude aparece também como traço identitário, porém marcado por um lugar de privilégio para mulheres brancas, que estão imunes a certas formas de opressão, enquanto as mulheres não-brancas são inferiorizadas, o que leva à negação de seus saberes, de si mesmas e de seus corpos (RIBEIRO, 2019). Dessa forma, a noção de raça, originada da lógica colonial, estabelece relações de poder que subjuguem determinados grupos sociais e também está interligada ao patriarcado. Esse entrelaçamento de poderes resulta em sofrimentos e violências decorrentes da dominação masculina



sobre os corpos femininos e suas sexualidades, o que é explicado por Lugones (2014) por meio da análise das relações de poder que se constroem a partir das categorias de raça e gênero na sociedade.

Na década de 70, o movimento feminista evidenciou que as questões de classe e gênero eram fundamentais em suas lutas políticas, mas a raça não estava em foco, o que tornou-se uma forma de inviabilização para as mulheres negras, que, diante disso, passaram a refletir sobre as diferenças de concepções e práticas políticas às quais tinham acesso e a produzir reflexões de luta antirracista e possibilidades de enfrentamento do patriarcado, constituindo a reivindicação histórica do feminismo negro (CARNEIRO, 2015; RODRIGUES, 2013). Portanto, a interseccionalidade de gênero e raça se torna uma forma de olhar para as mulheres em toda a sua diversidade, tanto em relação às possibilidades como em relação às opressões (D'OLIVEIRA; CAMARGO, 2013). No que se refere a interseccionalidade como ferramenta de análise, a mesma:

Considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p.14).

O debate interseccional tem como objetivo compreender a construção da identidade, considerando a importância da raça como um fator crucial antes mesmo das identidades de gênero. Isso ocorre porque a adequação aos padrões exigidos é fundamental para que os sujeitos sejam compreendidos como tais. O gênero, por sua vez, produz identidades e constrói a coerência daqueles que se auto identificam, excluindo aqueles que não se enquadram nesse modelo. Essa performance de gênero pode ser estendida a todos os aspectos da vida, desde processos estéticos, relacionamentos, características e, inclusive, a própria raça (BUTLER, 2018).

A adoção de práticas decoloniais para intervenções na área da saúde implica em uma postura de resistência diante das perspectivas socialmente estabelecidas. Ao se pensar em feminismo decolonial, é possível propor uma transformação das relações de colonialidade que subjugam mulheres não-brancas, contribuindo assim para a discussão sobre interseccionalidades, que considera que a experiência do sofrimento é diversa e reflete as heranças coloniais (RAMOS; GONZALEZ, 2017).

Ademais, ocupar um corpo feminino implica em estar em constante estado de alerta em relação ao seu corpo e sua segurança, fator



que também pode ser gerador de sofrimento psicológico, visto que a violência contra mulheres é um problema recorrente, perpetuado por relações de poder que legitimam a violência como uma forma de controle e dominação (LUCCHESE; SILVA; AVOGLIA, 2017). A violência contra a mulher é considerada a forma mais comum de violência de gênero, uma vez que as mulheres são as principais vítimas. Essa violência pode se manifestar de várias maneiras, incluindo danos físicos, sexuais, simbólicos, morais, psicológicos e econômicos, dentre outros, que muitas vezes estão interconectados, mas que raramente são divulgados ou validados pelo público em geral (LUCCHESE; SILVA; AVOGLIA, 2017)

O risco iminente de ter seu corpo invadido, violentado ou desrespeitado pode gerar um constante estado de medo e insegurança em mulheres, especialmente em locais públicos, levando a uma limitação da sua liberdade de movimentação e de expressão, enquanto a falta de reconhecimento e a naturalização de violências pode intensificar o sofrimento psíquico, pois as mesmas muitas vezes não encontram apoio e validação para os traumas que sofreram (LUCCHESE; SILVA; AVOGLIA, 2017). É importante ressaltar que a violência não é uma questão individual, mas sim uma problemática histórica e cultural, que se sustenta socialmente no estabelecimento de poder e controle (FERNANDES; NATIVIDADE, 2020).

Além disso, é fundamental reconhecer que a violência contra as mulheres afeta de forma desproporcional as mulheres negras, indígenas e de outras minorias étnico-raciais, que enfrentam uma dupla opressão, de gênero e raça. Posto isso, a inclusão da interseccionalidade na análise da violência de gênero é fundamental para entender e combater as múltiplas formas de discriminação que afetam mulheres de diferentes raças, etnias, orientações sexuais e status socioeconômicos (STELZER; KYRILLOS, 2021). Uma abordagem interseccional despatologizante do sofrimento psíquico propõe uma contextualização do problema em uma perspectiva social, permitindo um trabalho interdisciplinar para abordar as questões de discriminação de gênero e raça (RAMOS; GONZALEZ, 2017).

A interseccionalidade se mostra como uma importante ferramenta para uma compreensão mais ampla e complexa dos impactos da violência de gênero na vida das mulheres. Assim, é preciso garantir o acolhimento dessas mulheres, oferecendo espaços seguros e eficazes para que possam relatar suas experiências e buscar ajuda, sem que haja a minimização ou a negação de seus sofrimentos. Além disso, é fundamental a promoção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero, que não



legítima a violência e que valorize a diversidade e a pluralidade de vivências feminina, compreendendo assim, que a violência de gênero é um problema grave que afeta a vida de muitas mulheres, gerando sofrimento psicológico e físico. Para lidar com esse problema, propõe-se a adoção de práticas decoloniais e interseccionais que permitam uma compreensão mais ampla do problema e uma abordagem que leve em conta as diferentes formas de discriminação que afetam as mulheres, e isso envolve a criação de políticas públicas e programas de intervenção que considerem a diversidade das experiências femininas e promovam inclusão e acolhimento, independentemente de raça, etnia ou orientação sexual. A implementação dessas práticas requer um compromisso firme dos governos, instituições e da sociedade como um todo, bem como o envolvimento e a colaboração de profissionais de diferentes áreas, incluindo psicólogos, assistentes sociais, médicos e ativistas de direitos das mulheres.

Considerações Finais

O presente estudo discutiu as relações de gênero e suas interseccionalidades ao longo da história, sendo às vezes considerados como ferramentas de análise e outras vezes como ferramentas emancipatórias das minorias, ambos condicionados diretamente ao sofrimento psíquico. Observamos que ocupar um corpo feminino é sinônimo de sofrimento psíquico e que não há aspectos da vida de mulheres que não estejam atrelados a ele de maneira direta ou indireta. Foi possível identificar que os marcadores de gênero e suas interseccionalidades impactam diretamente no sofrimento psíquico feminino, e que isso foi construído historicamente. Essa relação entre mulheres e loucura é histórica, mas tem sido desconstruída pelo movimento feminista aliado à luta antimanicomial. Por fim, consideramos que ainda é necessário um maior aprofundamento em relação aos temas abordados a partir de um contexto integral. Além disto, são necessárias mais pesquisas primárias considerando as perspectivas de gênero para a construção de um corpo teórico consistente que possa contribuir na prática dos profissionais das áreas da saúde mental e serviços sociais.



Referências

- AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. [s.l.] SciELO-Editora FIOCRUZ, 1998.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. [s.l.] SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.
- AMARANTE, P.; NUNES, M. DE O. **A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios** *Ciência & saúde coletiva* SciELO Brasil, , 2018.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. [s.l.] Editora Intrínseca, 2019.
- BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**, v. 3, p. 15–35, 2007.
- BOEFF, M. C.; CAMARGO, T. S. DE. Gênero e diagnóstico em saúde mental: que relação é essa? **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 1, p. 50–55, 2020.
- BRAGA, L. A.; JÚNIOR, R. DA C. S. O processo de consolidação do CAPS no Brasil e as articulações com a Reforma Psiquiátrica. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 6, 2019.
- BRASIL, M. DA S. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção Psicossocial**. Brasília, 2001: [s.n.].
- BRASIL, M. DA S. **Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil**. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. **Anais...**Brasília: 2005
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [s.l.] Editora José Olympio, 2018.
- BUTLER, J.; LOURTIES, M. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. **Debate feminista**, v. 18, p. 296–314, 1998.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117–133, 2003.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. [s.l.] Selo Negro, 2015.
- CASTRO, E. D. DE; LIMA, E. M. F. DE A. Resistência, inovação e clínica no pensar e no agir de Nise da Silveira. **Interface - Comunicação**,



Saúde, Educação, v. 11, n. 22, p. 365–376, 2007.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.

COSTA, J. F. Ordem médica e Norma familiar. 5ª Edição, Editora Graal. **Rio de Janeiro**, 2004.

CUNHA, M. C. P. O espelho do mundo. **Juquery, a história de um**, 1986.

D'OLIVEIRA, M. C.; CAMARGO, M. A. S. A interseccionalidade entre gênero e raça para a construção étnico-identitária das mulheres negras. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, n. 16, p. 1–11, 2013.

DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. B. **História das mulheres no Brasil**. [s.l.] Unesp, 2007.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1980.

ERIKSON, H.; DE SOUSA, F. A reforma psiquiátrica e a criação dos centros de atenção psicossocial brasileiros: um rápido mergulho através história. **Ideias & Inovação**, v. 5, n. 3, p. 45–52, 2020.

FERNANDES, N. C.; NATIVIDADE, C. DOS S. J. DA. A naturalização da violência contra a mulher. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 76076–76086, 2020.

FERRARA, J. A. Diálogos entre Colonialidade e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019.

FOUCAULT, M. Michel Foucault História da Loucura na Idade Clássica. **Editora Pers**, p. 1–608, 1978.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: As confissões da carne (Vol. 4)**. [s.l.] Editora Paz e Terra, 2020.

FREITAS, M. R. DE. Eu não estou louca: breve revisão bibliográfica sobre mulheres e loucura. **Corpo Editorial**, p. 34, 2021.

GARCIA, C. C. Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura. In: **Ovelhas na névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura**. [s.l.: s.n.]. p. 159.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. [s.l.] Vozes, 1988. v. 4



- HALL, S. Cultura e representação. **PUC-Rio: Apicuri**, v. 10, p. 24, 2016.
- LIMA, D. K. R. R.; GUIMARÃES, J. Articulação da Rede de Atenção Psicossocial e continuidade do cuidado em território: problematizando possíveis relações. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, 2019.
- LUCCHESI, G. DOS S.; SILVA, P. O.; AVOGLIA, H. R. C. A dinâmica psíquica e as estruturas defensivas da mulher vítima de violência doméstica. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 37, n. 92, p. 24–40, 2017.
- LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 399–407, 2007.
- LUDERMIR, A. B. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, p. 451–467, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935–952, 2014.
- MARIANI, F.; MATTOS, M. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. **Revista de Educação Pública**, v. 21, n. 47, p. 663–667, 2012.
- MARTINS, F.; COSTA, A. C. DA; PAIVA, C. C. Psicopatologia II: semiologia clínica; investigação teórico-clínica das síndromes psicopatológicas clássicas. In: **Psicopatologia II: semiologia clínica; investigação teórico-clínica das síndromes psicopatológicas clássicas**. [s.l.: s.n.]. p. 396.
- MENDES, L. F. P.; RIBEIRO, D. B. Reforma psiquiátrica e emancipação da pessoa em sofrimento mental. **Revista da Faculdade de Medicina de Teresópolis**, v. 6, n. 1, 2022.
- MOMBERG, T. D. S.; GARCIA, M. R. V. Mulheres e loucura: a (des) institucionalização e as (re) invenções do feminino na saúde mental. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 11, 2019.
- NETO, F. K.; LENZ DUNKER, C. I.; DUNKER, C. I. L. Depois do Holocausto: efeitos colaterais do Hospital Colônia em Barbacena. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 3, p. 952–974, 2017.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista estudos feministas**, v. 8, n. 02, p. 9–41, 2000.
- NÓBREGA, M. DO P. S. DE S.; MANTOVANI, G. DOS S.; DOMINGOS,



- A. M. Recursos, objetivos e diretrizes na estrutura de uma Rede de Atenção Psicossocial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.
- OLIVEIRA, J. C. A. Interseccionalidade, de Carla Akotirene. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 303–309, 2020.
- PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, p. 15–36, 2014.
- PERON, P. R. A trágica história do Hospital Psiquiátrico Colônia. **Psicologia Revista**, v. 22, n. 2, p. 261–267, 2013.
- RAMMINGER, T. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. **Bol. da Saúde**, v. 16, n. 1, p. 111–124, 2002.
- RAMOS, C. N.; GONZALEZ, Z. K. Interseccionalidade e saúde mental: um olhar para a raça e gênero [no Caps] pelos caminhos do pensamento descolonial. **Anais do 11 Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women's Worlds Congress**, p. 1–9, 2017.
- REIS, M. M. DE A. Luta Antimanicomial, interseccionalidade e feminismos. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 1–9, 2021.
- RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. In: LETRAS, C. DAS (Ed.). **Companhia das letras**. [s.l.] Companhia das letras, 2019.
- RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1–12, 2013.
- ROTHER, E. T. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v–vi, 2007.
- SALVAGNI, J. et al. No coração da loucura: resistência, protagonismo e a luta de Nise da Silveira. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 4, p. 1044–1090, 2018.
- SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. e00042620, 2021.
- SANTOS, A. M. C. C. DOS. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4,



p. 1177–1182, ago. 2009.

STELZER, J.; KYRILLOS, G. M. Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 237–262, 2021.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. Michel Foucault e a História da Loucura: 50 anos transformando a história da psiquiatria. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 3, n. 6, p. 41–64, 2011.

VAREJÃO, A. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. [s.l.] Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

VELASCO, M. J. Construindo pontes: diálogos a partir do/com o feminismo negro. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, p. 89, 2019.

VERGÈS, F. Um feminismo decolonial. In: UBU (Ed.). . **Editora Ubu**. [s.l.] Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, E. M. A medicalização do corpo feminino. In: **A medicalização do corpo feminino**. [s.l: s.n.]. p. 84.

WHO, W. H. O. **A conceptual framework for action on the social determinants of health**. Genova: World Health Organization, 2010.

ZANELLO, V. **Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia**. [s.l.] Conselho Federal de Psicologia, 2016.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. [s.l.] Editora Appris, 2020.

ZANELLO, V. **A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações**. [s.l.] Editora Appris, 2023.

ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. DE. **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. [s.l.] Editora Appris, 2014.

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B. Insanity and culture: an approach to the gender relations in the speeches of psychiatrized patients. 2012.

ZANELLO, V.; GOMES, T. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, 2010.

ZANELLO, V.; MARTINS, F. O reencontro da clínica com a metáfora. **Psicologia em estudo**, v. 15, p. 189–196, 2010.



ZANELLO, V.; ROMERO, A. C. Vagabundo” ou “vagabunda”? Xingamentos e relações de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, v. 22, 2012.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. C. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, v. 20, n. 2, p. 267–79, 2012.



Female bodies and madness: psychological suffering, gender relations, and their intersectionalities

ABSTRACT: This study aimed to explore the relationship between gender and female psychological suffering throughout history, in a context marked by the institutionalization of madness and the loss of women's autonomy. Based on a narrative literature review, two main categories were developed: "Women in the History of Madness: The historicity of psychological suffering" and "Gender Social Relations and their Intersections as drivers of psychological suffering". The results indicated that the relationship between gender and psychological suffering is complex and multifaceted, with women historically being subjugated and oppressed in relation to men, which has direct implications for their mental health. The study highlighted the importance of considering gender perspectives in the construction of a theoretical framework capable of contributing to the practice of mental health professionals and social services, as well as problematizing the concept of gender and its intersections as tools of analysis or emancipation for minorities, directly conditioned to psychological suffering. These considerations are relevant to understanding and addressing female psychological suffering in different social and historical contexts.

KEYWORDS: Mental health. Psychological suffering; Women's health.

Ádrea Rodrigues Padilha da SILVA

Universidade da Amazônia.

Graduada em Psicologia pela Universidade da Amazônia (UNAMA, 2023).

Email: adreapadilhapsi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3025-5767>

Adrienne Cristyna Silva dos SANTOS

Universidade da Amazônia.

Graduada em Psicologia pela Universidade da Amazônia (UNAMA, 2023).

Email: drisilva980@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2600-2497>



Jhonatan Wélington Pereira GAIA

Universidade Federal do Pará.

Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2022), Graduado em Licenciatura em Educação Física (UFPA, 2019) e Especialista em Treinamento Esportivo pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2021). Atualmente exerce a função de Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Psicologia do Esporte e do Exercício da Universidade Federal do Pará (GPPEE/PPGCMH/UFPA).

E-mail: Jhonatan.gaia@castanhal.ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0918-5542>

Arina Marques LEBREGO

Universidade da Amazônia.

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (PPGP/UFPA), Mestre em Psicologia Clínica e Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2008), Especialista em Psicologia da Saúde e Hospitalar pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicologia e Saúde (IEPS/Faculdade Ipiranga, 2014), Psicanalista com formação pelo Círculo Psicanalítico do Pará (CPPA, 2018), Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2003). Atualmente exerce a função de docente na Universidade da Amazônia (UNAMA) - campus Alcindo Cacela, Psicóloga na Secretária de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda -SEASTER, pesquisadora do Laboratório de Psicanálise Psicopatologia Fundamental (LPPF/PPGP/UFPA), psicóloga voluntária no Centro Humanístico de Recuperação em Oncologia e Saúde -CHRONOS-IPUSP/SP e psicóloga clínica atuando em consultório particular.

Email: arinamlebreago@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3457-7513>

Recebido em: 20/04/2023

Aprovado em: 29/05/2024



ARTIGO



Impactos da Violência Doméstica na Saúde Mental das Mulheres:

Uma revisão de literatura (2019-2023)

Ellen Camyle, *Universidade Federal da Grande Dourados*

Esmael Alves de Oliveira, *Universidade Federal da Grande Dourados*

Resumo: A violência contra as mulheres, principalmente dentro de relacionamentos íntimos, é um fenômeno complexo e multifacetado a ser tratado com seriedade. Nos últimos anos, as discussões sobre relacionamentos abusivos têm crescido, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito social, juntamente com o elevado número de denúncias e casos divulgados pela mídia. É necessário questionar as razões que levam uma mulher a permanecer nesse tipo de relação, que a afeta tanto psicologicamente quanto fisicamente, abalando sua autoestima e colocando-a em situações de violência diária. Com o objetivo de compreender essa problemática, a presente pesquisa, de natureza qualitativa, concentrou-se na revisão da literatura, a partir das bases de dados SciELO, LILACS e BVSsalud, de produções acadêmicas em língua portuguesa produzidas nos últimos cinco anos (2019-2023). Os resultados nos permitem afirmar a importância de mais pesquisas sobre tal problemática bem como a necessidade de criação e consolidação de políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos e acessos que possam refletir na superação dos agravos na saúde das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero. Violência doméstica. Saúde Mental. Agravos em Saúde. Revisão de literatura.



Introdução

Este artigo apresenta os resultados do projeto de iniciação científica desenvolvido pela primeira autora e orientado pelo segundo autor no contexto do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Grande Dourados. O trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Diálogos entre Antropologia e Psicologia na Fronteira: teorias, métodos e problemas de pesquisa”, conduzida pelo segundo autor, e teve o intuito de compreender os impactos da violência doméstica na saúde mental das mulheres a partir de uma revisão de literatura das produções acadêmicas em língua portuguesa produzidas ao longo dos últimos cinco anos (2019-2023).

É preciso dizer de antemão que existem diversas formas desse tipo de violação, sendo possível citar entre elas: violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (BRASIL, 2006). É possível afirmar que todas estas, quando executadas com frequência e de maneira cotidiana, acabam por caracterizar um relacionamento abusivo, que não é apenas prejudicial à companheira, mas também constitui um problema de saúde pública e uma violação grave dos direitos humanos. Na dinâmica do relacionamento abusivo, surge uma vítima que é continuamente subjugada e desqualificada pelo parceiro. Diversos fatores tornam a saída desse relacionamento difícil, por exemplo, dependência financeira e emocional ou a presença de filhos. A pressão social pode levar o cônjuge a acreditar que tem algum tipo de obrigação de permanecer na relação, sacrificando sua própria saúde mental para proporcionar alguma estabilidade aos filhos (SOARES; TEIXEIRA, 2022).

Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram, uma em cada quatro mulheres entre 15 e 24 anos já sofreu violência de seus parceiros em um relacionamento. Esse número, somado a todas as outras evidências, evidencia a existência de um machismo estrutural (SILVA et al., 2022), uma vez que a sociedade parece julgá-las cada vez mais em vez de acolhê-las, enquanto, inegavelmente, o machismo permite que os homens recebam tratamento privilegiado, culpando-as pelas agressões sofridas. Esse comportamento discriminatório se evidencia no cotidiano das práticas, dos discursos sociais e dos imaginários sociais que reiteram o lugar da mulher como sendo “naturalmente” inferior ou subordinado ao lugar do homem na sociedade.

Considerando esse contexto, a presente pesquisa teve o intuito de compreender os impactos da violência doméstica na saúde mental das



mulheres. Neste artigo, a saúde mental compreende, “a partir de uma perspectiva sociocultural, o sofrimento mental não apenas como um adoecimento do corpo, mas uma consequência de condições sociais determinadas e dos lugares ocupados pelos sujeitos” (TEIXEIRA; PAIVA, 2019, p. 12).

Assumindo uma perspectiva qualitativa, concentrou-se na revisão de literatura, por meio das bases de dados SciELO, LILACS e BVSsalud, das produções acadêmicas em língua portuguesa produzidas nos últimos cinco anos (2019-2023). A questão abordada vai muito além do que é exposto pela mídia. Trata-se de uma combinação de fatores que, quando aliados ao contexto de abuso, resultam em casos em que a parceira dificilmente sairá do relacionamento sem apoio por parte do Estado. A reação de algumas pessoas parece ser, inicialmente, de julgamento ao questionarem as razões pelas quais uma vítima permanece na relação. Diversas falas machistas são dirigidas a ela, o que, aliado a diversos outros fatores, dificulta se sentir confortável para denunciar ou expor os abusos ou o que muitas vezes a faz naturalizar as situações violentas vivenciadas (LYRA et al., 2018). Baseando-se nessa análise inicial e considerando os impactos causados por estas, este estudo buscou reunir artigos sobre o tema a fim de discutir a violência doméstica e seus impactos na saúde mental das parceiras nessa circunstância.

Metodologia

Foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes bibliotecas virtuais: as bases de dados SciELO, LILACS e BVSsalud. Os descritores aplicados foram escolhidos no site de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), utilizando o operador booleano “E” entre os termos em língua portuguesa, uma vez que o foco da pesquisa é o contexto brasileiro. A estratégia de busca escolhida foi a seguinte: a) “violência contra a mulher” E “violência doméstica”; b) “violência patrimonial” E “abusos”; c) “ciclo da violência” E “relacionamento abusivo”; d) “violência de gênero” E “saúde mental”; e) “mulher” E “danos físicos” E “danos psicológicos”. Optou-se por buscas com os termos separados, a fim de obter um maior número de artigos encontrados.

O recorte temporal desta revisão foi definido entre os anos de 2019 e 2023, levando em consideração as mudanças sociopolíticas no Brasil ocorridas a partir de 2019 com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e a subsequente crise sanitária global desencadeada pela COVID-19, que



teve início em 2020. Sabe-se que, desde o governo Bolsonaro, ocorre um deliberado desmantelamento das políticas públicas com uma perspectiva antigênero e antidireitos humanos. Além disso, pesquisas apontam o quanto tal cenário foi agravado com a emergência da crise sanitária resultante da COVID-19, que impactou de maneira significativa as mulheres, tanto no Brasil quanto no mundo (OPAS, 2022, SANTOS; SANTOS, 2021, QUINTANS et al., 2021).

Desse modo, delimitaram-se os critérios de inclusão: tratarem sobre os impactos da violência doméstica na saúde mental das mulheres, serem artigos originais disponíveis eletronicamente na íntegra e de forma gratuita em português e terem sido publicados entre janeiro de 2019 e outubro de 2023. Os critérios de exclusão foram: resumos, artigos de revisão, publicações duplicadas e artigos publicados em língua estrangeira.

O procedimento de busca inicial desses textos foi realizado com a leitura do título, das palavras-chave e do resumo. Após a seleção daqueles que atenderam aos critérios de inclusão, foram excluídas as publicações que se repetiram entre as bases de dados e na mesma base, bem como os artigos publicados em língua estrangeira e outros com acesso pago. Posteriormente, foi feita a leitura na íntegra dos arquivos selecionados para realizar a análise.

A figura 1 apresenta o número de artigos encontrados em cada fase de acordo com o banco de periódicos:

Quadro 1 - Base de periódicos

Base de periódicos	1 Fase	2 Fase	3 Fase	Total
BVSsalud	564	36	77 artigos excluídos	12 artigos
Scielo	583	29		
Lilacs	455	30		

Fonte: Dados de Pesquisa – elaboração dos autores

Resultados e discussão



Após a definição dos critérios apresentados, a primeira pesquisa foi realizada na biblioteca virtual BVSsalud, cujo levantamento de dados resultou, inicialmente, em 564 artigos. Em seguida, aplicaram-se o filtro da data e, por fim, o de idioma – somente português –, encontrando-se, nesse momento, 36 artigos. Os mesmos critérios de busca e exclusão foram utilizados nas outras bases de dados, conforme apresentado na tabela da figura 1. Ao final, foram incluídos 12 artigos na discussão desta revisão de literatura.

Quanto ao número de fontes, a maioria foi encontrada na BVSsalud e na base de dados SciELO, enquanto a LILACS teve apenas 1 artigo escolhido devido ao fato de que os materiais achados nessa base eram repetidos, ou seja, já haviam sido identificados na primeira biblioteca virtual mencionada. A maioria dos artigos escolhidos foi publicada entre 2020 e 2023 e, predominantemente, possui caráter qualitativo, havendo apenas dois considerados pesquisas quantitativas. A figura 2 apresenta todos os textos utilizados como referência no desenvolvimento da revisão de literatura após os critérios de inclusão, bem como seus/suas autores/as, periódicos, base de dados e ano de publicação.

Quadro 2- Artigos encontrados após os critérios de pesquisa:

Título	Primeiro/a autor/a	Periódico	Base de dados	Ano
Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência.	Barros, S.C.D	<i>Acta Paulista de Enfermagem</i>	SciELO	2021
Produções científicas brasileiras em psicologia sobre	Curia, B.G	Psicologia: Ciência e Profissão	SciELO	2020



violência contra mulher por parceiro íntimo				
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS RELACIONAMEN- TOS CONJUGAIS E A DEPENDÊNCIA EMOCIONAL: fator que influencia a permanência na relação	da Silva, D	Humanidad es e Tecnologia	SciELO	2020
Acesso e utilização dos serviços de saúde e raça/cor/etn ia entre mulheres: uma metanálise	Da Silva, Silva	Revista Baiana de Saúde Pública	Lilacs	2023
Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher.	Lourenço, L.M	Revista Interinstituc ional de Psicologia	BVSsalud	2020



Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? A desigualdade das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras.	Monteiro, M.F.G	Periódicos eletrônicos em psicologia	BVSalud	2021
O cuidado às vítimas de violência doméstica: representação social de profissionais da saúde.	Silva, C.D	Revista Baiana de Saúde Pública	BVSalud	2020
Dependência econômica e violência doméstica conjugal no Brasil.	Soares, L.D.S.A	PPP- Planejamento e Políticas Públicas	Revista IPEA	2022
Dispositivos de poder empregados por homens na violência doméstica contra a	Amarijo, C.L	<i>Journal of Nursing and Health</i>	BVSalud	2022



mulher: perspectiva de enfermeiros				
Agravos à saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica	Brito, J.S.D.S	Rev. Bras. Psicoter	BVSalud	2022
Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo	Curia, B.G	Psicologia: Ciência e Profissão	SciELO	2020
Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira	Oliveira, BMC	Saúde Debate	SciELO	2019

Fonte: Dados de Pesquisa – elaboração dos autores

Diversos artigos usados como referência apresentaram a visão feminina sobre a situação abusiva que insere as mulheres numa posição



de vítima. Os debates se debruçaram sobre questões relacionadas às noções de vítima, violência doméstica e agressor. A figura do homem abusivo possui uma identidade complexa do ponto de vista das companheiras que muitas vezes, além de terem medo dos parceiros íntimos, podem também experimentar outros sentimentos, como culpa, amor e esperanças de que eles mudem (CURIA et al., 2020). É perceptível o quanto esse cenário de agressões e abusos pode deixá-las vulneráveis, e diversos fatores psicossociais estão associados à permanência no relacionamento que lhes causa sofrimento. Nesse sentido, o debate apresentado por Curia et al. (2020) busca evidenciar diferentes contextos complexos e o modo como eles interagem na construção da violência doméstica.

Ao analisar os artigos utilizados como referência para esta revisão de literatura, nota-se que a violência contra a mulher pode causar prejuízos não apenas físicos, mas também psicológicos. A respeito desses danos, cabe acrescentar alguns fatores:

Alguns dos prejuízos associados estão relacionados com dificuldade em se proteger contra gravidez indesejada ou doenças (saúde reprodutiva); doenças psicossomáticas, lesões e, por vezes, óbito (saúde física); e maiores índices de depressão, ansiedade, fobias, suicídio e tentativas de suicídio (saúde psicológica) (CURIA et al., 2020, p. 4).

Conforme mencionado anteriormente, a vítima de um relacionamento abusivo tende a desenvolver diversos problemas e transtornos, incluindo a dependência emocional, cuja influência acaba sendo um dos motivos pelos quais ela permanece na relação. Essa dependência caracteriza-se como um fenômeno no qual ocorre a necessidade de validação da outra pessoa em níveis altos. Nesse contexto, o medo de perder o afeto do companheiro a leva a aceitar qualquer situação abusiva, mesmo que o impacto em sua saúde mental seja notável e doloroso. A mulher em situação de violência com dependência emocional vê seu agressor como um sinônimo de bem-estar, mesmo que ele coloque em risco sua segurança, saúde e autoestima, tornando a saída desse relacionamento cada vez mais difícil.

Eventualmente, mesmo que sinta raiva do agressor, a dependência emocional se sobrepõe. Portanto, essa condição é um fator primordial que faz com que permaneça na relação de violação, mesmo que isso signifique, muitas vezes, a perda de seus direitos e de sua dignidade.



A mulher vitimizada se vê constantemente com medo, receando não encontrar alguém que a ame ou a valorize (DA SILVA; SILVA, 2020). Nessa perspectiva, é possível afirmar que:

A dependência emocional é caracterizada por reforço negativo, pois leva em consideração o medo que a mulher tem de perder o afeto do seu parceiro, enquanto o amor configura-se em reforço positivo, pois acrescenta-se a afetividade, afirmando que quando duas pessoas ficam juntas por hábitos ou dependências emocionais elas tendem a desencadear um ódio inconsciente uma pela outra, o que provoca cada vez mais o aumento de uma relação disfuncional e até mesmo o aumento das agressões (DA SILVA; SILVA, 2020, p. 331)

Com destaque para os fatores críticos apresentados, nota-se que uma parceira no contexto de uma relação abusiva, com agravante de dependência emocional, vê-se obrigada a aceitar todo tipo de violação de seus direitos a partir do dispositivo do amor romântico (ZANELLO, 2020), principalmente porque há, por parte da vítima, um terrível receio de abandono. Na perspectiva da presente pesquisa, existem dois problemas em relação à dependência emocional: ela é negligenciada pela sociedade e pouco discutida por especialistas. Essa falha no debate dificulta que a própria vítima compreenda o contexto que a cerca. Além disso, pesquisas específicas sobre esse assunto são escassas, ou seja, evidencia-se a carência de estudos e reflexões sobre violência doméstica e seus impactos na saúde mental de mulheres a partir de uma perspectiva de gênero (ZANELLO; SILVA, 2012).

As humilhações presentes no relacionamento causam danos morais e psicológicos que, não raramente, evoluem para um quadro de depressão e ansiedade. Tudo isso está diretamente relacionado à manipulação e ao jogo emocional ocorridos na relação. Além da questão da permanência no relacionamento por dependência emocional, existem outros fatores, sendo possível mencionar a violência financeira e, conseqüentemente, a dependência econômica.

Com relação a este último, observa-se que, dentro de um casamento, a violação tende a se agravar devido à situação econômica do casal, embora não seja, de maneira alguma, a única razão, mas sim um adicional. A esposa, dentro do contexto neoliberal, pode enfrentar dificuldades para conseguir emprego, o que a leva a depender financeiramente do marido, sujeitando-se a vários abusos que, a princípio, não são percebidos ou costumam ser ignorados. Essa relação de poder torna-se cada vez mais abusiva à medida que sua sujeição, tanto



financeira quanto emocionalmente, cresce, tornando-se um ciclo progressivamente mais difícil de ser superado.

Essa discussão pode ser encontrada no artigo de Amarijo et al. (2022), no qual são retratados os diversos instrumentos de violência que forçam a parceira a sobreviver na posição de vítima. A questão da dependência financeira vai muito além do que se discute superficialmente na sociedade, visto que, ao subjugar-la através de recursos financeiros, o agressor faz com que ela dependa dele em diversos sentidos. A respeito disso, afirmam as autoras:

A dependência financeira ao agressor também é um dispositivo de poder material utilizado pelos homens. Essa artimanha é usada para manter a mulher destituída de poder, uma vez que, sem meios para se manter, ela necessita do companheiro para alimentar a si e a sua prole. O acesso a alguns programas sociais de renda e auxílios não foge da morosidade do sistema social atual, dificultando a saída da mulher da situação de violência. Quando a mulher deseja realizar a denúncia, esbarra na questão de não ter lugar para morar (AMARIJO et al., 2022, p. 8)

Diante disso, nota-se que a violência contra a mulher está presente tanto nos espaços privados (lares) quanto nos espaços públicos, estendendo-se à sociedade como um todo e é repetitiva e cotidiana. Do ponto de vista social, o relacionamento abusivo é considerado um “problema do casal” a ser resolvido entre os dois e, sobretudo, torna-se uma caminhada solitária e dolorosa para a parte feminina, que enxerga as circunstâncias como inevitáveis, muitas vezes considerando-se culpada pelas agressões.

A causa mais comum da permanência nesse relacionamento é a sensação de impotência e solidão, dois aspectos diretamente ligados aos abusos e ao isolamento ocasionados pelo cônjuge. De acordo com Soares e Teixeira (2022), não há, de maneira concreta, um consenso na literatura acerca da dependência financeira, isto é, alguns estudos afirmam que a conquista de autonomia financeira pode ser um fator de diminuição da violência doméstica, enquanto outros apontam que o aumento econômico por parte da mulher na relação pode aumentar as chances de agressão devido à perda de dominação do agressor sobre sua vítima.

Segundo um estudo realizado pela pesquisadora e pelo pesquisador, pode-se encontrar o seguinte dado relevante acerca dessa forma de opressão:



(...) a violência intrafamiliar (de parente, cônjuge ou ex-cônjuge) e de pessoas conhecidas representa 68,86% da violência contra a mulher – ou seja, as mulheres sofrem violência, na maioria das vezes, por pessoas próximas. A maior parte dos ofensores encontra-se na categoria de cônjuge ou ex-cônjuge(...). (SOARES; TEIXEIRA, 2022, p.12)

Contudo, cabe mencionar que, apesar desse número, esses abusos são extremamente subnotificados, seja por medo, seja por vergonha, além de configurarem casos de violência que ocorrem no ambiente onde a parceira supostamente deveria encontrar segurança, ou seja, dentro de sua própria casa. Nesse sentido, constata-se a importância de profissionais da saúde sensíveis a casos de violência doméstica, que enxerguem as agressões como situações passíveis de intervenção e que possam auxiliar uma mulher vitimada a obter apoio nas unidades de saúde, contribuindo para diminuição dos agravos na saúde. A partir dessa análise, é necessário afirmar e reconhecer que esse tipo de violação é, além de tudo, uma questão de saúde pública e deve ser tratado como tal, isto é, não é um problema a ser enfrentado apenas por suas vítimas. Conforme Barros et al. (2021):

Os serviços de saúde são locais em que, muitas vezes, as vítimas de violência buscam assistência. As equipes de saúde podem se deparar com casos de violência, desde a atenção primária, até o nível terciário da atenção à saúde. É necessária a compreensão de que os serviços de saúde precisam atuar de forma integrada com os demais setores da rede de proteção da vítima de violência. Dessa forma, a notificação da violência, por meio da ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada, quando articulada com o encaminhamento da vítima para os demais serviços (segurança pública, assistência social) pode interromper o ciclo de violência. Quanto aos gestores da saúde, entende-se que necessitam conhecer normas e/ou protocolos existentes para o enfrentamento da violência contra a mulher, para, dessa forma, ofertar assistência às vítimas de violência. (BARROS et al., 2021, p. 6)

Essa assistência se manifesta por meio do incentivo à denúncia, do encaminhamento para as autoridades e de outras orientações (Silva et al., 2020). A visão acolhedora e humanizada em relação às mulheres em situação de violência pode representar uma intervenção crucial para o término de um ciclo de abusos, demonstrando à paciente que ela não está sozinha, mesmo que, por medo e vergonha, ela opte por não efetuar uma denúncia e/ou por permanecer na relação.



Nessa perspectiva, a discussão sobre dependência e violência financeira não se esgota quando ocorre uma denúncia. Diversas questões permeiam esse contexto, sendo importante refletir sobre elas e chamar a atenção para a problemática via sensibilização. Quem pode garantir a sobrevivência de uma mulher e seus filhos nessa circunstância violenta? Com quais recursos financeiros e políticas públicas poderão contar? Em caso de denúncia, ela terá um lugar seguro para o qual retornar ou será novamente vitimizada pelas agressões e pelos abusos do cônjuge? Essas indagações devem ser levadas em consideração, especialmente em uma sociedade que tende a responsabilizar e culpabilizar as vítimas de violência doméstica e a tratar o tema apenas sob o crivo da criminalização de seus autores.

Inegavelmente, trata-se não só de alertar as mulheres sobre as violações cometidas em relacionamentos, mas também de oferecer assistência e apoio para encerrar esse ciclo, ou seja, não basta apenas discutir o assunto, é fundamental buscar garantir que tenham condições dignas de vida. Acima de tudo, é necessário observar com sensibilidade que elas não são simplesmente vítimas da violência, mas também indivíduos cuja autonomia foi subtraída pelas circunstâncias de uma relação abusiva.

Em contrapartida, se a violência se apresenta como uma realidade no cotidiano de milhares de mulheres, há um fator agravante que, sem dúvida, amplia a desigualdade de gênero: a questão racial (QUINTANS et al., 2021). Inquestionavelmente, o debate sobre a violência doméstica afirma que tal contexto existe independentemente da cor ou classe social da vítima. No entanto, esse cenário parece estar repleto de diversas outras questões quando se trata de companheiras negras ou pardas. Isso ocorre porque o sexismo, quando combinado com o racismo, representa uma violência cujo alcance ultrapassa a violência doméstica per se e torna alguns grupos mais vulneráveis do que outros. É assim que feministas negras têm problematizado a importância de um debate de gênero bem como sobre essa forma de agressão a partir de uma perspectiva interseccional (DAVIS, 2016, CRENSHAW, 2002). Nos termos de Oliveira e Kubiak (2019, p. 941):

O racismo e o sexismo repercutem de diferentes formas na sociedade, implicando restrições específicas dos direitos das populações vitimadas, e, ao se tratar de mulheres negras, considerando, ainda, a ação de um duplo preconceito. A exemplo disso, dados revelam que as mulheres negras possuem menor expectativa de vida e maior índice de



morte por transtornos mentais do que as mulheres brancas (OLIVEIRA; KUBIAK, 2019, p. 941).

No que se refere à violência doméstica, historicamente, as mulheres negras são alvos de agressões, pois são estigmatizadas devido ao passado da escravidão. Na sociedade brasileira, enfrentam maiores desvantagens econômicas e sociais, além de terem menos acesso a serviços de saúde em caso de violência (MONTEIRO; ROMIO; DREZETT, 2021), e, como resultado, a taxa de mortalidade decorrente dela é mais alta entre pretas e pardas do que entre brancas. A esse respeito, é possível identificar diversos fatores de agressão:

A expressão do racismo na dimensão institucional dos serviços de saúde foi observada em diferentes estudos ao mostrarem que, comparadas às mulheres brancas, as mulheres negras foram significativamente menos propensas a fazer o Papanicolau e/ou exame de mama, tiveram piores condições no pré-natal, parto e puerpério, maiores chances de diagnóstico tardio de câncer de mama e enfrentaram mais dificuldades institucionais no acesso aos serviços de saúde para atenção pós-aborto. (DA SILVA et al., 2023, p.4)

Ao abordar essa discussão tão sensível, é inegável que existe uma disparidade social significativa entre negras (pretas e pardas) e brancas. Partindo do mesmo princípio, os casos de violência, mesmo que não ocorram no contexto doméstico, atingem majoritariamente as mulheres negras, ou seja, os impactos do racismo as afetam constantemente, nas relações públicas ou privadas, sociais ou íntimas. As autoras Oliveira e Kubiak (2019) afirmam que: “não só as mulheres negras têm o pior atendimento à saúde como também possuem os piores índices de escolaridade e renda.” (OLIVEIRA; KUBIAC, 2019, p. 945)

O debate sobre violência doméstica, com ênfase nas parceiras negras, deveria receber maior atenção por parte do Estado e da sociedade civil organizada. Cabe questionar por qual motivo elas são desconsideradas pelas políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Como resultado, representam a maioria dos casos de feminicídio (MUGNATTO; SEABRA, 2021). Ainda de acordo com a mesma fonte, é possível destacar que, durante a pandemia da COVID-19, a cada 8 minutos uma mulher era violentada, e pelo menos metade delas era negra.



Resultados e discussão

Esta breve revisão de literatura nos permite afirmar que a violência doméstica resulta em danos que ultrapassam a barreira do relacionamento e prejudicam a mulher nas várias dimensões de sua vida: seja em termos físicos e materiais, seja em termos psicológicos e sociais. No que diz respeito à saúde mental, a vítima pode ser mais propensa a desenvolver transtornos, por exemplo, depressão e ansiedade, além de se distanciar de seu círculo de amizades e familiares. É importante discutir todas essas questões por causa dos seguintes aspectos: as mulheres que conhecem seus direitos e as circunstâncias da violência doméstica podem compreender os sinais de abuso vindos de seus companheiros, independentemente se o companheiro em questão é namorado, marido etc., bem como ter as condições geradoras de agravos em saúde diminuídas.

Além disso, é de extrema importância que essa discussão seja levada a todos os setores da sociedade, a fim de que se compreenda social, pública e politicamente os impactos sociais e de saúde na vida das mulheres em situação de violência, tratando-se de pensar essa violação como um problema de saúde pública e, portanto, um obstáculo a ser combatido e debatido por todos/as.

O breve levantamento apresentado nos oportuniza perceber as complexidades que cercam os debates e as ações em torno dessa temática e suas consequências na saúde física, mental e social das vítimas. Ao acessarmos as diversas pesquisas, pudemos verificar a existência de barreiras tanto institucionais quanto estruturais. Um debate sobre esse tipo de agressão que desconsidere aspectos de ordem cultural, social, política, institucional, racial tende a invisibilizar os dispositivos sociopolíticos produtores de vulnerabilidades sociais.

Os dados apresentados por meio da compilação dos artigos nos desafiam a realizar novas pesquisas que possam contribuir para a construção e consolidação de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento a toda forma de violência de modo geral e, de modo particular, com o enfrentamento daquelas que são cometidas contra mulheres. É preciso afirmar a importância e a urgência de criação e consolidação de políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos e acessos às parceiras em situação de violência doméstica e que possam resultar na superação dos agravos na saúde dos sujeitos que vivenciam tais situações.



Referências

AMARIJO, C. L., Et al. (2022). Dispositivos de poder empregados por homens na violência doméstica contra a mulher: perspectiva de enfermeiros. *Journal of Nursing and Health*, 12(1), 1-15. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/JONAH/article/view/4257/3525>.

BARROS, S. C. D., Et al. (2021). Homicídios intencionais de mulheres com notificação prévia de violência. *Acta Paulista de Enfermagem*, 34, eAPE00715, 1-8. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO00715>

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

BRITO, J. C. D. S.; SILVA JÚNIOR, E. G. D.; EULÁLIO, M. D. C. (2022). Agravos à saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica. *Rev. Bras. Psicoter.* (Online), 113-129.

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem*, Florianópolis, 10(1),171-188.

CURIA, B. G.; Et al. (2020). Produções científicas brasileiras em psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189184.

DA SILVA, D.; SILVA, R. L. F. C. (2020). Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. *Humanidades e Tecnologia (FINOM)*, 20(1), 328-340.

DA SILVA SILVA, F.; Et al. (2023). Acesso e utilização dos serviços de saúde e raça/cor/etnia entre mulheres: uma metanálise. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 47(2), 264-282.



DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.

LYRA, J.; Et al. (2018) Narrativas de mulheres sobre o enfrentamento à violência na saúde. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, 52, 1-23.

LOURENÇO, L. M.; COSTA, D. P. (2020). Violência entre Parceiros Íntimos e as Implicações para a Saúde da Mulher. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 13(1), 1-18.

MONTEIROA, M. F. G.; ROMIOB, J. A. F.; DREZETTC, J. (2021). Existe diferença de raça/cor do feminicídio no Brasil? A desigualdade das taxas de mortalidade por causas violentas entre mulheres brancas e negras. *J Hum Growth Dev*, 31(2), 358-366.

MUGNATTO, S.; SEABRA, R. (2021). Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/temas/direitos-humanos>

OPAS. Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas. Organização Pan-Americana de Saúde, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas#:~:text=O%20estudo%20aponta%20para%20v%C3%A1rias,seus%20colegas%20do%20sexo%20masculino>. Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA, B. M. C.; KUBIAK, F. (2019). Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, 43(122), 939-948.

QUINTANS, M. T.; Et al. (2021). Os impactos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres no contexto brasileiro : sob a perspectiva de raça, classe e gênero. *InSURgência: Revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, 7(2): 287-308. <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/38578>



SANTOS, F. K. L.; SANTOS, K. C. (2021). Impactos da pandemia Covid-19 na vida das mulheres e a falha nas políticas públicas. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, 21(230): 189-200. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55939>

SILVA, A.F.; Et al. (2022). Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 27(6), 2123-2131.

SILVA, C. D.; Et al. (2020). O cuidado às vítimas de violência doméstica: representação social de profissionais da saúde. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 44(4), 160-173.

SOARES, L. D. S. A.; TEIXEIRA, E. C. (2022). Dependência econômica e violência doméstica conjugal no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 61, 263-283. <https://doi.org/10.38116/ppp61art9>

TEIXEIRA, J.M.S.; PAIVA, S. P. (2021). Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31(2), e310214, 1- 21.

ZANELLO, V. (2020). Masculinidades, Cumplicidade e Misoginia na “Casa dos Homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. (pp.79-102). In: FERREIRA, L. (Org.). *Gênero em perspectiva*. Curitiba: CRV.

ZANELLO, V., & Silva, R. M. (2012). Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. *Bioética*, 22 (2), 267- 279.



Impacts of Domestic Violence on Women's Mental Health: A literature review (2019-2023)

Abstract: Violence against women, especially within intimate relationships, is a complex and multifaceted phenomenon that must be treated seriously. In recent years, discussions about abusive relationships have grown, whether in the academic or social spheres, together with the high number of complaints and cases publicized by the media. It is necessary to question the reasons that lead a woman to remain in this type of relationship, which affects her both psychologically and physically, shaking her self-esteem and placing her in situations of daily violence. With the aim of understanding this problem, this research, of a qualitative nature, focused on the literature review, based on the SciELO, LILACS and BVSalud databases, of academic productions in Portuguese produced in the last five years (2019- 2023). The results allow us to affirm the importance of further research on this issue as well as the need to create and consolidate public policies that contribute to guaranteeing rights and access that can reflect on overcoming women's health problems.

KEY WORDS: Gender Relations. Domestic violence. Mental health. Health Problems. Literature review.

IMPACTOS DE LA VIOLENCIA DOMÉSTICA EN LA SALUD MENTAL DE LAS MUJERES: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA (2019-2023)

RESUMEN: La violencia contra la mujer, especialmente en las relaciones íntimas, es un fenómeno complejo y multifacético que debe abordarse con seriedad. En los últimos años han crecido los debates sobre las relaciones abusivas, ya sea en el ámbito académico o social, junto con el elevado número de denuncias y casos difundidos por los medios de comunicación. Es necesario cuestionarse los motivos que llevan a una mujer a permanecer en este tipo de relaciones, que la afectan tanto psicológica como físicamente, sacudiendo su autoestima y colocándola en situaciones de violencia cotidiana. Con el objetivo de comprender esta problemática, esta investigación, de carácter cualitativo, se centró en la revisión de la literatura, con base en las bases de datos SciELO, LILACS y BVSalud, de producciones académicas en portugués producidas en los últimos cinco años (2019-2023). Los resultados permiten afirmar la importancia de seguir investigando sobre este tema, así como la necesidad de crear y consolidar políticas públicas que contribuyan a garantizar derechos y acceso que puedan reflejarse en la superación de los problemas de salud de las mujeres.



PALABRAS-CLAVE: Relaciones de Género. La violencia doméstica. Salud mental. Problemas de salud. Revisión de literatura.

Ellen CAMYLE

Acadêmica do curso de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pesquisadora do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC).

E-mail: soueuaellenc@gmail.com

Esmael Alves de OLIVEIRA

Graduado em Filosofia e Psicologia, doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) e Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados.

E-mail: esmael_oliveira@live.com

Recebido em: 22/02/2024

Aprovado em: 30/05/2024



ARTIGO

O perfil dos usuários da PrEP no Brasil:

Um estudo exploratório do Painel PrEP de 2018 a 2023

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira, *Universidade Federal de Goiás*

Suely Henrique Aquino Gomes, *Universidade Federal de Goiás*

Deyvisson Pereira da Costa, *Universidade Federal do Mato Grosso*

RESUMO. Este trabalho se propõe a traçar o perfil dos usuários da Profilaxia Pré-Exposição a partir dos dados disponíveis no Painel PrEP, de 2018 a 2023. A coleta dos dados foi realizada nos meses de fevereiro e abril de 2023. O painel tem como objetivo divulgar informações sobre a dispensação e o uso da PrEP no Brasil. A PrEP é um composto de tenofovir e entricitabina utilizada para como prevenção ao hiv, a ingestão diária do comprimido reduz em 96% o risco de infecção. Distribuída gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde na versão oral de uso diário, a profilaxia é uma possibilidade de controle da epidemia concentrada de hiv e o aumento no número de novas infecções. A partir de 2022, considerando o atual cenário da epidemia no Brasil, os jovens e adolescentes passam a ser considerados uma população prioritária. Atualmente, o acesso à tecnologia preventiva está restrito à uma população de gays e outros HSH (82,8%), branca/amarela (56,2%), com mais de 12 anos de escolaridade (76,9%), entre 25 e 39 anos (65,7%%) residentes em médios e grandes centros urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Profilaxia Pré-Exposição; Prevenção ao hiv; hiv



Introdução

A profilaxia pré-exposição ao hiv¹ (PrEP) é um coquetel antirretroviral composto de Tenofovir e Entricitabina, ministrado em doses diárias para prevenção de infecções por hiv. Sua eficácia tem sido de até 96% (ANDERSON et al., 2011). A adoção desta abordagem como política pública de saúde tem dado resultados satisfatórios na prevenção de novos casos de infecções². O Protocolo de Diretrizes Clínicas e Terapêuticas da PrEP (PCDT) criado pelo Ministério da Saúde, alia a PrEP a um conjunto de outras ferramentas de prevenção, no contexto da prevenção combinada (BRASIL, 2022).

No Brasil, a PrEP é distribuída gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2017. O Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, mantém online o Painel PrEP, um espaço em que são disponibilizadas informações dos usuários da PrEP atualmente.

Na última década, o número anual de notificações de infecções por hiv aumentou no Brasil: os casos registrados passaram de 13.719 em 2011 para 40.880 em 2021³ (BRASIL, 2022). Desde 2016 a UNICEF vem apontando para uma forte e preocupante tendência de juvenilização do hiv. Em 2021, as notificações de novos casos de hiv entre a população de 15 a 29 anos de idade representaram 44,1% do total de infectados. Além disso, “entre 2011 e 2021, um total de 52.513 jovens com HIV, de 15 a 24 anos, de ambos os sexos, evoluíram para aids” (BRASIL, 2022, p. 9).

A epidemia é particularmente concentrada em populações-chave, como profissionais do sexo e sua clientela, gays e homens que fazem sexo com outros homens, pessoas que usam drogas injetáveis e pessoas trans (e suas parcerias sexuais) que, em 2021, contabilizaram 70% das infecções por HIV mundialmente (UNAIDS, 2023)

¹ Castilho (1997 apud PELUCIO; MISKOLCI, 2009) indica que nomes de doenças são substantivos comuns e por isso devem ser grafados em minúsculas. O uso de maiúsculas também recria, ou no mínimo ilustram, o pânico sexual em torno da palavra e da doença (PELUCIO; MISKOLCI, 2009). Deste ponto, utilizaremos a palavra em minúsculas. No caso de citações respeitamos a grafia utilizada pelo/a autor/autora.

² A Austrália, por exemplo, observou redução em 10% no número de novas infecções (GRULICH et al., 2021) e a Inglaterra vê nela um meio para zerar, até 2030, as infecções por HIV (O'HALLORAN, 2019).

³ Utilizamos os dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2022 atualizado em 31 de janeiro de 2023. No boletim, os dados de 2022 são aqueles notificados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde) até 30/06/2022. Considerando que esses dados não abarcam o ano completo, optamos pela utilização dos dados consolidados de 2021.



Concomitante ao aumento de casos entre jovens, constata-se que o programa brasileiro de combate ao hiv, que já foi referência mundial (PARKER; GALVÃO; BESSA, 1999; GALVÃO, 2000; SCHEFFER, 2012), vem, desde 2010, sofrendo um desmonte gradativo por parte do Governo do Federal. A desmobilização dos recursos dirigidos para a manutenção do programa dificulta em muito a condução e controle da epidemia no país (CARNEIRO, 2012). Essa situação se torna mais preocupante quando se observa nas principais instâncias de decisão do país “a crescente resistência ao debate sobre gênero e sexualidade nas escolas e a suspensão de ações de prevenção às IST/ Aids para jovens, LGBTQIA+ e prostitutas.” (FONSECA, NASCIMENTO, MONTEIRO, 2023, p. 51).

O acesso ao programa da PrEP não é universalizado. Em 2018, o PCDT estabelecia como grupos prioritários para profilaxia: homens que fazem sexo com outros homens (HSH), pessoas trans, profissionais do sexo e parcerias sorodiscordantes para o hiv (BRASIL, 2018); em 2022 um novo PCDT foi editado e publicado, agora considerando a PrEP “para pessoas a partir de 15 anos, com peso corporal igual ou superior a 35 kg, sexualmente ativas e que apresentem contextos de risco aumentado de aquisição da infecção pelo HIV” e que mantivesse as práticas de risco aumentado mencionadas anteriormente (BRASIL, 2022, p. 24).

Mesmo que o documento oficial se proponha a uma universalização da ferramenta preventiva, não houve, ainda, um esforço nacional para que o acesso, via Sistema Único de Saúde, seja democrático. A ausência desse esforço na implementação da PrEP tem gerado desigualdades, com acesso a quem às pessoas que poderiam se beneficiar da estratégia (SANTOS, GRANJEIRO, COUTO, 2022; PIMENTA et al, 2022). Isso inclui populações-chave como HSH, pessoas trans e profissionais do sexo, que, muitas vezes, enfrentam barreiras sociais e estruturais no acesso à saúde (ROCON; RODRIGUES; ZAMBONI; PEDRINI, 2016).

Diante dessas factuais, o objetivo deste artigo é traçar o perfil de quem está efetivamente tendo acesso à profilaxia via SUS. Embora a PrEP seja uma estratégia promissora para reduzir a transmissão do hiv, sua implantação ainda enfrenta desafios significativos em muitos países, incluindo o Brasil. Compreender o perfil dos usuários da PrEP é, portanto, essencial para avaliar a eficácia da estratégia e garantir que ela atenda às necessidades das populações historicamente mais vulneráveis e, conseqüentemente, mais afetadas pela epidemia de hiv. Entende-se que o estudo do perfil dos usuários é fundamental para informar políticas e intervenções de saúde pública eficazes para prevenir a transmissão do hiv.



O perfil dos usuários é traçado com base nos dados disponíveis Painel PrEP, de 2018 a 2022. Esse painel é aqui acionado por ser um espaço “de monitoramento da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP)”, sendo elaborado pelo Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis “com o intuito de divulgar informações sobre a dispensação e o uso da PrEP no Brasil” (BRASIL, 2023). A coleta de dados para esse trabalho foi feita entre fevereiro e abril de 2023.

No encaixe do objetivo estabelecido neste artigo, considera-se pertinente apresentar discussões, embasadas em pesquisa bibliográfica, sobre as formas de governamento foucaultianas (2008b, 2008c, 1999) e; a cidadania biológica (ROSE; NOVAS, 2003; PETRYNA, 2003). Isso se faz necessário à medida que a cidadania se constitui na ligação entre os indivíduos, seus governos e as racionalidades de governo que lhes rege, isto é, a maneira como são conduzidas as suas condutas. Em seguida, levanta-se a conjuntura histórica do hiv e aids no Brasil (PERLONGHER, 1987) e o contexto no qual a epidemia de outrora marca as sexualidades e determina novas dinâmicas de ação e prevenção para os corpos, principalmente os não heteronormativos, que se configuram como o dispositivo da aids (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

O que se considera ao fim é que a distribuição da PrEP no Brasil é uma possibilidade para garanti a da cidadania biológica. Contudo, esta ainda é muito incipiente seja pela ausência de unidades dispensadoras em boa parte dos municípios do país, seja pela falta de informações em torno da profilaxia que ainda é distribuída, majoritariamente, para gays e homens que fazem sexo com outros homens, brancos e com 12 anos ou mais de escolaridade. Segundo dados do painel, a profilaxia é pouco acessada por mulheres trans e travestis, públicos historicamente vulneráveis à infecção de hiv.

Do governo dos outros

Foucault (2015, p. 27) demonstra que, até a Revolução Industrial, as sociedades ocidentais eram governadas por uma racionalidade de governo soberano. O soberano exercia seu poder sobre a vida através da possibilidade de determinar a morte. Esse poder era visível e dependia de ser exibido, sustentado por uma economia que mantinha a polarização entre súditos e soberanos, caracterizando-se como uma sociedade soberana.



A demanda por um Estado democrático, a luta pela aquisição e manutenção de propriedades, a busca por liberdade, a premissa da igualdade entre os homens e o direito à vida levaram ao colapso do sistema soberano, que conferia ao rei o poder sobre a morte dos súditos. Em seu lugar, surgiram as cartas de direitos, posteriormente incorporadas às bases jurídicas da cidadania.

Essa nova formação histórica, conhecida como sociedade disciplinar, implica em uma mudança precisa no exercício do poder (SIBILIA, 2015). O poder deixa de ser uma negação para se tornar produtivo. Configura-se como uma situação estratégica que "não é dado, trocado ou retomado, mas é exercido e só existe em ação" (FOUCAULT, 2010, p. 15). Instituições de confinamento, como escolas, fábricas, quartéis e hospitais, são estabelecidas, assim como a ergonomia das cidades, que distribui e organiza no tempo e espaço. Além disso, surgem tecnologias para medir, gerenciar e controlar os corpos (FOUCAULT, 2008b). As fábricas, em particular, desempenham um papel fundamental na domesticação dos corpos ao impor horários, cargas de trabalho e posições ocupadas, funcionando essencialmente como instituições de sequestro (FOUCAULT, 2008b).

Posteriormente, na sociedade do controle (DELEUZE, 1992), a politização passa a se manifestar na população e nas instituições. A ciência começa a atuar sobre a vida e a construir conhecimento sobre o corpo do indivíduo e da sociedade. Os Estados utilizam uma economia de controle para regular e fazer a população funcionar de acordo com um padrão ideal. A regulação abrange questões como natalidade, mortalidade, doenças, ergonomia dos bairros com distribuição e coleta de resíduos, esgoto e disposição dos mortos, bem como controle do tempo, espaços e formas de transporte e circulação dos corpos. Esse processo de racionalização atua tanto na garantia de direitos (por meio do direito e da polícia), como na saúde (por meio da biomedicina) e na compreensão da população (por meio das ciências humanas e sociais) (FOUCAULT, 2008c, 1999).

A sociedade do controle opera com base na lógica da biopolítica, em que a população deve regular-se por si própria. Cabe ao Estado produzir e garantir as liberdades, bem como garantir o bem-estar da população. São estabelecidas estratégias para controlar a população na dinâmica entre segurança/liberdade e economia/política, ou seja, "o Estado constrói protocolos, diretrizes e políticas para direcionar a vida dos indivíduos" (COSTA; GONÇALVES, 2019, p. 6).



O controle funciona da seguinte maneira: primeiro, adiciona um aumento do perigo na vida dos indivíduos, com a política do medo representada em campanhas de prevenção, higienização, controle e alerta de doenças e epidemias, baseadas na lógica do risco (CASTIEL, GUILAM, FERREIRA, 2010); em seguida, o princípio de rentabilidade e eficiência, em que os indivíduos incorporam (e cobram) melhorias constantes em suas performances em todas as áreas, desde o trabalho até a família (FOUCAULT, 2008c); por fim, a própria gestão das liberdades, uma vez que é necessário que o Estado (e os indivíduos) se autorregulem e garantam sua manutenção mínima (FOUCAULT, 1999).

Simultaneamente, observa-se a emergência de uma conjuntura político-social de globalização do planeta. As fronteiras territoriais tornam-se marcadores simbólicos, o capital passa a ser regulado por ferramentas baseadas em tecnologias eletrônicas e nucleares, o avanço da mídia, da ciência, da tecnologia e da internet gera demandas que transcendem os direitos e devem ser asseguradas em nível global.

Nessa configuração, "o controle da sociedade [...] não ocorre pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, no biológico, no somático" (FOUCAULT, 1979, p. 80), de modo que "cada um se submete voluntariamente a uma ascese, seguindo um preceito científico estético" (PELBART, 2013, p. 23), geralmente disponível para comercialização.

A medicina ocupa um espaço ampliado e intensificado na sociedade, consolidando-se como um dispositivo de produção de subjetividades e regimes de verdade que alimentam a razão política na formulação de tecnologias específicas de governança. Isso ocorre porque "no horizonte biopolítico que caracteriza a modernidade, o médico e o cientista movem-se nessa terra de ninguém, onde antes apenas o soberano podia entrar" (AGAMBEN, 2007, p. 146), e suas produções de verdade colocam o indivíduo somático no centro do plano político.

A cidadania biológica

Considerando essa nova paisagem social, Nikolas Rose e Carlos Novas (2003) expandem a noção de cidadania ao apontarem que a biologia e a medicina se tornaram um ponto central na definição das pessoas e por isso influenciam a própria noção de cidadania. Segundo eles, é preciso considerar como as características biológicas (e até genômicas)



podem ser utilizadas para segregar pessoas no acesso à saúde e/ou aos serviços médicos e tecnologias de tratamento.

A cidadania biológica, na perspectiva dos autores, é baseada nas características biológicas dos indivíduos, como o genoma, a composição química do corpo, as doenças e as deficiências. Ela também deve se ocupar dos direitos à saúde e do acesso das pessoas aos serviços médicos e tecnologias de prevenção e tratamento (ROSE; NOVAS, 2003).

Adriana Petryna (2003) propõe uma conceituação de cidadania biológica que relaciona a sociedade, a tecnologia e a biologia. Para ela, a tecnologia médica e a ciência interferem na percepção sobre cidadania, ao mesmo tempo que a noção de cidadania influencia a pesquisa médica. A partir do caso de Chernobyl, ela aponta a necessidade de uma mudança do conceito de cidadania – agora não mais pensando apenas os direitos civis, sociais e políticos – mas relacionando também às questões biológicas, uma vez que as características biológicas atuam como um marcador na existência dessas pessoas, considerando conjuntamente os direitos nesta ordem. O que implicaria em uma perspectiva diferente de cidadania e que deve ser constantemente modificado e repensado em decorrência das mudanças tecnológicas e científicas (PETRYNA, 2003).

Segundo Nikolas Rose (2013), a cidadania biológica precisa envolver o reconhecimento do direito à vida, à saúde, ao bem-estar e à proteção com os riscos à saúde. Seria preciso pensar os corpos na nova paisagem social e tecnológica, na qual as possibilidades de intervenção médico científica nas configurações corporais e biológicas estão sendo (e/ou podem ser) usadas para governar e controlar populações. O autor aponta ainda que a cidadania biológica molda as nossas identidades, bem como as relações sociais e as formas de governo.

A cidadania biológica por outro lado, segundo Petryna (2003), aponta para a responsabilização dos sujeitos pela própria saúde e pela dos demais. Nesta lógica, cada cidadão é corresponsável pelas medidas de monitoramento do ambiente, bem como a vigilância de sintomas e alterações corporais. Ao mesmo tempo, os cidadãos também devem ser informados e se informarem sobre os riscos a que expuseram, a que estão expostos ou a que ainda se exporão.

Rose e Novas (2003) sinalizam ainda que é por meio da cidadania que as autoridades e instituições do Estado vão criar e empregar políticas, dentre outros instrumentos e estratégias, para a promoção da saúde da população. Disso decorre, segundo os autores, os critérios que definirão



as pessoas que podem participar na elaboração e beneficiárias de questões políticas nacionais. No caso deste trabalho, uma política de prevenção ao hiv, como é o caso da PrEP.

Governar pós-aids

A aids é um marco para as sexualidades contemporâneas. Atravessados pelos discursos produzidos a partir da infecção, viu-se, no fim do século XX, uma vasta gama de novas condutas sociais instadas a partir dela. Em decorrência do discurso médico, midiático e religioso, o sentido da aids foi produzido como “peste gay” e “peste rosa”. A “crise da aids” que se instala no período tem, como menciona Nestor Perlongher, “um cheirinho de restauração. Chegou-se longe demais, paga-se agora a culpa pelos excessos libidinosos” (PERLONGHER, 1987, p. 52).

No Brasil, um show de horrores é produzido pelos jornais de grande circulação, a morte e situações degradantes dos pacientes são espetacularizadas em tons sensacionalistas pela mídia (PERLONGHER, 1987). Instaura-se um pânico sexual que moraliza qualquer prática não heteronormativa e reprodutiva (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

As poucas informações das formas de infecção, dos danos causados pela doença; a ausência de tratamento ou cura eficientes; as infecções em indivíduos gays; o discurso médico, midiático e evangélico-cristão, ligam a aids, em um primeiro momento, aos gays (PERLONGHER, 1987). Nesse contexto, as relações de poder em jogo criam o sujeito gay pecaminoso (e agora sujo e doente), além de o estabelecer como sujeito prioritário para as políticas de prevenção e cuidado ao hiv e à aids.

Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009) veem a aids como um dispositivo, uma vez que se cria em torno dela

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

A aids como um dispositivo organiza os sujeitos cujas práticas devem ser reduzidas a um número passível de gestão, controladas e



mediadas por ferramentas preventivas e pela implementação de estratégias governamentais que as regulem e disciplinem, de forma a mantê-las funcionando segundo um padrão ótimo. Nesta racionalidade de governo não interessa que se controle os casos individuais, mas as crises que esses casos acumulados podem representar. A crise é o momento de convocação do Estado para que ele atue em defesa da sociedade (FOUCAULT, 1999).

Nesse ponto, as estratégias de prevenção ao hiv partem, segundo Pelúcio e Miskolci (2009, p. 142), de uma premissa de normalização que se concretiza na imposição de uma “teleologia heterossexista que aponta para uma compreensão futura da vida como monogâmica, reprodutiva, familiar, em suma, privada e sob controle”. Com efeito, as políticas de prevenção ao hiv e aids, materializam uma higienização de ações das classes populares, que sempre foram foco das campanhas sanitárias do país (MISKOLCI, 2005).

Em vista disso, as formas de prevenção caracterizam-se basicamente pelas estratégias de controle e normalização dos comportamentos e, por isso, as infecções são injustificáveis e provas da irresponsabilidade social (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009). Muito disso ainda permanece presente nas estratégias de prevenção, uma vez que “o pânico sexual que forjou o dispositivo da aids com o protagonismo do discurso preventivo começou a arrefecer com a invenção do tratamento por meio do coquetel”. A partir de então, “as políticas de prevenção – mesmo que não intencionais – vivem o paradoxo de se tornarem expressão de reinvestimento no pânico sexual originário” (PELUCIO; MISKOLCI, 2009, p. 151).

Há de se reconhecer que muito se avançou no cuidado e prevenção de hiv e aids no Brasil. Hoje o país dispõe de uma série de estratégias preventivas, que variam desde a distribuição de preservativos até aconselhamento a casais sorodiscordantes, a PrEP e a PEP, seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde para populações vulneráveis e tratamento como forma de prevenção (TCFP). Embora todas essas estratégias sejam subsidiadas e mantidas gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde, um avanço expressivo considerando que essa não é a realidade em muitos países, Richard Parker (2018) aponta que pós-2000 o país tem sofrido e falhado no combate ao hiv e aids.

Para ele, o aumento no número de infecções tem crescido em decorrência, sobretudo, de um modelo importado que se baseia



principalmente na perspectiva biomédica de testar e tratar e de tratamento como prevenção, bem como a cessão às pressões provenientes das forças conservadoras, que censuraram as campanhas de prevenção para grupos vulnerabilizados, o que ele considera uma mudança de paradigma preventivo que abandona os princípios éticos e políticos dos direitos humanos presentes nas campanhas de prevenção dos anos 90 (PARKER, 2018).

Isso torna-se ainda mais evidente quando os dados da Unaid's apontam que de 2010 a 2018 o número de novas infecções no Brasil aumentou 21%, enquanto no mundo registrou-se uma queda de 16%. Não obstante, na América Latina – considerando países como Argentina, Venezuela, Cuba, Colômbia, Guatemala, México e Peru – entre 2005 e 2016, 41% do total de novas infecções aconteceram no Brasil (KERR *et al.*, 2018).

Os dados apontados por Kerr *et al* (2018), sobre infecções entre HSH são preocupantes, uma vez que indicam que o número de jovens de 15 a 19 anos infectados mais que triplicou no período estudado (2008-2018), passando de 2,4 para 6,7 casos a cada 100 mil habitantes. No mesmo período, a taxa de infecção de jovens entre 20 e 24 anos dobrou de 15,9 para 33,1 a cada 100 mil habitantes. Os dados ainda revelam que, dentre os participantes do estudo que residem na cidade de São Paulo, 1 em cada 4 homens que fazem sexo homem convivem com o vírus (KERR *et al*, 2018).

Esses números decorrem do sucateamento e ausência de políticas públicas efetivas para o combate da infecção, conforme mencionado anteriormente por Richard Parker (2018), mas também indicam a necessidade de novos paradigmas de prevenção. Em reportagem da Cláudia Colucci (2020) para o Jornal Folha de S. Paulo, Mario Scheffer aponta que,

aquela história de falar ‘use camisinha e faça o teste’, não funciona mais. São novos modos de vida, de espaços de sociabilidade e de acordos de identidade. Antes havia uma adesão maior a recomendações comunitárias. Agora faz parte das novas gerações uma individualização das normas (SCHEFFER *apud* COLLUCCI 2020, n.p).

Essa conjuntura pode apontar para a profilaxia como uma possibilidade de tratamento aliada à prevenção, bem como uma biomedicalização do processo preventivo e da resposta ao hiv (AGLLETON;



PARKER, 2015). Nesse sentido, já temos algumas evidências de que a PrEP pode ser eficiente no que se refere a evitar novas infecções (ANDERSON, 2011; ZUCCHI, 2018). A Inglaterra conseguiu excelentes resultados com a adoção da estratégia de prevenção combinada, na qual a PrEP pode atuar. Aquele país conseguiu reduzir em 71% os casos de novas infecções, com previsão de zerar as transmissões de hiv até 2030 (O'HALLORAN et al., 2019).

Não há dúvidas de que protocolo da PrEP é uma estratégia possível para o contingenciamento de novas infecções que pode resultar no controle da epidemia concentradas⁴ entre gays, homens que fazem sexo com homens e trabalhadores do sexo. No entanto, seu funcionamento indica situações que podem e devem ser questionadas à luz da cidadania, uma vez que: ela funciona como uma estratégia preventiva que propicia a liberdade de escolha dos sujeitos ao ampliar as ferramentas de prevenção, contudo pode estimular o abandono do preservativo (único método capaz de prevenir outras ists, uma vez que a PrEP previne apenas o hiv); ela carece da intervenção ativa do Estado para possibilitar que os sujeitos – sobretudo os economicamente vulneráveis - tenham acesso à medicação de forma gratuita e contínua.

Neste caso, é preciso reconhecer a dimensão do corpo e da biologia como fatores que condicionam o acesso aos direitos civis e políticos. É também importante destacar a racionalidade de governo (governamentalidade) em que a PrEP e a cidadania biológica se inserem. A PrEP é uma daquelas políticas próprias da governamentalidade já que busca a) regular o comportamento e o estilo de vida, principalmente dos grupos prioritários atendidos pelo programa, b) prevenir e controlar a infecção pelo hiv através do uso de medicamentos antirretrovirais. O acesso à PrEP, no entanto, decorre de condicionantes como disponibilidade dos medicamentos, o acesso aos serviços de saúde e a capacidade dos indivíduos de aderir ao tratamento. A garantia do acesso à saúde e às políticas públicas de prevenção ao hiv, como a PrEP, se torna, portanto, um elemento crucial para a garantia da cidadania plena, que reconhece a importância da dimensão biológica na construção da vida social e política.

A governamentalidade (gouvernementalité) - junção das palavras “gouvernement” (governo) e “mentalité” (mentalidade e racionalidade)

⁴ Uma epidemia concentrada é caracterizada pela prevalência na taxa de detecção superior à 5% em determinado grupo e menor que 1% na população geral (UNAIDS, 2007).



(FOUCAULT, 2008c) - é, então, uma forma de poder que não se exerce apenas através da coerção e da repressão, mas que se inscreve nas relações de saber e de controle dos corpos e das populações. “O corpo do indivíduo se converte em um dos objetivos principais da intervenção do Estado” (FOUCAULT, 2010, p. 171). E ele o faz à medida que reduz a vida humana “ao seu mínimo biológico, à sua nudez última, à vida sem forma, ao mero fato da vida, à vida nua” (PELBART, 2013, p. 26). O Estado moderno é, assim, uma máquina que produz e administra a vida, buscando regulá-la e controlá-la de forma minuciosa. No contexto da saúde pública, a governamentalidade se expressa através das políticas de prevenção e controle de doenças, que buscam regular o comportamento e o estilo de vida das populações.

O perfil de acesso à PrEP e a cidadania biológica

Como mencionado, a aids marca a forma como as pessoas se relacionam, sobretudo os indivíduos gays. A partir dela se instaura uma lógica de risco em que toda e qualquer relação é, até hoje, atravessada por um eminente risco de infecção (CASTIEL, GUILAM, FERREIRA, 2010). O governo brasileiro usou o preservativo como única possibilidade de prevenção (BRISIGHELLI NETO, 2009) e ferramenta de liberdade – pois possibilitava enfim que as pessoas se relacionassem sexualmente.

Desde então, toda e qualquer prática sexual deve ser intermediada pelo látex. O discurso frequente “sexo seguro” e “use camisinha” dá status de controle à epidemia ao mesmo tempo que responsabiliza qualquer sujeito que dela escape e tenha práticas “inseguras”. Isentando a si próprio, o Estado transfere ao indivíduo a responsabilidade pela sua liberdade e, em alguns casos, vai pós anos 2000 falhar no tratamento disponível. De forma que, principalmente entre certos grupos da população, como os gays e outros HSH, há uma epidemia concentrada (UNAIDS, 2007).

É inegável o que a camisinha pode fazer no contingenciamento das infecções de hiv, contudo há uma lacuna uma vez que os números de infecções no Brasil continua entre determinados grupos e parte considerável da população não usa a camisinha com frequência (BRISIGHELLI NETO, 2009; DOURADO, 2015; PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2021). O problema está em torná-la a única opção de intervenção e prevenção às doenças sexualmente transmitidas, sobretudo porque, “a demanda social em prol do acesso universal aos medicamentos



antirretrovirais e o respeito às diferentes subjetividades e sexualidades nas políticas de saúde legitimaram-se como direitos do cidadão frente aos governos e no âmbito global” (BASTOS, VENTURA, 2017, n.p).

Os direitos sexuais, nesse contexto, fazem parte de um conjunto de direitos humanos, uma vez que, segundo a OMS, a sexualidade ocupa um papel central na vida dos indivíduos. Segundo a organização, eles envolvem as questões relacionadas ao prazer, bem como as formas pelas quais os sujeitos se relacionam socialmente (WHO, 2015).

Nesse contexto, a PrEP atua principalmente na conjuntura de garantir que os sujeitos tenham acesso ao prazer, a partir da modificação dos paradigmas de prevenção e dos contextos de infecção do hiv e ao garantir que os sujeitos tenham possibilidade de escolha ante as estratégias preventivas, considerando seus contextos de vulnerabilidades e estratégias de cuidados de si e do outro (OLIVEIRA, 2022). A profilaxia, portanto, é justificada, exatamente porque outras estratégias em uso não conseguem barrar o crescimento e/ou manutenção de novos casos em populações onde a epidemia é concentrada (UNAIDS, 2007). Bastos e Ventura (2017, n.p) ainda indicam que “a reclamação à tecnologia [a PrEP] é a reclamação ao direito ao sexo sem medo”, cuja reivindicação vem ao encontro das buscas pelos direitos sexuais que acontece na ONU desde 1990.

É fruto desse processo também a luta por uma cidadania biológica, como uma variação possível a partir da qual os sujeitos tenham garantidos um conjunto de direitos que possibilitem o bem-estar social por meio de estratégias e ações médicas, científicas e legais, considerando em todos os casos os riscos e as responsabilidades correspondentes (BASTOS; VENTURA, 2017).

No Brasil, a PrEP começa a ser distribuída em 2018, no SUS. Inicialmente ela estava disponível apenas para os grupos considerados prioritários (homens que fazem sexo com outros homens, transexuais, profissionais do sexo, casais sorodiscordantes), recorrentes em práticas associadas a um maior risco de infecção: repetidas relações sexuais insertivas sem o uso de preservativos, relações sexuais com parcerias eventuais frequentes, quantidade e diversidade de parcerias sexuais, histórico de infecções sexuais transmissíveis, busca repetida por profilaxia pós-exposição (PEP) e contextos em que haja troca de sexo por algum valor direta ou indiretamente (BRASIL, 2017).



A partir de 2022, com a publicação do novo PCDT, a PrEP passa a ser considerada como uma ferramenta preventiva “para pessoas a partir de 15 anos, com peso corporal igual ou superior a 35 kg, sexualmente ativas e que apresentem contextos de risco aumentado de aquisição da infecção pelo HIV” (BRASIL, 2022, p. 22), isso porque, no atual cenário da pandemia no país, “os jovens são considerados uma das populações prioritárias para o HIV, com um aumento importante da incidência da infecção no grupo de adolescentes, principalmente aqueles pertencentes às populações-chave” (BRASIL, 2022, p. 13). Desde então,

[A PrEP] também deve ser considerada para outras pessoas sem infecção pelo HIV que cumpram critérios para o uso da profilaxia, conforme suas práticas sexuais, número de parcerias, uso irregular de preservativos e qualquer outro contexto específico associado a um maior risco de infecção [...] e que demonstrem interesse e motivação em relação ao uso do medicamento (BRASIL, 2022, p. 23)

A PrEP é distribuída aliada a um contexto de prevenção combinada que, além da distribuição da profilaxia, considera: a testagem frequente para hiv, profilaxia pós-exposição, uso habitual e correto de preservativos, diagnóstico e tratamento de outras ISTs (em média a cada três meses), redução de danos, imunizações, gerenciamento de risco e vulnerabilidades, supressão de replicação por uso de retrovirais, imunizações, prevenção da transmissão vertical (de mães para filho) do hiv, sífilis e Hepatite B (BRASIL, 2017; 2022).

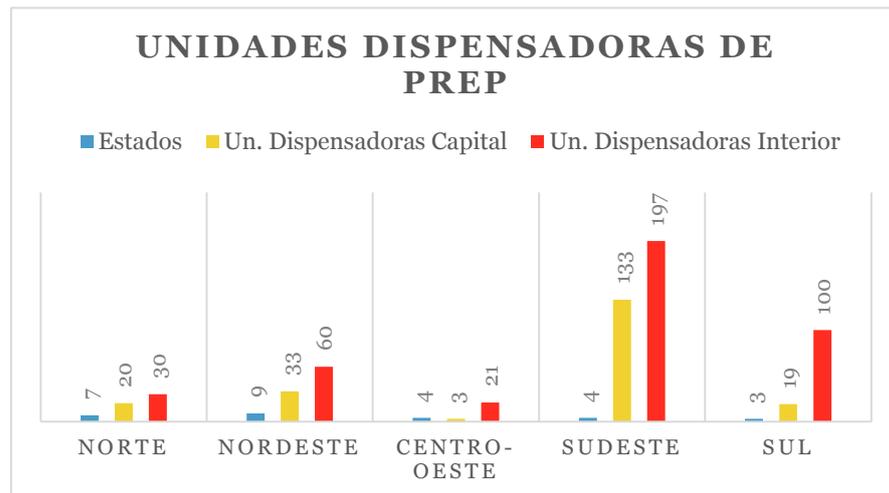
Segundo dados do painel PrEP, desde a implementação em 2018, o número de usuários cadastrados no programa PrEP tem aumentado significativamente. Em 2018, o programa tinha 8.166 usuários. Em 2019, o número de usuários saltou para mais de 12.479. Em 2020 aumentou para 12.933. Em 2021 um total de 23.045 usuários tiveram acesso à profilaxia. Por fim, em 2022, 36.273 acessaram a PrEP pelo menos uma vez durante os últimos 12 meses. Um aumento de 345% em 5 anos (BRASIL, 2023).

Mesmo tendo crescido consideravelmente desde a implementação, a PrEP ainda alcança apenas uma pequena parcela da população e geograficamente muito determinada. A maior concentração de Unidades de Dispensação (pontos de saúde onde houve a distribuição da PrEP pelo menos uma vez em 12 meses) está no Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo. A geografia das unidades de dispensação da PrEP é em grandes



centros urbanos e aparentemente desconsidera as taxas de detecção de novas infecções por mil habitantes.

Gráfico 1: Centros de Atenção com distribuição de PrEP por Região⁵



Fonte: Da autoria da pesquisa, 2023

Em 2023, quando somados, os quatro estados do sudeste concentram 359 do total de 608 unidades dispensadoras. Em se tratando do número total de usuários em PrEP 59.471, no momento da coleta de dados, na região norte estão os estados com os menores números de usuários ativos: 98 no Acre, 122 no Tocantins, 131 no Amapá, 154 em Roraima e 163 em Rondônia (BRASIL, 2023). Ao passo que os 5 estados com um maior número de usuários são: São Paulo (21.154), Rio de Janeiro (6.227), Santa Catarina (3.527), Minas Gerais (2.710) e Paraná (2.661) (BRASIL, 2023).

Além de uma questão pura e simplesmente geográfica em um país continental como o Brasil, a diferença também pode ser explicada pela ausência de campanhas de comunicação voltadas para conscientização e existência do uso da PrEP. São Paulo, o estado com o maior número de usuários, possui campanhas próprias geridas pelo governo do estado que,

⁵ Os dados são coletados a partir do Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, mantidos no Painel PrEP. Disponível em: http://www.aids.gov.br/pt-br/aceso_a_informacao/servicos-de-saude. Acesso e coleta de dados em 19 de março de 2023. Para organização dos dados, no DF não se considera unidades na capital e unidades no interior, dado que o painel não faz essa separação.



dentre outras coisas, instala unidades móveis em pontos específicos da cidade⁶.

É preciso ressaltar também que entre os 10 estados com maior taxa de detecção de hiv por 100 mil habitantes, 5 são da região Norte, 2 do Sul, 3 do Nordeste, a saber: Amapá, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas e Amapá, respectivamente. Além das determinações da PrEP previstas no PCDT, a geografia do SUS também determina o acesso ou não à profilaxia (BRASIL, 2022). Sua disponibilidade depende de fatores políticos e econômicos locais que ultrapassam o que está preconizado no protocolo. Isso sem entrar no mérito que esse acesso pode ser facilitado ou dificultado com base nas crenças dos profissionais de saúde como apontam os estudos de Batista (2017) e Cerqueira (2019).

O perfil dos usuários da PrEP

Entre os usuários atuais do programa, há uma predominância de gays e outros HSH (82,8%), homens heterossexuais cis (5,6%), mulheres cis (5,5%), mulheres trans (3,5%), homens trans (1,8%), pessoas não-binárias e travestis representam 0,7% (BRASIL, 2023). A política pública ainda está em estágio inicial, porém já atinge um de seus públicos prioritários, que são os gays e homens que fazem sexo com outros homens. Isso é resultado de dois processos, a biomedicalização da resposta à AIDS (AGLLETON; PARKER, 2015) e a neoliberalização da prevenção (SEFFNER; PARKER, 2016). Nesse contexto, a importância é mais voltada para a tecnologia preventiva do que para a consideração de outros contextos de vulnerabilidade. Parece que a PrEP, tanto pelo protocolo de recomendação quanto pela forma como é acessada nas Unidades Dispensadoras, é direcionada apenas para uma população masculina.

A falta de comunicação oficial do governo sobre a tecnologia preventiva e suas formas de acesso faz com que a informação sobre sua disponibilidade circule principalmente em espaços de sociabilidade, como as redes sociais, no caso dos homens gays (SANTOS; GRANJEIRO; COUTO, 2022; KUDRATI; HAYASHI; TAGGART, 2021; WALSH-BUHI;

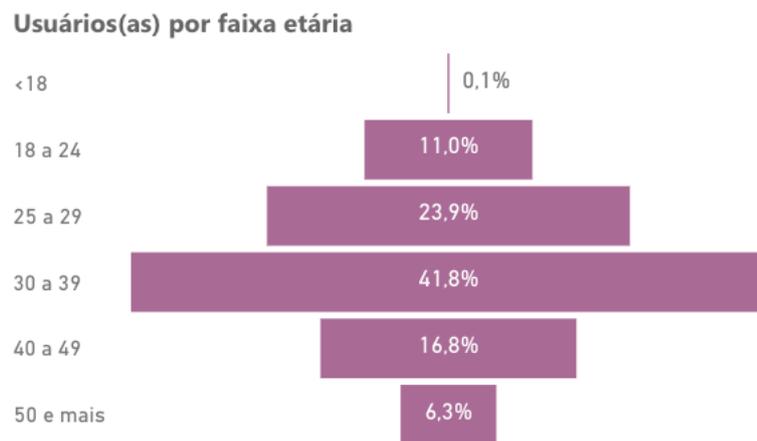
⁶ Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/orgaos-governamentais/secretaria-da-saude/sp-amplia-oferta-de-prep-para-pessoas-com-acompanhamento-medico-na-rede-privada/>. Acesso em 18 de abril de 2023.



HOUGHTON; LANGE; HOCKENSMITH; FERRAND; MARTINEZ, 2021).

Há também uma aparente barreira para que a população jovem (de 15 a 29 anos) acesse a tecnologia preventiva. Embora essa faixa etária represente 44,1% do número de novos casos notificados (BRASIL, 2022), atualmente apenas 35% das pessoas em PrEP pertencem a esse grupo. O maior número de usuários concentra-se na faixa etária de 30 a 39 anos, como mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Usuários por faixa etária



Fonte: Painel PrEP, dados de 30 de abril de 2023.

Paradoxalmente, o Estado disponibiliza a PrEP gratuitamente, mas ao mesmo tempo invisibiliza sua existência. No PCDT de 2018, a política pública era direcionada para populações-chave, excluindo mulheres cis (exceto aquelas que trabalham com sexo). Somente em 2022, com a publicação de um novo plano, a tecnologia preventiva tornou-se disponível para qualquer pessoa acima de 45 kg. Até a publicação do novo protocolo, a disponibilidade para mulheres estava ligada apenas àquelas que fossem profissionais do sexo.

De acordo com os dados do Painel PrEP, o número de mulheres cis em PrEP era de 547 em 2018, 1.154 em 2019, 1.498 em 2020, 2.086 em 2021, 2.883 em 2022 e atualmente 3.315. Proporcionalmente, essa população representa apenas 3,8%, 5,1%, 5,1%, 4,9%, 5% e 5,5%, respectivamente. Entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, 15% delas relataram trocar sexo por dinheiro, objetos de valor, drogas, moradia ou



serviços. Nesse mesmo período, o número de mulheres trans adeptas à PrEP foi de 1.938 e 22% delas relataram ser trabalhadoras sexuais. De 2018 a 2022, elas representam em média apenas 2,8% da população total em PrEP (BRASIL, 2023).

Outro ponto a ser destacado é que a maioria dos usuários de PrEP possui mais de 12 anos de escolaridade (72%), o que pode ser resultado da ausência de campanhas de comunicação em veículos de grande alcance por parte do governo federal para atingir o público-alvo do programa que não possui educação formal.

Além disso, em relação à raça/cor, entre gays e homens que fazem sexo com outros homens (58,05%), homens trans (53,85%) e pessoas não-binárias (53,69%), a maioria é branca ou amarela. Nos outros segmentos da população, mulheres cis (56,69%), homens heterossexuais cis (52,76%), mulheres trans (50,76%) e travestis (62,75%), predomina a raça/cor negra.

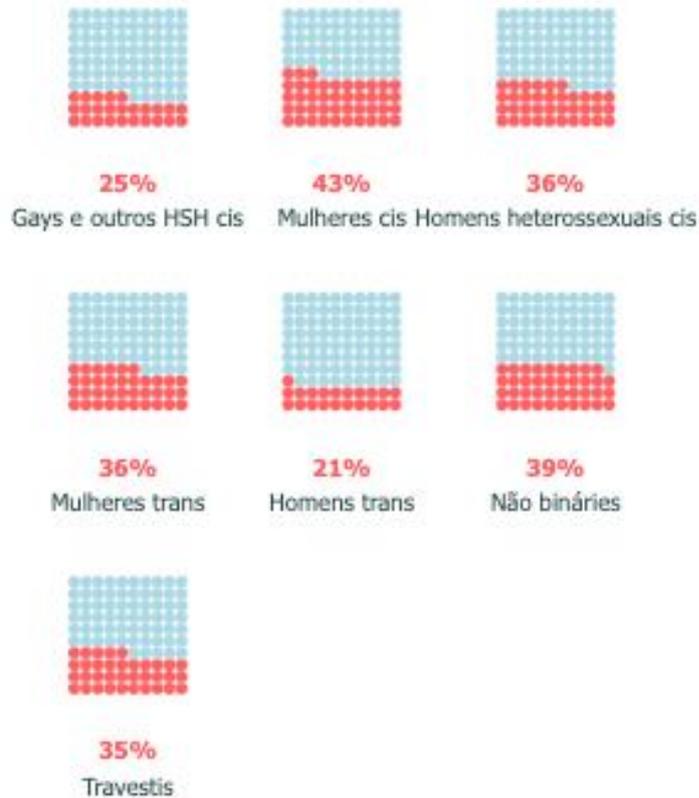
Fica evidente o desequilíbrio em termos de gênero e raça/cor no acesso/adesão ao programa de prevenção. Isso é preocupante e relevante, principalmente se considerarmos que, no Brasil, a população negra é mais suscetível à infecção, de acordo com o estudo proposto por Naila Santos (2016), que identificou que a chance de um homem negro ter AIDS é 5% maior do que um homem branco, e no caso das mulheres negras, a incidência é até 40% maior. Devem ser tomadas medidas para garantir os direitos sexuais mínimos dessa parcela da população brasileira.

Os dados do Painel PrEP, expressos no Gráfico 2, também mostram o número de pessoas que interromperam o uso. Entre 2018 e 2022, as taxas gerais de descontinuidade foram de 18%, 28%, 25%, 25% e 28%, respectivamente. As mulheres cis apresentam a maior percentagem de descontinuidade (43%), enquanto os homens trans (21%) e os gays e outros HSH são os que menos desistem do tratamento preventivo (25%). Nos demais grupos, as taxas de desistência variam de 33% a 37% (Gráfico 2). Atualmente, 22.353 usuários estão descontinuados, ou seja, não receberam a profilaxia nos últimos 12 meses (BRASIL, 2023).

Gráfico 2: Percentual de descontinuidade entre as populações



% de descontinuidade entre as populações



Fonte: Painel PrEP, dados de 30 de abril de 2023.

Mesmo que as taxas de descontinuidade variem, em média, em 25% dos usuários abandonam o programa todos os anos. Os dados do Painel não apontam as motivações que levam à descontinuidade do uso da profilaxia. Esse apagão impede de perceber quando, por exemplo, o uso foi descontinuado em decorrência de mudança de profissão (no caso das profissionais do sexo), ou da constituição de relacionamentos monogâmicos (nos quais os brasileiros historicamente abrem mão das ferramentas preventivas).

Não há também no painel registro dos usuários que estão em relacionamentos sorodiferentes (em que um vive com hiv e outro não), população chave anteriormente determinada como prioritária no PDCT de 2018, ter mais informações sobre a adesão desse grupo é uma forma de vislumbrar caminhos onde prevenção e tratamento podem andar juntos.



Assim, ainda falta nesses contextos de distribuição e de acesso à medicação no Brasil uma perspectiva de descentralizar e multiplicar as formas de distribuição. Não obstante, é necessário também que a população tome conhecimento dessas possibilidades de prevenção e, assim, possam ter acesso à essas tecnologias.

Por fim, a medicalização da prevenção expõe um conjunto neoliberal de prevenção do hiv. Torna-se necessário considerar, além da ferramenta preventiva em si, formas de redução das vulnerabilidades sociais que ocasionam o aumento no número de novas de infecções. Nesse ponto, a comunicação é uma aliada importante para garantir a publicização da ferramenta, seus usos e formas de acesso.

A distribuição da PrEP no Brasil ainda é limitada a determinados grupos. Até 2022, a distribuição seletiva pelo Estado para grupos prioritários, aparentava ser também uma estratégia indireta de controlar suas condutas e práticas sexuais, além de contingenciar essa população. Ainda estamos longe de alcançar uma distribuição eficiente da PrEP que impacte significativamente a redução no número de novas infecções, diferentemente de países como Austrália e Inglaterra. A associação da PrEP a certas "populações de maior risco" é uma justificativa econômica baseada nos custos da profilaxia, o que acaba estigmatizando esses grupos (OLIVEIRA, 2022).

Considerações de percurso

O percurso até o momento indica que os direitos que asseguram a cidadania são historicamente construídos e, portanto, estão inseridos nas dinâmicas próprias de cada período. Ao longo da história da humanidade, as demandas por direitos são diferentes e cumulativas. Os direitos civis, políticos e sociais já são garantidos em certa medida, porém, devem ser constantemente monitorados para que sejam preservados, inclusive aqueles que já estão positivados em leis, evidenciando a necessidade contínua de lutar pelos direitos que sustentam a cidadania.

Reivindicar uma cidadania biológica é ter a garantia do Estado de condições de saúde e cuidados que vão além das dinâmicas comuns, como os direitos civis. No entanto, no caso da PrEP, isso ainda está inserido em um contexto no qual os direitos sexuais devem ser respeitados e assegurados.



No nosso caso, a governamentalidade é fortemente influenciada pela biomedicalização dos corpos, através do dispositivo da aids. A medicina, como campo de conhecimento, aliada ao mercado, é responsável por criar condições e disponibilizar produtos tecnocientíficos de prevenção ao risco, que transformam os corpos. Esses corpos, seguindo uma lógica neoliberal, são incentivados a adotar ferramentas de prevenção ao risco, ao mesmo tempo em que são responsabilizados por utilizá-las, como é o caso da PrEP.

Esse movimento é ainda mais intensificado no surgimento de novas formas de prevenção e tratamento. Isso ocorre porque esses medicamentos e abordagens profiláticas alteram a experiência e o medo causado pelo vírus. Agora, com taxas de mortalidade reduzidas em comparação com o auge da epidemia, a morte deixa de ser uma preocupação constante. Os investimentos passam a se concentrar na prevenção, principalmente voltada para os grupos que ainda apresentam altas taxas de infecção.

Atualmente, a distribuição da tecnologia, mesmo para populações consideradas prioritárias, ainda é incipiente. O estigma associado à aids parece até mesmo influenciar as formas de prevenção. Além disso, a falta de informações adequadas e a ausência de pontos de distribuição descentralizados dificultam ainda mais o acesso.

No Brasil, o perfil de acesso à PrEP pelo SUS é predominantemente composto por usuários gays e homens que fazem sexo com outros homens (82,8%). Além disso, há uma pequena proporção de homens heterossexuais cis (5,6%), mulheres cis (5,5%), mulheres trans (3,5%), homens trans (1,8%), pessoas não-binárias e travestis (0,7%). A maioria dos usuários possui mais de 12 anos de escolaridade e a faixa etária com maior adesão situa-se entre 30 e 39 anos.

Há uma aparente barreira no acesso à PrEP por parte da população jovem (15 a 29 anos), que representa uma parcela significativa dos novos casos de infecção pelo hiv. A disponibilidade da PrEP para mulheres também foi limitada anteriormente, restringindo-se apenas às profissionais do sexo, e o acesso para mulheres em geral foi oficializado apenas no PCDT de 2022. As mulheres cis ainda representam uma pequena proporção dos usuários da PrEP, e as mulheres trans também apresentam uma adesão limitada, com uma parte significativa delas sendo trabalhadoras sexuais.



Em relação à raça/cor, a maioria dos usuários gays, homens trans e não-binários é branca ou amarela, enquanto nos outros segmentos da população (mulheres cis, homens heterossexuais cis, mulheres trans e travestis), a raça/cor predominante é negra. Os dados revelam um desequilíbrio em termos de gênero e raça/cor no acesso e adesão à PrEP, o que é preocupante, especialmente considerando que a população negra apresenta maior suscetibilidade à infecção pelo hiv no Brasil.

As taxas de interrupção do uso da PrEP variam entre os grupos, mas, em média, cerca de 25% dos usuários abandonam o programa anualmente. Não há informações disponíveis sobre as motivações para a descontinuidade, mas é importante investigar fatores como mudança de ocupação e relacionamentos monogâmicos, que podem influenciar a adesão. Além disso, o painel de dados não registra informações sobre usuários em relacionamentos sorodiferentes (um parceiro com hiv e outro sem), que foram considerados prioritários no protocolo de 2018. É necessário obter mais conhecimento sobre a adesão desse grupo para aprimorar a integração da prevenção e do tratamento do hiv.

O acompanhamento do contexto de distribuição da tecnologia preventiva já apresenta resultados positivos em todo o mundo, como no caso da Inglaterra. No entanto, no Brasil, o caso talvez seja mais complexo e permeado pelas relações estabelecidas entre os indivíduos e o sistema de saúde que os atende. Essas relações, como mencionado por Parker (2018), baseiam-se principalmente em uma abordagem biomédica, em contraste com a perspectiva de respeito aos direitos humanos que nos tornou referência no cuidado com o HIV e a aids até os anos 2000.

O hiv e a aids ainda deixam suas marcas estigmatizantes. Mesmo após quatro décadas desde o surgimento da epidemia, ainda carregamos o estigma criado pela mídia e pelo discurso cristão, que associam a infecção a práticas não heteronormativas.

Os números de novas infecções, conforme relatados nos boletins epidemiológicos, demonstram que ainda temos um longo caminho a percorrer para controlar a epidemia que ameaça o horizonte, especialmente entre os jovens e as populações mais afetadas pela epidemia. Nesse sentido, é necessário considerar e viabilizar que os indivíduos tenham a liberdade de escolher as formas de prevenção que melhor se adequem às suas circunstâncias de desejos e cuidados, sem desconsiderar a função do Estado de fornecer condições mínimas de



informação e educação sobre essas possibilidades, além de garantir o acesso efetivo e eficiente às formas de prevenção.



Referências

AGGLETON, P.; PARKER, R. Moving beyond biomedicalization in the HIV response: implications for community involvement and community leadership among men who have sex with men and transgender people. **American Journal of Public Health**, v. 105, n. 8, p. 1552-1558, 2015.

ANDERSON P. L., *et al.* Pharmacological considerations for tenofovir and emtricitabine to prevent HIV infection. **J Antimicrob Chemother**, v. 66, p. 240-250, 2011

BATISTA, A. T. **Prevenir ou remediar?** Atitudes dos profissionais de saúde frente à profilaxia pré-exposição ao HIV/AIDS. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Painel PrEP**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao/painel-prep>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de risco à infecção pelo HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-profilaxia-pre-exposicao-prep-de-risco>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de risco à infecção pelo HIV**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_profilaxia_prep.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2023.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. HIV/Aids – 2019. **Boletim Epidemiológico**, dez. 2019. Número Especial. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivaids-2019>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. HIV/Aids – 2022. **Boletim Epidemiológico**, dez. 2022. Número Especial. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2022/hiv-aids>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

BRISIGHELLI NETO, A. *et al.* Revisão sobre a eficácia do preservativo em relação à proteção contra doenças sexualmente transmissíveis e gestação. **Diagnóstico Tratamento**. v. 14, n. 13, p. 123-125, 2009.

CASTIEL, L. D.; GUILAM, M. C. R.; FERREIRA, M. S. **Correndo risco: uma introdução aos riscos em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

CERQUEIRA, Natalia Barros. **Atitudes e conhecimento dos médicos infectologistas sobre profilaxia pré-exposição do HIV**. 2019. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Doenças Infecciosas e Parasitárias, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/NataliaBarrosCerqueira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

COLLUCCI, Claudia. **Em SP, 1 a cada 4 homens que transam com homens tem HIV, revela estudo**. 2018. Jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/06/em-sp-1-a-cada-4-homens-que-transam-com-homens-tem-hiv-revela-estudo.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSTA, A. H. C; GONÇALVES, T. R. Globalização farmacêutica e cidadania biológica: notas sobre a implementação da profilaxia pós-exposição no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública (Online)**; 37(1): e00041420, 2021. Disponível em:



<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1153669>. Acesso em: 1 fev. 2023.

DELEUZE, G. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

DOURADO, I. *et al.* Revisitando o uso do preservativo no Brasil. **Rev Bras Epidemiol**, v. 18, n. 1, p. 63-88, 2015.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. **Educação e realidade**, v 34(2): 35-56 mai/ago 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v34n02/v34n02a04.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FONSECA, Vanessa do Nascimento; NASCIMENTO, Marcos; MONTEIRO, Simone. Aids e prevenção: um olhar retrospectivo sobre projetos sociais com jovens no Rio de Janeiro. **Saúde em Debate** [online]. v. 46, n. spe7, pp. 48-61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E703>. Acesso em 15 mar 2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008b.

KERR, *et al.* HIV prevalence among men who have sex with men in Brazil: results of the 2nd national survey using respondent-driven sampling. **Medicine**. N. 97, v. S1, 2018



KUDRATI, Sakina Z.; HAYASHI, Kamden; TAGGART, Tamara. Social Media & PrEP: a systematic review of social media campaigns to increase prep awareness & uptake among young black and latinx msm and women. **Aids And Behavior**, [S.L.], v. 25, n. 12, p. 4225-4234, 3 maio 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33939035/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O'HALLORAN, C. *et al.* **HIV in the United Kingdom: Towards Zero HIV transmissions by 2030**. Londres: PHE publications, 2019.

OLIVEIRA, Mayllon Lyggon de Sousa. **Prevenção em controvérsias: as disputas em torno da prep no youtube**. 2022. 244 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

PARKER, Richard. **Richard Parker faz críticas às formas atuais de controle do HIV e propõe um olhar diferente para controle da epidemia de aids**. 2018. Agência AIDS. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/richard-parker-faz-criticas-as-formas-atuais-de-controle-do-hiv-e-propoe-um-olhar-diferente-para-controle-da-epidemia-de-aids/>. Acesso em: 10 Não é um mês válido! 2023.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R.. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *In: Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 1, p. 125-157, 2009.

Pesquisa nacional de saúde: 2019. ciclos de vida. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

PIMENTA, Maria Cristina; BERMUDEZ, Ximena Pamela; GODOI, Alcinda Maria Machado; MAKUD, Ivia; BENEDETTI, Marcos; KAUSS, Bruno; TORRES, Thiago Silva; HOAGLAND, Brenda; PEREIRA, Gerson Fernando Mendes; GRINSZTEJN, Beatriz. Barreiras e facilitadores do acesso de populações vulneráveis à PrEP no Brasil: estudo improp stakeholders. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 38, n. 1, p. 1-12, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00290620>. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/csp/a/pzRvbkKhGRFjh4PHmkk4qqx/?lang=pt>.
Acesso em: 20 fev. 2023.

PERLONGHER, N. **O Que é Aids**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>.

ROSE, N. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, N.; NOVAS, C. Biological Citizenship. *In*: Ong, A.; Collier, S. (eds.). **Blackwell Companion to Global Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2003.

SANTOS, Lorrúan Alves dos; GRANGEIRO, Alexandre; COUTO, Marcia Thereza. A Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP) entre homens que fazem sexo com homens: comunicação, engajamento e redes sociais de pares. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 10, p. 3923-3937, out. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320222710.06542022>.

SANTOS, N. J. S. Mulher e negra: dupla vulnerabilidade às DST/HIV/aids. **Saúde Soc**, v. 25, n. 3, p. 602-618, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/B8LmxH9RGg3mbSm34SGSBDD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 março de 2023.

SEFFNER, F.; PARKER, R. **A neoliberalização da prevenção do hiv e a resposta brasileira à Aids**. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (org.). **Mito vs realidade: sobre a resposta brasileira à epidemia de HIV e AIDS em 2016**. Rio de Janeiro: ABIA, 2016.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

UNAIDS. **Practical guidelines for intensifying HIV prevention: towards universal access**. Geneva: UNAIDS, 2007. Disponível em:



https://data.unaids.org/pub/manual/2007/20070306_prevention_guidelines_towards_universal_access_en.pdf. Acesso em 30 de abril de 2023.

UNAIDS. **Estatísticas**. 2023. Disponível em: <https://unaids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WALSH-BUHI, Eric; HOUGHTON, Rebecca Fagen; LANGE, Claire; HOCKENSMITH, Ryli; FERRAND, John; MARTINEZ, Lourdes. Pre-exposure Prophylaxis (PrEP) Information on Instagram: content analysis. **Jmir Public Health And Surveillance**, [S.L.], v. 7, n. 7, p. 0-0, 27 jul. 2021. JMIR Publications Inc.. <http://dx.doi.org/10.2196/23876>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8367150/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual Health, Human Rights and the law. **WHO Library Cataloguing in Publication Data**, Geneva, Suíça, 2015.

ZUCCHI, E. M. Da evidência à ação: desafios do Sistema Único de Saúde para ofertar a profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) ao HIV às pessoas em maior vulnerabilidade. **Cad. Saúde Pública**, Vol. 34, N^o 7, p. 1-16, 2018



The profile of PrEP users in Brazil: An exploratory study of the PrEP Panel from 2018 to 2022

ABSTRACT: This study aims to profile users of Pre-Exposure Prophylaxis (PrEP) based on the available data from the PrEP Panel between 2018 and 2022. Data collection was conducted in February and April 2023. The panel's purpose is to disseminate information about the dispensation and use of PrEP in Brazil. PrEP is a combination of tenofovir and emtricitabine used for HIV prevention, and daily intake of the pill reduces the risk of infection by 96%. Provided free of charge by the SUS in the oral daily use form, this prophylaxis offers a means of controlling the concentrated HIV epidemic and reducing the number of new infections. Starting from 2022, considering the current epidemic scenario in Brazil, young people and adolescents are considered a priority population. Currently, access to preventive technology is restricted to a population of gay and other men who have sex with men (82.8%), individuals of white or asian descent (56.24%), with more than 12 years of education (76.96%), aged between 25 and 39 (65.7%), residing in medium and large urban centers.

KEYWORDS: Pre-Exposure Prophylaxis; HIV prevention; HIV.

Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira

Doutor e Mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Araguaia.

E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com

Suely Henrique Aquino GOMES

Professora titular aposentada da Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (1999); mestrado em Automação de Biblioteca - University College London (1991) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1987), Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Comunicação, Cidadania e Cultura (PPGCOM/FIC), atuando nas linhas de pesquisas Mídia e cultura e Mídia e Informação. Líder do grupo de pesquisa Olhares - Corpo, subjetividade, ciência.

E-mail: suelyhenriquegomes@gmail.com

Deyvisson Pereira da COSTA



Doutor em Comunicação (UFMG/2014), mestre em Comunicação (UFG/2009), especialista em Comunicação e Saúde (Fiocruz/2006) e bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFJF/2005). Docente na UFMT, Campus Araguaia (2009), lidera o grupo de pesquisa Limiar - Estudos de Linguagem e Mídia (2010), integra o Núcleo Libertas de Estudos, Pesquisa e Extensão em Práticas de Liberdade (2020) e atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO/UFMT) na linha de pesquisa Epistemes Contemporâneas (2021).

E-mail: deyvissocosta@yahoo.com.br

Recebido em: 22/05/2023

Aprovado em: 01/06/2024



RESENHA

A invenção da Ideologia de Gênero:

Um projeto de poder

A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder





A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

Rogério Diniz Junqueira é pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Possui graduação em Comunicação pela UnB e doutorado em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas pelas Universidades de Milão e Macerata (Itália), com pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania no CEAM/UnB. É membro da Comissão Assessora de Especialistas em Educação Especial, Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica do Inep (CAES/Inep). Dedicar-se a pesquisas sobre educação, direitos humanos, política e discurso, com ênfase em direito à educação, direito à diferença, gênero, sexualidade, deficiência, racismo, acessibilidade e avaliações educacionais. Possui livros, artigos e outros escritos publicados, entre os quais organizou "Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas", da Coleção Educação para Todos, da Unesco.

Em um cenário de recrudescimento de ideias antidemocráticas no Brasil, com reflexo direto nas questões de gênero e direitos reprodutivos e sexuais no país, lançou em 2022, pela Editora Letras Livres de Brasília, o livro: A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder. A obra possui 312 páginas, nove capítulos e conclusão, onde o autor busca demonstrar através de grande número de estudos que a "Ideologia de Gênero" existe e foi criada por pensadores ligados à Igreja Católica no Vaticano, para contrapor-se às novas ideias libertárias e democráticas de uma sociedade em transformação, que foi encampada por governos e outras vertentes religiosas ligadas ao reacionarismo.

Utilizando-se de argumentos científicos, estudos, dados, imagens, pôsteres e cartazes referentes ao tema em pauta, com farta bibliografia, notas importantes de rodapé, demonstrando a sua sólida formação de Sociólogo, o autor defende a ideia de que a ideologia de gênero foi um projeto desenvolvido paulatina e inteligentemente, com claro objetivo de evitar a perda de poder da religião Católica no mundo, ao trazer de volta conceitos ligados ao patriarcado e contrários ao feminismo e às lutas pelos



direitos LGBTQIA+. Com grande domínio do assunto, em texto muito bem elaborado, Junqueira leva o/a leitor/a à compreensão dos fatos históricos que motivaram o nascimento da “ideologia de gênero”, sua evolução e seu uso no contexto social presente e a possibilidade de que seu manutenção, como discurso retrógrado, se perpetue.

Narrada na primeira pessoa do singular, a obra é dividida em capítulos facilitando a leitura e o entendimento, embora exija do/a leitor/a um mínimo de conhecimento prévio sobre os movimentos feministas e LGBT. Ao contrário dos signatários e propagadores da ideologia de gênero, nesta obra Junqueira fundamenta suas ideias em um poderoso e incontável corpo de referências bibliográficas, com as quais dialoga no texto. Indo além, acrescenta ainda uma galáxia de entidades, instituições, personagens e estruturas de poder que compõem o universo utilizado nos textos e que influenciaram de alguma maneira a difusão da ideologia de gênero, trazendo também, os créditos das imagens utilizadas no livro, referentes às campanhas publicitárias veiculadas nos diversos países do mundo onde essas ideias conservadoras são propagadas *ad nauseam*, como comenta o autor.

Nada melhor para comentar sobre como está estruturado e organizado o texto do que a fala do Professor Associado Marco Aurélio Prado, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, que prefacia o livro de Rogério Junqueira:

O estudo apresentado é uma das melhores respostas organizadas a essas inúmeras falácias que ocupam a disputa em torno do tema. O material reunido, organizado e analisado pelo autor busca responder à ingenuidade da resistência à ofensiva, à incompreensão histórica da dinâmica desse conjunto de atores e movimentos, que está alastrado por todas as instituições sociais, pelo cotidiano escolar, pelo dia a dia de pais e mães, pelas esferas da política, do mercado, das religiões e das políticas públicas. (PRADO, 2022, p.10)

Durante a exuberante demonstração do amplo conhecimento do autor, o/a leitor/a poderá percorrer todos esses caminhos por onde transitam os ditames dessa “teoria/ideologia de gênero¹” entendendo até onde vai a sua capilaridade e, com ela, a sua capacidade de influência em tomadas de decisão pelos a professam e divulgam como verdade.

Em um árduo trabalho de pesquisa com grande aprofundamento teórico, Rogério Junqueira junta campos dispersos e eventualmente pouco visíveis, de uma disputa que não envolve só a sexualidade e a

¹ Os termos "teoria" e "ideologia" de gênero têm sido usados como equivalentes em contextos europeu e brasileiro.



moralidade, mas também a luta por hegemonia política em um projeto de reacionário.

Já na introdução, intitulada “Uma ofensiva antigênero”, Junqueira chama a nossa atenção, como leitores/as, para o avanço do “ativismo ultraconservador, associado à emergência e revigoramento de um discurso reacionário que adquire características de cruzadas morais” (p.7), de alcance transnacional e de matriz católica fundamentalista, orientada no sentido de conter ou mesmo anular os avanços obtidos pela sociedade em relação a gênero, sexo, sexualidade, com estratégias voltadas a produzir pânico moral, em uma batalha em defesa da família tradicional.

O Livro segue, dividido em capítulos, sendo que o primeiro trata da “Renaturalização da Ordem Moral”. Nele, evidenciando a influência do pensamento doutrinário de Karol Józef Wojtyła, então Papa João Paulo II, o autor aborda o construcionismo social afirmando que o mesmo, ao invés de defender a possibilidade de produção individual dos corpos, sujeitos e identidades, enfatiza a dimensão social dos mesmos, tentando impor ordenamentos naturais como legítimos, necessários e imutáveis, num apelo à rebiologização da vida, em uma visão naturalizante antigênero da sexualidade, da família e do casamento, baseada na complementaridade homem-mulher. Cita como exemplo termos como Família, sempre usada no singular, única e monogâmica, biologicamente constituída. Matrimônio, como indissolúvel, orientado para fecundidade e, portanto, intrinsecamente heterossexual. Maternidade, inerente à mulher, cuidadora e submissa esposa afetuosa. Filiação derivada da conjugalidade homem-mulher, com educação atrelada ao direito inalienável da educação pelos pais. Parentesco e parentalidade, ligados à consanguinidade, não sendo realizados por meio de uniões provisórias, extravagantes, inaturais ou derivadas de tecnologias de Reprodução assistida ou barriga de aluguel. Ainda, a sexualidade como ligada à complementaridade homem-mulher e a heterossexualidade como única via natural do desejo sexual.

Com o advento em 2011 do I Congresso Internacional de Ideologia de Gênero, na Universidade de Navarra, fundada pela Opus Dei em 1952, o pensamento da Igreja católica naquele momento poderia se sintetizado como sendo o *gender*, uma ideologia utópica, negando a divisão da humanidade entre homens e mulheres, sendo ela um dos muitos extravios que a utopia da igualdade haveria criado. Com uma série de imagens de cartazes utilizados pelas campanhas antigênero, ilustra os seus reflexos



pelo mundo e sua atuação também na América Latina, em defesa da família, principalmente por setores conservadores, construída não só no plano moral, mas também sócio econômico. Neste aspecto, segundo Junqueira, o projeto levado em curso, objetiva a redução do financiamento estatal da Educação com transferências para o ensino privado; reformas curriculares descredibilizando e precarizando as carreiras docentes, desestimulando a gestão democrática com militarização das escolas e processos amplos de privatização, confluindo numa mesma direção o ultra conservadorismo com o ultra liberalismo.

O segundo capítulo aborda as estratégias discursivas utilizadas por grupos antigênero, que não corresponde ao que academicamente se consagrou a partir dos anos de 1980. Junqueira chama a atenção para o fato de que estudos, pesquisas e reflexões, debates inesgotáveis de origens teóricas e políticas, foram reduzidos a uma “teoria”, no singular, criando a imagem de um inimigo comum e personificado, a ser demonizado. Passou a não haver debate e sim a afirmação de posições próprias, de que a “teoria de gênero” seria um erro da mente humana, refutada por especialistas e desmentida pela biologia. O autor afirma ainda que os “especialistas antigênero” padecem de certo isolamento no meio acadêmico e circulam fora dele, inserindo-se mormente nos veículos religiosos, sendo desconhecidos do público universitário. Assim, tentando corroer a autonomia da Universidade, se reposicionam e buscam adquirir visibilidade dentro e fora deste campo. Assim sendo, “teoria”, nessa polêmica, soa como algo duvidoso, suspeito e substituível por “ideologia”, visto que nos sítios vaticanos não se poderia distinguir um do outro, conferindo-lhes pouca relevância e lastro com a realidade, podendo ser depreciadas e deslegitimadas, agindo com poderosas categorias de mobilização política, criando-se grande variedade de termos na Cúria Romana, exemplificados na página 63 da obra em grande número, como por exemplo “colonização ideológica do *gender*” e “loucura de gênero”, entre muitas outras.

Tentando dar certa laicidade ao tema, desvinculando-o da Igreja Católica, evidencia-se o propósito recorrente de criar “pânico moral”. Porém o autor destaca que pânico morais tendem a ser recorrentemente normativos e surtem efeito quando a preocupação que suscitam é maior e desproporcional ao perigo real e geram reações coletivas também desproporcionais.

Um novo capítulo se insere no livro e se conecta com os anteriores, ao abordar a “Fabricação dos sintagmas”, onde o autor afirma que a



“teoria/ideologia de gênero” é uma invenção católica. Sua configuração e emergência ter-se-iam dado nos anos 1990 e início dos anos 2000, por articulações envolvendo o episcopado e movimentos pró vida e pró família, em reação às Conferências do Cairo sobre População (1994) e de Pequim (1995) sobre as Mulheres, pondo em marcha uma verdadeira contraofensiva com objetivo de reafirmar a doutrina católica e reiterar a naturalização da ordem moral e social, intensificando o lobby antifeminista junto às Nações Unidas. Neste contexto, Junqueira afirma que nos Estados Unidos, a direita religiosa radical buscava estabelecer equivalência entre direitos sexuais, pedofilia e “outras perversões”, classificando o que chamavam de “feministas do gênero”, de “grupo de ideólogas fanáticas e extremistas, a serviço de uma nova e perigosa agenda, situando as mulheres contra os homens em todas as esferas da vida”. Segundo o autor, o representante Latino Americano do pensamento conservador foi o Cardeal Colombiano Alfonso López Trujillo, Presidente do Pontifício Conselho para a Família, ligado à Opus Dei e conhecido por seu distanciamento das causas sociais. Ultraconservador, opunha-se frontalmente aos direitos sexuais e reprodutivos, opondo-se frontalmente ao aborto, à contracepção, ao uso de preservativos, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e ameaçava de excomunhão quem utilizasse a Fertilização *in vitro*. Karol Wojtyła, por sua vez, como Papa João Paulo II exortava apostolicamente que “a educação das crianças era dever/obrigação dos pais e que a escola só poderia atuar de forma subsidiária e subordinada a eles”.

Continuando seu resgate histórico, o autor lembra que Joseph Ratzinger, que até 2005 ocupou o cargo de prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, tendo como uma de suas principais marcas o antifeminismo, em colaboração com Wojtyła operou uma importante mudança no discurso do vaticano sobre a ordem sexual: a Teologia do Corpo. Preconizava esta, a Doutrina da Complementaridade e postulava que entre as disposições da mulher, estava em primeiro lugar o amor materno; essas seriam naturais e próprias, derivadas da anatomia de seu corpo. Wojtyła fez da heterossexualidade e da família heterossexual o centro de sua filosofia. E desta convergência de propósitos, nasceu o *Lexicon* publicação que seria um marco das lutas eclesiais contra aquilo que chamavam de “ideologia da cultura da morte”, subjacente à “teoria/ideologia de gênero”. Esta publicação dá nome ao quarto capítulo.

O capítulo seguinte é especificamente dedicado Joseph Ratzinger, doutrinador alemão e responsável por vasta produção bibliográfica. O



autor afirma que sua influência, desde o cardinalato até o papado, não pode ser negada e sua cruzada contra o feminismo, à liberdade sexual, à homossexualidade e à transexualidade só são comparáveis à sua defesa intransigente da doutrina católica tradicionalista. Alertava desde o início que o conceito de *gender* iria inspirar ideologias promotoras do questionamento da família e compararia a homossexualidade com a heterossexualidade. Dizia textualmente, a diferença corpórea chamada sexo, é minimizada, ao passo que a dimensão cultural, chamada gênero, é sublinhada ao máximo e considerada primária. Considerava os atos homossexuais “intrinsecamente maus” e a condição homossexual “objetivamente desordenada”. É importante pontuar, como bem ressalta Junqueira, que a Teologia do Corpo, nos anos 1980, criou as condições e as premissas para dez anos depois, compor o cerne do discurso vaticano sobre a “ideologia de gênero”, autorizado de forma pontifícia por Ratzinger em seu papado, como Papa Bento XVI, para sua divulgação midiática e transnacional.

A Ofensiva Antigênero na América Latina, tema do Capítulo 6, aborda a visita apostólica de Ratzinger, então Papa Bento XVI, que resultou num documento conclusivo da Conferência do Episcopado Latino Americano e do Caribe, na Cidade de Aparecida-SP (2007) ficando conhecido como “Documento de Aparecida”. Nele, em um pronunciamento contundente, o Papa fez advertência ao Clero sobre os ataques contra a família e ao matrimônio, em questões como o aborto, o divórcio, as uniões civis, o celibato clerical em oposição à Teoria da Libertação e o envolvimento dos padres na política, que à época se tornava frequente. Ainda, abordou o tema difícil da pedofilia na Igreja, evitando todas as formas do que chamou de “desvios no campo da sexualidade”. Junqueira nos lembra que outra preocupação do Pontífice na América Latina foi o avanço das seitas religiosas, o agnosticismo e o laicismo, exortando a Igreja a um trabalho metódico de evangelização “junto às populações das periferias e do campo”, justamente, a nosso ver, as mais pobres em tudo, principalmente capital financeiro e cultural. O autor comenta que, em síntese, essa visita se revelou uma viagem apostólica, reafirmando a posição tradicionalista da Igreja Romana, determinada a desempenhar um papel relevante na definição dos rumos da política e da sociedade. Consequência disso foi que, a partir desse ano de 2007, segundo o autor, houve “um aumento gradual e sustentado do discurso antigênero, em todo o continente sul americano, ganhando este terreno e vigor no âmbito dessas sociedades” (p.154)



Na sequência o autor nos brinda no capítulo 7, com longo e imperdível capítulo intitulado “Terra Brasilis”, que nos leva a entender porque o Brasil, terra de uma Igreja interventora na política e na produção intelectual, de início não exerceu um papel de destaque na luta antigênero. Gradativamente, com fatos históricos delineados em rica sequência e de fácil entendimento, nos leva a compreender como essa discreta participação se tornou uma política de Governo, que rapidamente passou a fazer parte, discretamente no início, de uma política de Estado. Identificando os primeiros passos da política antigênero no final dos anos 1990, salienta o crescer deste movimento quando da criação, em 2004, do programa federal “Brasil sem Homofobia” e, em 2006, do projeto de lei sobre a criminalização da Homofobia e da vedação deontológica do Conselho Federal de Psicologia da chamada “cura gay”. Demonstra como a união estável entre pessoas do mesmo sexo, aprovada em 2011 e depois em 2013, fez eclodir de modo ostensivo o tema da Ideologia de Gênero, unindo bancadas políticas e com ataques à educação nas escolas e seu corpo docente. A luta acelera durante o governo Dilma e tem em Temer um grande apoiador. Mas, com a eleição de Bolsonaro e a ascensão do bolsonarismo, vemos um incremento das discussões dessa temática como nunca antes, tornando-se o governo federal o grande ator da política antigênero no país.

Aqueles a que o autor denomina como cruzadas antigênero, teriam sabido liderar reações no percurso dos governos Lula e Dilma, tramadas inclusive por dentro desses governos, desde fases iniciais. No capítulo 8, Junqueira leva em consideração outro fato, de que gestores em cargos relevantes se mostravam permeáveis às pressões de lideranças religiosas e políticas ultraconservadoras, inclusive da Santa Sé, que lhes permitisse acordos jurídicos que consolidassem antigos privilégios e acrescentassem outros, como ocorreu quando o Ministério da Educação convocou reunião para que se discutisse o “ensino religioso nas escolas como área do conhecimento”. Obviamente a reunião foi suspensa, mas depois, em uma concordata Brasil – Vaticano, a Igreja Romana foi alçada a um patamar superior às demais religiões, ferindo assim princípios basilares de um Estado laico. Este cenário, enfatiza o autor, levou a um enfraquecimento progressivo das políticas governamentais de promoção da diversidade.

Acompanhando esses fatos, na América Latina, a Igreja via cada vez mais uma participação menor de fiéis aos serviços católicos e às missas, além do avanço do evangelismo neopentecostal nesses países latinos. Evoluía assim, dentro e fora dos muros vaticanos, um reconhecimento das



necessidades de reforma, inclusive pelo mal-estar causado pela fraca resposta vaticana aos casos de pedofilia com envolvimento de clérigos. Rupturas, disputas, traições, acusações, lutas de poder começavam a vir à tona, junto a denúncias de corrupção e transações financeiras insólitas. Este cenário leva finalmente à abdicação de Ratzinger e à eleição de Bergolio, em março de 2013. Citando Andrew Brown, o autor resume no Capítulo 9 a difícil posição de Bergolio, que embora sugerisse estar transitando entre diferentes vertentes políticas vaticanas, teve que manter todo o conservadorismo eclesiástico, com a frase: “Os pés podem dançar sob a batina, mas o manto nunca deve se mover”. Essas tímidas aberturas do Papa Francisco causaram apreensão aos setores ultraconservadores depois de décadas de ortodoxia, pois as reformas poderiam incidir sobre as correlações de força, capacidade de gestão de recursos e interferir no êxito de alianças políticas, intra e extramuros católicos.

Finalizando o livro, na Conclusão, intitulada: “Para encerrar em vez de concluir: afinal existe ideologia de gênero?”, Rogério Diniz Junqueira, nos coloca a missão de tentar responder a esta questão, para nós mesmos. Fica consolidado, no decorrer da bela obra por ele escrita e compilada com dados científicos e referências sólidas, todo o decorrer do percurso das lutas empreendidas para a modernização de uma sociedade e as forças que agem no sentido contrário. Interesses políticos, de domínio do poder, de manutenção de forças seculares, problemas éticos e morais, de cunho financeiro, escândalos ligados à pedofilia, intrigas, divergências de opiniões e lutas por hegemonia fizeram com que fosse engendrado um projeto antigênero de resgate do conservadorismo, para operar com eficácia em vários contextos, persuadindo e arregimentando contingentes de seguidores, em lutas cadenciadas por inseguranças, pânico moral, temores, alarmes, intransigência e ódio, estigmatizações e negações de direitos. Mas, conclui o autor, “apesar do vigor que ostentam, não são invencíveis”. (p.230)

Embora densa, provocando reflexões a todo momento, a “Invenção da ideologia de gênero – um projeto de poder”, é uma leitura agradável. As ilustrações trazem significado e brilho ao texto e as notas explicativas nos rodapés de página são esclarecedoras e enriquecem o conhecimento tanto de pessoas leigas, como daquelas que já transitam pela temática. O tema é difícil e o autor brilhantemente o dissecou na totalidade de suas vertentes, principalmente aquelas ligadas ao Vaticano e seus representantes, eclesiásticos ou não.



É uma leitura de fundamental importância para quem quiser conhecer e aprofundar conhecimento ou atualizar-se na temática da “Teoria/Ideologia de gênero” pois instrumentaliza o/a leitor/a para discutir, argumentar, conduzir debates com base na profunda complexidade do tema.

Referências

JUNQUEIRA, Rogério. *A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder*. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

PRADO, Marco Aurélio M. Prefácio. IN: *A invenção da Ideologia de Gênero: um projeto de poder*. Brasília, Editora Letras Livres, 2022.

A invenção da Ideologia de Gênero:
Um projeto de poder



Ricardo Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: ricardonccs@gmail.com

Recebido em: 23/05/2023

Aprovado em: 30/05/2024

**ARTIGO****Sobre negociações etnográficas de campo:**

Ensaio sobre as técnicas e métodos em universo multissituado com e ao lado das Profissionais do Sexo

Juliana Cavilha, *Faculdade Estácio Florianópolis*

RESUMO. Este ensaio traz ponderações a respeito das escolhas teórico metodológicas de uma pesquisa de campo realizada com profissionais do sexo, na região central da cidade de Florianópolis/SC. Tais escolhas compreendem destacar a importância da bibliografia utilizada para este universo multissituado ao longo do processo do trabalho de campo, colaborando de maneira objetiva, tanto na leitura interpretativa do modo de apropriação das interlocutoras nos espaços públicos, na lógica de seus percursos e caminhos numa cidade como parte de seu métier. Quanto na consolidação de um lugar social da pesquisadora entre estas interlocutoras, o que significou operar com os diversos lugares sociais que as profissionais do sexo ofereciam no interior de suas formas de sociabilidade na rua.

PALAVRAS-CHAVE: Profissionais do sexo. Metodologia. Pesquisa de campo. Cidade.



Introdução

Este ensaio traz reflexões a respeito das escolhas teórico metodológicas de uma pesquisa de campo realizada na primeira década do século XXI. A investigação ocorreu em um universo multissituado, abordando espaços urbanos diversos nos quais atuam as profissionais do sexo da região central da cidade de Florianópolis/SC.

No desenvolvimento desta pesquisa, lancei mão de uma série de técnicas e procedimentos de pesquisa, originados da tradição antropológica. A primeira delas, obviamente, foi a execução do trabalho de campo, que se desdobrou progressivamente diante de minha inserção em um conjunto de redes sociais das profissionais do sexo.

Precisamente, pelo fato de se configurar uma pesquisa etnográfica no contexto metropolitano, elencarei a seguir, alguns autores que, influenciados pelos métodos da etnologia clássica, refletiram sobre a sua utilização para o estudo das próprias sociedades. Autores que transpuseram a tradição da prática do trabalho de campo nos grandes centros urbanos e que, posteriormente, passaram a ser os expoentes da denominada Escola de Sociologia de Chicago.

Um destes expoentes como George Simmel (1976), que foi grande aliado desta pesquisa etnográfica quando traz à tona, por exemplo, o pensar na dinâmica das formas urbanas, a partir do reconhecimento das interações cotidianas e trajetórias sociais dos seus habitantes.

Nesta linha, também a autora francesa Carole Pettonet (1987, 1, 2), ao lado de, obviamente, Franz Boas¹. Em ambos os casos, tanto as pesquisas da Escola de Chicago quanto os estudos de F. Boas – em seus saberes e fazeres antropológicos nos moldes clássicos, especialmente quando transpostos para a compreensão do mundo contemporâneo, promovem uma renovação nas técnicas e nos procedimentos de pesquisa na e da cidade².

Neste caso especial também, ressalto a produção de E. Park (1976), com suas reflexões sobre a distinção moral nas regiões e feições da cidade e, claro, não poderia me furtar ao trabalho de Foote-Whyte (2005) em sua

¹ Franz Boas desde 1928, incentivava seus alunos a pensar as relações entre Etnologia e o mundo moderno, sendo por sua influência que Ruth Benedict (1946), ao longo da Segunda Grande Guerra, realizou o seu trabalho sobre a cultura japonesa no mundo contemporâneo.

² Neste ponto é possível refletir a respeito da origem a um campo disciplinar específico, no caso da matriz disciplinar da Antropologia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988) – o da antropologia urbana ou das sociedades complexas (VELHO, 1999).



brilhante pesquisa de campo em Connerville, foram alguns autores que me orientam na reflexão de exercícios etnográficos em ruas, bairros e esquinas da cidade.

Vale também apontar outro autor importante da Escola de Chicago, cujos instrumentos de pesquisa influenciam tais pesquisas trata-se do americano Oscar Lewis (1963) em sua obra *Les enfants de Sanchez: Autobiographie d'une famille mexicaine*, o qual apresenta sugestões e questionamentos para uma determinada aproximação à diversidade de universos simbólicos que uma grande metrópole reúne em seu interior. Este autor nos leva a reflexões metodológicas inspiradoras quando lança mão de histórias de vida e genealogias em sua pesquisa.

Em terras brasileiras, especificamente na condução de uma proposta de etnografia junto aos estudos de mulheres profissionais do sexo em Florianópolis/SC, a inspiração para aderência a um olhar metodológico, também se organizou a partir dos estudos de G. Velho (1973, 1994, 1999,) e de seus princípios norteadores de pesquisa nas ditas sociedades complexas urbano-industriais. Ainda, as produções etnográficas de H. Silva (1993) e de M. D. Gaspar (1985) também foram mister fontes de influência pela forma como revelaram o processo de inserção durante o trabalho de campo com grupos e/ou indivíduos sujeitos a processos de discriminação e estigmatização social (GOFFMANN, 1999; BECKER, 1977), expressando em seus estudos os procedimentos éticos necessários para estabelecimento de um diálogo cultural que reúna o etnógrafo aos seus sujeitos de pesquisa, fundamental para tal experiência na cidade.

A essa linhagem de estudos etnográficos no contexto das grandes metrópoles, local em que as questões do corpo e da sexualidade ganham destaque, gostaria de acrescentar outros autores, cujos estudos das formas urbanas influenciaram o modo como conduzi a pesquisa de campo com as mulheres profissionais do sexo de rua em Florianópolis/SC, como A. Moles e E. Rohmer (1982, 7) em que na perspectiva do espaço como lugar de cotidianidade, me autorizaram a investir numa abordagem fenomenológica para a realização de uma etnografia de seus espaços de sociabilidade. Os conceitos de “micro-evento” e da cidade como “labirintos do vivido” auxiliaram no processo de cartografar os lugares onde esta profissão era exercida e na compreensão das formas de apropriação de ruas, esquinas, bancos, praças e calçadas por minhas interlocutoras.



Obviamente, tratava-se de uma inserção em campo, no qual a própria forma como me apresentava a estas mulheres exigia bons momentos de ponderação sobre o sentido dos laços sociais que procurava manter com as interlocutoras durante o período do campo, especialmente quando ainda me encontrava sob a “proteção” das instituições em que algumas delas atuavam.

Trago aqui um fragmento do diário do meu primeiro dia “oficial” em campo, nas ruas da área central de Florianópolis/SC. Era em torno das 19 horas de uma quinta-feira santa e estávamos eu, Ana (coordenadora da ONG Estrela Guia) e Kelly (voluntária dessa mesma ONG):

No caminho Ana se perguntava como me apresentaria. As três, então, fieldworkcomeçaram a dar sugestões. “Porque as gurias não gostam de pesquisadores, nem de serem entrevistadas” disse Ana, ainda complementa, com as mais próximas poderia explicar de outra maneira. “Mas, assim como todas nessa primeira vez, teríamos que pensar!”. Deixei que elas decidissem, eu queria conhecer melhor o campo... E conversando, atravessamos a praça XV, seguimos para a Conselheiro Mafra. Ana Paula e Kelly perguntaram o que eu já tinha feito, falei que tinha entrado em todas essas boates da Conselheiro na época da pesquisa. Ana disse que viu no meu projeto e queria saber o que eu tinha encontrado no centro. Expliquei o mapa e as redes, ela ficou interessada. Perguntei como elas chamam estas mulheres: se de meninas, gurias, profissionais, prostitutas ou putas. Ana fala que elas não gostam de ser chamadas de prostitutas, mas sim de profissionais. Falei pra elas daquele grupo na França que quer ser chamado de puta. Ana acha um horror, as duas na verdade. Falei então da ONG da Gabriela Leite que reivindica uma categoria de puta. Ana Paula disse que a Gabriela “fez a cabeça” de algumas e que agora anda por aí dizendo que todas querem. Mas ela não acredita que seja verdade. Para ela “Putá é palavrão e é pejorativo”. Repeti que gostaria muito que ela lesse o meu projeto pra gente trocar informações e discutir. Ela então diz que vai ler no fim de semana.

Finalmente decidiram que me apresentariam como nova voluntária da ONG, que está na faculdade, num trabalho pra tentar melhorar a vida das profissionais. Eu sugeri que talvez fosse melhor falar assim: uma nova voluntária que faz um trabalho sobre a memória das profissionais do sexo na cidade. Ana disse que seria mais difícil, porque muitas não sabem nem ler ou escrever e outras ainda não iriam entender, iriam achar que eu vou ficar fazendo perguntas sobre a vida delas. Se era assim, eu concordei... (Diário de campo, Abril de 2007).

Torna-se evidente que a entrada em campo estava sendo mediada por outras profissionais do sexo e com suas colegas de trabalho, a partir de sua inserção na ONG que, a par de minhas intenções de pesquisa, procuravam traduzir minha identidade social para suas pares, freando



minhas expectativas iniciais de autonomia e liberdade no interior da rede social na qual atuavam. Para esta ONG, eu era uma pesquisadora, cujos objetivos estavam claros e delineados. Mas para aquelas, com as quais atuavam e que me esforçava por travar contato, eu deveria ocupar um lugar, segundo elas, de preferência, de fácil acesso semântico. No que tange ao encontro de perspectivas (o meu e o das investigadas) este fato representou meu processo de conversão “ao campo”

Momento crucial do campo, uma vez que afastava-me da conduta característica dos interacionistas, como Foote-Whyte (2005) e Goffman (1999), que em suas pesquisas procuram se disfarçar de “nativo”, até certo ponto fingindo integrar-se a cena social etnografada, não deixando claro seus reais interesses, para explorar uma situação dúbia que, muitas vezes, o campo pode nos impor inicialmente, mas contra a qual, posteriormente, procurei me contrapor, visto que atualmente convivemos com a preocupação ética em relação aos direitos dos sujeitos de pesquisa, e ainda mais atentos a legitimidade e relações que são estabelecidas em campo.

Dessa maneira que ciente de toda a complexidade que envolve a ação dos antropólogos em suas pesquisas de campo no contexto das sociedades, esta cena inicial de pesquisa me alertava para as medidas necessárias que deveria adotar para “verdadeiramente”, me colocar em campo³.

No meu caso específico, era evidente que as 'nativos' com quem estava entrando em contato eram mulheres, em sua maioria, cientes de seus direitos, principalmente, pela forma como o trabalho das ONG's no contexto urbano de Florianópolis/SC transcorria no sentido de aproveitar todas as oportunidades de informar às profissionais do sexo atuantes na região metropolitana seus direitos e deveres enquanto cidadãs⁴.

Desse modo, ancorada na bibliografia acima apresentada, fui aos poucos, sendo apresentada a várias redes de mulheres que trabalhavam como prostitutas na capital, sempre preocupada na adoção de um lugar

³ Neste caso, a leitura de publicações recentes da Associação Brasileira de Antropologia, tais como, *Direitos Humanos: temas e perspectivas* de Novaes (Org.) (2001), *Antropologia e direitos humanos 2* de Kant de Lima (org) (2001), *Antropologia Extramuros: novas responsabilidades e Políticas dos antropólogos* de Gláucia Silva (2008), *Antropologia e Direitos Humanos 4* de Grossi, Heilborn e Machado (orgs.) (2006), *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre família, gênero e sexualidade* de Grossi & Schwade (2006), foram, neste particular, fundamentais para instruir a forma como iria proceder esta entrada em campo.

⁴ Nesse contexto, é possível afirmar que o 'braço' do Estado chega de certa forma até essas mulheres. Por essa constatação compreende-se uma visibilidade na medida em que existe a inclusão da atividade da profissional do sexo na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).



que passava a desempenhar junto às ONG's⁵, apostando que a performance de um papel social, se bem conduzido, me levaria a uma troca social de experiências com as interlocutoras, até o momento de poder me desvincular desses laços, para, finalmente, ocupar outro espaço em suas vidas.

Se por um lado, na relação com ONG's, esta situação parecia resolver meus dramas ético-morais, por outro, cada vez mais se colocava como fato a urgência de ultrapassar tal papel. A forma como construía o meu lugar entre as mulheres da rua, mesmo sabendo que mais pessoas vindas de outras instituições e com ações sociais diferentes circulavam por ali, me envolvia numa ainda mais nebulosa estrutura de relações, que encadeavam intrigas, tramas, desacordos e rancores.

Refiro-me aqui, especificamente, às categorias de prestígio na prostituição que acontece na rua e com a qual tive que esgrimir, para adentrar ao campo, as quais envolviam minhas aprendizagens em saber lidar com as interlocutoras. Tais aprendizagens percorrem várias cenas e situações sociais, desde as questões geracionais, de antiguidade no ponto, passando pela clientela (maior, mas especialmente a fixa), até a discricção, asseio pessoal, uso de drogas, ter ou não a figura do cafetão e, claro, a empatia pela colega, uma vez que é importante que a pesquisadora tenha a clareza de que é também submetida à apreciação das redes sociais segundo, por exemplo, a distinção eletiva do pertencimento, a este ou aquele espaço na cidade.

Neste caso, a máxima “me digas com quem andas que te direi quem és” poderia ter sido adaptada aos processos de negociação de entrada em campo ao “me diga de que lugar és, que te direi quem és”.

Este passo – ou melhor, caminho – de reconhecimento das intrigas das ruas significou uma cautela de minha parte nos contatos com as interlocutoras no interior de suas redes sociais. Passadas algumas semanas de meu trabalho de campo, a partir dos contatos com ONG's, comecei a esboçar uma estratégia de permanência ali nas redes, o que acabou por manifestar as feições singulares das formas sociais que eram tecidas no seu interior e que acabavam possibilitando reconhecer a tonalidade singular de cada uma delas no interior de seus espaços de sociabilidade.

⁵ A minha contrapartida às ONG's por este processo seria o retorno de minha pesquisa acadêmica. Nestes termos assim ajustados, iniciamos nosso diálogo e parceria.



Nesse aspecto, pensando na forma de se situar no trabalho de campo de Oscar Lewis (1963) declara não ter lançado mão de nenhuma “arma secreta para obter os dados mais íntimos de seus interlocutores” e que apenas se valeu dos instrumentos mais eficazes da Antropologia que são “a simpatia e a compaixão por aqueles que estudamos” (1963, 24), optei por este lugar e tentei me afastar de um interesse meramente profissional pelas profissionais do sexo, na tentativa franca de estabelecer com elas, no interior de suas redes sociais, laços de parceria que pudessem ir além da produção dos dados etnográficos.

Sem dúvida, reconheço que este é um dos riscos a que toda a antropóloga está submetida quando experimenta uma ferramenta em campo que compreende uma intensa aproximação com seus sujeitos de pesquisa. Refiro-me aqui, em particular, a adesão aos estudos de narrativas biográficas, cuja razão de ser reside neste ‘estar perto’ dos nossos interlocutores e de seus dramas, compartilhando seus sonhos e desilusões, suas lembranças e esquecimentos, seus conflitos.

Além da adesão as Narrativas Biográficas, lancei mão intensamente da observação participante, ao lado, claro, da etnografia de rua, que fez com que, cotidianamente, eu dividisse com as profissionais do sexo sua experiência de trabalho na rua. Cautelosamente, refletindo após o campo, creio que este aspecto tornou difícil, em determinados momentos da pesquisa, manter uma atitude de distanciamento, ou até mesmo, de um não-envolvimento pelo sofrimento de suas condições de vulnerabilidade e risco, situação de pesquisa pouco explorada e igualmente pouco resolvida nos textos antropológicos.

De fato, este é um ponto crucial, especialmente quando se trata de um campo em que as pessoas envolvidas possuem recursos materiais tão escassos e vulneráveis, as quais apresentam dificuldades que exigem da pesquisadora serenidade para que não se transforme num ‘militante’, em particular nos momentos difíceis pelos quais passam as prostitutas das ruas da cidade na sua labuta cotidiana.

Assim, romper o silêncio sobre certas situações sociais discriminadoras e discriminantes, com base na construção de laços de solidariedade e confiança, não foi apenas uma etapa de minha pesquisa. Era preciso atravessar as barreiras sociais e culturais que nos separavam, para restituir nossas diferenças no interior de outras formas de troca social e de diálogo cultural.



Como havia transcorrido com a antropóloga francesa, Jeanne Favret Saada (1981), o campo “chegou” até a mim às avessas. Aprendia o sentido do trabalho da prostituta numa grande cidade, não só nas fronteiras culturais que separavam da forma como as interlocutoras viviam a cidade, em suas condições de sexo e de gênero, mas naquilo que podia fazer, na situação de rua, passar por elas. Em outra condição, se perguntada diretamente sobre seu trabalho nas ruas, seus itinerários e percursos, apenas ouvia comentários e respostas que negociavam com clichês sobre a figura da prostituta.

Uma situação que, recorrentemente, me fazia lembrar a experiência acima citada, quando Saada (1981), ao investigar a bruxaria no interior da França, em meados de 1969, escutava das pessoas que a crença havia desaparecido há bastante tempo. Entretanto, a partir de acontecimentos desagradáveis em sua vida pessoal (desde doenças na família, até carro com problemas mecânicos), “lidos” pela comunidade como sinal de feitiçaria, é que ela definitivamente vai se colocar “em campo”. Após o diagnóstico de “enfeitiçada”, o universo da bruxaria revela-se, e ela se torna uma pertença à comunidade, sendo a ela atribuída, inclusive, a capacidade reconhecida de desfazer encantos.

Semelhante ao que ocorrera com a atitude de O. Lewis (1963) em seu trabalho de campo, foi a presença de Favret-Saada (1981) como corpo estranho fragilizado diante da comunidade pesquisada que a conduziu ao interior do fenômeno que ela investigava. Um e outro não procuravam disfarçar suas diferenças diante dos seus interlocutores de pesquisa, fato que os levou a serem “contaminados” pelo próprio fenômeno que desejavam compreender. Ambos tornaram-se, de certo modo, perigosamente próximos aos investigados, ao mergulhar no universo de sentidos de seus sujeitos de pesquisa.

Minha entrada livre e autônoma em campo transcorreu, portanto, mais próxima daquela vivida por ambos os autores, ao daquela vivida por Foote-Whyte (2005), em seus esforços fracassados no sentido de comportar-se – mas, sobretudo, de parecer – um ‘rapaz da esquina’, na ilusão de integrar-se totalmente ao grupo⁶.

O que buscava, finalmente, era deixar-me afetar pelo campo, do melhor e do pior que ele poderia me oferecer. Evidentemente que essa

⁶ Minha intenção, ao separar-me das ações das ONG's junto às redes sociais das profissionais do sexo foi a de encontrar um lugar entre elas e com elas, não exatamente o lugar do outro, visto que este nunca será meu pela própria tarefa de investigar.



situação dependia da competência em aceitar este outro diferente de mim, assim como, aceitá-lo em mim. Não aderi ao trabalho da prostituição em minha pesquisa de campo, mas fui lentamente afetada pelas experiências de campo compartilhada nas ruas, esquinas e calçadas com minhas interlocutoras.

Nos termos de Marisa Peirano (1995), fui, silenciosamente, abordada pelo acaso desta prática de estar na rua sobre a qual pensava ter o controle. Sem disfarçar meu lugar de etnógrafa neófito no ramo dos estudos de prostituição, fui, inúmeras vezes, colocada (ou me coloquei), ‘quase sem querer’, no universo de risco das minhas interlocutoras. Sendo que um “acaso” (IDEM, 1995) abriu a possibilidade de uma interpretação dos seus relatos de vida desde outro lugar, redimensionando, com isso, as fronteiras simbólicas e as regiões morais (PARK, 1976) da prática da prostituição no centro da cidade.

Assim, numa tentativa de compreensão deste terreno urbano *movediço* R.P. Leite (2004) e sorrateiro, minha entrada iniciática no “feitiço do campo” deu-se à calada em uma das saídas de campo, durante uma conversa com Denise, que se prostitui numa rua mais tranqüila (Conselheiro Mafra), nas proximidades do centro, diferente do excesso de ruídos de ruas próximas ao Largo da Alfândega e aceitando, sem problemas, a presença do gravador para registro de nossas conversas ali mesmo na rua:

D: (...) É, daí eu vim aqui, outra me botou na quadra e falou pra elas que eu tinha que ficar aqui e tô até hoje aqui

J: E tu ficas aqui? Se alguém também quiser vir aqui tem que pedir pra ti?

D: é...

J: Agora tu que é a dona da quadra?

D: Aqui é meu ponto né... aqui não fica mais mulher nenhuma, a não ser as que já tão aqui. Mas agora eu to precisando de mais mulher pra bota aí... Tu sabe? Tu que anda por aí? Não? depois eu falo contigo sobre isso...

J: tá... Porque, tá precisando?

D: Porque se tiver?... mas depois eu te falo....

J: Pode falar....

D: Porque o movimento assim fica ruim agora pra gente que não tem muita mulher, e se tiver mais mulher aqui na quadra - só tamo com três - se tiver mais guria aqui no ponto chama mais homem....

J: Mas, já teve mais mulher aqui, né?



D: Já, já teve muita, muita... Mas acabaram, muitas casaram, outras morreram, outras arrumaram homem, saíram, outras foram trabalhar. Porque a prostituição já não dá mais dinheiro como antes, né? Eu vou ficar aqui mais uns três aninhos, mas depois também já.... já vou sair fora. Não quero envelhecer aqui na Conselheiro...

(Diário de campo, Junho de 2007)

Neste diálogo, Denise evita deixar-se gravar quando dizia estar “precisando de mulher”, preferindo abordar comigo apenas as “questões do dia”, reservando para o término da entrevista e, por conseguinte da gravação, o seu pedido / desabafo. Nesse momento, ao “acaso”, me descobri pensando que, como mais uma mulher no “ponto”, eu poderia tornar o ambiente mais desejável, assim como poderia, por outras vias, ajudá-la a incrementar os fregueses, arrumando “umas mulheres” para ela, no exercício da condição de cafetina.

Em inúmeras situações públicas, me deixei jogar o jogo destas formas sociais, a da cafetina/pesquisadora e seu cortejo de mulheres. Obviamente uma situação de risco que me foi proposta pelo “estar ali” entre essas interlocutoras, e, que poderia ter recuado e recusado a oferta, mas aceitei no interior dos jogos que se passam na rua. Ao aceitar a provocação, fui introduzida nas regras de manutenção das formas do social no interior das redes sociais das profissionais do sexo que pesquisava.

Assim, em determinado dia de minha pesquisa de campo, no Largo da Alfândega, estava em conversas com Betina, que reclamava do movimento que “ali estava fraco e tal”. Aproveitei e sugeri que procurasse Denise na Conselheiro, pois “*ela havia me falado que lá precisavam de mulher*”. Inclusive, recomendei a ela que dissesse que tinha *falado comigo*. Na ocasião, me vi numa teia consciente com a situação vivida por Betina, me envolvendo na busca de soluções para seus problemas com clientes e fregueses, ingenuamente, sem saber exatamente quais seriam as consequências no interior das disputas das redes sociais de ambas.

Enfrentava uma suspeita a respeito de um valor agregado a alguns dos seus espaços pela frequência de profissionais do sexo aos seus territórios, se confirmaria em outros episódios presenciados especialmente após este futuro conflito que a leitora perseguirá a seguir.

Não, sem antes percorrer com Simmel (2003), que descreve que o conflito é fundante do social, e foi esta a descoberta que transcorreu em campo. Ao contrário do que normalmente se pensa, de que a descoberta



do social transcorre durante o perfeito funcionamento das normas sociais e das regras institucionais, a aprendizagem dos padrões de conduta, dos códigos éticos-morais, dos sistemas de práticas e das visões de mundo de minhas interlocutoras, as quais sempre transcorriam, para mim, na condição de etnógrafa, em situações-limite, onde o conflito era presente, ou seja, o conflito se materializa enquanto uma dinâmica daquelas sujeitas sociais e na composição de suas redes.

Explico melhor, os conflitos eram vividos entre as redes sociais das profissionais do sexo pela disputa por determinados espaços, entre elas e seus clientes ou fregueses; entre elas e os sistemas de controle social; entre elas e eu, e obviamente, o pior de todos os conflitos, eu comigo mesma. Portanto, era por meio da dimensão conflitante que passei, com elas, a redesenhar a cidade sob outra ordem, a do trabalho das profissionais do sexo, que eu não teria visualizado sem o meu envolvimento neste conflito.

Apresento aqui um fragmento do diário de campo que representa parte deste processo de consolidação do conflito. A situação descrita acompanha o extrato de meus escritos já apresentados anteriormente.

A cena social engatilhada com Denise perdurou silenciosa por pouco tempo. Mais adiante, motivada por algumas perguntas minhas, ela volta a me falar de mais outra “semana de questões”. Ao final da entrevista, provoco-a quanto à questão do movimento e das mulheres que ela desejava para aquecer o ponto, e me surpreendo com a resposta. Denise explica que o ‘movimento dali’ estava muito fraco. Eu pergunto se ainda não conseguiu nenhuma mulher. Ela então fala que umas ‘mulheres da Alfândega’ foram até lá, mas ela não quer ‘mulher da Alfândega’ ali. “Porque o preço delas lá é muito baixo!” E continua: “Lá, elas cobram muito barato!” Ia baixar o preço dela. E justifica que as mulheres de lá eram manjadas, ela queria mulher mais jovem, pra chamar freguesia. Depois fiquei pensando na Betina que não me falou que foi falar com a Denise. Nem que falou pra outras mulheres. Será que me envolvi em confusão? Pode ser... Hoje falei com a Betina e ela me pediu dinheiro emprestado para almoçar. Dei o dinheiro e não lembrei de perguntar. Vou fazer isso amanhã... (Diário de campo, Julho de 2007).

No dia seguinte às minhas anotações de campo, retorno às ruas, encontro Betina no largo da Alfândega, na fronteira com a rua Conselheiro Mafra, numa área de maior movimento da cidade, e pergunto se ela havia falado com Denise. Ela responde afirmativamente, confirmando o que Denise me falara, de que “elas não gostam de mulheres da Alfândega lá!” Diante de sua resposta, comentei com ela da minha surpresa pela



existência dessas hierarquias no interior dos espaços urbanos onde trabalham, e ela me confessa que, ela própria, desconhecia o fato.

Na ocasião, temi perder Betina como uma de minhas interlocutoras, devido a esta minha intervenção desajeitada no interior das redes que atuam no centro da cidade, fato que não se confirmou.

Entretanto, ficara sem saber quem eram as mulheres que teriam ido conversar com Denise na rua Conselheiro Mafra, pois a este assunto se seguiram outros e o tempo foi passando, o tempo, ‘senhor do campo’, ajeitou o caso.

A esta situação, seguiram-se outras, mas fundamental para meu posicionamento em campo, ainda que tenha me colocado em situação de vulnerabilidade e de risco em muitos desses momentos. Isso representa a presença de um código ético-moral entre as profissionais do sexo e suas redes pelo controle de certos territórios no seu trabalho.

Ainda, as situações de conflito vivida entre elas, me colocava no interior da vida cotidiana do grupo, facilitada pelo fato de ser mulher, de outra classe social, (potencialmente, disponível para o trabalho), de sair e entrar nas redes sociais (gerando muitas vezes suspeitas entre elas) além estar aqui e lá fazendo perguntas. Estava sempre por ali conversando e querendo saber de suas vidas.

Desse modo, uma das reflexões que me permito fazer é a de que o fazer etnográfico se tornava um exercício de operar com o conflito enquanto um espaço de negociação de identidades sociais. Isso fica evidente na sequência de fatos que foram desencadeados desde o conflito que relatei acima e que acreditava ter sido eu, a etnógrafa, o motivo de todo o drama que se desenrolou a seguir.

Continuando o drama, mais tarde, ainda naquela manhã em que haviam transcorrido as minhas confusões envolvendo Betina e Denise, e suas redes sociais em disputa por territórios de “batalha”, encontrei Zeila que me avisa: “umas mulheres querem te pegar”. Para deixar claro que não estava brincando comigo e que as ameaças deveriam ser levadas a sério, passa a exemplificar o código ético-moral que criavam regiões morais no interior das redes de prostituição, na área central de Florianópolis/SC, com os relatos detalhados de uma série de eventos violentos que haviam acontecido por ali, envolvendo *outsiders* e estabelecidos (ELIAS & SCOTSON, 2000).



Assustada, procuro manter a calma (hoje me indago se por acaso consegui dissimular minhas preocupações) e ouço atentamente o relato, precioso em detalhes, na tentativa de responder às ameaças (afinal, porque Zeila havia me contado?). Teria ela contato direto com estas mulheres? Estaria ela me passando um recado? Se a resposta fosse positiva, ela poderia retornar a elas com uma resposta minha? Assim, na época, ensaiei uma resposta na tentativa de sair ilesa da situação. Estando as duas ali, sentadas num dos bancos da Alfândega, abordo o tema de minha pesquisa como argumento para permanecer ali e nada temer em termos de represálias ou retaliações. Ela, aparentemente, compreende meu lugar, mas, mesmo após minha insistência, não disse quem “ali queria me pegar”, e manda que eu sente em outro lugar - mais adiante, aponta, “não ali onde se faz programa”. Eu obedeço e passo a me sentar sempre naquele lugar indicado por Zeila.

Esta situação de conflito me permitiu estreitar os laços com outra das redes sociais na região e aproveito, mais tarde, para falar com Denise sobre este assunto, para conhecer mais as razões de ordem prática e simbólica de tais disputas de territórios que organizam as redes sociais em determinados espaços, segundo critérios hierárquicos no interior do próprio trabalho que elas realizam nas ruas:

Encontrei Denise e falei da história das mulheres da Alfândega que ‘queriam me pegar’. Ela falou o seguinte: “São mulheres de favela, de morro, sem classe. Não sei como é que você vai lá, elas não valem nada, por isso que não quero nenhuma delas por aqui... o programa delas é de cinco reais. E a Nádia”, retrucou. “A Nádia é uma mentirosa, não acredite em nada do que ela diz. Eu soube que ela andou falando mal da gente aqui pros clientes. Eu vou começar a espalhar que ela tem HIV, ela vai ver só. Por isso que eu não quero mulher da Alfândega aqui, elas não têm classe, arrumam briga! Eu dou um pau nelas se elas aparecerem aqui!!!” Em seguida Denise diz que eu deveria ficar ali e não mais falar com “elas” da Alfândega. Vou esperar a situação se acalmar, pois pretendo continuar a frequentar ambos os lugares, agora com mais cautela, ocupando espaço, como recomendado por Zeila no canto da Alfândega.” (Diário de campo, Julho de 2007).

Aos poucos, por meio destas experiências de conflito com as interlocutoras e delas entre si, envolvendo suas práticas sociais, seus sistemas de valores, seus padrões de conduta, seus códigos ético-morais quanto à profissão de “prostituta”, começaram a aparecer questionamentos, sempre intimamente associados aos seus espaços de labuta.



Tais conflitos foram me remetendo às evidências de diferenças internas no interior de meu universo de pesquisa, gerando, entre as profissionais do sexo e seus espaços de sociabilidade, classificações internas quanto ao status, ao prestígio social e ao poder que estas redes detêm umas em relação às outras e por meio das quais se apropriam dos espaços da cidade, segundo certos itinerários.

É óbvio que, o tema do conflito como fundamento instaurador de minha aceitação em campo e a atitude de cautela em campo ao lidar com as disputas no interior das redes sociais de minhas interlocutoras, se colocou de forma mais aguda após minhas tentativas de abandonar o apadrinhamento das duas ONG's.

Minha presença entre as profissionais do sexo despertava inúmeras perguntas entre elas. Eu era, de fato, uma figura ambígua. As mulheres me viam circulando ora na companhia da representante de uma ONG, ora me encontravam na sede de outra. Em distintas situações de campo, me dava conta de que era alvo do olhar atento e discreto, quando conversava com uma ou outra garota na rua, ou mesmo solitária sentada nos bancos do Largo da Alfândega, observando o movimento de longe, ou ainda, quando caminhava pelas ruas.

Retorno à expressão de Jeanne Favret Saada (1981), sendo 'afetada pelo campo', pelo fato de ter sido, de certa maneira, 'poluída' pela rua. O conflito vivido com as mulheres da Alfândega deslocou-me, finalmente, para um outro lugar. Afinal, não era mais apenas uma passante. Os inúmeros conflitos vividos no momento de minha adesão ao campo foram, certamente, uma chave de entrada na experiência cotidiana da "batalha" que as profissionais do sexo realizam nas esquinas, ruas e praças de uma metrópole e permitiram-me adentrar as teias de significados (GEERTZ, 1989) de suas práticas culturais.

Por outro lado, o conflito, assim como sustenta G. Simmel (2003) se consolidou como fundamento de socialidade, especialmente após a narrativa de Zeila sobre a violência declarada ali naquele espaço. Finalmente, o conflito tornou-se para mim uma moeda de troca na luta pela sobrevivência naquele espaço.

Sem dúvida, é inegável que, a labuta diária e a batalha da profissão na rua fazem com que as prostitutas, em contraste com o estereótipo da figura moral da dona de casa, da mãe, da virgem, da santa e da jovem bem-comportada na sociedade brasileira em suas origens mediterrâneas (DA MATTA, 1997; ARAGÃO, 1983; ABREU, 1983) sejam classificadas como



marginais, mulheres temidas por seu poder de destruição de lares e da moral familiar, devido à idéia de que, em algum momento de suas trajetórias, tenham sido empoderados pelo contato com o perigo da rua.

Nesse sentido, refletindo sobre esta experiência de campo, compartilho dos comentários de M. Douglas (1966, 120), quando argumenta que: “ter estado nas margens é ter estado em contato com o perigo, é ter ido à fonte de poder”. Da mesma forma, fui afetada por este perigo e, talvez, por isso, fortalecida no interior destas redes sociais que trabalham na rua e de onde garantem o seu sustento.

Ainda, os dilemas relatados por Foote-Whyte (2005) em sua obra, ora aderindo aos dramas vividos por seus interlocutores, ora se distanciando deles, numa clara não adesão aos conflitos internos às redes sociais investigadas, me ensinaram sobre importância da etnógrafa, em campo, negociar sua identidade de pesquisadora em situação de trabalho de campo, assim como, a importância de avaliar os riscos, os dramas e neste caso, o conflito, tanto de sua admissão quanto exclusão, nas redes sociais por ele pesquisadas. Situações singulares que me ensinaram e, por vezes, decisivas para a minha permanência nas redes, e, por consequência, da continuidade da pesquisa.

É preciso também destacar a importância da bibliografia considerada para este campo, uma vez que foi definitivo no modo de interpretar e mesmo apropriar a acomodação das interlocutoras nos espaços públicos, considerando, obviamente, a lógica de seus percursos e as formas de traçar seus caminhos numa cidade como uma parte importante para a condução de seu métier.

E, encerrando tais considerações, creio ser importante ressaltar que a consolidação de um lugar social entre as sujeitas de campo significou operar com os diversos lugares que elas me ofereciam no interior de suas formas de sociabilidade na rua. Ocupei esquinas e ruas, sentei em certos lugares da praça, andei por determinados percursos de rua, observei as ruas, as quadras, acompanhei o *trottoir*, visitei os hotéis de passagens, fizemos refeições, conversamos, no entanto, a cena do conflito foi fundante para compreensão ritual ao meu universo de pesquisa, mais ainda, como uma forma articulada de que dispunham para me situar no interior de suas práticas profissionais e, desde este lugar (do conflito), observar, interagir e partilhar com e ao lado delas.



Referências

ABREU FILHO, Ovídio de. **Dona Beija: Análise de um mito:** In: FRANCHETTO, B. et all. *Perspectivas antropológicas da mulher*, número 3, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1983.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. **Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira.** In: FRANCHETTO, B. et all. *Perspectivas antropológicas da mulher*, número 3, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1983.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional.** *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.15, n.3, dez. 2007. disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?acessos> em 22 ago.2009.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação social.** Zahar editores, Rio de Janeiro, 1977.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa.** São Paulo: Perspectiva [1972] 1946, 277 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o Pensamento Antropológico.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Brasília, CNPq. 1988.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

PARK, R. **A cidade: sugestões para uma investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: *O fenômeno urbano.* VELHO, O. (ORG.). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 3ª edição, 1976.

FOOTE WHYTE, Willian. **Sociedade de Esquina.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.



FAVRET-SAADA, Jeanne; CONTRERAS. Corps pour Corps: enquête sur la sorcellerie dans le Bocage. Paris. Gallimard, 1981.

GASPAR, Maria Dulce. Garotas de Programa – prostituição em Copacabana e Identidade Social. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1985.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. LTC, Rio de Janeiro, 1989.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 4 edição, 1982.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora da UNICAMP: Aracaju, SE, Editora UFS, 2004.

LEWIS, Oscar. Les enfants de Sanchez: Autobiographie d'une famille mexicaine. Éditions Gallimard, 1963.

MOLES, Abraham; ROHMER, Elisabeth. Labyrinthus du vécu: L'espace: matière d'actions. Paris. Librairie des Méridiens. 1982

PEIRANO, Marisa. A favor da etnografia. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PÉTONNET, Colette; GUTWIRTH, Jacques. Chemins de la Ville: Enquêtes ethnologiques. Paris, Editions du CTHS, 1987.

SILVA, Hélio R. S. Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993. 176p.



SIMMEL, G. **Comment les formes sociales se maintiennent.** Mémoire publié en français dans *l'Année sociologique*, première année, 1896-1897, pp. 71-109

_____ **Le conflit.** Éditions Circe, Paris, 2003.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 5^a edição, 1999.

_____ **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____ **A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.



About ethnographic field negotiations: Essay on techniques and methods in a multi-sited universe with and alongside Sex Workers

ABSTRACT: This essay brings considerations regarding the theoretical and methodological choices of a field research carried out with sex workers, in the central region of the city of Florianópolis/SC. Such choices include highlighting the importance of the bibliography used for this multi-sited universe throughout the fieldwork process, collaborating in an objective manner, both in the interpretative reading of the interlocutors' mode of appropriation in public spaces, in the logic of their routes and paths in a city as part of your métier. As for consolidating the researcher's social place among these interlocutors, which meant operating with the different social places that sex workers offered within their forms of sociability on the street.

KEYWORDS: Sex workers. Methodology. Fieldwork. City.

Juliana CAVILHA

Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na UFSC (2015-2016). Foi Visiting Scholar na Universidade de Wisconsin/UW em Madison/USA (2015). Pós-doutora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFRGS (2010-2012). Doutora em Antropologia Social na UFSC (2010), com estágio sanduíche na Ècole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) em Paris, França. Mestre em Antropologia Social na UFSC. Atua principalmente nos seguintes temas: Espaços urbanos e territórios; Gênero e Sexualidade; Trabalho e Ética; Cidade e Meio Ambiente; Políticas Públicas e Educação; Métodos e Técnicas de Pesquisa qualitativa e quantitativa. Professora da Estácio Florianópolis. É professora-tutora no Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina. Foi coordenadora de Pesquisa, Extensão e Internacionalização da Faculdade Estácio Florianópolis/SC, atualmente é coordenadora da CPA do Centro Universitário de Santa Catarina e da CPA da Faculdade Estácio Florianópolis. Coordenadora dos cursos EAD: Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, Ciência política, Teologia. Sócia efetiva da Associação Brasileira de Antropologia. Presidente da ONG Abacateiro Instituto de Pesquisa e Formação.

E-mail: julianacavilha@gmail.com



Recebido em: 14/12/2023

Aprovado em: 03/06/2024